

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

JOSÉ FERNANDO SIQUEIRA DA SILVA

SERVIÇO SOCIAL: RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO?

FRANCA

2010

José Fernando Siqueira da Silva

SERVIÇO SOCIAL: resistência e emancipação?

**Tese de Livre-Docência apresentada à
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”.**

FRANCA

2010

José Fernando Siqueira da Silva

SERVIÇO SOCIAL: resistência e emancipação?

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Livre-Docente

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Professora Doutora Livre-Docente Raquel Santos Sant’Ana – UNESP-Franca.

1º Examinador: Professora Doutora Livre-Docente Íris Fenner Bertani – UNESP-Franca.

2º. Examinador: Professor Doutor Livre-Docente Ricardo Luiz Coltro Antunes – UNICAMP.

3º. Examinador: Professor Doutor Livre-Docente Sedi Hirano – USP.

4º. Examinador: Professor Doutor Livre-Docente José Luis Sanfelice – UNICAMP.

Franca, 01 de outubro de 2010

Dedico a...

meu pai, o professor Zé Índio, um atleta da vida (in memoriam), à minha companheira e esposa Fátima (uma humanista radical e guerreira) e às minhas amigas Raquel, Patrícia, Edvânia e Onilda, pelo prazer de conviver e sobreviver sonhando um sonho “impossível”: a impiedosa e radical perseguição da emancipação de homens e mulheres em tempos sombrios. Dedico, ainda, a todos aqueles que têm, no ponto de vista do trabalho e na emancipação humana, o motivo para consumir a própria vida!

Agradeço às...

“minhas desorientandas”, Nathália Brant e Tatiana Freire (e por meio delas todas as minhas alunas - os), pela paciência de conviver comigo e pela participação nesse estudo. Tenham certeza de que a graduação (sustentada no ensino, na pesquisa e na extensão) é um dos espaços importantes para a formação de profissionais (seres sociais) radicalmente comprometidos com a emancipação humana.

Clavo mi remo en el agua
Llevo tu remo en el mío
Creo que he visto una luz al otro lado del río

El día le irá pudiendo poco a poco al frío
Creo que he visto una luz al otro lado del río
Sobre todo creo que no todo está perdido
Tanta lágrima, tanta lágrima y yo, soy un vaso vacío
Oigo una voz que me llama casi un suspiro
Rema, rema, rema-a Rema, rema, rema-a
En esta orilla del mundo lo que no es presa es baldío
Creo que he visto una luz al otro lado del río
Yo muy serio voy remando muy adentro sonrío
Creo que he visto una luz al otro lado del río
Sobre todo creo que no todo está perdido
Tanta lágrima, tanta lágrima y yo, soy un vaso vacío
Oigo una voz que me llama casi un suspiro
Rema, rema, rema-a Rema, rema, rema-a
Clavo mi remo en el agua
Llevo tu remo en el mío
Creo que he visto una luz al otro lado del río

Música de Jorge Drexler – Al Otro Lado del Río
Tema do filme “Diários de Motocicleta”.

[...] É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem que ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra as massas. A teoria é capaz de se apossar das massas ao demonstrar-se *ad hominem*, e demonstra-se *ad hominem* logo que se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem. [...]

(MARX, 2005b, p. 151)

[...] Se eu tivesse de modificar as palavras dramáticas de Rosa Luxemburgo com relação aos novos perigos que nos esperam, acrescentaria a “socialismo ou barbárie” a frase “barbárie se tivermos sorte” – no sentido de que o *extermínio da humanidade* é um elemento inerente ao curso do desenvolvimento destrutivo do capital. [...]

(MÉSZÁROS, 2003, p. 108-109)

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?**. 2010. 210 f. Tese de Livre-Docência Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

RESUMO

A tese de livre-docência ora apresentada para discussão pública tem como objetivo central perquirir o contraditório debate entre o Serviço Social, Marx e parte de sua tradição, analisando as tensões e as necessidades dessa interlocução intensificada na segunda metade da década de 1960, durante o aprofundamento da autocracia burguesa no Brasil. O estudo destaca os principais desafios de ordem teórico-prática que assolam o Serviço Social brasileiro como uma profissão que surgiu na ordem burguesa monopólica, ainda sob o padrão de acumulação fordista, e que se modernizou com o amadurecimento dessa sociabilidade a partir da segunda metade da década de 1950. O que se pretende é, precisamente, polemizar sobre as potencialidades e os problemas para que se estabeleça um debate propositivo entre a teoria social de Marx, seu legado e o Serviço Social no Brasil, considerando-se os desafios relacionados com o que, genericamente, e até vulgarmente, tem sido identificado como “processos emancipatórios” e de “resistência” no âmbito da atuação profissional do assistente social. Esta tese é produto de pelo menos doze anos de estudo e da objetivação de inúmeras análises em diferentes artigos, trabalhos e comunicações realizadas em diversos congressos de Serviço Social, bem como é auxiliada por uma pesquisa mantida pelo autor junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com bolsa Produtividade em Pesquisa da área de Serviço Social. O estudo recolhe e analisa, para tanto, parte dos dados empíricos cuja coleta foi prevista no projeto da pesquisa supracitada, sobretudo por meio de entrevistas realizadas e questionários respondidos por expoentes do Serviço Social brasileiro, por profissionais que atuam na área da assistência social (especificamente nos Centros de Referência de Assistência Social e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social), bem como por membros de núcleos familiares atendidos pelos programas e projetos sociais em curso no Brasil.

Palavras-chave: Serviço Social, resistência e emancipação humana.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Social Work: resistance and emancipation?** 2010. 210 f. Tese de Livre-Docência Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010

ABSTRACT

This thesis, publicly presented for the attainment of the title of “Professor Adjunto”, is centered in the investigation of the contradictory debate among Social Service, Marx and part of his tradition, analyzing the tensions and necessities of this interlocution which was intensified in the second half of 1960s, during the deepening of the bourgeois autocracy in Brazil. The study emphasizes the main theoretical and practical challenges which are posed to Social Service in Brazil as a profession which appeared in the monolithic bourgeois context, still under the fordist accumulation pattern, and modernized with sociability starting in the second half of 1950s. The specific aim is to polemicize about the potentialities and problems for a fulfilling debate among Marx’s social theory, his legacy and Social Service in Brazil, considering the challenges related to what, generically and even vulgarly, have been identified with “emancipatory” and “resistance” processes in the context of the action of the social worker. This thesis is the product of at least twelve years of study and of the analyses made in different articles, papers and presentations in many conferences of the field, and is also aided by a research for the National Council for Technological and Scientific Development (CNPq) – Grant in Research Productivity. The thesis analyses part of the empirical data collected for this research, especially through interviews and questionnaires answered by distinguished members of the Brazilian Social Service, by professionals who work in the field (specifically in the Social Service Reference Centers and in the Specialized Social Service Reference Centers), as well as by members of family groups cared by current social projects in Brazil.

Key-words - Social Work, resistance and human emancipation.

SUMÁRIO

1. Considerações introdutórias: situando o tema proposto.....	11
2. <u>Parte1</u> – Sociabilidade Burguesa e Serviço Social.....	23
2.1. Reprodução ampliada do capital, intensificação da pobreza e gênese do Serviço Social como profissão.....	24
2.2. A constituição da ordem burguesa no Brasil e o Serviço Social brasileiro.....	47
2.3. Autocracia burguesa e renovação do Serviço Social no Brasil.....	59
3. <u>Parte 2</u> – Serviço Social e mundialização do capital: trabalho e formação profissional em tempos de acumulação flexível.....	87
3.1. Pragmatismo, utilitarismo e decadência teórico-prática no Serviço Social: retomando velhas-novas tensões.....	88
3.2. Serviço Social: de qual emancipação se fala?.....	140
3.3. Reafirmando o debate marxista no Serviço Social.....	167
4. Comentários Finais.....	196
5. Referências.....	202

1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS: SITUANDO O TEMA PROPOSTO

Todo começo é difícil: isso vale para qualquer ciência.
(MARX, 1983, p. 11)

A tese de livre-docência aqui apresentada possui como tema central o tenso, contraditório, mas necessário debate entre o Serviço Social, Marx e parte de sua tradição. O objetivo desse estudo é perquirir essa trama analisando os problemas e as vantagens desse diálogo iniciado na segunda metade da década de 1960, destacando os principais desafios de ordem teórica e prática que necessariamente assolam o Serviço Social como profissão na ordem burguesa monopólica. O que se pretende, precisamente, é *polemizar sobre as potencialidades e os problemas para um debate propositivo entre a teoria social de Marx, seu legado e o Serviço Social no Brasil, considerando os desafios relacionados com o que genericamente, e até vulgarmente, tem sido denominado como “processos emancipatórios” e de “resistência” no âmbito da atuação profissional do assistente social*. É preciso salientar, no entanto, que não é objetivo desse texto discutir detalhadamente as diferentes tendências no interior do Serviço Social vinculadas, de uma forma ou de outra, aos “marxismos” com os quais alguns expoentes desta profissão se identificaram e desenvolveram suas análises, ainda que seja impossível desconsiderar essas referências históricas no conjunto das argumentações que serão apresentadas a seguir (pertinentemente e detalhadamente tratadas em PAULO NETTO – 1991, 1992).

É importante destacar que o Serviço Social é uma profissão inegavelmente interventiva, precisamente centrada no gerenciamento de programas e de projetos sociais vinculados à administração da pobreza (embora não deva eliminar ou subsumir a sua necessária sustentação teórica). Por outro lado, a teoria social de Marx está comprometida com a formulação de uma perspectiva macroscópica empenhada em explicar o metabolismo da ordem burguesa que permite a reprodução ampliada do capital (sob o ponto de vista do trabalho e da perspectiva da totalidade – MARX, 2004, p. 79, 1989, p. 409), apontando objetivamente a possibilidade histórica da revolução e da emancipação humana (considerando a historicidade em que a sua obra foi escrita). A proposta marxiana e de sua tradição (na sua diversidade) insiste precisamente na direção da superação da ordem burguesa por meio de um processo revolucionário gestado a partir das contradições objetivo-ontológicas contidas nessa própria ordem, formulando uma crítica radical da propriedade privada, do processo de apropriação privada da riqueza socialmente produzida

(MARX, 1983, 1984a, 1984b, 1985) e do trabalho alienado-estranhado – com sua divisão e organização – que impede a emancipação humana dos homens (MARX, 2004-2009a, LUKÁCS, 1979b). O pauperismo, travestido de “questão social”, como o ponto de intersecção entre Marx, sua tradição e o Serviço Social se expressa, portanto, com uma diferença estrutural, ontologicamente dada, uma oposição entre o Serviço Social inserido no metabolismo do capital com a função específica de administrar suas insuperáveis tensões que se particularizam na esfera da vida social e, por outro lado, uma perspectiva revolucionária comprometida com a construção de uma sociedade “para além do capital” (MÉSZÁROS, 2002).

Posto isso, é preciso reconhecer que não se trata de um debate tranquilo, *muito embora entendamos que seja uma interlocução absolutamente necessária para a sobrevivência da massa crítica e de projetos que tenham a emancipação humana como horizonte, também no âmbito do Serviço Social*. Nesse sentido algumas indagações são importantes: partindo do pressuposto de que se trata de um debate legítimo (mesmo que repleto de problemas e armadilhas), quais os principais limites e desafios nele implícitos? Ainda que o Serviço Social, como qualquer profissão, esteja inserido na sociabilidade burguesa, sofra o impacto do trabalho assalariado-estranhado e cumpra uma função no processo de reprodução social (especificamente em relação ao pauperismo), essa profissão teria algo a dizer à emancipação humana (MARX, 2009a), que se coloca muito além de seus limites? Em caso afirmativo, em que medida poderia se objetivar essa contribuição sem uma recaída idealista e messiânica?

A elaboração desse texto não visa, em si, cumprir um ritual acadêmico com o objetivo restrito de fornecer o título de livre-docente para um professor doutor. Longe do academicismo e da reflexão medíocre que dificulta a formação de intelectuais e deforma a razão crítica (LUKÁCS, 1981, p.109), o que se pretende é objetivar e sintetizar uma produção intelectual inscrita em um dado momento sócio-histórico onde se inserem individualidades sociais e as classes sociais a que pertencem, com intenções, projetos e posições socialmente assumidas (explicitamente ou não). Sendo assim, a análise ora apresentada se esforça em perseguir a “lógica da coisa” (MARX, 2005a, p. 39), em perquirir a trama do real e reconstruí-la como “concreto pensado” (MARX, 1989, p. 410), produção essa sistematizada por uma

individualidade, com sua contribuição peculiar, embora não solitária e muito menos neutra. Como afirma Marx,

O concreto é concreto, porque é a concentração de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de concentração, como resultado, não como ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro caminho a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata¹; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Assim é que Hegel chegou à ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se concentra, que se aprofunda em si mesmo e se apreende a partir de si mesmo como pensamento móvel; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo espiritualmente como coisa concreta [...] (MARX, 1989, p. 410).

Tradicionalmente uma tese de livre-docência reúne um conjunto de artigos-produções recentes do candidato ou é fruto de uma pesquisa e da análise dos dados por ela propiciada. No entanto, o que será apresentado nas páginas que se seguem não é, exclusivamente, uma ou outra coisa. Trata-se, na verdade, de um balanço intelectual de uma produção intensificada a partir de nossa pesquisa de doutoramento, portanto uma retomada crítica de pelo menos doze anos. Ao longo desse período foi possível intensificar nossos estudos sobre a sociabilidade burguesa e suas particularidades históricas no Brasil, bem como explicar a gênese do Serviço Social brasileiro, como profissão, dentro desse complexo contexto². Isso permitiu um importante sobrevoo “por fora” do Serviço Social, para além de suas fronteiras, rompendo com qualquer espécie de endogenia capaz de explicar o significado dessa profissão a partir dela própria. Para tanto, três aspectos centrais interagiram entre si, sobretudo nos estudos que realizamos a partir de 1998 (depois de nossa defesa de doutorado na PUC) e intensificamos a partir de 2004, após nossa contratação como docente na UNESP:

a) um aprofundamento sobre o funcionamento da ordem burguesa mundial sustentada, ao mesmo tempo, na intensificação de mecanismos que permitem sua reprodução ampliada e

¹ Marx critica, aqui, o procedimento metodológico abstrato-especulativo dos economistas do século XVII que partia, sempre, de um *“todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados etc.”*

² Uma das conquistas oriundas de nossas investigações durante o doutorado, que tratou de uma forma particular de matador (o “justiceiro”), foi justamente a possibilidade de iniciar nossos estudos sobre o que é o Brasil e identificar suas particularidades sócio-históricas com o aprofundamento da ordem burguesa e de seu receituário em âmbito mundial (radicalizado nos últimos 40 anos). Certamente que, a partir desses parâmetros, vem sendo possível explicar mais densamente o significado social do Serviço Social como profissão.

sua decadência (estudo esse necessariamente assessorado pela teoria social de Marx e por parte de sua tradição);

b) o cuidado ao tratar e explicar a realidade brasileira e suas particularidades (com o apoio de literatura nacional especializada);

c) o estudo sobre o significado do Serviço Social nesse contexto de robustez do capital sobre o trabalho, intensificação do pauperismo (genericamente e imediatamente identificado como a “questão social”) e de generalização de programas e projetos sociais destinados a administrá-lo (falsamente vistos como a possibilidade de “inclusão social” dos ditos “excluídos” – na verdade, expropriados).

Considerando o exposto, a análise que se segue retoma alguns dos principais capítulos de livro, artigos publicados em importantes revistas de Serviço Social e trabalhos de congresso (predominantemente de nossa autoria), bem como destaca parcialmente e examina dados empíricos da pesquisa que mantemos junto ao CNPq para a bolsa produtividade em pesquisa (em curso até março de 2012 – conforme documentado em nosso Currículo Lattes). Porém, o material apresentado está longe de ser uma compilação de textos anteriormente escritos, muito menos se reduz a um relatório detalhado de pesquisa. Precisamente se propõe a incorporar criticamente esses dois níveis e a produção dela originada (até o presente momento), indo além da simples justaposição de ambos, levando em consideração temas concretamente postos na vida material e diretamente vinculados ao Serviço Social, ao trabalhador assalariado assistente social e à vida real das pessoas atendidas por tais profissionais.

Com relação aos capítulos de livro, artigos e trabalhos de congresso que revelam sínteses teóricas por nós elaboradas nos últimos anos sobre o Serviço Social, Marx e sua tradição (debate sempre estimulado por algum tema vinculado à existência real de seres sociais), vale destacar os seguintes textos (todos publicados a partir de 2004): *“Violência, Serviço Social e formação profissional”* (publicado, em 2004, na Revista Serviço Social & Sociedade número 79); *“Teoria e prática no trabalho profissional do assistente social: falsos e verdadeiros dilemas”* (publicado em 2005 na Revista Serviço Social e Realidade número 14-2); *“Serviço Social e violência estrutural: notas introdutórias”* (publicado, em 2006, na Revista Serviço Social e Realidade número 15-1); *“O recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o Serviço Social”* (publicado, em 2007, na Revista Serviço Social &

Sociedade número 89); *“Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social”* (publicado em 2007 na Revista Textos & Contextos número 8 – PUC-RS); *“Violência e desigualdade social: desafios contemporâneos para o Serviço Social”* (Revista Ser Social número 19 – UNB – 2007-2008); *“Serviço Social e contemporaneidade: afirmação de direitos e emancipação política?”*(Revista de Ciências Humanas da UNITAU - 2008); *“Violência e Serviço Social: notas críticas”* publicado na Revista Katálysis da UFSC (portal Scielo - 2008); *“Serviço Social e formação profissional: notas para um debate contemporâneo”* (Revista Escenarios – La Plata - 2009); *“Reprodução do capital, trabalho estranhado e violência”* (capítulo de livro publicado pela Editora Expressão Popular - 2010); e *“Perspectiva de Totalidade e Serviço Social”* (Revista Praia Vermelha – no prelo, primeiro semestre de 2011). É importante destacar, ainda, alguns dos últimos trabalhos publicados em anais de eventos: *“Notas críticas para un debate latinoamericano sobre formación y trabajo profesional en Servicio Social”* e *“Servicio Social: trabajo profesional y producción de conocimientos”* (XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social – Guayaquil - Equador); *“Estágio supervisionado e formação profissional em Serviço Social: de qual centralidade se fala?”* e *“Serviço Social e projeto ético-político: indicações para alternativas de resistência”* (XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – São Luís do Maranhão); *“Trabalho profissional, pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social: particularidades e desafios”* (XII Congresso Brasileiro de Serviço Social); *“Teoría y práctica en el trabajo profesional del asistente social”* (33º. Congreso Mundial de Escuelas de Trabajo Social – Santiago – Chile); e *“Violência estrutural, Serviço Social e intervenção profissional”* (X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – Recife). Não é preciso dizer que todo esse processo resgata, do começo ao fim desse texto, uma larga bibliografia pertinente ao tema estudado (conforme citado nas referências bibliográficas dessa tese).

Sobre a pesquisa em curso com apoio do CNPq (processo 307352/2008-0 – bolsa produtividade em pesquisa), é preciso destacar que parte das informações já obtidas serão utilizadas para explicitar tensões, dificuldades e possibilidades relacionadas à inserção profissional do assistente social na divisão social e técnica do trabalho e a sua atuação profissional na ordem monopólica do capital (especificamente em relação à assistencial social objetivada por meio de programas e projetos sociais destinados a gerenciar a pobreza). Vale reafirmar, todavia, que o texto ora apresentado não possui a mesma

preocupação presente na investigação financiada pelo CNPq (ainda em andamento), muito menos se propõe a reproduzir informações na forma de relatório obtidas e sistematizadas até o presente momento³. Entretanto, diversas falas de profissionais e de pesquisadores da área de Serviço Social – documentadas por meio de entrevistas gravadas, transcritas e devolvidas aos informantes ou por meio de questionários –, certamente serão incorporadas com base nas preocupações pontuadas no primeiro parágrafo desta introdução. É importante destacar, aqui, por exemplo, os depoimentos de profissionais de Serviço Social que diariamente atuam com a pobreza nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS – atendimento básico) e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS – atendimento especializado)⁴, nas cidades de São Carlos, Franca e Ribeirão Preto (conforme indicado na nota de rodapé número 2, já finalizados). Vale lembrar, também, os depoimentos fornecidos pelos professores José Paulo Netto, Marilda Vilela Iamamoto, Ozanira Silva e Silva, Maria Carmelita Yazbek, Potyara A. Pereira e Regina Célia Tamaso Miotto (as duas últimas na forma de questionário), bem como a fala de pessoas atendidas pelos serviços oferecidos pelo conjunto CRAS-CREAS. Embora se trate de outra pesquisa com um tema de estudo específico que não se identifica com a proposta ora apresentada, as informações obtidas por meio desses depoimentos enriquecem e concretizam a discussão que estamos nos propondo agora desenvolver.

Sendo assim, os estudos que serão apresentados lidam com a vida de seres sociais, com assuntos relacionados à reprodução de suas vidas, inseridos no mundo material,

³ O objetivo desse estudo mantido com o apoio do CNPq é elucidar e analisar as respostas formuladas e implementadas pelos profissionais de Serviço Social – diante do instituído – ao gerirem, na esfera público-estatal, programas e projetos sociais com famílias (desenvolvidos no âmbito municipal). Sinteticamente as seguintes questões norteiam o estudo: a) quais são e como se manifestam os principais momentos de conformismo-resistência dos profissionais de Serviço Social – seja no seu exercício profissional ou na gestão de programas e de projetos sociais com famílias –, considerando as manifestações da violência estrutural no trabalho profissional do assistente social?; b) como e com qual direção político-ideológica – no geral – os profissionais têm respondido diante da realidade que redefine o papel do Estado (também no campo social), estimula a parceria público-privada com ênfase na “responsabilidade social” e (re)valoriza ações sociais cujos investimentos são focalizados/setorizados?; c) qual o entendimento que os assistentes sociais têm acerca da emancipação política (particularizada no campo de atuação profissional na forma de afirmação de direitos) e da emancipação humana? O projeto de pesquisa prevê uma coleta de dados no conjunto CRAS-CREAS (Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social) de cinco cidades do interior de São Paulo: São Carlos, Franca, Ribeirão Preto (coleta já finalizada), Bauru e São José do Rio Preto (em curso). Foram entrevistados profissionais de Serviço Social e pesquisadores da área em nível nacional.

⁴ A identidade de cada um desses profissionais foi rigorosamente preservada. Para tanto, foram utilizados nomes fictícios.

portanto repletos de historicidade como parte da história coletiva dos homens. Isto exige posicionamentos claros, propositivos e intencionais sem qualquer trégua à impossível neutralidade científica ou ao caminho fácil da síntese eclética. Reivindica-se, então, no processo da pesquisa, a unidade-diversa entre a ontologia (fundada na vida e na natureza de determinados seres que possuem história e historicidade) e a gnosiologia (o movimento intelectual que persegue, indaga, desmonta e remonta a realidade com o inseparável auxílio da razão), não identificando ou separando totalmente essas dimensões. O singular (parte constitutiva da totalidade), ou seja, a forma como o universal imediatamente aparece aos olhos dos homens – frequentemente por meio de múltiplas, caóticas e fragmentadas demandas –, é parte de um processo necessário à busca da mediaticidade. Perseguir o não aparente é passo necessário para apanhar o fenômeno na sua totalidade (processo jamais capturado pelo sujeito na sua exatidão), momento em que transbordam múltiplas mediações, isto é, conexões e passagem explicativas inseridas na própria realidade, capazes de explicarem as particularidades que unem o universal (os elementos explicativos mais gerais reconstruídos a partir do imediatamente dado) e o singular (a forma parcial de manifestação dessas relações)⁵.

Sobre o método da teoria social em Marx, Lukács (1979b, p. 27 e 35) destaca que se trata de

[...] uma estrutura de caráter completamente novo: uma cientificidade que, no processo de generalização, nunca abandona esse nível, mas que, apesar disso, em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e utiliza essa como metro para avaliar a realidade e o significado de cada fenômeno singular; uma consideração ontológico-filosófica de realidade em-si, que não se põe acima dos fenômenos considerados, coagulando-os em abstrações, mas se coloca, ao contrário – crítica e autocriticamente -, no máximo nível de consciência, com o único objetivo de poder captar todo ente na plena concreticidade da forma de ser que lhe é própria, que é específica precisamente dele [...] Do ponto de vista metodológico, é preciso observar desde o início que Marx separa nitidamente dois complexos: o ser social, que existe independentemente do fato de que seja ou não

⁵ Esta ruptura marxiana poder ser detalhadamente analisada nas produções de Marx de 1843/44/45, particularmente, de forma sintética, mas densa, nas teses sobre Feuerbach (MARX; ENGELS, 1987). Os estudos de LUKÁCS (1979b), LABICA (1990), LOWY (2002) e FREDERICO (1995), também auxiliam nesta análise. Nunca é demais afirmar que o método marxiano sempre deve ser retomado a partir de dois outros pontos centrais, insuprimíveis e inseparáveis no conjunto de sua obra: a teoria valor-trabalho (considerando a centralidade da categoria trabalho – nela a ontologia do ser social destacada por Lukács) e a perspectiva da revolução.

conhecido corretamente; e o método para captá-lo no pensamento, da maneira mais adequada possível [...]

Nas palavras de Marx,

[...] a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo [...]. O todo, tal como aparece na cabeça, como um todo de pensamento, é um produto da cabeça pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer, maneira que difere do modo artístico, religioso e prático-espiritual de se apropriar dele. O objeto real [reale Subjekt] permanece em pé antes e depois, em sua independência e fora da cabeça ao mesmo tempo, isto é, a cabeça não se comporta senão especulativamente, teoricamente [...] (MARX, 1989, p. 410-411).

Tendo por base o referencial aqui sugerido, é preciso reconhecer, portanto, que as categorias não são construções puramente teóricas promovidas pela razão humana e sistematizadas em “títulos conceituais”; elas são, ao contrário, reconstruções de elementos que fazem parte da estrutura do real e exprimem “*formas de vida, determinações de existência*” (MARX, 1989, p. 415)⁶. Toda produção de conhecimentos autêntica extrai da realidade e do próprio movimento sócio-histórico os elementos de sua elaboração (com o apoio do pensamento), processo que permite capturar (ainda que não exatamente) a universalidade do complexo social estudado e explicar, por meio de múltiplas mediações, os fatos singulares da vida que também se expressam em dramas imediatamente pessoais com os quais os assistentes sociais lidam cotidianamente⁷. Ainda que esse profissional opere a realidade social em uma esfera que quase sempre gerencia situações caóticas e terminais, a possibilidade dele conhecer o processo e a trama que desemboca no seu cotidiano profissional é passo crucial para uma atuação crítica e propositiva. Assim sendo, o ponto de partida da ciência autêntica deve considerar as categorias centrais para a produção e a

⁶ Isso não significa que toda “problemática” extraída concretamente da realidade deva ser considerada, para Marx, uma categoria em igualdade de condições com outras categorias ricas em “determinações de existência”, centrais à reprodução do ser social. Trabalho, revolução e totalidade (nela a contradição e a mediação), por exemplo, são, categorias centrais na teoria social de Marx. Outras importantes categorias tais como emancipação política e emancipação humana estão imediatamente vinculadas às categorias mais centrais. Determinados complexos sociais – embora importantes – não possuem, em si, potência para serem tomadas como “determinação de existência”, como categorias que fundam o ser social e sua sociabilidade: “questão social”, violência, entre outros. São, por isso, mais determinados do que determinantes ainda que careçam, evidentemente, de uma reconstrução como “concreto-pensado”.

⁷ O cotidiano, aqui, é entendido conforme as excelentes observações oferecidas por Agnes Heller (1989), ainda marxista e do grupo de estudo de Lukács: como uma esfera insuprimível da vida humana, rica e plena, repleta de múltiplas determinações, porém revelada apenas imediatamente.

reprodução da existência do ser (no plano ontológico), capaz de afetar objetivamente sua vida e sua emancipação humana. É nesse sentido que para Marx a categoria valor encontra sua concretude na categoria trabalho desdobrando-se em outras categorias – não centrais – que compõem a sociabilidade burguesa e que atingem o Serviço Social como profissão: o pauperismo, a violência, a família, entre outras, nas suas formas particulares de objetivação na vida social. *Portanto, situar o Serviço Social como uma profissão inserida no metabolismo do capital, como parte de sua produção e reprodução em escala ampliada, é condição básica para explicar o significado social dessa profissão e para endossar uma atuação profissional inspirada no ponto de vista da totalidade.* Encontram-se, aqui, os pontos mais fecundos que sustentam um debate contraditório e necessário entre o Serviço Social e a Teoria Social de Marx.

Assim sendo, a análise que será exposta a seguir não se limita, em hipótese alguma, a reproduzir formalmente o percurso dos estudos e das pesquisas que estamos realizando nos últimos doze anos (mais intensamente a partir de 2004). Além disso, a organização de um texto na forma de exposição para o leitor, por meio de um método, em absoluto segue os mesmos caminhos imediatamente caóticos da pesquisa formatada para perseguir o movimento do real. Ao contrário, a forma de exposição incorpora os vários momentos da pesquisa reorganizando-os por meio de inúmeras conexões explicativas que paulatinamente vão se compondo ao longo do processo investigativo necessariamente grudado ao movimento do real. As idas e vindas, as reconstruções, os imprevistos, os destaques e acertos – longe de qualquer neutralidade – são resgatados e reorganizados pela razão crítica empenhada em reconstruir o mais fielmente possível a realidade objetivamente dada. Esse será o nosso percurso nas próximas linhas ao lidar com o Serviço Social, considerando o debate que os assistentes sociais estabeleceram com a Teoria Social de Marx a partir de 1960, seus problemas e potencialidades. No posfácio da segunda edição de “O Capital”, Marx é muito claro ao tecer comentários sobre os métodos de pesquisa e de exposição:

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada

idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que esse esteja tratando de uma construção a priori [...] (MARX, 1983, p. 20).

A primeira parte da tese, *“Sociabilidade Burguesa e Serviço Social”*, recupera e analisa processos que explicam a gênese do Serviço Social (particularmente no Brasil) e estabelecem as suas bases ontológicas na ordem burguesa monopólica. Desenvolvido por meio de três subitens denominados *“Reprodução ampliada do capital, intensificação da pobreza e gênese do Serviço Social como profissão”*, *“A ordem burguesa no Brasil e o Serviço Social brasileiro”* e *“Autocracia burguesa e renovação do Serviço Social no Brasil”*, essa parte não se propõe a promover uma recuperação cronológica e evolucionista daquela profissão, muito menos reescrever sua história já suficientemente explorada⁸, mas tecer, com base da literatura especializada e nas informações obtidas por meio de pesquisa empírica, comentários relevantes para o tema proposto nesta tese de livre-docência. Analisar-se-á o sincrético e eclético processo de reconceituação a que foi submetido o Serviço Social em tempos de autocracia burguesa e suas marcas deixadas para as décadas seguintes⁹. Não é proposta de esse capítulo promover uma análise dessa revisão teórico-metodológica nas suas diferentes vertentes (particularmente aquelas sustentadas, de diferentes formas, na modernização conservadora ou na reatualização do tradicionalismo no Serviço Social – já suficientemente estudadas por PAULO NETTO, 1991), mas situar esse contexto e recuperar o legado crítico, de inspiração marxista, que inaugura o debate mais sistemático do Serviço Social brasileiro.

A segunda parte da tese, denominada *“Serviço Social e mundialização do capital: trabalho e formação profissional em tempos de acumulação flexível”*, é desenvolvida por meio de outros três itens: *“Pragmatismo, utilitarismo e decadência teórico-prática no Serviço Social: retomando velhas-novas tensões”*, *“Serviço Social: de qual emancipação se fala?”* e *“Reafirmando o debate marxista no Serviço Social”*. Nesta etapa são analisados os principais desafios atuais para uma interlocução propositiva entre a tradição marxiana e o Serviço

⁸ Diversos estudos foram desenvolvidos para analisar o que genericamente foi denominado de “história do Serviço Social”. Poucos, no entanto, apanharam sua gênese como profissão. Destaque deve ser dado aos estudos de Yamamoto e Carvalho (1985), Paulo Netto (1991, 1992) e Castro (1989). Informações interessantes estão registradas em Martinelli (1993) e Yazbek (1980).

⁹ Conforme esclarecemos previamente na nota de rodapé número 2 do memorial, em que traçamos nossa trajetória pessoal e profissional, o processo de reconceituação, no geral, foi um movimento de cunho latino-americano que durou cerca de 10 anos (1965-1975) e se propôs a promover uma profunda discussão e revisão teórico-metodológica e ético-política do Serviço Social tradicional (de forte base doutrinária – PAULO NETTO, 1991). Caracterizou-se por diferentes tendências que reafirmaram, modernizaram ou questionaram, com maior ou menor intensidade e por meio de um profundo sincretismo e eclecismo, o passado tradicional.

Social, indicando as potencialidades e os problemas disso em tempos de radicalização do receituário burguês e de reafirmação e refinamento das desigualdades sociais na era de acumulação flexível do capital. Essa discussão terá como interlocutor central a inserção profissional do assistente social na área da assistência (que compõe o tripé da seguridade social brasileira), responsável primeira pelo gerenciamento do “moderno” pauperismo.

Desenvolver pesquisas no atual estágio de desenvolvimento e de crise do capital exige mais do que capacidade (embora não prescindida dela). É preciso delimitar temas de estudo que assumam o ponto de vista do trabalho, que sejam relevantes para quem vive do trabalho e participa da produção social sem ser beneficiada pela riqueza por ela gerada. É necessário investigar os porões da sociedade contemporânea estruturada sob a ordem do capital (e esse é um fato incontestável e não uma afirmação “contaminada de ideologia”), tendo claro que isso exigirá, sempre, de uma forma ou de outra, atitudes políticas (assumidas ou não), indo muito além de “conclusões científicas” comprometidas com a naturalização da propriedade privada ou, no máximo, com certo tipo de crítica resignada. Obviamente que, sob essa perspectiva, não é nada tranquilo produzir conhecimentos. Os incentivos, os recursos e as prioridades são cada vez mais determinados por interesses privados. Assim sendo, combater a mercantilização da academia e das unidades educacionais e de fomento à pesquisa é tarefa necessária para a democracia e para a liberdade (no sentido amplo e qualificado dessas terminologias). Mais do que isso, é condição básica para a consolidação da massa crítica, da crítica-crítica (como queria Marx). Certamente que essa insana tarefa, cada vez mais difícil, não será obra de uma profissão e de alguns poucos abnegados. Depende, sobretudo, de um projeto societário coletivo – sem abdicar das potências e características individuais – que adote a emancipação humana como horizonte ainda que, nas condições atuais, isso sirva apenas para reunir forças isoladas e espalhadas e resistir à barbárie já anunciada. É preciso reafirmar essa radicalidade!

Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem [...] (MARX, 2005b, p. 151).

2 PARTE 1 – SOCIABILIDADE BURGUESA E SERVIÇO SOCIAL

2.1 Reprodução ampliada do capital, intensificação da pobreza e gênese do Serviço Social como profissão¹⁰

A análise sobre a gênese do Serviço Social como profissão é impensável fora dos marcos da ordem burguesa, da sua sociabilidade e suas inerentes contradições fundadas na propriedade privada dos meios de produção e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida. A reprodução ampliada do capital, intensificada e aprofundada com a revolução industrial do final do século XVIII e de todo o XIX¹¹, criou as condições objetivas para o surgimento da classe operária já claramente constituída na segunda metade do século XIX (MARX, 1986 e 1987). Esse contexto se revela em um cenário em que a burguesia já havia cumprido seu papel revolucionário solapando e varrendo as formas feudais de organização social em decadência na Europa. Nesse sentido, Löwy (1988) destaca a inflexão que o ideário burguês sofre na medida em que a classe burguesa assume a tarefa de desenvolver e manter o capitalismo como ordem societária hegemônica comprometida, claro, com a reprodução ampliada do capital. No âmbito da produção do conhecimento essa tendência se explicitará, por exemplo, no pensamento de Augusto Comte (sobretudo nas três primeiras décadas do século XIX) aprofundando-se no século XX com Émile Durkheim.

Na medida em que se desenvolve o capitalismo, as ciências naturais desabroçam e “desideologizam-se”. Isso se deve não somente à necessidade de conhecimentos científicos e técnicos do capital em geral e da grande indústria em particular, mas também ao fato de que o modo de produção capitalista está fundado sobre mecanismos diretamente econômicos da extração de excedentes (a pseudotroca de equivalentes entre salário e força de trabalho e a apropriação da mais-valia pelo capitalista), exigindo um cimento ideológico de tipo econômico-social e político e não tendo que construir uma cosmologia religiosa. No momento em que o capitalismo torna-se o modo de produção dominante nas primeiras metrópoles européias (no fim do século XVIII, início do século XIX), a ciência da natureza pode se emancipar definitivamente de toda a dependência para com as ideologias religiosas ou éticas do passado [...]. A burguesia revolucionária tinha interesses particulares a defender, diferentes dos interesses gerais das massas populares; ela lutava ao mesmo

¹⁰ Parte desse item 2.1 foi extraído e adensado a partir das reflexões contidas no capítulo de livro denominado “Reprodução do capital, trabalho estranhado e violência”, na obra recentemente publicada (e por mim também organizada com outras docentes), denominada “Averso ao Trabalho II: trabalho precarização e saúde do trabalhador”. Embora o texto tenha sido elaborado em coautoria com uma orientanda de doutorado (Maria Izabel da Silva – a quem agradeço pelo pontapé inicial), as observações nevrálgicas do texto, seu amplo desenvolvimento e seu acabamento foram de minha responsabilidade (certamente com o aval da discente).

¹¹ Também potencializada pela Revolução Francesa de 1789.

tempo contra o feudalismo e para instaurar uma nova dominação de classe, o que implicava a ocultação ideológica (consciente ou não) de seus verdadeiros objetivos e do verdadeiro sentido do processo histórico [...] (LÖWY, 1988, p. 190, 199).

É importante ressaltar que a transição entre o feudalismo e o capitalismo, como todo processo revolucionário, não foi tranqüila e pacífica, ou seja, os camponeses e produtores rurais não se converteram em trabalhadores assalariados por livre e espontânea vontade ou por considerarem isso um “bom negócio”. Como lembra Marx (1984a, p. 262), ao tratar da “*assim chamada acumulação primitiva*”,

[...] o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornaram vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a história dessa expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo [...]

É nesse contexto marcado pela industrialização acelerada sob o mando do capital – nessa historicidade do final da primeira metade do século XIX e sua segunda metade – que Marx formula (particularmente a partir de 1843) sua crítica radical à ordem burguesa e à categoria trabalho que se objetiva sob suas condições sócio-históricas: o trabalho abstrato¹². Todavia, o trabalho concreto, no seu sentido ontológico, como lembra Marx, não deixa de ser a categoria central da sociabilidade humana. O trabalho como ato teleológico previamente ideado como finalidade-causalidade está na gênese do processo de sociabilidade do homem como condição básica para a reprodução da sua própria vida (como ser humano-genérico). Em outras palavras, os homens, por meio do trabalho (na sua forma concreta), humanizam a natureza e, ao mesmo tempo, se autotransformam conforme se apropriam das propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, pondo-as em movimento (SILVA, J. F. et al, 2010). A ação humana muda a natureza (embora ela não perca suas características originais), o próprio homem e as relações por ele estabelecidas, através do qual transforma objetos naturais em valores de uso, sendo o resultado final um produto social (não natural – embora o contenha), como natureza humanizada (SILVA, M. I, 2007).

¹² Certamente que essa crítica se sustenta em outros dois pontos centrais insuprimíveis para a teoria social de Marx: o método dialético e a perspectiva da revolução.

Nessa perspectiva o trabalho deve ser considerado “[...] tanto como momento de surgimento do *pôr teleológico* quanto como *protoforma*¹³ da práxis social. [...]” (ANTUNES, 2000, p.136; LUKÁCS, 1979b), como “trabalho concreto”, útil, central à sociabilidade humana, para a autoprodução do homem como ser social.

[...] o trabalho é antes de mais nada, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento; todas as demais formas de atividade do homem, ligadas aos diversos valores, só se podem apresentar como autônomas depois que o trabalho atinge um nível relativamente elevado [...] (LUKÁCS, 1979b, 46, 87).

Ou, nas palavras do próprio Marx (1983, p. 150, 153),

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. [...] O processo de trabalho, como apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais [...]

Contudo, vale salientar que, na sociedade capitalista, o trabalho deixa de ser, em grande medida, uma realização humana, no sentido ontológico, concreto, transformando-se no trabalho coisificado (reificado), alienado-estranhado, abstrato, subjugado ao capital, configurando-se numa forma histórica do trabalho, devendo ser, portanto, historicizado. Nas palavras de Paulo Netto (1981, p. 56)

[...] a realização da vida genérica do homem deixa de ser o objeto do seu trabalho; agora, esta atividade descentrou-se, inverteu-se mesmo: é a vida genérica do homem que se torna um instrumento para a consecução da sua sobrevivência física (orgânica, animal, natural). [...].

¹³ Grifos do autor.

O trabalho alienado-estranhado – a forma como historicamente o trabalho se objetiva no capitalismo – separa o homem (força de trabalho), os instrumentos de produção (máquinas, ferramentas, etc..) e o produto do trabalho (mercadoria). Ao fazer isso, transforma a força de trabalho em uma mercadoria específica, reifica (coisifica) as relações humanas por meio de um fetiche mercadológico, institui a propriedade privada fundada na privatização da produção social e, portanto, causa um estranhamento entre o homem e o produto do seu trabalho (SILVA, J. F. et al, 2010). Portanto, as potencialidades emancipadoras contidas na categoria trabalho são, sob o reino do capital, subsumidas – embora não sejam eliminadas – por uma forma de trabalho que submete o ato de criação (trabalho concreto) à valorização do capital por meio do trabalho alienado-estranhado, abstrato e assalariado destinado à pura sobrevivência e à satisfação de carências humanas mínimas (MARX, 2004, p. 79-90). Enquanto o trabalho abstrato vincula-se à reprodução ampliada do capital (podendo deixar de existir com a superação da sociedade capitalista), o trabalho concreto, por ser uma categoria mediadora da sociabilidade humana, deve ser libertado como componente insuprimível à emancipação humana conquistada, pelo homem individual, com suas “forças próprias” como “forças sociais” (MARX, 2009a, p. 71). Nos dizeres de Marx (1983, p. 154):

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija [...]. A partir do momento em que ele entrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista. O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega [...]

Conforme indica Antunes (1999), o trabalho é instância de realização do ser social e condição para sua existência e humanização, considerando seu caráter ontológico e sua centralidade como protoforma do ser social e da práxis social. Entretanto, no modo de

produção capitalista, o que deveria ser a finalidade básica do ser social (*no e pelo* trabalho) é pervertido e degradado, isto é, o trabalho é subjugado ao capital, tendo em vista que o processo de trabalho é apenas meio de sobrevivência, a força de trabalho é mercadoria que produz outras mercadorias. Assim, adverte o referido autor, o trabalho gera o antagonismo da riqueza-miséria, da acumulação-privação e do possuidor-possuído

Portanto, o processo de desenvolvimento econômico capitalista, ao contrário do que se afirmava – pelo menos imediatamente – a partir da Revolução Francesa e dos ideais iluministas e racionalistas, gerou expressivos patamares de desigualdade socio-econômica desconhecidos até então, já que os trabalhadores expulsos do campo e expropriados de seus meios de subsistência não tiveram alternativa de sobrevivência que não passasse pela venda de sua força de trabalho ao capitalista a qualquer preço. Marx (2004, p. 82-83), referindo-se ao trabalho assalariado, alienado-estranhado, afirma que ele

[...] é externo (äusserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. [...] O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório [...]

Conforme as análises marxianas sobre a ordem burguesa vão se encorpando, sempre por meio de estudos sustentados na “lógica da coisa” (MARX, 2005b, p. 39), na reconstrução do concreto como “concreto pensado” (MARX, 1989, p. 410), Marx vai revelando o funcionamento desta sociabilidade, suas leis e seu caráter estruturalmente perverso ao trabalho e ao proletariado.¹⁴ O autor de “O Capital” se preocupa em perquirir, nas condições do seu tempo, a complexidade da sociedade burguesa apontando suas características fundamentais, sua reprodução em escala ampliada, seus limites e os

¹⁴ É interessante destacar, diga-se de passagem, também no Serviço Social, a necessidade de analisar a violência como uma categoria (certamente secundária para Marx) que emana diretamente da estrutura social burguesa em curso (a pobreza, as condições de trabalho, a falta de trabalho, entre outras – todas quase sempre naturalizadas) ou suas formas particulares de reprodução (a criminalidade, a violência nos espaços domésticos, as agressões pessoais, entre outras - frequentemente tomadas na sua imediatez, como atos pontuais cometidos por pessoas ou grupos em si). Também aqui o ponto de vista da totalidade é fundamental para perquirir a categoria violência nas suas expressões particulares, como acontecimentos excepcionais que se objetivam em uma dada historicidade marcada pela lógica reprodutiva do capital (IANNI, 2004, p. 169). Defender isso não significa endossar, em hipótese alguma, que a violência, nas suas diferentes formas de manifestação, seja diretamente e mecanicamente causada pela sociabilidade em curso, suas relações e determinações, sem quaisquer mediações. Porém, é preciso registrar que a ordem burguesa é geneticamente violenta (e sempre contou e conta com ela quando necessário), bem como oferece um terreno muito fértil para que formas particulares de violência sejam potencializadas sob suas condições.

caminhos para sua superação revolucionária¹⁵. A crítica marxiana, entretanto, não se constituiu magicamente, mas a partir das condições reais vivida pelo autor (especificamente na convivência direta com a classe operária a partir de seu exílio em 1843). O perfil democrata radical de Marx expresso nos “*Manuscritos de Kreuznach*” (MARX, 2005a)¹⁶, rapidamente transita para uma recusa do autor ao liberalismo já esboçada em “*Para a Questão Judaica*” (particularmente nas diferenças por ele estabelecidas entre a emancipação política e a emancipação humana – MARX, 2009a)¹⁷, adquire clareza revolucionário-proletária na “*Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução*” (MARX, 2005b)¹⁸ e aprofunda-se nos “*Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*” (MARX, 2004).¹⁹ Vejamos alguns trechos dessas obras que indicam essa transição de Marx rumo ao comunismo:

Toda a emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, a indivíduo *egoísta independente*; por outro, a *cidadão*, a pessoa moral. Só quando o homem individual retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais -, se tornou *ser genérico*; só quando o homem reconheceu e organizou as suas *forces propres (forças próprias)* como *forças sociais* e, portanto, não separa mais de si a força social na figura da força *política* – [é] só então [que] está consumada a emancipação humana. [...] (MARX, 2009a, p. 71).

Quando o proletariado anuncia a dissolução da ordem social existente apenas declara o mistério da sua própria existência, uma vez que é a efetiva dissolução desta ordem. Quando o proletariado exige a negação da propriedade privada, apenas estabelece como princípio da sociedade o que a sociedade já elevava a princípio do proletariado e o que este já involuntariamente encarna enquanto resultado negativo da sociedade [...] Assim como a filosofia encontra as armas materiais no proletariado, assim o

¹⁵ É possível, a partir dos estudos de Marx e Engels, discutir outro papel desempenhado pela violência: o de “parteira de toda velha sociedade que traz em si a nova” nos processos revolucionários (ENGELS, in NETTO – org –, 1981, p. 188), que em hipótese alguma se identifica com a revolução ou com a nova sociedade que surge a partir dela.

¹⁶ Também conhecido como “Crítica à Filosofia do Direito de Hegel”, escrito entre junho e agosto de 1843.

¹⁷ Elaborado entre junho e dezembro de 1843.

¹⁸ Escrito em dezembro de 1843.

¹⁹ José Paulo Netto destaca, ao redigir o prólogo à edição brasileira de “Para a Questão Judaica” (MARX, 2009a, p. 21), que “É nesse momento crucial de definição teórico-filosófica e política (exatamente: no processo de elaboração que vai do Manuscrito de Kreuznach à ‘Contribuição...’) que Marx elabora Para a questão judaica: nessas páginas, fica evidente a sua recusa radical do liberalismo (e só isso já era mais que suficiente para afastá-lo da posição de Bauer), mas ainda não está afirmada a sua opção pela revolução proletária. Para dizê-lo de modo mais preciso: o ritmo de seu desenvolvimento teórico filosófico e político está em precipitação e Marx coloca-se numa vertente democrática radical (verificável no Manuscrito de Kreuznach) em trânsito para uma perspectiva revolucionária (nitidamente esboçada na ‘Contribuição...’). [...]”

proletariado tem as suas armas intelectuais na filosofia [...] (MARX, 2005b, p. 156).

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz [...] O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto maior mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. [...] O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta ao trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador [...] (MARX, 2004, p. 80, 82).

Os apontamentos dos manuscritos de 1844 são retomados e aprofundados nas principais formulações de Marx em “O Capital” (em alguns momentos reproduzidos, inclusive, textualmente). A exploração, aqui, se objetiva desapropriando o trabalhador, impondo-lhe barreiras sociais insuperáveis sob o mando do capital, desumanizando-o concretamente como ser social humano-genérico.

Suponha que a jornada de trabalho constitua-se de 6 horas de trabalho necessário e 6 horas de mais-trabalho. Assim, o trabalhador livre fornece semanalmente ao capitalista 6 X 6 ou 36 horas de mais-trabalho. É o mesmo se ele trabalhasse 3 dias por semana para si e 3 dias por semana gratuitamente para o capitalista. Isso não é, porém, visível. O mais-trabalho e o trabalho necessário confundem-se um com o outro (...) A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorve de mais-trabalho, produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida [...]. (MARX, 1983, p. 191, 212).

No modo de produção capitalista, portanto, o trabalho converte-se em meio de sobrevivência, bem como a força de trabalho “livre” torna-se uma mercadoria, com vistas à produção de outras mercadorias que alimentam o metabolismo do capital, seu processo de concentração permanente e de sua contínua tendência de centralização (MARX, 1984, p. 197)²⁰. Organiza-se, então, a produção e reprodução da vida humana por meio de um

²⁰ Em “A Lei Geral da Acumulação capitalista”, Marx (1984a, p. 197) lembra que “[...] o progresso da centralização não depende, de nenhum modo, do crescimento positivo da grandeza do capital social. E

processo que coisifica as pessoas e suas relações, captura a sua subjetividade nos seus aspectos mais íntimos, convertendo-as em instrumentos de manipulação, subjugadas e degradadas. Esse processo, frequentemente, se traveste em atitudes “éticas”, corretas e imprescindíveis à “saúde social” (à reprodução social), em defesa dos “valores democráticos universais”, como ações benéficas e capazes de estimular a “paz social”, a solidariedade de classes e a “não violência”²¹.

Os elementos indicados até aqui oferecem o terreno básico para fundamentar um dos pilares que sustentam a gênese do Serviço Social como profissão, ainda que essa gênese esteja historicamente situada no final do século XIX: *a era de monopólios com suas peculiaridades (mais adiante tratadas), portanto após as lutas operárias de 1848 e 1871*²². Nesse contexto, discutir a desigualdade social sob o mando do capital significa necessariamente analisar a expropriação do trabalho e o pauperismo travestido do que se convencionou chamar de “questão social”. Este é um aspecto importante adensado com os desfechos do século XIX no amanhecer da ordem monopólica.

A expressão “questão social” (PAULO NETTO, 2001, p. 42), de origem recente (cerca de 170 anos), começou a ser utilizada próximo da terceira década do século XIX, sendo divulgada até a metade do mesmo século por pensadores críticos e filantropos de diferentes segmentos sociais e espectros políticos. Ela serviu para sintetizar um acontecimento histórico visível na Europa Ocidental desse mesmo período, já sob a influência da primeira expansão industrial iniciada na Inglaterra no último quarto do século XVIII: *o pauperismo*. A terminologia, no entanto, deslocou-se dessa orientação original já na segunda metade do século XIX, sendo capturada pelo pensamento conservador (perdendo

especialmente isso diferencia a centralização da concentração, que é apenas outra expressão para a reprodução em escala ampliada. A centralização pode ocorrer por meio de mera mudança da distribuição de capitais já existentes, mediante mudança simples do agrupamento quantitativo dos componentes do capital social [...].”

²¹ Estamos, na realidade, diante de uma forma de violência que constitui a estrutura que sustenta a sociabilidade burguesa (necessária à reprodução do capital), que nasce e emana diretamente dela, que se utiliza de uma força não necessariamente física (ainda que não abdique dela quando necessário), capaz de impor regras, valores e propostas, quase sempre consideradas naturais, normais e necessárias, que fazem parte da essência da ordem burguesa, ou seja, formam sua natureza. A violência, então, na sua forma estrutural, se materializa envolvendo, ao mesmo tempo, a base econômica por onde se organiza o modelo societário (a infraestrutura) e sua sustentação ideológica (a superestrutura), sem que, com isso, seja endossada uma abordagem que emasculé o papel da segunda em relação à primeira (MARX, 1988).

²² Brillantemente tratadas por Marx em “As lutas de classe na França” (MARX, 1986) e “O dezoito brumário de Louis Bonaparte” (MARX, 1987). Consultar, também, Hobsbawm, 1989.

sua estrutura histórica e naturalizando-se) na emergência de defender a ordem burguesa após as tempestades revolucionárias de 1848. Como lembra Paulo Netto (2001, p. 44),

[...] de fato, no âmbito do pensamento conservador – a “questão social”, numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto de ação moralizadora. E, em ambos os casos²³, o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a propriedade privada dos meios de produção. [...]

Desde seus estudos de juventude, muito particularmente a partir da experiência como chefe de redação do jornal “A Gazeta Renana”, Marx se deparou com a pobreza absoluta dos trabalhadores. A conhecida passagem pelo referido jornal (como diretor editorial) rendeu a ele uma importante experiência que culminou com sua demissão e com o fechamento do periódico (em março de 1843 a mando do monarca Frederico Guilherme IV), após publicação de um artigo do então jovem jornalista questionando a repressão oficial ao roubo de lenha para o aquecimento do rigoroso inverno prussiano²⁴. Portanto, o enfrentamento do pauperismo – sob o manto da expressão “questão social” – foi decisivo para a trajetória de Marx rumo à revolução proletária e ao comunismo já em dezembro de 1843. Desde então, são nítidas em seus estudos as referências ao pauperismo absoluto da época *como um complexo social que compõe a natureza da propriedade privada no capitalismo, ou seja, manifestação direta da apropriação privada da produção social e da lei geral da acumulação capitalista* tratada em “O Capital” (MARX, 1984a, p. 187-259). Além da nitidez da análise marxiana já nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* (ainda que em fase de lapidação), destacando o empobrecimento do proletariado ao submeter-vender sua força de trabalho ao capitalista²⁵, a referência à pauperização também aparece em outro

²³ O autor se refere, aqui, a duas linhas conservadoras em geral: os pensadores laicos (em que Durkheim é um ótimo expoente com sua escola sociológica) e os pensadores confessionais (expresso, por exemplo, nas encíclicas papais, particularmente a de Leão XIII de 1891, mais conhecida como “Rerum Novarum” - que também trata das condições do proletariado).

²⁴ Conforme salienta Paulo Netto (2009a, p. 19-20), “É essa experiência que o coloca diante de duas constatações. A primeira diz respeito às debilidades do liberalismo, seja o pós-revolucionário (a referência é a Revolução Francesa de 1789), seja o da burguesia de um país atrasado – na Gazeta Renana, Marx compreendeu os limites do liberalismo burguês. A segunda remete à sua própria formação intelectual: fica claro, para Marx, que o horizonte da filosofia hegeliana não dava conta dos problemas histórico-concretos da contemporaneidade – seria necessário ir além da filosofia para intervir ativamente na realidade social [...]”.

²⁵ “Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isto só é possível pelo fato de [o produto do trabalho] pertencer a um outro homem fora do trabalhador. Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem fruição para um outro e alegria de viver para um outro. Não os

texto escrito em agosto de 1844: *“Glosas críticas marginais ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social’. De um prussiano”*.

Bom ar puro a atmosfera pestilencial das habitações nos pardieiros ingleses! Grande beleza da natureza os fantasiosos trapos com que se vestem os pobres ingleses e a carne mirrada e enrugada das mulheres roídas pelo trabalho e pela miséria; as crianças que jazem no esterco; os abortos provocados pelo excesso de trabalho no uniforme mecanismo das fábricas! E os graciosos últimos detalhes da prática: a prostituição, o crime e a força! [...] (MARX, 2009b, p. 5).

Engels, em seu conhecido estudo sobre as condições da classe trabalhadora na segunda metade do século XIX, também fornece elementos significativos sobre o quadro que assolava a classe operária inglesa naquela oportunidade.

Regra geral, as casas dos trabalhadores estão mal implantadas, mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; nelas, os habitantes estão confinados a um espaço mínimo e, na maior parte dos casos, num cômodo dorme pelo menos uma família inteira. A disposição interior das casas é miserável; chega-se num certo grau à ausência total dos móveis indispensáveis. As roupas dos trabalhadores também são, regra geral, medíocres e estão freqüentemente esfarrapadas. A comida é geralmente má, muitas vezes imprópria para consumo, em muitos casos, pelo menos em certos períodos, insuficiente e, no extremo, há pessoas que morrem de fome [...] No melhor dos casos, uma existência momentânea suportável: para um trabalho duro, bom alojamento e comida menos má (do ponto de vista do operário, evidentemente, tudo isto é bom e suportável); no pior dos casos uma miséria cruel pode ir até a ausência do fogo e casa e à morte pela fome; mas a média é muito mais próxima do pior do que do melhor dos casos. [...] (ENGELS, 1988, p. 88).

O que fica claro na análise concreta de Marx é que a *“[...] acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado. [...]”* (MARX, 1984a, p. 183) e que há, cada vez mais, uma tendência em administrar o inadministrável: *a barbárie social oriunda da desigualdade estrutural provocada pelo capital e por sua reprodução ampliada*. A lei geral da acumulação capitalista mostra que o acúmulo da miséria corresponde, ao mesmo tempo, à acumulação do capital (como desdobramentos de um mesmo processo único e indivisível). Nas palavras de Marx (1984a, p. 210), a *“[...] acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, acumulação da miséria de outro, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto. [...]”*. Ou, em outras palavras,

deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem. [...]” (MARX, 2004, p. 86).

“Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista [...]” (MARX, 1984a, p. 209).

A apropriação da expressão “questão social” por parte dos teóricos e filantropos do pensamento conservador (sobretudo a partir da segunda metade do século XIX), atua no sentido de naturalizar a miséria e, ao fazer isso, amenizar seu peso como algo que gradativamente deve ser tratado com o apoio do Estado por meio da gestão da pobreza (uma realidade que vai se consolidando amplamente já na segunda metade do século XIX, a partir das revoltas proletárias). Já naquela época, sob as condições do capitalismo industrial, a questão social era entendida como um desarranjo social e administrativo (como um problema de gestão – uma “velho-nova” questão contemporânea), possível de ser sistemicamente gerenciado. A era monopólica colocará em tela, então, outro importante “personagem” que atuará no estímulo à economia capitalista e na gestão eficiente e enxuta (higienizadora) responsável por lidar com a pobreza (com apoio de profissionais especializados prestadores de serviços)²⁶: o Estado. Põe-se em curso *um processo permanente de naturalização de gestos e de procedimentos, quase sempre considerados necessários, adequados e normais, penalizando – de uma forma ou de outra – os pobres e a pobreza, naturalizando-os*. É revelador verificar as observações de Marx feitas há mais de 150 anos:

Antes de mais nada, o assustador aumento do pauperismo é atribuído a uma ‘falha de administração’ [...] O parlamento inglês não se limitou à reforma formal da administração. Segundo ele, a causa principal da grave situação do pauperismo inglês está na própria lei relativa aos pobres. A assistência, o meio legal contra o mal social, acaba favorecendo-o. E quanto ao pauperismo em geral seria, de acordo com a teoria de Malthus, uma eterna lei da natureza [...] A essa filantrópica teoria, o parlamento inglês agrega a idéia de que o pauperismo é a miséria da qual os próprios trabalhadores são culpados, e ao qual portanto não se deve prevenir como uma desgraça, mas antes reprimir e punir como um delito [...] frente às conseqüências que brotam da natureza a-social desta vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, frente a estas conseqüências, a impotência é a lei natural da administração [...] Se o estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar

²⁶ A pobreza é outra categoria que carece de precisão. Sua conceituação quase sempre se limita a índices cientificamente ajustados (para cima e para baixo) que “explica” quem são os pobres e, entre eles, quem deixou de ser (ou seja, os que foram “incluídos”).

com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela [...] (MARX, 2009b, p. 6-7, 11).

Essa mesma tendência de naturalização do pauperismo é enfatizada pelo autor em *“O Capital”* como um componente intrínseco, necessário ao processo ampliado de acumulação, gerador da dita “questão social” e da barbárie social. A violência de ordem estrutural, *como um complexo social secundário e, nesse caso, determinado*, amplia-se e adquire contornos cada vez mais complexos, por meio de um processo que permanentemente expulsa trabalhadores do mercado de trabalho, aumenta o exército industrial de reserva (hoje muito mais permanente) e amplia a superpopulação relativa (na sua diversidade)²⁷. Mais do que isso, há, segundo Marx, uma clara tendência de *extrair maior produtividade da força de trabalho sem necessariamente aumentar o número absoluto de trabalhadores*, tendo como principal aliado a ciência, a tecnologia e a racionalidade organizacional, também por meio do deslocamento de trabalhadores considerando-se funções recriadas no processo produtivo (fato que permanece, com outros contornos, com maestria, nos dias atuais).²⁸ Isso ocorre por meio de uma alteração na “composição técnica do capital” e, portanto, também na sua composição orgânica (MARX, 1984a, p. 195-196), ou seja, o componente variável do capital (convertido em força de trabalho) diminui relativamente em relação ao capital constante (a parcela investida no maquinário e na tecnologia).

²⁷ Entendida por Marx (1984a, p. 207), nas condições do seu tempo, como “líquida e ou flutuante, latente e estagnada”. Flutuante: formada por trabalhadores dos grandes centros industriais ora empregados, ora desempregados; latente: existentes nas áreas rurais quando nela se generalizam relações capitalistas e que podem migrar para as cidades; estagnada: formada por trabalhadores sem emprego fixo que perambulam entre uma e outra atividade. Existe, ainda, fora da superpopulação relativa, a parte extremamente degradada do proletariado caracterizada como “lumpem proletariado”: indigentes, órfãos, mutilados, enfermos e pobres em geral que vegetam na miséria e no pauperismo. Evidentemente que tais designações carecem, hoje, de maior precisão sócio-histórica, dadas as profundas transformações ocorridas na ordem do capital ao longo de todo o século XX e início do século XXI.

²⁸ É oportuno ressaltar que o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Assim, pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo, embora possa precarizá-lo e desempregar parcelas imensas de trabalhadores. Ressalta-se, ainda, que as transformações ocorridas no mundo do trabalho ocorreram na sua estrutura produtiva e na representação sindical e política de forma tão intensa que a “classe-que-vive-do-trabalho” sofreu sua mais aguda crise do século que atingiu não só sua materialidade como também sua subjetividade, tendo como forte aliado a cooptação dos trabalhadores que passaram a assumir o projeto do capital supondo um “envolvimento manipulatório levado ao limite” (ANTUNES, 1999 e 2000). Destaca-se, ainda, que “o desemprego [...] não resulta do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas sob as relações sociais de produção capitalistas.” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 134)

O velho capital alcança com o tempo o momento de sua renovação da cabeça aos pés, quando ele muda de pele e igualmente renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias primas [...] Por um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai, portanto, em proporção a seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele. [...] Por um lado, portanto, com o avanço da acumulação, maior capital variável põe mais trabalho em ação, sem recrutar mais trabalhadores; por outro, capital variável da mesma grandeza põe mais trabalho em ação com a mesma massa de força de trabalho e, finalmente, mais forças de trabalho inferiores mediante o deslocamento de forças de trabalho superiores. [...] O capital age sobre ambos os lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação multiplica a demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua 'liberação', enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a porem mais trabalho em ação, portanto, até certo ponto, torna a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores. [...] (MARX, 1984a, p. 198, 203, 206).

Todo esse processo é fortemente marcado pela degradação da própria força de trabalho que, em diferentes épocas da expansão capitalista, esgota as energias dos trabalhadores deslocando-os para escalões subalternos, de menor importância para a produção ou, simplesmente, descartando-os e lançando-os ao adoecimento mental e físico precoce. Como já havia apontado Marx (1983, p. 196), “[...] *nada é nesse sentido mais característico do que a designação dada aos trabalhadores que trabalham todo tempo, de full time [...]*”²⁹. O vampirismo, a que se refere Marx (1983)³⁰, desumaniza, em diferentes épocas (e por diferentes mecanismos), o trabalhador do campo e da cidade, desde os segmentos mais mal pagos pelo capital aos trabalhadores de “alto nível”. Atualmente, enquanto os primeiros “fritam sua carne” e adoecem sob o sol escaldado de cada dia ou nos pavilhões lípidos das empresas enxutas e “toyotizadas” como membros de uma “família” (mantida sob a “disciplina democrática” da autofiscalização até que o desemprego os separe), os segundos, longe do pauperismo absoluto, consomem suas energias supervisionando a acumulação do capital como gerentes e diretores, sugados na sua subjetividade e enfeitados pelo consumo de mercadorias de luxo (permanentemente

²⁹ Grifos nossos.

³⁰ “O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome seu tempo disponível para si, então rouba o capitalista. [...]” (MARX, 1983, p. 189).

assolados pelo desemprego, pelo descarte ou pelo simples rebaixamento institucional vexatório). Esse processo se intensifica e normalmente se estende para além dos espaços de trabalho, roubando o “tempo livre” dos trabalhadores nas suas próprias residências, invadindo sua privacidade, sua vida pessoal e subjetiva. Aos desempregados (permanentes ou não) ou empregados precariamente, resta-lhes o “*salve-se quem puder*”, a prostituição, o crime, as ruas, as cadeias, o extermínio lento, gradual ou direto (as situações terminais), os programas sociais precários “inclusivos” (?) da assistência social (ou um pouco disso tudo). As observações feitas por Marx há mais de 140 anos são extraordinariamente atuais, ainda que elaboradas sob outras condições sócio-históricas:

O consumo da força de trabalho pelo capital é, além disso, tão rápido que o trabalhador de mediana idade, na maioria dos casos, já está mais ou menos esgotado. Ele cai nas fileiras dos excedentes ou passa de um escalão mais alto para um mais baixo. Justamente entre os trabalhadores da grande indústria é que deparamos com a duração mais curta da vida. [...] dentro do sistema capitalista, todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento do seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma; desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho [...] (MARX, 1984a, p. 207, 209-210).

É claro, no entanto, que a gênese do Serviço Social como profissão, ou seja, “[...] como prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada [...]”³¹ (PAULO NETTO, 1992, p. 13), ocorreu na fase seguinte do desenvolvimento capitalista mais conhecida como capitalismo de monopólios típico da era imperialista já claramente anunciada no final do século XIX. De uma maneira geral, a era de monopólios (a fase em que o imperialismo se radicaliza e se intensifica) se refere a um período em que a acumulação capitalista baseia-se no controle de mercados (monopólios), através de acordos ou fusões de empresas (pool, cartel e truste). Esta lógica se apoia, ao mesmo tempo, no sistema de crédito financeiro. O desenvolvimento desse modelo permite uma maior integração entre os capitais industrial e bancário, bem como favorece a exportação de capital-dinheiro e de

³¹ Grifos nossos.

capital produtivo entre nações capitalistas (PAULO NETTO, 1992, p. 16 e BOTTOMORE, 1993, p. 187). Nos dizeres de LENINE (2008, p. 125-126),

[...] o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. [...] O monopólio é produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento. É formado pelas associações monopolistas dos capitalistas, os cartéis, os sindicatos e os trusts. [...] Os monopólios vieram intensificar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista: a hulheira e a siderúrgica. [...] O monopólio surgiu dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro. [...] O monopólio nasceu da política colonial. [...]

Nesse contexto, o pauperismo se robustece e se complexiza, e as ações na gestão da “questão social” (já analisada a partir das orientações marxianas) sofrem alterações significativas com apoio de um importante personagem capturado organicamente pelo capital: o Estado. A isso se juntam, particularmente em relação ao Serviço Social, as movimentações ocorridas no interior dos trabalhos de cunho religioso orientados, especificamente, no caso da Igreja Católica, pelas encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931)³², visando rever as estratégias do catolicismo e posicioná-lo em uma sociabilidade em transformação.

A célebre e polêmica “introdução” de Engels à obra marxiana *“As lutas de classes na França (1848-1850)”*, elaborada em um contexto particular e após um balanço de 50 anos (diga-se de passagem, um texto desfigurado pela direção da social-democracia alemã e capturada pelo seu equivocado revisionismo)³³, anuncia um fôlego adicional da ordem burguesa no final do século XIX (reafirmado, em meio a suas crises e expansões, no século XX). Isso, simultaneamente, impõe uma longa tarefa aos revolucionários

³² A influência católica apostólica romana sempre foi preponderante no âmbito do Serviço Social, se comparada com outras expressões religiosas. Vale destacar, no entanto, que ela não foi a única. Exemplo disso foi o desenvolvimento do Serviço Social nos Estados Unidos – que também influenciou o Serviço Social no Brasil (particularmente por meio dos estudos de Mary Richmond) – marcado por uma perspectiva de maior teor laico (certamente inspirada pela tradição protestante) e, por isso, com um diálogo mais próximo de concepções racionalistas (ainda que valores messiânicos de cunho religioso sempre tenham feito parte do Serviço Social). São conhecidas, posteriormente, já na metade do século XX, as aproximações entre o Serviço Social norte-americano e o europeu.

³³ Presente, por exemplo, nos estudos de Berstein e Kautisky (entre outros).

estabelecendo dificuldades objetivas após as movimentações revolucionárias de 1848 e 1871, já no amanhecer da ordem monopólica. Escreve Engels:

Até 1848, a própria pessoa podia fabricar as munições necessárias com pólvora e chumbo; atualmente, os cartuchos diferem para cada tipo de fuzil, só havendo entre eles, como ponto comum, o fato de serem produtos da técnica da grande indústria e, portanto, não se poderem fabricar ex tempore; [...] Finalmente, os bairros construídos a partir de 1848 nas grandes cidades têm ruas longas, retas e largas e parecem ser feitos de encomenda [...]. Quer isso dizer que, no futuro, a luta armada não desempenhará nenhum papel? Absolutamente não. Significa apenas que, a partir de 1848, as condições se tornaram muito menos favoráveis para os combatentes civis, e muito mais favoráveis para as tropas [...]. Onde quer que se trate de transformar completamente a organização da sociedade, cumpre que as próprias massas nisso cooperem, que já tenham elas próprias compreendido de que se trata, o motivo pelo qual dão seu sangue e sua vida. Isso foi o que nos ensinou a história dos últimos cinquenta anos. Mas para que as massas compreendam o que é necessário fazer é preciso um trabalho longo e perseverante; é precisamente esse trabalho que realizamos agora, com tal êxito que desespera nossos adversários. [...] (ENGELS, apud MARX, Karl, 1986, p. 43-44).

Nesse contexto, considerando-se mais diretamente a gênese do Serviço Social, vale destacar, então, dois atores importantes em tela: o Estado burguês e suas alterações desencadeadas no último quarto do século XX, bem como as movimentações no âmbito da Igreja Católica. Ambos, desnecessário dizer, fortemente atrelados à sociabilidade burguesa, à sua reorganização e ao imenso avanço da ciência a serviço dessa ordem societária, ainda que respondam – de alguma forma – às *demandas impostas pelos levantes operários de 1848 e 1871 (e esse dado é relevante)*.

A partir da era de monopólios (já sob o padrão fordista de organização do trabalho nas primeiras décadas do século XX), a relação de “complementaridade” entre Estado e capitalismo passa a ser *orgânica* na medida em que o primeiro não apenas gerencia interesses da classe hegemônica como também é capturado por um circuito que *o coloca como parte integrante de uma complexa organização socioprodutiva (altamente burocratizada) que estimula diretamente a economia burguesa, participa ativamente da reprodução da força de trabalho e administra as tensões sociais*. Junto com suas funções de estímulo e transferência de recursos públicos para os fins privados dos grandes monopólios (na esfera da economia-política), o Estado burguês, “situado acima do bem e do mal”, “desclassificado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985 e IAMAMOTO, 1994), gerencia problemas

sociais setorizados por meio de ações e políticas fragmentadas e objetivadas no místico pântano estabelecido entre a esfera pública e privada (PAULO NETTO, 1992, p. 30). Essa determinada forma de Estado, então, ao mesmo tempo em que oculta sua essência classista gerencia – por meio de uma rede de serviços prestados por instituições sociais das mais diversas – disfunções sociais atribuídas a indivíduos e ou segmentos sociais, problemas esses genericamente identificados como “questões sociais” visíveis na esfera pública.

Está claro, assim, que o estado foi capturado pela lógica do capital monopolista – ele é o seu Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais. Donde uma explicável alteração não apenas na modalidade de intervenção do estado (agora contínua, em comparação com o estágio concorrencial), mas nas estruturas que viabilizam a intervenção mesma: no sistema de poder político, os centros de decisão ganham uma crescente autonomia em relação às instâncias representativas formalmente legitimadas. Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, ao nível de suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista [...] (PAULO NETTO, 1992, p. 22).

Antonio Gramsci, em *“Americanismo e Fordismo”*, capta muito bem esse momento particularizado nas condições da Itália dos anos 1920 e 1930, ressaltando a era monopólica e suas metamorfoses na esfera da organização e da disciplina da força de trabalho. A “americanização”, conforme nos destaca o membro fundador do partido comunista italiano, carece de uma organização social intencionalmente estruturada, composta, entre outras coisas, por um tipo de Estado que adere, compõe, estimula e financia (com fundos públicos) a livre iniciativa e o individualismo econômico propiciados pela concentração industrial monopólica. O Estado atuou diretamente, por meio de ações econômico-financeiras, no desaparecimento das formas semifeudais de acumulação propiciando sua transformação para um padrão industrial-monopólico (ainda na sua fase fordista). Gramsci percebe que se trata de um processo de racionalização e de controle intensos, historicamente determinado (portanto, mutável e transitório), que atua no sentido de formar trabalhadores educados e embrutecidos dentro do padrão de organização do trabalho (fordista), como seres “conscientes” do processo de que participam ou, com queria Taylor, como “gorilas domesticados”.

Efetivamente Taylor exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana: desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais

e automáticas, romper o velho nexo psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. Mas, na realidade, não se trata de novidades originais, trata-se somente da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, fase que apenas é mais intensa do que as precedentes e manifesta-se sob formas mais brutais, mas que também será superada com a criação de um novo nexo psicofísico de um tipo diferente de procedentes e, indubitavelmente, uma seleção forçada, uma parte da velha classe trabalhadora será impietosamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*. [...] (GRAMSCI, 1989, p. 397).

Vale destacar, nesse contexto, também pelo vínculo com o Serviço Social, a clara posição da Igreja Católica, oficialmente já explicitada desde 1891 na encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII: *por um lado a recusa radical à transição socialista e a revolução comunista; por outro, uma pregação abstrata sustentada na caridade dos ricos para com os pobres deixando a propriedade privada intacta*. Não há, aqui, evidentemente, a defesa de uma posição intermediária entre capitalismo e comunismo, mas uma clara afirmação da primeira adequando-a à caridade neotomista (com retoques peculiares da conjuntura da época). O ataque ao “comunismo ateu”, materialista, à luta de classes, à consciência de classe, se sustenta em um tipo de “solidariedade cristã” que não considera o trabalhador um escravo e lhe paga o “salário justo” (sob o peso de ser amaldiçoado pelos céus!). Vejamos, abaixo, um revelador trecho da citada encíclica:

Para remediar estes males, os “socialistas”, depois de estimular entre os pobres o ódio aos ricos, pretendem liquidar com a propriedade privada, substituindo-a pela coletiva, em que os bens de cada um sejam comuns a todos, respondendo por sua conservação e distribuição os que dirigem o município ou têm em mãos o governo geral do estado. Eles acreditam solucionar o mal presente com esta transferência dos bens dos particulares para a comunidade, repartindo-os e dividindo-os de forma perfeitamente igual entre os cidadãos. Por isto se vê que o princípio socialista – segundo o qual toda a propriedade há de ser comum – deve ser absolutamente rechaçado, porque prejudica aqueles que pretende socorrer, conflita com os direitos naturais dos indivíduos e perturba os deveres do Estado e a tranqüilidade comum. Fica claro, pois, que, quando se procura a maneira de aliviar os povos, o que é principal, fundamento de tudo, é isto: *deve-se preservar intacta a propriedade privada* [...]. Não considerar os operários como escravos, respeitar neles a dignidade da pessoa e a nobreza que esta agrega ao chamado caráter de cristão³⁴ [...] defraudar a uma pessoa do

³⁴ Ora, qualquer capitalista minimamente atento sabe que o operário não pode ser um escravo. A fonte da riqueza capitalista é exatamente o trabalho abstrato, alienado-estranhado (que não se apresenta no escravismo). Diga-se de passagem, a escravidão, o modelo agrário exportador sustentado na monocultura e

salário que lhe corresponde é um enorme crime, que clama vingança ao céu [...] ³⁵. (Rerum Novarum apud CASTRO, 1989, p. 47-48, 53).

A influência do positivismo de Augusto Comte é visível e compõe a Doutrina Social da Igreja no seu afã de situar-se no processo de luta de classes (veementemente negado) na defesa dos “valores humanos”, da “pessoa humana”. O resultado desse sincretismo é uma abstração total, reproduzindo esquemas mecânicos, grosseiros e primários de inspiração positivista. A defesa do trabalho estranhado, submetido ao capital, é nítida, reduzindo essa importante e central categoria à sua forma burguesa.

[...] assim como no corpo se unem membros tão diversos entre si, e de sua união resulta esta disposição de todo o ser a que bem chamaríamos simetria, também assim, na sociedade civil, a natureza ordenou que aquelas duas classes se unam, concordem e se adaptem uma à outra, de modo que se equilibrem, pois sem trabalho não pode haver capital e vice-versa [...] (Rerum Novarum apud CASTRO, 1989, p. 51).

Entre o Serviço Social como profissão, constituído na ordem monopólica, e as tradicionais ações religiosas de cunho messiânico e filantrópico (as protoformas do Serviço Social ligadas ao trabalho voluntário católico), o que existe é uma relação de rupturas com continuidades (PAULO NETTO, 1992). O mercado de trabalho capitalista paulatinamente instaura um espaço socio-ocupacional que possui demandas objetivas, ontologicamente dadas. Sendo assim, *o Serviço Social não é consequência de uma simples evolução das estratégias de ajuda presentes nas ações sociais religiosas*. Trata-se, na verdade, de uma profissão gestada na era do capitalismo de monopólios (imbricada com o padrão fordista de organização e racionalização da produção), no caso brasileiro, latino/centro-americano e caribenho nitidamente hiper-tardio ³⁶ (tema abordado no próximo item), na trama estabelecida entre o Estado (e seus respectivos governos), a ação das igrejas (não só, mas

a grande propriedade serviram muito bem ao capital em países dependentes e hiper-tardios (como o Brasil). Mas esse assunto será tratado mais adiante.

³⁵ Sobre o “salário justo” Marx é certo desde seus escritos de juventude: “Mesmo a igualdade de salários, como quer Proudhon, transforma somente a relação do trabalhador contemporâneo com o seu trabalho na relação de todos os homens com o trabalho. A sociedade é, nesse caso, compreendida como um capitalista abstrato. Salário é uma consequência imediata do trabalho estranhado, e o trabalho estranhado é a causa imediata da propriedade privada. Conseqüentemente, com um dos lados tem também de cair o outro. [...]” (MARX, 2004, p. 88)

³⁶ O termo “hiper-tardio” remete ao caráter regressivo da revolução burguesa brasileira, sua necessária “incompletude” como forma possível de objetivação por meio da via colonial (que a caracterizou estruturalmente). Vale destacar sua particularidade se comparada à via clássica que reinou em países como a Inglaterra ou em relação às experiências tardias européias (como a Alemanha). Uma ótima análise desse processo encontra-se em Chasin (1978).

especialmente a católica) e a questão social (o pauperismo fermentado pelas convulsões do movimento operário). É parte constituinte, portanto, de um complexo processo comprometido com a formulação de inúmeras estratégias utilizadas para maximizar e intensificar a acumulação do capital, modernizando e profissionalizando a gestão das tensões sociais oriundas de uma desigualdade social que marca geneticamente a propriedade privada, o mundo do capital e estimula seu metabolismo.³⁷

[...] na emergência profissional do Serviço Social, não é este que se constitui para criar um dado espaço na rede sócio-ocupacional, mas é a existência deste espaço que leva à constituição profissional [...] não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a ruptura com elas [...]. A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica (PAULO NETTO, 1992, p. 69).

A departamentalização e a fragmentação da questão social em “questões sociais” tratadas por políticas setoriais sustentam-se na perspectiva da integração social, da redução de disfuncionalidades e da atomização, singularização e individualização de demandas imediatamente identificadas como pontuais, publicizando e desclassicizando os “desarranjos” estruturais intrínsecos ao mundo do capital. Sob essa perspectiva, naturaliza-se a ordem burguesa, sua sociabilidade, e o social é reduzido a problemas e disfunções patológicas que remetem os insucessos e sucessos à esfera individual (por mais elaborada que seja a perspectiva aqui considerada)³⁸. A coerção e o consenso no âmbito da intervenção profissional (IAMAMOTO, 1994, p. 40) se reproduzem com forte ênfase moral cuja base inicial muito revela a encíclica de Leão XIII, sendo, aos poucos, enriquecidos por um tecnicismo e por uma espécie de psicologização dos problemas sociais sustentados em fragmentos teóricos recolhidos, sincreticamente (PAULO NETTO, 1992), das Ciências Sociais. Sob essa base, sustenta-se a gênese do Serviço Social na era de monopólios, enfatizando o conservantismo e o reformismo integrador.

³⁷ David Harvey lembra que “[...] Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares dos seus trabalhadores ‘privilegiados’ (em larga medida imigrantes) para ter certeza de que o ‘novo homem’ da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e ‘racional’ para corresponder às necessidades e expectativas da corporação [...]”. (HARVEY, 2003, p. 122)

³⁸ Na segunda parte desta tese, veremos como essa perspectiva persiste, com “mistificações democráticas” e um discurso sistêmico mais complexo, no Serviço Social contemporâneo e nas demandas a ele impostas pelo mercado de trabalho capitalista. Trataremos disto ao dar destaque a um importante espaço socio-ocupacional do Serviço Social: a assistência social.

A individuação dos “casos sociais”, em detrimento ao reconhecimento da situação social comum vivida pelos segmentos sociais que constituem a “clientela” do Serviço Social, é outra característica marcante dessa atividade profissional. Os indivíduos são encarados como seres únicos e particulares, com potencialidades a serem desenvolvidas, desde que estimuladas, cuja dignidade de seres humanos e cuja liberdade merecem o respeito do profissional. Porém, tais características tendem a ser apreendidas sem vinculação com suas bases materiais, isto é, subjetivamente e apartadas da situação social de vida dos “clientes”, transformando-se em princípios e postulados universalizantes orientadores da ação profissional³⁹. [...] (IAMAMOTO, 1994, p. 29-30).

Ou, nas palavras de José Paulo Netto,

[...] a individuação dos problemas sociais, sua remissão à problemática singular (“psicológica”) dos sujeitos por eles afetados, é, como vimos, um elemento constante, embora com gravitação variável, no enfrentamento da questão social na idade do monopólio; ela permite – com todas as conseqüências que daí decorrem – *psicologizar os problemas sociais*, transferindo a sua atenuação ou a proposta de resolução para a modificação e ou redefinição de características pessoais do indivíduo (é então que emergem com rebatimentos prático-sociais de monta, as estratégias, retóricas e terapias de ajustamento etc.) [...] porque é sobre a psicologização das relações sociais que avançará a auto-representação da sociedade burguesa no estágio imperialista (PAULO NETTO, 1992, p. 37, 46).

O sincretismo aqui indicado, como nos alerta Paulo Netto (1992, p. 91), não se reduz a uma mistura de tendências teóricas que inevitavelmente desembocam no ecletismo teórico-metodológico. Para além disso, ele está contido, objetivamente, ontologicamente, nas demandas interventivas e operativas do assistente social, na sua própria constituição como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985). As misturas ecléticas derivam desta instância, certamente alimentadas pela tradição meramente operativa atribuída ao Serviço Social pelo capitalismo na sua fase monopólica e por suas ciências sociais departamentalizadas⁴⁰. A consequência disso é inevitável: uma “sopa eclética” que justapõe neotomismo, personalismo, desemboca na teoria funcionalista americana de Parsons e Merton por meio de conceitos relacionados à mudança social, à integração e à ação com pequenos grupos, apoia-se na psicologia do ego (com recortes da

³⁹ Nesse momento do seu texto, a autora faz referência ao documento de Araxá (que será brevemente citado mais adiante) e a três princípios tomistas que são reproduzidos nele: o postulado da dignidade da pessoa humana, da sociabilidade essencial da pessoa humana e da perfectibilidade humana. Diga-se de passagem, vale recordar que o Documento de Araxá (1967) é um texto do Serviço Social brasileiro já reconceituado (consultar o item 1.3 dessa tese). Mesmo aqui a influência tomista e neotomista é significativa.

⁴⁰ Nos dizeres de (PAULO NETTO, 1992, p. 94) “[...] o sincretismo, na sua reposição intelectual, traz como inevitável acólito o ecletismo teórico [...]”

psicanálise), nas noções de equilíbrio social, normal e patológico de Durkheim (quase sempre de forma empobrecida – e fortemente presentes em documentos reconceituados do Serviço Social) e na abstração da “promoção social”, do “bem comum”, do desenvolvimento integral, da “justiça social”, tudo isso positivamente avaliado sob o manto mágico e especializado da interdisciplinaridade e de “olhares e saberes” que se justapõem de forma complementar. Por meio disso “[...] o verdadeiro problema da pesquisa da totalidade social concreta foi substituído pela ‘interdisciplinaridade’ (ou ‘multidisciplinaridade’) [...]”⁴¹ (PAULO NETTO, 1992, p. 140).⁴²

Posto isso, e para finalizar esse item, caberia aqui retomar a provocativa questão que norteia as discussões desta tese: seria possível algum outro tipo de discussão sustentada em parâmetros diferentes daqueles aqui criticados? A tradição inspirada em Marx e em sua tradição poderia estabelecer uma profícua interlocução com o Serviço Social e com os assistentes sociais? Estamos convencidos de que sim, ainda que diversas ponderações devam ser feitas sobre as possibilidades e os limites para essa interlocução. A sustentação objetiva dessa argumentação encontra-se justamente no fato de que os serviços

⁴¹ Grifos nossos.

⁴² De forma sumária é preciso destacar que existem diferenças nas apreensões, também nesse aspecto, entre os dois maiores intelectuais brasileiros do Serviço Social na atualidade. Vale destacar, por exemplo, o que Netto (1992, p. 94) denomina de “sincretismo e a prática indiferenciada” enfatizando, precisamente, que o sincretismo do Serviço Social (nos moldes apresentados há pouco) se objetiva, na esfera operativa, como uma intervenção profissional que se reduz a executar ações que variam muito pouco entre si (inclusive se considerada a transição entre a velha filantropia e as ações profissionais propriamente ditas). Sobre isso Iamamoto (2007), destacando a riqueza da abordagem de José Paulo Netto, chama a atenção para alguns aspectos a serem aprofundados (sintetizados aqui em três pontos): 1. ainda que as formas reificadas prevaleçam no universo profissional do assistente social, a denúncia e a mistificação não elucidam “a natureza sócio-histórica dessa especialização do trabalho para além do universo alienado, em que se realiza e se mostra encoberta no sincretismo [...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 267-268); 2. reivindicando a noção de política em Gramsci, como “momento catártico” para libertar o homem passivo por meio de uma nova forma ético-política capaz de gerar novas iniciativas, a autora destaca a necessidade de não alimentar o fatalismo que “(..) não permite vislumbrar nem a presença dos movimentos revolucionários na história e nem horizontes de ruptura da positividade, em uma análise aprisionada num ‘pessimismo da razão’, que não dá lugar ao ‘otimismo da vontade política’, parafraseando Gramsci [...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 271); 3. a necessidade de desmontar a aparência dessa “prática indiferenciada” para que “[...] suas distintas possibilidades de configuração [...]” não fiquem obscurecidas permitindo que a profissão vá além de suas protoformas e vislumbre, por exemplo, as contradições contidas nas políticas públicas e dos direitos sociais como arena de lutas (IAMAMOTO, 2007, p. 274-275). Em que pese à pertinência das observações feitas por Iamamoto (sobretudo em relação à necessária riqueza da “prática indiferenciada” e da possibilidade e necessidade de se pensar o homem e a profissão para além da dimensão alienado-estranhada), não parece que a análise de José Paulo Netto seja imediatamente marcada por um “pessimismo da razão” que engessa o Serviço Social e a atuação profissional, mas por um realismo (marxista) impenitente que não alimenta abstrações. Resumidamente: se por um lado é fundamental valorizar as contradições e as possibilidades de uma profissão (e isso de fato precisa ser tratado com maior atenção), por outro é igualmente importante não nutrir ilusões.

sociais prestados reproduzem, inevitavelmente, os interesses das camadas burguesas dominantes. No entanto, tais respostas – ainda que sob o mando hegemônico do capital – não surgiram por livre e espontânea vontade da burguesia, mas a partir de um cenário de lutas sociais envolvendo as classes fundamentais, suas frações e outras camadas sociais inseridas nesse contexto. Esse rico, heterogêneo e complexo processo sempre foi alimentado por um poderoso combustível: *as pressões da classe operária a partir da segunda metade do século XIX e as revoluções por ela desencadeadas*. Sendo assim, a tendência dominante do Serviço Social e seus vínculos com a ordem monopólica são inegáveis (e insuprimíveis como profissão), *mas afirmar isso não significa que outras tendências críticas ao sincretismo e ao ecletismo não possam se desenvolver no interior da profissão (ainda que jamais possam se desvincular das protoformas presentes na sua gênese como profissão – insuperáveis sob o mando do capital)*. Isso abre, portanto, sem qualquer dose de messianismo, a possibilidade para releituras e rediscussões, na trama ontologicamente contraditória por onde se constituem as lutas sociais, pois há um vínculo estrutural com as demandas forcejadas pelo proletariado e pelos que vivem do trabalho, portanto, projetos distintos, como componentes que orientam as lutas sociais.

A alternativa de um Serviço Social profissional liberado da tradição positivista e do pensamento conservador não lhe retirará o seu estatuto fundamental: o de uma atividade que responde, no quadro da divisão social (e técnica) do trabalho da sociedade burguesa consolidada e madura, a demandas sociais prático-empíricas [...] permanecerá profissão [...]. Em síntese: a ultrapassagem do sincretismo teórico – que se expressa no viés do ecletismo – no Serviço Social, conectada à superação do seu lastro no pensamento conservador, é projeto que não erradica o sincretismo da fenomenalidade do seu exercício profissional [...] (PAULO NETTO, 1992, p. 147).

Ou, nos dizeres de Marilda Iamamoto e Carvalho (1985, p. 75),

[...] a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se

pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas [...].⁴³

Há de se considerar, a partir desse ponto, outros aspectos que possam esclarecer o tema proposto nesta tese. Para tanto, é fundamental uma discussão sobre as particularidades da revolução burguesa e do capitalismo no Brasil, bem como maiores detalhes acerca do Serviço Social brasileiro.

2.1. A constituição da ordem burguesa no Brasil e o Serviço Social brasileiro

A gênese do Serviço Social brasileiro não pode ser genericamente e unicamente explicada pela ordem monopólica mundial já em plena constituição a partir da segunda metade do século XIX. Mesmo que esse seja um aspecto crucial já suficientemente tratado no item anterior, é essencial problematizar e apanhar – ainda que sumariamente – as particularidades da revolução burguesa no Brasil.⁴⁴ Imerse em inúmeras contradições e com característica próprias daquelas nações que romperam com o estatuto colonial e sua base produtiva tardiamente (deixando marcas irreparáveis), a revolução burguesa brasileira é impensável sem seus antecedentes históricos vinculados, em última instância, à gradativa ascensão do capitalismo desde o final do século XV com a mundialização mercantilista. Nesse contexto, o Brasil passou a ser parte da engrenagem que sugou suas riquezas naturais instituindo uma forma consistente e organizada de exploração sem qualquer preocupação de constituir uma base econômica voltada à satisfação das necessidades humanas daqueles povos que habitavam o território (PRADO JUNIOR, 2000, p. 67). Fundada na grande propriedade, no trabalho escravo e na economia agrária, cuja base principal era a monocultura (principalmente, mas não unicamente, o açúcar, o algodão e o tabaco – com uma pequena produção de mandioca, milho e feijão para a manutenção interna da força de

⁴³ Parece-nos exagerado, no entanto, como consequência dessa análise, afirmar que “[...] o Assistente Social, dependendo de sua opção política, pode [...] tornar-se intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes [...]” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1985, p. 96). A noção de intelectual orgânico em Gramsci é complexa e supõe, simultaneamente, uma adesão ao ponto de vista da classe e também a capacidade de organizar (inclusive teoricamente) o ponto de vista desta classe. Parece-nos, então, que todos nós podemos e devemos ser intelectuais (tradicionalistas ou não, que aderem a um ou outro ponto de vista), mas poucos são orgânicos.

⁴⁴ Vale destacar a insipiência desta necessária contextualização no âmbito do Serviço Social brasileiro (salvo raras exceções). É preciso conhecer o Brasil, sua formação social, ainda que esse processo deva ter como referência o ponto de vista de totalidade capaz de explicar as particularidades do Brasil e do Serviço Social brasileiro no contexto da ordem do capital mundialmente constituída.

trabalho)⁴⁵, o sistema produtivo colonial brasileiro consolidou uma complexa organização que reuniu, forçadamente, diferentes povos retirando-os de suas origens, destruindo-os como seres, aviltando suas identidades e culturas⁴⁶.

Foi somente no século XVIII que a base econômica colonial passou a ser incrementada por outro setor que se manteve ativo não por muito tempo: a mineração. Vale notar, no entanto, que a mesma estrutura produtiva foi rigorosamente mantida neste surto minerador, ou seja, a constituição de grandes unidades produtoras sustentadas na mão de obra escrava e na extração em grandes proporções de um único produto para enriquecimento externo. Sendo assim, toda organização produtiva colonial imposta e coordenada pelos países centrais não foi gestada com o objetivo de atender as populações que aqui viviam e consolidar um mercado interno. A orientação era clara: extração máxima de múltiplas riquezas e envio direto à metrópole.

Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a “grande exploração rural”, isto é, a reunião *numa mesma unidade produtora*⁴⁷ de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social. [...] a mineração, que a partir do séc. XVIII formará a par da agricultura entre as grandes atividades da colônia, adotará uma organização que, afora as distinções de natureza técnica, é idêntica à da agricultura. [...] É ainda a exploração em larga escala que predomina: grandes unidades, trabalhadas por escravos. [...] São estas, em suma, as características fundamentais da economia colonial brasileira: de um lado, esta organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta; do outro, a sua orientação, voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional. [...] (PRADO JUNIOR, 2000, p. 121 e 123).

⁴⁵ PRADO JUNIOR, 2000, p. 141-142.

⁴⁶ Sobre o escravismo no Brasil, Caio Prado Junior (2000, p. 284) é certo: “O negro não teve no Brasil a proteção de ninguém. Verdadeiro ‘pária’ social, nenhum gesto se esboçou em seu favor. E se é certo que os costumes e a própria legislação foram com relação a ele mais benignos na sua brutalidade escravista que em outras colônias americanas, tal não impediu contudo que o negro fosse aqui tratado com o último dos descasos no que diz respeito à sua formação moral e intelectual, e preparação para a sociedade em que a força o incluíram. Estas não iam além do batismo e algumas rudimentares noções de religião católica, mais decoradas que aprendidas, e que deram apenas para formar, com suas crenças e superstições nativas, este amálgama pitoresco, mas profundamente corrompido, incoerente e ínfimo como valor cultural, que sob o nome de “catolicismo”, mas que dele só tem o nome, constitui a verdadeira religião de milhões de brasileiros. [...] O que pesou muito mais na formação brasileira é o baixo nível destas massas escravizadas que constituirão a imensa maioria da população do país. [...]” Por outros caminhos e com outras mediações, algo similar se sucedeu com os povos indígenas (PRADO JUNIOR, 2000, p. 359-360).

⁴⁷ Grifos do autor

Toda organização da produção econômica colonial contou com uma forma particular de organização sociocultural que sustentou as relações sociais e permitiu a sua reprodução. Inegavelmente, o patriarcalismo esteve presente na formação social do Brasil, contaminando todos os espaços e relações estabelecidos na organização colonial, metamorfoseando-se na fase imperial e republicana (deixando suas marcas até hoje). Reconhecer esse fato é algo necessário. Muito diferente, entretanto, é oferecer um tratamento central e privilegiado a essa tradição patriarcal brasileira (certamente presente nas instituições portuguesas), dando-lhe um papel destacado e seminal (em si) na formação socioeconômica do Brasil. Vale destacar que, conforme alerta PRADO JUNIOR (2000, p. 353-391), o patriarcalismo aqui construído e particularizado *tem como base as condições objetivas impostas pelo estatuto colonial da grande propriedade instituída em um vasto território de difícil inserção e exploração*. A consequência disso é que a autoridade pública necessitou contar com clãs familiares que partiam para desbravar os confins da colônia (legitimados desde a composição das sesmarias) e, ao tomar a posse do espaço, agregavam em volta de si uma diversidade de populações a quem senhoreavam. A administração geral, então, gira em torno de um senhor rural, de um proprietário – *legitimado pelo sistema colonial, seu padrão de exploração* – que reúne responsabilidades de todos os tipos: empreendedor da produção colonial, chefe, juiz, entre outras, por meio de um mandonismo que se materializa no espaço local. O desdobramento disso é óbvio: a extrema centralização das decisões, o estabelecimento de milícias para conquistar o território e impor a ordem com o uso indiscriminado da violência⁴⁸.

É preciso notar, portanto, que essa forma de mandonismo, sustentada no clã patriarcal, sua forma de organização e seus valores não se objetivam por si mesmos ou, menos ainda, a partir de uma simples extensão das organizações patriarcais portuguesas. Constituíram-se, sobretudo, *das necessidades econômicas determinadas pelo modelo*

⁴⁸ Maria Isaura Pereira de Queiróz (1957) tece interessantes observações sobre esse aspecto, em que pese sua abordagem mais enfaticamente assentada em uma discussão do poder local de inspiração weberiana. Caio Prado Junior (2000, p. 337 e 339) destaca a composição da capitania e sua organização administrativa em comarcas que se compõem em termos (sediadas nas vilas ou cidades). Os termos dividem-se em freguesias (locais onde se formam as paróquias e se localiza a sede de uma igreja paroquial – que também servia para uma administração civil). As freguesias se organizam em bairros. “A Igreja forma assim uma esfera de grande importância da administração pública [...]. A Igreja no Brasil se tornara em simples departamento da administração portuguesa, e o clero secular e regular, seu funcionalismo. [...]. É interessante destacar como esse legado ainda permanece transformado, reorganizado e reelaborado sob as condições da sociabilidade burguesa em curso e em suas instituições (inclusive as “acadêmicas”).

colonial. É exatamente a partir desse patamar que as relações patriarcais e mandonistas se materializam como tais, particularizando-se como um importante ingrediente na formação social brasileira.

O clã patriarcal, na forma em que se apresenta, é algo específico de nossa organização. É do regime econômico que ele brota, deste grande domínio que absorve a maior parcela da produção e da riqueza coloniais. Em torno daqueles que a possuem e senhoreiam, o proprietário e sua família, vem agrupar-se a população: uma parte por destino e inelutável, os escravos; a outra, pela atração que exerce o único centro existente, real e efetivo, de poder e de riqueza. [...] Numa palavra, e para sintetizar o panorama da sociedade colonial: incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos. [...] A colonização produziu seus frutos quando reuniu neste território imenso e quase deserto, em 300 anos de esforços, uma população catada em três continentes, e com ela formou, bem o mal, um conjunto social que se caracteriza e identifica por traços próprios e inconfundíveis; quando devassou a terra, explorou o território e nele instalou aquela população; quando finalmente remeteu por cima do oceano, para os mercados da Europa, caixas de açúcar, rolos de tabaco, fardos de algodão, barras de ouro e pedras preciosas [...] (PRADO JUNIOR, 2000, p. 294, 365-366).

A evolução propiciada pela eliminação do estatuto colonial não trouxe mudanças profundas para o período imperial (início do século XVIII). Ainda que legalmente o Brasil não mais fosse uma colônia portuguesa a partir de 1822, as estruturas econômicas foram totalmente herdadas dos trezentos e vinte e dois anos que antecederam a proclamação da independência. No cenário internacional, o Brasil se mantinha irredutivelmente vinculado à economia mundial como satélite dependente das economias centrais. Todavia, Florestan Fernandes, em sua obra *“A Revolução Burguesa no Brasil”*, chama atenção para o fato de que a superação da condição legal de colônia fez com que os excedentes econômicos tradicionalmente destinados à metrópole ou aos segmentos econômicos partícipes deste processo passassem a ser rateados entre as elites senhoriais brasileiras que, desde então, puderam controlar mais diretamente o Estado e a vida social do país. Isso certamente permitiu que tais segmentos se apropriassem da renda advinda da exportação, aplicassem mais livremente os recursos oriundos do excedente econômico e explorassem suas possibilidades, eliminando a exploração colonial nos termos clássicos e reposicionando sua forma de espoliação (FERNANDES, 1987, p. 63). O padrão econômico em tempos de império tinha, portanto, como questão central, reorganizar economicamente a apropriação colonial indicando com quem ficaria a maior fatia do excedente econômico

anteriormente transferido para a metrópole. Houve uma gradativa reorganização que acomodou os interesses da aristocracia agrária em tempos de eliminação do estatuto colonial e manutenção da estrutura econômica herdada do passado: a monocultura, o trabalho escravo e a grande propriedade (que saíram ilesos do processo que culminou com a independência política do Brasil).

[...] o salto ocorrido na esfera econômica não corresponde, geneticamente, a um processo de diferenciação (contínua ou súbita) das mesmas estruturas econômicas. Representa um processo novo, que extrai parte de sua substância das estruturas preexistentes, mas que se organiza, desde o início, com uma estrutura divergente, nascida da conjugação histórica de novas possibilidades de ação econômica e de novos padrões de organização do comportamento econômico. [...] Portanto, estamos diante de uma evolução histórica em que o “setor velho” da economia não se transformou nem se destruiu para gerar o “setor novo”. Daí se originou um paralelismo estrutural, tão orgânico e profundo quanto persistente. Mesmo quando o elemento senhorial se envolvia no “setor novo”, ele não o fazia em nome de sua qualidade de *empresário rural* (destino histórico que foi repellido), mas em sua condição estamental (*como senhor agrário*) a única que poderia projetar livremente na estrutura social das cidades e encontrar dentro dela, através de posições como as de “morador”, “proprietário” ou “capitalista”, as bases sociodinâmicas para a preservação do prestígio social e a reelaboração societária da dominação patrimonialista. [...] Em pouco tempo [...] converteram a aristocracia agrária em uma espécie de “sócio menor”, malgrado as tendências e as conseqüências políticas internas da burocratização da dominação patrimonialista. [...] (FERNANDES, 1987. p. 80-81, 92-93).

As bases da economia colonial permanecerão intactas ao longo do século XIX. O amanhecer da revolução burguesa brasileira, seu processo de industrialização e a formação de um mercado interno somente serão timidamente desencadeados nos últimos anos do século XIX, já sob a era de monopólios mundialmente em curso, trazendo consigo o legado colonialista numa composição magistral e particular entre o velho e o novo. Nesse contexto, dois atores foram fundamentais: o fazendeiro do café (uma evolução do senhor rural compelido a aceitar a condição burguesa e ajustar-se a ela) e o imigrante (a negação da tradição senhorial, defensor do trabalho próprio como fonte de subsistência e de sua possível prosperidade). Nos dizeres de Fernandes (1987, p. 144-145) “[...] *O fazendeiro tinha um pé no presente, outro no passado. O imigrante, ao contrário, tinha um pé no presente, outro no futuro* [...]”⁴⁹. O primeiro concentra todas as suas forças na defesa de seus interesses buscando composições que o beneficiasse por meio da concentração comercial e

⁴⁹ Grifos nossos.

financeira do capital centrados nos negócios do café, sem aceitar composições passivas com o exterior. O imigrante, por sua vez, plenamente adequado à sociedade burguesa em ascensão, traz consigo traços culturais e criatividade empreendedora, habilidades e técnicas capitalistas e o espírito poupador, ajudando a compor o mercado interno do país. Tais personagens representarão, com maestria, a imbricação entre o arcaico e o moderno, entre o passado colonial e mundo burguês moderno objetivado hiper-tardamente no território neocolonizado sob a égide do capitalismo de monopólios, ou, em outras palavras, a forma como o imperialismo se objetivou e se aprofundou de maneira mais intensa nos países com tradição colonial.

Essa rotação de posições e de perspectivas econômicas forneceu o primeiro alicerce estrutural que deu bases firmes à Revolução Burguesa no Brasil⁵⁰. Foi graças a ela que o desenvolvimento prévio e ulterior do capitalismo comercial e financeiro, condicionado pelo crescimento constante do mercado interno e da economia urbana, adquiriu maior densidade e aceleração, podendo preencher as funções econômicas construtivas que desempenhou, como fator de elevação e de diferenciação da produção destinada ao consumo interno. Delineou-se uma posição econômica de interesse nacional e os “homens de negócios”, procedentes ou vinculados à grande lavoura exportadora, assumiram o controle de sua dinamização econômica e de sua ativação política. Passou-se, assim, da confluência de interesses interdependentes para uma fusão dos mesmos interesses, graças à qual as duas tendências de formação e de acumulação de capital (ligadas à grande lavoura exportadora e à expansão do setor comercial-financeiro) se fundiram e provocaram a integração do capitalismo comercial e financeiro como fenômeno nacional. O ápice desse processo foi atingido pela fundação de novos bancos (de cunho privado ou oficial), mas ele se desenrolara, de forma latente, desde o fim do século XIX, e tomara alento com as primeiras medidas de “defesa permanente do café”. [...] (FERNANDES, 1987, p. 118-119).

A revolução burguesa brasileira intensifica-se já na chamada primeira república (particularmente entre os anos 1910 e 1920), mesclando, portanto, ímpetus de modernização e resquícios advindos do passado colonial. Sob essas condições marcadas pela produção em larga escala do café com vistas à exportação (contando agora com uma mão de obra assalariada e com fazendeiros negociantes do café – ambos mais adaptados às condições burguesas em ascensão), nasce o parque industrial brasileiro e se constitui a classe operária com forte participação de imigrantes e, em menor número, de negros recém-libertos que foram capazes de acompanhar o processo de modernização em curso. Nesse

⁵⁰ O segundo apareceria em conexão com a concentração industrial do capital e teve como seu principal herói o “imigrante” (nota de rodapé do autor).

contexto se objetivam os primeiros movimentos operários e a primeira greve geral em 1917, severamente reprimida pela classe dominante e por suas elites dentro dos padrões da genuína tradição colonial e mandonista. Esse intenso processo de industrialização e de formação de um mercado consumidor interno necessário à revolução em curso adquire corpo e consistência na medida em que, simultaneamente, aprofundava-se a ordem monopólica externa e interna. O grande impulso viria a partir de 1930 e se objetivaria nos anos 1950 com o surto desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek (FERNANDES, 1987), momento em que o Estado – com apoio do sistema bancário – passa a compor organicamente o processo de acumulação do capital estimulando e intervindo na economia, consolidando o mercado interno, organizando a legislação trabalhista e gerenciando a “questão social” que se escancarava trazendo consigo as marcas de um país colonial impactado pela revolução burguesa hiper-tardia. Nesse contexto monopolista-maduro, o imperialismo se consolida e, com ele, a “beleza e o caos” da modernidade dependente.

Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um imperialismo total. Ele não conhece fronteiras e não tem freios. Opera a partir de dentro em todas as direções enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras. A norma será: “o que é bom para a economia norte-americana é bom para o Brasil” (e assim por diante). Só que nunca se estabelecerão as diferenças entre a economia norte-americana (ou outras economias capitalistas centrais) e a economia brasileira. Nessa situação, o industrialismo e a prosperidade capitalista virão finalmente, mas trazendo consigo uma forma de articulação econômica às nações capitalistas hegemônicas e ao mercado mundial que jamais poderá ser destruído, mantidas as atuais condições, dentro e através do capitalismo. [...] (FERNANDES, 1987, p. 274).

O adensamento e a gradativa radicalização da ordem monopólica acompanhada pela autocracia burguesa (especificamente entre 1930 e 1964) criaram as condições objetivas para que fosse possível explicar a gênese do Serviço Social brasileiro, suas particularidades como profissão que rapidamente se institucionaliza e se legitima. Não é por acaso que datam de 1932, por meio do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), as primeiras movimentações para a organização da primeira escola de Serviço Social brasileira (fundada, em São Paulo, no ano de 1936, com orientação franco-belga)⁵¹. Ao mesmo tempo

⁵¹ Segundo Yazbek (1980, p. 28-29), “O Centro surge após a revitalização do Curso Intensivo de Formação Social para moças, organizado pela primeira vez em São Paulo pelas Cônegas regulares de Santo Agostinho, de 1º. De abril a 15 de maio de 1932. [...] O curso encontrou grande aceitação entre jovens católicas interessadas no estudo de problemas sociais, que buscavam, como diz o primeiro relatório do Centro de estudos, se

em que a “questão social” se aprofunda trazendo com ela os traumas sociais de uma sociedade colonial, escravocrata, patriarcal e capitalisticamente hiper-tardia (como uma necessária mescla entre o moderno e o arcaico), o Estado crescentemente assume tarefas vinculadas ao disciplinamento, à reprodução-preparação da força de trabalho e à manutenção e recuperação-reparação da capacidade para o trabalho. Nesse contexto, as instituições aparecem como espaços de contenção e de controle das lutas sociais derivadas do pauperismo e da crescente proletarização, extraindo-as do campo da economia-política com a clara intenção de neutralizá-las por meio de um Estado “transclassista”.

Essa ação das instituições assistenciais se traduz, assim, na atuação sobre a força de trabalho ativa e sua reprodução, sobre parcela do exército industrial de reserva, e em manter a sobrevivência do segmento da Força de Trabalho exaurida ou mutilada no processo de trabalho. [...] O estímulo à cooperação de classes, o ajustamento psicossocial do trabalhador, são, entre outros, elementos básicos na ação de impor a aceitação e interiorização das relações sociais vigentes, a aceitação da hegemonia social do capital (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 314).

A base doutrinária que orientou inicialmente a fundação da primeira escola de Serviço Social brasileira em São Paulo se confronta e se ajusta, gradativamente, com as necessidades do mercado de trabalho em ascensão (base ontológica necessária para a profissionalização). Os grupos de formação de elite, presentes nas vilas operárias, atuavam no sentido de oferecer princípios moral-formativos que educassem a classe operária dentro dos valores cristãos capazes de influir e negar o individualismo e o materialismo (conforme abordados desde a Encíclica *Rerum Novarum* publicada no final do século XIX), inserindo outros ingredientes que influíssem doutrinariamente na formação de líderes que teriam o discernimento (retidão moral) para atuar na sociedade que se constituía. O pensamento católico da época via a “questão social” como um conjunto de males sociais generalizados em tempos de sociedade moderna (industrializada), *sendo que o pauperismo é um desvio propiciado pelo individualismo moral, político e religioso, como decorrência do processo de industrialização desenfreado que faz com que os operários recorram à equivocada luta de classes materializada, sobretudo, por meio das greves*. Note-se que, aqui, os problemas

orientar, esclarecer idéias e formar um julgamento acertado face às questões sociais. [...]. O momento da constituição do centro era, portanto, de grandes agitações e transformações políticas no país, o que segundo o terceiro relatório do Centro (1936), revelava ‘o desamparo das doutrinas e a desagregação das instituições e justificava por si só o anseio de orientação e ação organizada.’ [...]” Um ótimo estudo sobre a fundação da primeira escola de Serviço Social no Brasil, seus vínculos ideopolíticos e sua estrutura formativa (inclusive as grades curriculares adotadas), encontra-se em YAZBEK (1980, p. 28-29).

sociais precisam ser controlados e eliminados (o que claramente demonstra o peso da tradição positivista e de seus fragmentos no Serviço Social), sem qualquer vínculo com os determinantes situados no âmbito da economia-política, mas, sim, sustentados em desvios morais-pessoais estimulados pela modernidade. A pobreza, “um mal esporádico”, “pontual”, é vista como algo normal que atravessa diferentes sociedades esvaziadas de seus determinantes estruturais. O problema encontra-se no pauperismo, entendido como a generalização desenfreada da pobreza causada por uma *“inversão de valores”*. A ruptura entre a pobreza e o pauperismo aqui operada é, no mínimo, curiosa. A artimanha doutrinário-abstrata impede a explicação concreta das causas do crescente empobrecimento da população (suficientemente exploradas, com apoio nos estudos marxianos, no item 2.1), estabelece as bases para uma doutrina que mantém intacta a propriedade privada, bem como condena moralmente as excessivas orgias individualistas dos capitalistas pessoalmente desconvertidos. *A “solução” é previsível: a conversão dos ricos sustentada na caridade para com os pobres, negando radicalmente qualquer atitude “desequilibrada” que estimule a luta de classes.* Como está explicitado nos Estatutos do Centro de Estudos e Ação Social “[...] a pobreza, por exemplo, sempre existiu e sempre existirá. O pauperismo, porém, como hoje se verifica é um mal generalizado afetando toda a sociedade e constituindo, portanto, a questão social. [...]”⁵² (CEAS apud YAZBEK, 1980, p. 30).

Nessa direção, a encíclica *Quadragesimo Anno* (1931), de Pio XI, aponta para a necessidade de formar quadros que sejam capazes de influir na sociedade em formação, mantendo intactos os princípios originalmente e explicitamente estabelecidos pela *Rerum Novarum*.

[...] distingue-se particularmente das outras encíclicas por ter traçado, quando era muito oportuno e necessário, normas seguríssimas, para todo o gênero humano, para solucionar os graves problemas da sociedade, compreendidos sob a denominação de “questão social”. [...] Não é de surpreender... que, sob a direção e o magistério da Igreja, muito homens doutos, eclesiásticos e seculares, se consagrassem empenhadamente no estudo da ciência social e econômica... Deste modo... surgiu uma verdadeira doutrina social da Igreja, que esses homens eruditos..., cooperantes da Igreja..., estimulam e enriquecem dia a dia com inesgotável esforço... como claramente o demonstram as tão proveitosas e celebradas escolas instituídas em universidades católicas, em academias e seminários... [...] Ademais, estamos convencidos... de que este fim [o bem comum] se

⁵² Grifos nossos.

alcançará com tanto maior êxito quanto maior seja o número daqueles dispostos a contribuir com sua perícia técnica, profissional e social, e também... quanto seja a importância concedida à aplicação dos princípios católicos não certamente pela Ação Católica [que não se permite a si mesma atividade propriamente sindical ou política], mas por parte daqueles nossos filhos que esta mesma Ação Católica formar naqueles princípios... [...] (Quadragésimo Anno apud CASTRO, 1989, p. 57-58).

Com base no que foi exposto e na rápida absorção do assistente social pelo mercado de trabalho em ascensão principalmente nas grandes instituições assistenciais estatais e privadas, o Serviço Social paulatinamente se institucionaliza e se legitima⁵³. Há, nesse sentido, uma íntima relação entre o surgimento das grandes instituições assistenciais e a legitimação do Serviço Social como profissão na divisão social e técnica do trabalho, indicando o surgimento de um profissional cada vez mais capaz de manipular conhecimentos, procedimentos e técnicas, ainda que com o peso católico e vinculado às elites detentoras da hegemonia formativa e prática da categoria profissional, como atividade paulatinamente legitimada pelo Estado e pelas classes dominantes. Isso exigirá não apenas boa vontade dos profissionais, mas também aprimoramento teórico-metodológico e técnico-operativo (mantidas as bases doutrinárias e morais). Destaca-se, por exemplo, a partir de 1941, a aproximação entre o Serviço Social latino-americano e brasileiro com o “Social Work” americano após encontro promovido pelo governo do EUA⁵⁴. Instituições norte-americanas ofereceram, então, bolsas de estudo de aperfeiçoamento e especialização para assistentes sociais sul-americanas em escolas norte-americanas.⁵⁵

O Serviço Social vai se legitimando, paulatinamente, por meio do mandato institucional, ocupando determinada função na divisão sociotécnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO 1985). Trata-se de uma ação subsidiária, adicional, de cunho burocrático e de aconselhamento, necessária para objetivar ações materiais e a própria racionalidade institucional. Situa-se, frequentemente, entre as necessidades das pessoas atendidas e o perfil seletivo que caracteriza os serviços assistenciais e previdenciários

⁵³ Podem ser aqui destacadas as seguintes instituições (IAMAMOTO, 1985, p. 241-330): o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS - 1938), a Legião Brasileira de Assistência (LBA - 1942), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI - 1942), o Serviço Social da Indústria (SESI - 1946), a Fundação Leão XIII (1946) e a Previdência Social (paulatinamente constituída a partir de 1923 com a Lei Eloy Chaves). Yazbek (1980, p. 48) lembra da primeira experiência de Serviço Social na Indústria, na estamperia Santa Rosália, na cidade de Sorocaba, após solicitação feita pela empresa à escola de Serviço Social de São Paulo.

⁵⁴ Trata-se da “Conferência Nacional de Serviço Social” realizada em Atlantic City e organizada pela “American Association of Schools of Social Work”.

⁵⁵ Os detalhes dessa operação podem ser consultados em Yazbek, (1980, p. 50).

(predominantemente) – sempre limitados e insuficientes – atuando no âmbito da triagem e da seleção dos que serão ou não atendidos. Este trabalho individual e de “ajuda” sustenta-se na distribuição de auxílios (que permite certo controle sobre os usuários) em uma intervenção em que o esclarecimento é o primeiro passo necessário à integração dos usuários do serviço ao aparato e à racionalidade institucional. Os profissionais, então, passam a utilizar técnicas que evoluíram da filantropia e racionalmente se tornaram complexas, exaltando procedimentos e ações apoiadas em formas de classificação “científica” dos pobres capazes de revelar suas artimanhas e estabelecer possíveis riscos a que estão submetidos pessoas, famílias e comunidades. Constroem, assim, as bases para identificar e atuar sobre as *patologias sociais* indicando aquelas populações que devem ser o alvo das intervenções assistenciais⁵⁶.

O processo de surgimento e desenvolvimento das grandes entidades assistenciais – estatais, autárquicas ou privadas – é também o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social. A profissão de Assistente Social apenas pode se consolidar e romper o estrito quadro da sua origem no bloco católico a partir e no mercado que se abre com aquelas entidades. A partir desse momento só é possível pensar a profissão e seus agentes concretos – sua ação na reprodução das relações sociais de produção – englobados no âmbito das estruturas institucionais. O Assistente Social aparecerá como uma categoria de assalariados – quadros médios cuja principal instância mandatária será, direta indiretamente, o Estado. O significado social do Serviço Social pode ser apreendido globalmente apenas em sua relação com as políticas sociais do estado, implementadas pelas entidades sociais e assistenciais [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 315).

O Serviço Social não é, portanto, uma simples extensão das velhas práticas filantrópicas (ainda que as incorpore). Ele é algo substancialmente novo, uma profissão como tal, socialmente reconhecida, que nasce da incorporação-acomodação do arcaico (com todos seus resquícios também de ordem colonial, escravocrata e patriarcal que certamente contaminaram as ações filantrópicas), superando-o técnica e cientificamente na medida em que o mercado de trabalho profissional se expande e se consolida por meio das grandes

⁵⁶ Há de se ressaltar que este é um elemento que compõe, inevitavelmente, as ações socioassistenciais na era de monopólios tendendo, cada vez mais, a assumir formas mais complexas e estranhadas (como, atualmente, a filantropia empresarial, a solidariedade cidadã e suas derivações que tendem a capturar os trabalhadores como membros partícipes da “família” contida no discurso da empresa moderna). Portanto, essa ideologia, propagadora de uma falsa consciência, é insuperável sem a ruptura com a sociabilidade burguesa e com seus princípios fundantes: a propriedade privada, a apropriação privada da riqueza socialmente produzida, a coisificação-reificação das relações sociais (no campo da mera aparência fetichizada) e o consequente culto à mercantilização de todos os níveis que compõem a esfera da vida social.

instituições assistenciais direta ou indiretamente articuladas a um Estado organicamente vinculado ao processo de reprodução do capital na era monopólica. Esse processo se intensifica, cada vez mais, conforme o Estado é capturado pelo circuito reprodutivo do capital (como seu componente e não apenas colaborador), transformando e racionalizando os serviços prestados na gestão da pobreza e nas inúmeras atividades que vão se organizando nessa órbita (seções, turmas, grupos, departamentos). Substitui-se, assim, a atuação isolada do assistente social inserindo-o em um metódico processo composto por diferentes profissionais que intensifica a divisão do trabalho e sua especialização por meio de equipes interdisciplinares e ou multidisciplinares (já enfatizadas anteriormente no item 2.1). Surge, então, uma força de trabalho assalariada, na forma de serviço, não diretamente vinculada à produção proletária, capaz de manusear procedimentos administrativos e burocráticos funcionais na gestão das tensões sociais inerentes a este processo, evitando conflitos de classe, vigiando e reprimindo “desvios” e “patologias sociais” aprofundadas pelo modo de produção capitalista na sua fase superior e avançada: o imperialismo, o neocolonialismo monopolista (conforme nos destaca LENINE, 2008)

O Serviço Social deixa de ser uma forma de distribuição controlada da exígua caridade particular das classes dominantes, para constituir-se numa das engrenagens de execução das políticas sociais de Estado e corporações empresariais. [...] O Serviço Social reaparece modificado, dentro do aparelho de Estado e grandes instituições assistenciais, guardando, contudo, suas características fundamentais. Atuando através de canais administrativos – e, às vezes, disciplinares – O Serviço Social mantém sua ação *educativa e doutrinária* de “enquadramento” da população cliente. Não se tratará mais, no entanto, do apostolado doutrinário, da salvação e recristianização das massas populares, de exorcizar o conteúdo liberal da sociedade burguesa. À boa consciência “da ação caridosa dos benévolos, substitui-se a atividade metódica e burocratizada de agentes assalariados”. [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 316).

Posto isso, não há como contestar: *as protoformas do Serviço Social brasileiro, seu aperfeiçoamento e sua institucionalização – que lhe garantiram o estatuto de profissão na divisão sociotécnica do trabalho –, estiveram sempre e organicamente vinculadas à manutenção da ordem.* Esse ingrediente encontra-se na gênese do Serviço Social sendo, por isso, insuprimível desde que mantidas as bases da sociabilidade burguesa. Porém, como já apontado anteriormente, essa constatação ontológica não inviabiliza (embora ponha e reponha limites insuperáveis), a construção de tendências contra-hegemônicas também no interior do Serviço Social, especificamente aquela que deriva de Marx e de sua tradição. Essa

possibilidade, no entanto, apenas pode se objetivar com a maturação plena na ordem monopólica mundial e brasileira, em condições muito peculiares, contando com as possibilidades contidas materialmente na realidade e forcejadas por atores capazes de colocarem em movimento, por meio de projetos, tais possibilidades (com todas as suas contradições). Essa possibilidade se abre com a efetivação da autocracia burguesa, momento em que o Serviço Social é forçado a se rever como profissão, seja pela imposição da própria ordem monopólica radicalizada (sobretudo a partir de 1964), seja por suas inúmeras contradições que aprofundaram a desigualdade social e reposicionam os projetos societários que atuam na manutenção ou na ruptura dessa ordem. Utilizando as palavras de Nelson Werneck Sodré, uma autocracia também construída por meio de sucessivos golpes e com o uso indiscriminado da violência que eliminou gerações.

Quantos golpes foram realizados, no Brasil, desde o movimento de 1930? Para mencionar apenas os que afetaram a composição do poder, é possível citar: o de 1937, que estabeleceu o Estado Novo; o de 1945, que impediu a retomada da norma democrática, impondo a continuação do estadonovismo sob outra forma; o de 1954, que levou ao suicídio de Vargas; a tentativa de 1955, gorada pelo Ministro Teixeira Lott em 11 de novembro; o de 1961, para impedir a posse do vice-presidente eleito; o de 1964, resultou vitorioso e radical” (SODRÉ, 1979, p. 401-402).

2.3 Autocracia burguesa e renovação do Serviço Social no Brasil

Como já tratado anteriormente, o período da maturação da revolução burguesa brasileira ocorreu, em geral, entre 1920 e 1960 (momento exato em que o Serviço Social surge e se institucionaliza como profissão no Brasil e em boa parte da América Latina). No entanto, o aprofundamento da ordem monopólica brasileira dar-se-á mais intensamente a partir dos anos 1950, combinando transformação capitalista intensa e dominação burguesa, ainda que de forma particular, hiper-tardia e sem as bases clássicas (europeias) que permitiram saturar os ideais democrático-burgueses e suas características revolucionárias que varreram, mesmo que paulatinamente, os vestígios da velha sociedade feudal.

A operacionalização dos interesses imperialistas em território brasileiro (como em toda periferia – com suas especificidades nacionais e regionais) associou desenvolvimento capitalista e autocracia burguesa (com explícito viés autoritário-militar),

operando uma dissociação-oposição radical entre estratégias e procedimentos democráticos (por mais relativos que fossem) e consolidação dos interesses burgueses em território nacional. A autocracia burguesa, intensificada mundialmente no pós-guerra (1945) com o intuito de impor – por diferentes meios (sutis ou não) – o padrão de acumulação fordista-keynesiano (no contexto da guerra-fria e de luta contra o comunismo), adquire expressões peculiares nas localidades neocolonizadas pelo capital. Nos países periféricos, o domínio burguês imperialista – como de praxe – não se objetivou como no centro da economia mundial. Neles, a era monopólica continuou propiciando uma industrialização hiper-tardia com Estados fracos na objetivação de direitos sociais e fortíssimos no gerenciamento dos interesses do capital. A consequência disso era conhecida e esperada: o aprofundamento da destruição das culturas locais, a consolidação de serviços públicos precários (na realidade, a forma como as “políticas sociais” se materializaram na periferia), bem como uma elite associada e organicamente vinculada ao capital internacional (como destacado por meio dos estudos de FERNANDES, 1987). Especificamente na América Central e Latino-Americana, a autocracia burguesa atingiu seu ápice nos anos 1960 e 1970, época em que os interesses do capital foram defendidos e levados a “ferro e fogo”, com o uso sistemático da repressão por meio de ditaduras militares reprodutoras da autocracia burguesa. Nos dizeres de Nelson Werneck Sodré (1979, p. 401), “[...] *O golpe de 1964 colocaria os militares como autores de atrocidades, de violências, de arbitrariedades e de torturas que jamais se coadunaram com o sentido das Forças Armadas. [...]*”.⁵⁷

[...] O *idealismo burguês* precisa ser posto de lado, com seus compromissos mais ou menos fortes com qualquer reformismo autêntico, com qualquer liberalismo radical, com qualquer nacionalismo democrático-burguês mais ou menos congruente. A dominação burguesa revela-se à história, então, sob seus traços irredutíveis e essenciais, que explicam as “virtudes” e os “defeitos” e as “realizações históricas” da burguesia. A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de *interesses materiais privados, de fins políticos particularistas*; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento. O “nacionalismo burguês” enceta, assim, um último giro, fundindo a república parlamentar com o fascismo. [...] nas últimas quatro décadas, a uma nova filosofia política e a ações de classe que puseram em primeiro plano o privilegiamento da situação de interesses da burguesia com um todo. Ela serviu, pois, de fundamento para uma solidariedade de classes que deixou de ser “democrática” ou mesmo, “autoritária”, para tornar-se abertamente “totalitária” e contra-

⁵⁷ Grifos nossos.

revolucionária, em suma, o fermento de uma ditadura de classe *preventiva*. [...] (FERNANDES, 1987, p. 296, 316).

A dominação externa (colonial, neocolonial ou imperialista) gerou um desenvolvimento capitalista dependente, incapaz de saturar as funções econômicas, socioculturais e políticas que deveria preencher no estágio capitalista. A maturação do capitalismo, a industrialização e a acumulação de capitais em países como o Brasil, manterão o padrão de expropriação externa e certo subdesenvolvimento. A periferia incorpora e reproduz os traços clássicos da economia mercantil, inserida numa economia monopolista sustentada na extrema concentração de riqueza, em uma forte drenagem para o exterior dos excedentes econômicos nacionais, na convivência de formas arcaicas de trabalho e na depreciação do valor da força de trabalho assalariada, tudo isso contrastando com as pressões por democratização e participação dos ganhos econômicos (o que criou tensões na dominação política burguesa estimulando uma atitude autodefensiva e repressiva). Há, sem dúvida, uma associação entre as burguesias das nações capitalistas hegemônico-centrais e as burguesias nacionais, no sentido de manter a ordem autocraticamente e totalitariamente, fortalecendo o capitalismo e impedindo que a dominação da classe burguesa (associada) e seu controle do Estado (organicamente integrado à reprodução do capital) se deteriorassem (FERNANDES, 1987). Na medida em que a burguesia nacional luta para manter seus privilégios de classe e a sobrevivência do capitalismo, o desenvolvimento capitalista brasileiro ajusta-se com o atraso repondo-o em níveis mais complexos e funcionais à ordem monopólica. Há, então, um rearranjo entre o capital internacional e sua grande empresa, com o capital privado nacional e o Estado que viabiliza e garante diversos privilégios ao primeiro.

Os primeiros anos da década de 1960 marcaram a emergência, no Brasil, de amplos grupos contestadores da ordem pertencentes às camadas trabalhadoras (urbanas e rurais), segmentos pequeno-burgueses (principalmente intelectuais), bem como parcelas mais progressistas da Igreja Católica e das Forças Armadas (como um fato novo). Isso colocou em xeque a ordem capitalista e seu curso monopólico-dependente, ainda que as discussões travadas acerca das “reformas de bases” no governo de Jango Goulart (1961 - março de 1964) não expressassem, em si, perigo ao capitalismo. Mesmo assim, se o golpe de abril não fosse desencadeado e vitorioso, provavelmente o país viveria um contexto pré-

revolucionário, de intensas reformas disfuncionais ao mundo do capital e, particularmente, ao padrão de acumulação imperialista na época em curso. O que estava em jogo não era propriamente o capitalismo ou o socialismo⁵⁸, mas a disputa entre um modelo de desenvolvimento associado e dependente (marca da era de monopólios e do imperialismo na sua forma mais radical) ou um processo de intensas reformas democráticas e nacionais, contrárias ao imperialismo e ao latifúndio, que poderia se desdobrar – radicalizado – em um processo de revolução social.

[...] o que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira. O que os estrategistas (nativos ou não) de 1964 obtiveram foi a postergação de uma inflexão política que poderia – ainda que sem lesionar de imediato os fundamentos da propriedade e do mercado capitalistas – romper com a heteronomia econômica do país e com a exclusão política da massa do povo. Nesse sentido, o movimento cívico-militar de abril foi inequivocamente reacionário – resgatou precisamente as piores tradições da sociedade brasileira. [...] (PAULO NETTO, 1991, p. 25).

A autocracia burguesa no Brasil sustentou-se em um Estado antinacional e antidemocrático, capaz de privar amplos segmentos de diversas classes sociais de mobilização, organização e de representação. Esse cenário materializou um pacto contra-revolucionário que aprofundou a acumulação do capital e reafirmou a tendência monopolista e imperialista guardiã de um desenvolvimento dependente e associado ao capital internacional e seus interesses, articulando os monopólios imperialistas e as oligarquias financeiras nacionais responsáveis pela modernização conservadora. Tratava-se de uma “paz-armada” capaz de, em nome na defesa intransigente da ordem monopolista, controlar um amplo leque de oposições que iam de tendências burguesas mais democráticas ao radicalismo das massas populares e do proletariado. O Estado nacional deveria, então, reprimir todos aqueles segmentos (inclusive burgueses) que se opusessem – pacificamente ou violentamente – à ditadura necessária à imposição da ordem monopolista, sobretudo os setores revolucionários que representavam os focos de maior agitação política e subversiva à ordem (a guerra permanente entre as classes). A função central do Estado é, aqui, repressiva e totalitária (e não consensual ou de articulação), devendo a ordem prevalecer e ser respeitada. Essa tendência que se iniciou em 1964 e se aprofundou com o Ato

⁵⁸ Embora esse fosse, evidentemente, um temor das elites em tempos de transição socialista em Cuba a partir de 1959. A influência comunista na região tinha que ser, a todo custo, extirpada.

Institucional número 5 (AI5), promoveu a cassação dos direitos políticos de representantes de diferentes espectros políticos, fechou o parlamento, reprimiu o movimento estudantil e adotou outras iniciativas necessárias à ordem⁵⁹. Implantou-se, portanto, um capitalismo dirigido e protegido pelo Estado totalitário, de inspiração fascista. As pressões que estavam mais intensamente em curso na primeira metade dos anos 1960 e que persistiram nos primeiros quatro anos do regime ditatorial (1964-1968) comprovaram a ineficiência para a ditadura legitimar-se politicamente. Prova disso foi a retomada do movimento sindical operário e do movimento estudantil, sobretudo entre 1966 e 1968, forças sociais que regressavam às ruas para contestar a ordem. Tais movimentos e o cenário em tela

*[...] punham as classes e os estratos de classe burgueses não diante do problema da democracia (mesmo entendida como uma democracia burguesa); mas, isso sim, diante do problema da ordem (entenda-se: de uma “ordem burguesa”, que “devia ser salva”, posta em bases estáveis e “consolidada”. [...] O que estava em questão era, portanto, o problema da autocracia (embora dissimulado pela aparência ambígua da “democracia forte”). Só assim ela podia deter os processos incipientes ou adiantados de “desagregação da ordem”, passando de uma ordem burguesa “frouxa” para uma ordem burguesa “firme”. [...] Em suma, não existia uma *democracia burguesa fraca*, mas uma *autocracia burguesa dissimulada*.⁶⁰ [...] (FERNANDES, 1987, p. 333 e 340).*

Entre 1968 e 1974, a radicalização e o aprofundamento da ditadura fascista-monopolista atingem seu ápice, ancorados na unidade entre repressão e expansão econômica (o “milagre brasileiro”), que começou a se exaurir em 1973 e a determinar a decadência do regime. A crise do “milagre”, imediatamente atribuída à crise internacional do petróleo (na verdade uma profunda crise de acumulação que não se via desde o final da segunda guerra mundial - 1945), desembocou em um projeto de autorreforma objetivado no governo Figueiredo a partir de 1978 empenhado em combinar mecanismos formais e limitados de representação com instâncias decisórias ditatoriais. A conhecida “transição lenta, segura e gradual” teve sua gênese estrutural na crise de acumulação do capital

⁵⁹ “O AI-5 é editado em 13 de dezembro de 1968, determinando o fechamento definitivo do Congresso Nacional, de algumas Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores. O poder Executivo consolidou seu poder absoluto (inclusive podendo decretar estado de sítio unilateralmente), a censura à imprensa aumentou sensivelmente, as garantias constitucionais e individuais foram suspensas (incluindo o habeas-corpus), as prisões foram permitidas indiscriminadamente e os crimes políticos passaram a ser julgados pelos tribunais militares. Para uns, o exílio; para outros, a clandestinidade. A repressão aos opositores estava definitivamente instaurada em todo Brasil, reproduzindo-se e aprofundando-se nos governos sangrentos dos generais Emílio Garrastazu Medici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979). [...]” (SILVA, J. F. S., 2004, p. 41)

⁶⁰ Grifos do autor.

fundada na hegemonia fordista-keynesianista como padrão de organização e de disciplina do trabalho (HARVEY, 2003, p. 119), fato que determinaria a rápida transformação em todo processo produtivo visando à recuperação das taxas de lucro e da acumulação.

Desde 1945, o capitalismo de monopólios vinha se aprofundando por meio da absorção industrial de inúmeras tecnologias desenvolvidas entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Cresceram e se solidificaram as indústrias de carros, navios, transportes em geral, petroquímicas, aço, borracha e eletrodomésticos, que foram responsáveis pelo grande crescimento econômico entre 1945 e 1973, bem como surgiram profundos rastros de outras atividades tais como bancos, hotéis, seguros e turismo em geral. É nesse contexto, de recuperação no pós-guerra e de reconstrução da economia mundial, que o Estado aperfeiçoa e aprofunda seu papel orgânico na acumulação, assumindo funções inspiradas no padrão keynesiano necessariamente vinculado à produção fordista em massa.⁶¹ O tenso e firme pacto de classes, também estimulado pela guerra fria e pelo temor da alternativa comunista, foi mantido com firmeza e se sustentou em um modelo fordista-keynesiano (limitado – com variações – ao território europeu) claramente em crise no início dos anos 1970. Tratava-se, portanto, não apenas de um sistema de produção em massa (embora também o fosse), mas de uma forma de ordenamento total da vida social.

[...] O fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total. Produção em massa significa padronização do produto e consumo de massa, o que implica toda uma nova estética e mercantilização da cultura. O fordismo também se apoiou na, e contribuiu para a, estética do modernismo – particularmente na inclinação desta última para a funcionalidade e a eficiência – de maneiras muito explícitas, enquanto as formas de intervencionismo estatal (orientadas por princípios de racionalidade burocrático-técnica) e a configuração do poder político que davam ao sistema a sua coerência se apoiavam em noções de uma democracia econômica de massa que a mantinha através de um equilíbrio de forças de interesse especial. [...] (HARVEY, 2003, p. 131).

⁶¹ “[...] O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção em massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimentos públicos – em setores como transporte, os equipamentos públicos etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos buscavam também fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. [...]” (HARVEY, 2003, p. 129)

É importante destacar, aqui, que essas serão as bases materiais para a renovação do Serviço Social brasileiro, objetivada no chamado “processo de reconceituação” (1965-1975, não exatamente – PAULO NETTO, 1991)⁶², que trouxe consigo as protoformas da profissão e seus desdobramentos já discutidos nesta tese: *o peso do controle, da moralização e da disciplina dos pobres e do pauperismo, bem como a sua ineliminável base sincrética de forte sustentação eclética* (PAULO NETTO, 1992). O aprofundamento da ordem monopólica marcada pela modernização conservadora do país nas décadas de 50, 60 e 70 do século XX impôs à profissão a necessidade de uma revisão do “Serviço Social tradicional” (PAULO NETTO, 1991), que, com todos os seus limites, teve o mérito de recolocar questões centrais para o Serviço Social: discussões sobre a metodologia de atuação profissional, a retomada das preocupações teóricas (ainda que de forma superficial e tímida), a aproximação com outras áreas do conhecimento tendo o espaço universitário como importante interlocutor, a importância da pesquisa e da produção de conhecimentos no âmbito da profissão, entre outros aspectos. Esse rico contexto permitiu um debate mais intenso sobre as diferentes orientações teóricas na profissão (para além da Doutrina Social da Igreja – movimento já em curso desde os anos 1950), desencadeando uma interlocução com matrizes do conhecimento presentes nas Ciências Humanas e Sociais⁶³.

Portanto, o aprofundamento da sociedade burguesa monopolista, sua forma particular brasileira (FERNANDES, 1987), seu modelo urbano-industrial nitidamente delineado no Brasil desenvolvimentista da segunda metade dos anos 1950 e suas inerentes tensões sociais adensadas e visíveis no início dos anos 1960 impuseram fortes desafios ao Serviço Social como profissão. Os desdobramentos desse cenário aprofundaram e metamorfosearam a “questão social”, causando uma crise irreversível do modelo doutrinário-operativo – com retoques científicos – que vinha sustentando a profissão, impondo a necessidade de uma profunda revisão do “Serviço Social tradicional” e da relação

⁶² Evidentemente que o processo de reconceituação não se limitou ao território brasileiro. Esse movimento latino-americano, ocorrido entre 1965 e 1975, não exatamente, se propôs a promover uma revisão teórico-metodológica e técnico-instrumental do Serviço Social (“tradicional” – aquele de base predominantemente doutrinária). É importante frisar que as ditaduras militares de direita balizaram negativamente esse debate, impedindo discussões mais próximas ao campo das esquerdas. As discussões travadas entre Paulo Netto (1981) e Junqueira (1980), por exemplo, revelam interpretações antagônicas sobre o significado desse movimento e sobre seus impactos na profissão.

⁶³ Destaque deve ser dado às interlocuções de inspiração positivista-funcionalista, fenomenológica e marxista. Sobre isso – conquistas e limitações – consultar Paulo Netto, 1991. Não se pretende, aqui, discutir – em detalhes – os inúmeros problemas dessa apropriação (certamente enviesada).

que ele estabelecia com as demandas que, naquele momento histórico, o próprio mercado de trabalho exigia. Isso, inevitavelmente, tinha repercussões no campo da formação e da intervenção profissionais. O ápice dessa crise teve como síntese o sincrético e multifacetado processo de reconceituação que, no seu interior, manifestou diversas tendências⁶⁴.

O conservadorismo na profissão se fará fortemente presente no processo de reconceituação, sobretudo por meio de duas tendências: a “perspectiva modernizadora” (PAULO NETTO, 1991, p. 164) e a “reatualização do conservadorismo” (PAULO NETTO, 1991, p. 201). Ainda que ambas claramente finquem suas bandeiras no campo do conservadorismo, os caminhos adotados por elas são diferentes e as colocam, em determinados momentos, em oposição. Todavia, estas duas tendências se encontram em um ponto fundamental: *não teceram quaisquer críticas de ordem estrutural ou de qualquer espécie, direta ou indiretamente, à ordem monopólica e sua face totalitária no Brasil. Ao contrário: afirmaram-na por caminhos diferentes.*

A perspectiva modernizadora foi à tendência – reconceituada – que melhor se identificou e formulou ações funcionais à administração das tensões sociais geradas pela autocracia burguesa com seu ímpeto radical em reforçar-reformar a ordem monopólica. Inspirada no funcionalismo norte-americano de Parsons e Merton – indiscutivelmente de base positivista – e nitidamente ajustada ao Serviço Social na segunda metade dos anos 1960, tal proposta será originalmente documentada nos encontros de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970) – (CBCISS, 1986)⁶⁵. Não há, nos dois documentos, qualquer referência crítica (por mais pontual que seja) ao modelo de desenvolvimento em curso na época. Ao contrário, o que se propõe é exatamente o oposto: o reforço desse padrão de desenvolvimento.

O esforço do Serviço Social, nesta perspectiva, tem em mira uma contribuição positiva ao desenvolvimento, entendido este como um processo de planejamento integrado de mudança nos aspectos

⁶⁴ Os estudos de Paulo Netto (1991) são imbatíveis no sentido de perquirir a complexa trama que se expressou em tendências antagônicas no interior do processo de reconceituação. O Serviço Social contemporâneo é impensável sem uma profunda avaliação desse momento histórico. O que se pretende, a seguir, é retomar o essencial desse debate.

⁶⁵ Ressaltam-se, aqui, as datas em que os documentos foram elaborados a partir de encontros organizados pela categoria profissional dos assistentes sociais: 1967 e 1970. Como lembra Paulo Netto (1991), o documento de Teresópolis aprofunda as questões apontadas pelo documento de Araxá havendo, entre eles, um inegável continuísmo.

econômicos, tecnológicos, sócio-culturais e político-administrativos. [...] (CBCISS, 1986, p. 41).

Trata-se de uma orientação de forte perfil tecnicista, promotora de uma relação entre teoria e prática sustentada na departamentalização dessas instâncias: os teóricos e as teorias (quase sempre situados fora do Serviço Social – mais precisamente nas Ciências Humanas e Sociais) fornecem a base de sustentação para a execução de ações e para a formação dos assistentes sociais (os “profissionais da prática” em busca de um reconhecimento científico como técnica social). Nesse sentido, a legitimidade da profissão advém da sua *necessidade de adquirir um estatuto científico*, ou seja, um objeto, uma metodologia e uma teoria, específicas, capazes de formarem os especialistas que desenvolverão micro e macroatuações visando à plena integração dos indivíduos, dos grupos e das comunidades ao desenvolvimento do país. A identificação e o tratamento das “*situações problemas*” têm por base uma metodologia profissional sustentada no “*diagnóstico*” e na “*intervenção planejada*”. Modernizam-se, aqui, as abordagens de *caso*, de *grupo* e de *comunidade* (oriundas da década de 1950) e se refunda um exercício profissional comprometido com a *integração social* e com a identificação de *patologias sociais* (pessoais e/ou de sistemas) que limitam o desenvolvimento social⁶⁶. O cientificismo, o epistemologismo e o metodologismo são essenciais para que o Serviço Social seja reconhecido como profissão (científica), ainda que para ele, no campo das ciências especializadas, esteja reservado um patamar predominantemente técnico-operativo (como técnica social).

As exigências do processo de desenvolvimento mundial vêm impondo ao Serviço Social, sobretudo em países ou regiões subdesenvolvidos, o desempenho de novos papéis. Estes papéis, em sua evolução histórica, constituem formas de inserção da profissão na realidade econômico-social dos mesmos países e regiões. [...] O objetivo remoto do Serviço Social pode ser considerado como o provimento de recursos indispensáveis ao desenvolvimento, à valorização e à melhoria de condições do ser humano, pressupondo o atendimento de valores universais e a harmonia entre eles e os valores culturais e individuais. [...] São objetivos operacionais: a) identificar e tratar problemas ou distorções residuais que impedem indivíduos, famílias, grupos, comunidades e populações de alcançarem padrões econômico-sociais compatíveis com a dignidade humana e estimular a contínua elevação desses padrões; b) colher elementos e

⁶⁶ Diga-se de passagem, é relevante destacar que tal perspectiva mantém intactos os postulados tomistas da dignidade da pessoa humana, da sociabilidade da pessoa humana e da perfectibilidade humana (CBCISS, 1986, p. 29-30).

elaborar dados referentes a problemas ou disfunções que estejam a exigir reformas das estruturas e sistemas sociais; [...] contribuir para capacitar a comunidade a integrar-se no processo de desenvolvimento através de ação organizada com vistas ao atendimento de suas necessidades e realização de suas aspirações; trabalhar com organizações, visando à adequação de seus objetivos e métodos às exigências da realidade social e sua integração numa perspectiva de desenvolvimento. [...] O desenvolvimento harmônico do homem – permanente desafio à atuação do Serviço Social – exige que sua adequação à realidade seja uma constante. [...] (CBCISS, 1986, p. 26-28, 44).

É preciso reconhecer que a perspectiva modernizadora permaneceu hegemônica durante todo período ditatorial brasileiro. Seus princípios eram funcionais à autocracia em curso, que, por sua vez, não permitia que outras tendências pudessem se desenvolver ou, pelo menos, se expressar livremente no âmbito do Serviço Social. Todavia é preciso destacar, em que pese esse limite, que alternativas já estavam sendo gestadas no interior da profissão na primeira metade dos anos 1970, ainda que não possuíssem as mesmas condições objetivas para serem formuladas, organizadas e publicadas na forma de estudos. O encontro de Sumaré (realizado no Rio de Janeiro em 1978) revelou, mesmo que superficialmente e em tempos de decadência da ditadura militar, um deslocamento da perspectiva modernizadora⁶⁷. O documento organizado pelo encontro fez referência a outras matrizes teóricas que serviriam de inspiração para o Serviço Social reconceituado: a fenomenologia e o que foi genericamente caracterizado – apenas citado no texto – como dialética.

Nota-se, entretanto, que o desenvolvimento – mesmo que superficial – de outros espectros teóricos no interior do Serviço Social, careceu de um clima político diferente no Brasil e, sobretudo, do reaquecimento das heterogêneas forças sociais comprometidas genericamente com a “reconstrução da democracia” e a remoção do “entulho autoritário”. A “abertura política”, naquela oportunidade em curso, não pretendia um retorno à democracia (no seu sentido mais radical), muito menos era uma tentativa de formular uma “experiência democrática autêntica”. A autocracia burguesa (intocável) buscava edificar e operacionalizar alternativas *seguras e normais* para o pacífico funcionamento da ordem estabelecida e aprofundada com apoio da ditadura burguesa implantada em 1964, revitalizando seus fundamentos econômicos, sociais e políticos e

⁶⁷ Sobre o que se produziu nos encontros de Sumaré e do Alto da Boa Vista (Rio de Janeiro –1984), consultar Paulo Netto (1991, p. 193) e CBCISS (1986, p. 101).

mantendo intocáveis os princípios da “contra-revolução preventiva” (FERNANDES, 1987, p. 363). Estava em pauta uma transição “lenta, gradual e segura” marcada, no seu limite, pela adoção de alguns mecanismos formais de democracia política “mudancistas” e por um forte espírito conciliador de classes.

A conciliação converte-se em princípio e em fim, delimita o campo da mudança como ‘equidistante’ (e, portanto, avesso) à reforma e à revolução. As classes burguesas, intimidadas diante da ameaça impar que poderia resultar de uma desagregação incontrolável do regime ditatorial, recebem como uma dádiva do céu um compacto ideológico de seu *‘ideal de mudança’*. O mudancismo de uma esperteza contra o censor duro metamorfoseia-se em ideologia de uma classe dominante em pânico. Da esfera burguesa mais radical não vem a proclamação firme da reforma social e da revolução dentro da ordem. Emerge uma articulação ideológica de compromissos dispares (e, por vezes, incompatíveis) com o nome de mudancismo. [...] (FERNANDES, 1986, p. 72).

A reedição do conservadorismo no Serviço Social, entretanto, não se limitou à vertente modernizadora. Os estudos organizados por Anna Augusta de Almeida, Ilda Lopes, entre outras, assessoradas pelas observações de Creuza Capalbo formada em filosofia (todas predominantemente vinculadas à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), reivindicam uma interlocução do Serviço Social com a fenomenologia. Coube a CAPALBO (1986, p. 173, 1991) apresentar ao grupo de assistentes sociais alguns princípios da fenomenologia de Husserl, posteriormente aprimorados pelas observações de Heidegger, Schutz e de Merleau Ponty (em que pesem os inúmeros problemas de interpretação e utilização desses autores no Serviço Social), separando o psicologismo da “vivência psicológica” (tema tratado por Husserl ao abordar a crise das ciências europeias) e oferecendo um aprofundamento nas noções de essência (eidos), reflexão, consciência, intencionalidade, significado/compreensão/intuição e liberdade/encontro. Nesse processo, a “consciência intencional” interpreta, intui, significa, os fenômenos a partir do “eu” que se situa no mundo, enfatizando uma orientação compreensiva e não explicativa do real (na esteira das discussões kantianas acerca da impossibilidade do conhecimento objetivo das coisas e, conseqüentemente, da ênfase na razão subjetiva em detrimento da razão objetiva). A abstração, aqui, muito própria da leitura e da interpretação construída acerca dos clássicos da fenomenologia, alcança níveis significativos que se reduzem a uma relação, ao encontro, entre o eu e o outro, como seres conscientes e intencionais. Em outras palavras: o real é construído pela consciência, e só é real porque o é para uma dada consciência. Dessa forma,

a essência se revela, brota, da própria consciência que intenciona, sente, intui, revelando a sua face oculta⁶⁸.

[...] o que importa na investigação é o ator social, o sujeito social que, em situação, vive a sua situação e a sua ação não como um dado para minha investigação, mas que é por ele vivida numa certa perspectiva e com um certo significado. [...] (CAPALBO, 1991, p. 32).

Os desdobramentos desta tendência no Serviço Social, aos moldes da conhecida tradição sincrética e eclética, reaquecem e potencializam a relação de “ajuda psicossocial”, a abordagem individual e personalista traduzida por meio de uma proposta metodológica baseada na tríade “*diálogo, pessoa e transformação social*” (ALMEIDA, 1986). Nessa formulação, é nítido o reaquecimento do ideário católico que tempera e recoloca a “pessoa humana” e suas relações interpessoais no centro da atuação profissional por meio do vínculo estabelecido entre o profissional e o “cliente” na análise da “situação existencial problema” (SEP). Trata-se, portanto, de uma abordagem profissional cujo foco central é a pessoa, como ser que não se repete, se insere em uma existência por ele, conscientemente e intencionalmente, interpretada. Os segmentos católicos do Serviço Social, que viram suas bases ruírem durante e depois do “desorganizado” e “improdutivo” processo de reconceituação, encontraram um “porto seguro” onde puderam se ancorar. Repudiaram, com isso, o tecnicismo da “perspectiva modernizadora” e os perigos da tensa politização crítica da “intenção de ruptura” (de inspiração marxista), retomando um importante valor tomista: a pessoa humana⁶⁹.

A Nova Proposta é uma metodologia genérica pensada a partir da descoberta, no processo de ajuda psicossocial, de um sentido novo. Uma abertura para a ajuda psicossocial, na consciência, entre concepção da realidade ou de uma de suas partes, e os projetos humanos e sociais na sua situação humana, histórica e concreta. Significação que inclui o nexos íntimo existente entre teoria e práxis. O marco referencial teórico dessa metodologia é constituído por três grandes conceitos: *diálogo, pessoa e transformação social*. [...] (ALMEIDA, 1978, p. 116).

⁶⁸ Os níveis de abstração, aqui, são reveladores: “[...] a análise das relações com o outro na modalidade do encontro mostra-nos que este se dá sob a forma de encontro efetivo, encontro sexual, encontro com o grupo, encontro com o anonimato da multidão, encontro com uma instituição, encontro com um autor, através de sua obra, etc. São formas de relações do homem com o mundo, do homem consigo mesmo, dos homens entre si. Dizemos, então, que Deus, o homem, a verdade podem se tornar presentes para uma consciência. Em nossa experiência com a verdade, etc. Isto que dizer, ainda, que as existências de Deus, dos homens e da verdade estavam dissimuladas ou ocultas, e que agora se tornaram presentes, apresentaram-se, revelaram-se. [...] (CAPALBO, 1986, p. 181)

⁶⁹ José Paulo Netto (1991) denomina essa tendência de “reatualização do conservadorismo”.

Note-se que, até o presente momento, as matrizes reconceituadas reforçaram, ou pelo menos não molestaram, o projeto monopólico burguês e sua objetivação por meio da autocracia burguesa. Enquanto a primeira tendência (perspectiva modernizadora) reafirmou claramente sua opção pelo projeto na época em curso, a segunda (a reatualização do conservadorismo) também foi altamente funcional à ordem, uma vez que centrou sua abordagem na esfera interpessoal (ainda que sua compreensão fosse muito diferente da primeira), despolitizando e desideologizando o mundo em que o ser (consciente-intencional) estava inserido. Mas havia, ainda, uma terceira tendência que brotaria durante os anos duros da ditadura burguesa no Brasil e conquistaria lentamente seu espaço à medida que a decadência do regime ditatorial se arrefecia.

O primeiro estudo sistematizado no âmbito do Serviço Social, com clara inspiração marxista, veio ao público no início dos anos 1980, ainda que tenha sido gestado entre os anos 1972 e 1975 na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (em Belo Horizonte)⁷⁰. Conhecido como “Método de Belo Horizonte” e tratado por Paulo Netto (1991, p. 247) como a gênese do projeto de “*intenção de ruptura*” no Brasil, a proposta avança substancialmente em relação às anteriores e, de certa maneira, incorpora um conjunto de experiências mais à esquerda vinculadas à resistência à ditadura burguesa, à redemocratização do Brasil, aos movimentos populares voltados – por diferentes caminhos – à contestação da ordem e às universidades. Liderada pelas professoras Leila Lima dos Santos e Ana Maria Quiroga e, posteriormente, potencializadas por outras (os) autoras (es) – inclusive latino-americanas (os) – que enriqueceram e ou deram continuidade ao legado crítico da reconceituação⁷¹ -, tal proposta possui alguns méritos importantes e até então ausentes no Serviço Social: a) uma forte crítica à proposta de desenvolvimento em curso na época tendo como referência a aproximação com a tradição marxista (ainda que pelo viés da militância política); b) a composição de um projeto global (que ultrapassou o próprio projeto

⁷⁰ José Paulo Netto (1991, p. 261-262) lembra que “[...] Não é acidental a emergência do projeto de ruptura em Belo Horizonte. Entre os finais dos anos cinquenta e meados da década seguinte, a capital mineira não fora apenas o sítio de elites reacionárias e aguerridas, que tanto contribuíram para a articulação do golpe de abril [...]. Ali também deitavam raízes importantes de movimentos sindicais e populares, inclusive rebatendo a história de lutas dos trabalhadores do Quadrilátero Ferrífero – movimentos que ecoaram ainda mais com o desenvolvimento industrial das franjas da capital, que se renova no decênio de sessenta. Muito especialmente, ali existia uma forte tradição estudantil não só democrática, mas com impulsões revolucionárias e socialistas. [...]”

⁷¹ Destaco, por exemplo, os estudos de Cardoso (1977a e 1977b), Lopes (1979), Silva e Silva (2002), Macedo (1986), Carvalho (1986), Ammann (1982) e, sobretudo, Yamamoto e Carvalho (1985).

profissional) com forte crítica ao tradicionalismo e às outras matrizes reconceituadas; c) a crítica à “neutralidade”, à departamentalização/fragmentação responsável pela mutilação do real, bem como a recusa do vínculo do Serviço Social com processos de adaptação, de integração social e de individualização dos “problemas sociais” despidos de contextualização e de análise histórica. Há de se notar, aqui, o salto qualitativo e corajoso desta elaboração.

O objeto do Serviço Social se define, pois, em função: - da historicidade de toda prática social; - das características da situação brasileira enquanto uma realidade dependente; - das relações existentes entre as diversas classes sociais; da relação entre ele e os objetivos profissionais. [...]. A transformação da sociedade e a realização do homem se apresentam como meta de todo trabalho social. A concretização desta meta exige a delimitação de objetivos-meio do Serviço Social: conscientização, capacitação e organização. [...]. Esta interligação entre método, teoria e realidade permite verificar que o método profissional é um meio de conhecimento e interpretação desta realidade e, ao mesmo tempo, um instrumento de sua transformação. [...]. (SANTOS, 1983, p. 39).

Mesmo considerando o avanço significativo do projeto de intenção de ruptura na sua gênese, é preciso apontar alguns problemas necessários à crítica radical visando o avanço dessa perspectiva, observações que já foram suficientemente exploradas nos estudos de Paulo Netto (1991, 1992), de lamamoto (1994 e 2007) e lamamoto com Carvalho (1985). O documento de BH sofre de um problema que assolou boa parte da esquerda no Brasil (reforçado pelo contexto repressivo, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970): *a influência de um tipo de marxismo vulgar que, embora não deixe de fazer parte da tradição de Marx o banaliza (“marxismo sem Marx” – aliás, há uma completa ausência das fontes originais na obra e, por consequência, de uma análise sobre o funcionamento da ordem burguesa)*. Nesse contexto, o tripé que sustenta a teoria marxiana foi simplificado a esquemas de manuais: a dialética materialista é compreendida como um jogo mecânico e formal entre a tese, a antítese e a síntese e a categoria da totalidade esvaziada e fragmentada em momentos metodológicos que propiciam a aproximação da realidade e o compromisso com as camadas “oprimidas”⁷²; a teoria valor trabalho – sua centralidade

⁷² O texto se refere aos seguintes momentos: aproximação, investigação significativa, interpretação diagnóstica, aproximação II, programação, execução de projetos e revisão e sistematização geral (SANTOS, 1983, p. 49). Marilda lamamoto, em um trecho extraído da entrevista concedida para esta pesquisa, faz as seguintes observações: “[...] O movimento de reconceituação de Belo Horizonte (eu entrei em Belo Horizonte em 1971 - antes do BH) e, na disciplina que eu dava com a professora Consuelo Quiroga, nós começamos a questionar a separação do caso, grupo, comunidade, dos métodos, enfim, aquele “iníciozinho” do método básico, de um método comum ao Serviço Social. Existam três Serviços Sociais, hoje

ontológica com fonte de valor -, encontra-se ausente de qualquer análise (mesmo que mais superficial), o que abre brechas para a identificação da economia-política de Marx com o estreito economicismo; a perspectiva da revolução não é apanhada na sua complexidade, ou seja, como uma possibilidade histórica potencializada pela luta de classes e por condições históricas determinadas. A revolução, então, aparece como uma tarefa do Serviço Social e de um conjunto de profissionais messianicamente comprometidos com a “capacitação”, com a “organização” e com a “transformação da sociedade” (SANTOS, 1983), confundindo e identificando a profissão, o partido, os sindicatos e os movimentos revolucionários (que aparecem inseridos em um único pacote). O texto, então, peca pelo formalismo e por recair diante de um tema fartamente debatido durante a reconceituação: *o epistemologismo, o cientificismo e o metodologismo (típicos do formalismo positivista)*, que recuperam a preocupação com o “objeto do Serviço Social”. Em que pese isso, o giro ideopolítico do texto foi altamente original e positivo, denunciando e propondo uma alternativa para o trabalho popular inspirada no marxismo.

Todavia, é preciso destacar que a ditadura militar burguesa agiu profundamente na vida social do Brasil alterando profundamente a cultura, a educação, a política, a econômica do país, eliminando uma geração que vinha se formando na tradição revolucionária marxista. O resultado disso não poderia ser diferente: a quase completa banalização da teoria social de Marx na forma de pacotes fragmentados, retirados do contexto da obra marxiana, marcado por um profundo simplismo mecanicista com viés voluntarista, avesso aos estudos originais (na fonte), endossado por intérpretes vulgarizadores, como se a prática política-revolucionária pudesse falar por si só. A fragmentação neste contexto é inevitável e, com ela, a perda do ponto de vista de totalidade regado de modismos utilizados para a análise de situações pontuais e conjunturais. Paulo Netto (1991, p. 111), destaca, por exemplo, o “marxismo acadêmico” que atuou nas universidades durante o regime militar de 1964 teorizando sobre a “prática teórica” com

tem um só. Então a gente teve que ver como operar, pensar a realidade e analisá-la, pensar nessa direção. Então eu acho que no Brasil o Serviço Social não foi tão clandestino assim, de costas para o Estado (pelo menos a experiência que eu vivi em BH). [...] Então, realmente lá o Serviço Social entrou e se identificou com o movimento revolucionário partidário, da luta política partidária que coloca a questão da política como central e muito numa linha de costas para o Estado, forte influência althusseriana que teve no Brasil também na visão do Estado monolítico, aparelho ideológico do Estado e isso aqui também em Belo Horizonte. A Leila acabava de vir da França, com uma forte influência, formação também althusseriana, sobre a prática, sobre a teoria, [...]”

base em Althusser e a teorização da “sociedade civil” em tempos de redemocratização genericamente identificada, de forma abusiva, com a construção gramsciana. Isso, certamente, em proporções ainda mais complexas, rebateu no Serviço Social. Portanto, era preciso neutralizar demandas democrático-burguesas e nacional-burguesas dos setores burgueses mais ou menos radicais e reprimir movimentos e processos comprometidos com a igualdade econômica, social e política e de mobilização de classe dos segmentos populares, na era do capitalismo monopolista e do império total, tornando-se “burguesia madura” nas condições da sociedade brasileira. Em outras palavras, defender a autonomia de classe da burguesia dentro da sociedade de classes no Brasil, considerando as possibilidades de uma transformação capitalista que *não rompesse com a dependência do país e seus efeitos*. Resumidamente: não havia possibilidade de os segmentos burgueses se servirem do radicalismo burguês e capturarem, momentaneamente, os interesses das massas, sem colocar em risco a dependência e sua estrutura.

Evidentemente, não lhe foi possível extirpar da cultura brasileira o rebatimento das matrizes do pensamento socialista revolucionário; mas ao interromper a dialética que vinha se operando, entre interlocutores diferenciados, para a constituição de uma tradição marxista no país, a ditadura obteve um tento dos mais importantes – não só travou por ponderável lapso de temporal esta constituição como, ainda, introduziu no seu andamento complicações cuja resolução demandará esforços de largo fôlego e a conjunção de inúmeras circunstâncias favoráveis que não parecem resultantes do acaso. [...] A autocracia burguesa foi mais adiante: no seu legado, deixou componentes macroscópicos e específicos que conspiram vigorosamente contra a possibilidade de resgatar criticamente o patrimônio arduamente acumulado em mais de meio século de lutas sociais e confrontos ideológicos. Entretanto, a mesma autocracia gestou necessidades e possibilidades objetivas – econômicas, sociopolíticas e culturais – que situam como concreta a alternativa de recuperar os ganhos do passado e construir, sobre o patamar da contemporaneidade, a tradição marxista brasileira que ela quis conjurar. [...] (PAULO NETTO, 1991, p. 109-112).

Por outro lado, ainda que todo esse processo de revisão conceitual tenha sido marcado pelo ecletismo, pelo epistemologismo, pelo formalismo metodológico antidialético e por uma inadequada compreensão do papel exercido pela esfera política⁷³ (PAULO NETTO, 1981, p. 61 e 1991), independentemente da matriz teórica considerada e de suas diferenças, os ganhos foram importantes e absolutamente necessários: *maior densidade teórica*

⁷³ Seja na sua dimensão politicista ingênua de forte conotação basista e vanguardista seja, ao contrário, na sua face “apolítica”.

temperada por estudos mais sólidos (ainda que ecléticos); indicação de alternativas em relação ao “Serviço Social tradicional” (ainda que marcadas pelo epistemologismo); e maior abertura da profissão para um diálogo salutar com diferentes setores das Ciências Humanas e Sociais (o que não é pouco). É verdade, também, que processos iniciais de aprofundamento teórico-metodológico de uma profissão costumam sofrer de certa superficialidade até certo ponto compreensível e justificável. Há dúvidas, entretanto, até os dias atuais, sobre a importância da renovação do Serviço Social mesmo considerando suas inúmeras limitações há pouco esboçadas. Inevitavelmente o “processo de reconceituação” gerou controvérsias e, na visão dos segmentos mais conservadores da profissão, causou um mal estar, um desarranjo desnecessário, estimulou exageros e interpretações equivocadas sobre o verdadeiro significado da profissão e da atuação profissional, até então caracterizada – na opinião de tais setores – por um curso vitorioso do Serviço Social tradicional⁷⁴.

ao Serviço Social tradicional se atribui um posicionamento funcionalista, por influência americana, quando se propõe um trabalho de “ajustamento”, de “integração” do indivíduo ao seu meio, no qual estaria implícito um juízo sobre esse “meio” como plenamente satisfatório, ou seja “um todo harmônico, sendo seu núcleo conceitual a noção de sistema estável”. É uma conclusão indevida, pois, mesmo admitindo a necessidade de transformação desse meio, para que o Serviço Social não se instrumentalizasse, os programas e profissionais se propunham a propiciar ajuda aos indivíduos e grupos que necessitavam nele sobreviver e, em consequência, aparelhar-se para tanto, e até mesmo integrar-se, até certo ponto, como acontece com os próprios assistentes sociais, mesmo os mais radicais, na sua vida pessoal, familiar e profissional, social e às vezes até política. Serviços prestados como ajuda para integração das populações migrantes no mercado de trabalho, melhorias urbanas para favelas não significam aceitação das estruturas econômicas vigentes, mas uma ajuda ao homem concreto e sua família, que é algo mais do que membro de uma classe, e que precisa sobreviver para que possa transformar a sociedade em que vive. Tampouco essa atuação poderia ser considerada assistencialista, pura e simplesmente, pois, embora não se proponha a transformar a sociedade, é exercida através de um processo de desenvolvimento pessoal do usuário, favorecendo um processo de independência dos próprios serviços e de auto-afirmação. O status quo das estruturas não é atingido, mas aquele homem, aquele grupo, cresceu, deu um passo adiante, tornou-se mais humano. [...] (JUNQUEIRA, 1980, p. 15-16).

José Paulo Netto (1981, p. 75), por outro lado, contrapondo-se às indicações de Helena Iracy Junqueira e às críticas conservadoras à reconceituação, destaca que

⁷⁴ Para uma análise sobre o significado do processo de reconceituação, suas diferentes interpretações e seus impactos na profissão, consultar, particularmente, o debate estabelecido entre Paulo Netto (1981) e Junqueira (1980).

[...] desvelar a inépcia da crítica conservadora reveste-se de um duplo sentido: resguardar a profissão dos danos realmente contidos na tendência restauradora e, ao mesmo tempo, acumular o fôlego analítico de que o Serviço Social carecerá, dado um novo movimento de afluxo das forças comprometidas com a revolução social latino-americana, para transcender os seus constrangimentos institucionais. [...]

Não resta dúvida que, com todos os seus limites, o movimento de reconceituação foi caminho necessário e insubstituível para que o Serviço Social não passasse em branco os últimos 50 anos e tivesse fôlego para adentrar com força e crítica nas décadas de 1980 e 1990 diante das profundas transformações societárias que se anunciavam depois da crise do capital a partir de 1973⁷⁵. É fato que, ao se estancar a ditadura brasileira, os grandes problemas estruturais do Brasil (expressos no que foi denominado por Florestan Fernandes de “descolonização tardia”) não foram solucionados. Tais problemas, ao contrário, foram aprofundados, se tornaram mais complexos, adquiriram proporções mais dramáticas, à medida que o país sofreu o impacto da modernização conservadora. Esse legado explicitou-se já na segunda metade dos anos 1980, período em que o país passou por reformas constitucionais (sintetizadas na Constituição de 1988) que revelaram, por detrás da batalha jurídica, lutas sociais que descortinavam demandas sociais reprimidas oriundas do amplo setor que compunha a massa trabalhadora, bem como dos diversos segmentos que faziam parte das elites. Um novo dado, entretanto, agravaria esse cenário: a mudança mundial no padrão de acumulação que se *flexibilizava* mundialmente e atingiria em cheio o Brasil na década de 1990.

A *acumulação flexível*⁷⁶, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores com entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”. [...]. A acumulação flexível para implicar níveis relativamente altos de desemprego

⁷⁵ “A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocando torpor da “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político [...]” (HARVEY, 2003, p. 140)

⁷⁶ Grifos do autor.

“estrutural” (em oposição a “friccional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais [...] e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. [...]” (HARVEY, 2003, p. 140-141).

O aprofundamento da “questão social” na era flexível e o seu forte impacto no mundo do trabalho trouxeram outros desafios ainda mais densos que vêm reafirmando a crise estrutural do capital e sua absoluta insustentabilidade (ANTUNES, 2000, p. 29)⁷⁷. A euforia democrática da segunda metade dos anos 1980, cujo ápice foi a Assembléia Nacional Constituinte, a elaboração de uma nova carta constitucional e a eleição direta para presidente em 1989 (com a trágica eleição do Collor de Melo) dão lugar à dura realidade imposta pela nova configuração imperialista em tempos de flexibilização. Os “sólidos” valores do padrão fordista cedem lugar a uma forma de acumulação flexível que, aos poucos, nas condições hiper-tardias e dependentes do Brasil, inicia um forte processo de investimentos em capital constante (sobretudo por meio de uma brutal inserção tecnológica) e de redução de capital variável (força de trabalho) alterando a composição orgânica do capital e gerando consequências nefastas ao trabalho. Alimentam-se, ao mesmo tempo, diferentes tipos de negócios, empreendimentos e sistemas de produção que dão um duro golpe no poder dos sindicatos, também por meio de uma tremenda fragmentação da vida social e da insegurança econômica (processo intensificado com o desmonte da União Socialista das Repúblicas Soviéticas no final dos anos 1980). Em outras palavras, o que se constatou, já na segunda metade dos anos 1990 e na transição para esse século até os dias atuais, é que a grave crise estrutural do capital eclodida na década de 1970 causou profundas mutações no mundo do trabalho: o enorme desemprego estrutural, a

⁷⁷ “As vitórias eleitorais de Thatcher (1979) e Reagan (1980) costumam ser vistas como uma clara ruptura da política do período de pós-guerra. Eu as compreendo mais como consolidação do que já vinha acontecendo em boa parte dos anos 1970. A crise de 1973-1975 derivou em parte de um confronto com a rigidez acumulada de práticas e políticas de governo implantadas no período fordista-keynesiano. As políticas keynesianas tinham se mostrado inflacionárias à medida que as despesas públicas cresciam e a capacidade fiscal estagnava. Como sempre fora parte do consenso político fordista que as redistribuições deviam se fundamentar no crescimento, redução do crescimento significava inevitavelmente problemas para o Estado de bem-estar social e do salário social. [...]” (HARVEY, 2003, p. 157). Potyara Pereira, em entrevista concedida para essa pesquisa, destaca que “[...] Com a ascensão do neoliberalismo nos fins dos anos 1970, na Inglaterra e nos Estados Unidos, e sua entrada no Brasil nos fins dos anos 1980, todas as políticas sociais, inclusive a assistência, sofreram reorientações significativas para a “direita”. Assim, em vez de elas estarem orientadas para atender necessidades sociais, estão preponderantemente a serviço do atendimento das necessidades do capital, como diz Ian Gough. Portanto, é ingenuidade falar em emancipação e justiça social no âmbito das políticas sociais neoliberais (até mesmo no terreno do trabalho). Há que se lutar contra o neoliberalismo, ao mesmo tempo em que se deve usar as políticas sociais como uma das mediações possíveis para o alcance desse desiderato. Para isso o Serviço Social precisa ter também um projeto teórico, já que ele não é só ação (intervenção). [...]”

precarização das condições de trabalho, a flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas em época da barbárie neoliberal e a crescente degradação da relação metabólica entre homem e natureza, repercussões que têm se adensado nesses primeiros 10 anos do século XXI⁷⁸. A luta de classes, então, fica imersa em campo pantanoso que captura o trabalhador em um complexo circuito ideológico que o “transforma” em um “colaborador”, um “importante membro de uma equipe”, de uma “família”, em que “todos ganham” na medida em que sistemicamente se cumpra a missão institucional produtiva. Nesse sentido, a luta contra a exploração capitalista, a organização dos trabalhadores, a força dos sindicatos e a formação da consciência de classe são aviltadas e esvaziadas repondo sérios obstáculos objetivos para seu desenvolvimento (HARVEY, 2003, p. 145-146)⁷⁹. Como salienta ANTUNES (1999, p. 41-42),

[...] de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países d capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento do setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também um subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado [...] O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexização da classe trabalhadora [...].

O Serviço Social termina os anos 1980 e se envereda pelos anos 1990 desencadeando um balanço crítico do legado reconceituado. As tendências reconceituadas

⁷⁸ O atual desemprego estrutural atinge proporções gigantescas jamais previstas pelos apologistas da ordem burguesa. Segundo Mészáros (2003, p. 22) “[...] agora a grave realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter crônico”, não sendo consequência apenas do desenvolvimento tecnológico ou da explosão populacional, mas também da relação direta com os elementos estruturais sob os quais produz e reproduz as relações sociais e econômicas segundo a lógica do capital.

⁷⁹ No Brasil esse contexto foi claramente anunciado e estimulado no governo Collor, se adensa e se consolida na segunda metade dos anos 1990 com Fernando Henrique Cardoso e adentra no século XXI já com Lula da Silva.

se reafirmam, se aprofundam e se desdobram, deixando um legado que seria recuperado no final da década de 1990 e reapareceria no início do século XXI, necessariamente afetado pelo aprofundamento da ordem monopólica flexível no Brasil⁸⁰. Nesse contexto de lutas que se expressavam e se particularizavam no campo profissional entre as matrizes renovadoras (e ainda sob o impacto inicial e gradual da economia flexibilizada na primeira metade dos anos 1990), o projeto de *intenção de ruptura* (PAULO NETTO, 1991) emerge como força hegemônica e se aprofunda no debate com o marxismo a partir das fontes originais. Importantes obras, artigos e trabalhos em geral (também publicizados por meio de anais de congressos⁸¹) são editados a partir do início dos anos 1990 como resultado de estudos e pesquisas, com forte balanço crítico que se adensou recuperando as conquistas da proposta de Belo Horizonte (SANTOS, 1983) e de sua ampla e diversificada repercussão⁸². Porém, para além da academia que se consolidava na graduação e na pós-graduação (SILVA e SILVA et al, 2005), o Serviço Social – predominantemente, mas não unicamente, inspirado no legado marxista no Serviço Social – avança nas discussões e nos encaminhamentos voltados à formulação de alternativas e de propostas nos espaços de organização da categoria. A partir desses espaços previamente existentes e, até então, predominantemente ocupados sob o viés conservador, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) – posteriormente reorganizada na segunda metade dos anos 1990 como Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) – e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), desencadearam (sob lideranças claramente progressistas) importantes revisões no campo da formação profissional nos níveis de graduação e de pós-graduação⁸³. Data,

⁸⁰ Nessa direção, Paulo Netto (1996) oferece pistas importantes.

⁸¹ Destaco, aqui, particularmente, os Congressos Brasileiros de Serviço Social (CBAS) e os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), principais eventos da categoria. Vale citar, também, os congressos latino-americanos de Serviço Social.

⁸² Datam desse período, por exemplo, na tradição inserida no projeto de intenção de ruptura (ainda que diversificados radicalizados ou não nas suas obras posteriores) os estudos de Paulo Netto (1989, 1991, 1992 e 1996), Iamamoto (1994, 2000, 2001), Mota (1985, 1995 e 2000), Sposati (1989), Yazbek (1980 e 1993), Silva e Silva (2002), bem como as produções de uma nova geração que emergiu a partir da segunda metade dos anos 1990: Barroco (2001), Bering (1998 e 2003), Bochetti (2003), Guerra (1995) e Montañó (2002, 2007). Vale ressaltar, todavia, que a aproximação mais rigorosa entre o Serviço Social, Marx e sua tradição, inegavelmente adensada nesse período, não foi suficiente para romper (e jamais será sob as condições do capital) com as questões de fundo presentes na gênese do Serviço Social e na sua constituição concreta como profissão: o sincretismo e o eclétismo.

⁸³ Toda esta construção está disponível nas produções organizadas por ABESS e ABEPSS contidas nas referências bibliográficas dessa tese. Em entrevista concedida para este estudo no mês de dezembro de 2008 Ozanira Silva e Silva lembra que “[...] A profissão também avançou, significativamente, no campo da formação profissional haja vista, por exemplo, a ampliação que se deu nos termos dos programas de pós-graduação. Então, nós temos hoje 24 (vinte e quatro) ou 25 (vinte e cinco) programas de pós-graduação no

também, do início dos anos 1970, momento em que as ditaduras militares burguesas ainda não haviam se estendido por toda América Latina (particularmente ao Chile – 1973 – e à Argentina – 1976), a refundação do Centro de Estudos Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS – hoje, e desde 1975, ALAEITS – Associação Latino-Americana de Ensino e Investigação em Trabalho Social).

Marilda lamamoto, em trecho extraído da entrevista concedida para esta pesquisa⁸⁴, lembra:

“Eu participo do Serviço Social latino-americano desde 1971, foi quando eu me formei e ganhei uma bolsa com o meu trabalho de conclusão de curso para o encontro exatamente quando estava na primeira refundação da ALAITES, à esquerda. A ALAITES estava sendo refundada, se liberando do Serviço Social latino... norte-americano, da OEA, então foi o início, antes da existência do CELATS (porque a ALAITES é de 75). Então, nesse período o Serviço Social latino-americano teve um avanço muito importante no lastro da história latino-americana, contra a dependência, buscando inclusive um pensar crítico sobre a América Latina (que não é um movimento do Serviço Social, mas das Ciências Sociais - o Ianni tem aquele livro “Sociologia da Sociologia latino-americana”). [...]

Ao mesmo tempo, desde o final dos anos 1980, a categoria dos assistentes sociais participa ativamente das diversas reformas constitucionais no âmbito da seguridade social (sustentada no tripé saúde, previdência e assistência social), engrossando as lutas sociais pela construção da democracia política e seus desdobramentos. O Código de Ética do Assistente Social, revisto e publicado por meio da Resolução CFESS número 273, de 13 de março de 1993, afirma compromissos com a liberdade, com a autonomia, com a emancipação, com a democracia, com a cidadania, com a justiça social, com o pluralismo e contra qualquer tipo de discriminação e preconceito, avanços significativos em que pese *a absoluta necessidade de esclarecer, com radicalidade, o significado desses temas no campo*

Brasil, temos 9 (nove), vamos ter 10 (dez) doutorados (nós acabamos de aprovar, a comissão...acabamos de aprovar um que está saindo, que está sendo implantando a partir do ano que vem que é na UFF). Então eu acho que a profissão cresceu muito da década de 1980 para cá, no campo da formação profissional e no campo da pesquisa, embora nossa pesquisa seja ainda muito frágil, muito frágil, metodológica e teoricamente. Eu digo isso a partir de uma convivência com esta questão da pesquisa no CNPq, para onde estou voltando pela segunda vez como representante da área do Serviço Social. Então quero dizer, que há muita fragilidade em parte significativa dos projetos que são encaminhados. Mas também há muita coisa interessante. [...]”

⁸⁴ Entrevista realizada em dezembro de 2009, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), com a professora Doutora Marilda Vilela lamamoto.

*minado e pantanoso por onde foram e vêm se constituindo*⁸⁵. Essa discussão serviria de base para a constituição de um “*Projeto-Ético Político Profissional*” na segunda metade dos anos 1990. O que se observou, no geral, portanto, é que a tendência mais progressista do Serviço Social assumiu os rumos da profissão, construiu uma hegemonia possível e “passou a dar as cartas” considerando, sobretudo, o seu adensamento teórico e a sua inserção concreta nos principais órgãos representativos da profissão e outros importantes espaços fora dela. Esse avanço é reforçado por alguns dos principais expoentes do Serviço Social contemporâneo, mesmo considerando as diferenças presentes – nem sempre pequenas – entre cada um deles.

A professora Potyara Pereira, por exemplo, importante referência nas discussões acerca das políticas sociais, destaca aspectos importantes do Serviço Social Brasileiro ao ressaltá-lo como o que melhor se posiciona internacionalmente a partir dos anos 1990. Lembra que o Serviço Social no Brasil possui a melhor organização em número de unidades de ensino distribuídas em todo território nacional (graduação e pós-graduação stricto sensu – mestrado e doutorado) bem como apresenta relevante representação nos principais órgãos oficiais de fomento à pesquisa e periódicos (com padrões internacionais). Tal processo, segundo ela, tem propiciado boas condições para pensar criticamente a profissão para além dos estreitos limites estabelecidos pela linguagem mercadológica do capital. De fato, o Serviço Social brasileiro possui inegável qualidade teórico-prática, quase sempre rara no Serviço Social mundial, posicionando-se em um nível privilegiado e avançado perante os demais. As conquistas pós-reconceituadas no campo da formação profissional e a expansão no âmbito da graduação e da pós-graduação (incluindo, aqui, os espaços construídos nos principais órgãos de fomento – CNPq e CAPES, por exemplo) são inegavelmente importantes. Todavia, é preciso denunciar a recente ampliação das unidades de ensino (à distância ou presencial) feitas sob a égide da precarização e da mercantilização da educação, bem como criticar a lógica produtivista que tem orientado os principais órgãos oficiais de fomento.

[...] considero que o Serviço Social brasileiro é o melhor posicionado em todo mundo. Seguindo tendência internacional, mas principalmente desde os anos 1990, o Serviço Social brasileiro vem se consolidando como uma

⁸⁵ Qual liberdade? Qual justiça? O que significa pluralismo? Autonomia para quê? Quais as bases da emancipação que se pedem?

das profissões mais organizadas institucionalmente, a par de vir se expandindo em todo o território nacional em número de unidades de ensino e, conseqüentemente, de profissionais formados. Outro dado que chama a atenção, é a crescente criação de Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), a representação da profissão nos órgãos oficiais de fomento a pesquisa, a produção de veículos de comunicação científica (principalmente periódicos) dentro dos padrões internacionais de qualidade. Tudo isso revela um empenho contínuo dos assistentes sociais brasileiros de se qualificarem e assumirem no mercado de trabalho posturas mais críticas e competentes dentro das possibilidades e limites de sua condição preponderante de trabalhador assalariado. E, nesse empenho, fica claro que, embora o Serviço Social funcione sob a égide da lógica capitalista, seu *status* de profissão de nível superior – dotada de um saber próprio - permite-lhe pensar e agir intelectual e politicamente, para além das estritas (embora determinantes) relações de domínio do capital sobre o trabalho. [...]⁸⁶

Outra expoente do Serviço Social brasileiro, a professora Ozanira Silva e Silva (2002), destaca os avanços e as conquistas da profissão ao aproximar-se e solidarizar-se com as demandas dos trabalhadores. Ressalta a contribuição da proposta de “intenção de ruptura”, principalmente a partir de 1990, para a formulação do Projeto Ético-Político Profissional (que faz questão destacar como “profissional”). O vínculo ético-político com os trabalhadores, o amadurecimento teórico claramente exposto na década de 1990 e a organização da categoria por meio de seus órgãos representativos, também são realçados pelas professoras Carmelita Yazbek e Regina Mioto, em que pesem as inúmeras dificuldades a serem enfrentadas nessa direção⁸⁷.

[...] a profissão vem sofrendo, nós sabemos disso, uma inflexão muito grande a partir da década de 1980, no sentido de tomar consciência de que ela pode ser protagonista do fortalecimento dos trabalhadores, da organização da sociedade brasileira, etc. Quer dizer, isso é uma coisa presente, que levou num dado momento o Serviço Social estruturar o que foi inicialmente chamado de projeto profissional de ruptura, não é? Isso está muito consolidado num livro do Zé Paulo, “*Ditadura e Serviço Social*” e no meu livro “*O Serviço Social e o popular*”. Então, já a partir de 1993, vem se colocando na agenda o que vem sendo denominado de Projeto Ético-Político do Serviço Social. Ético-político profissional porque, eu inclusive, sou contra considerar somente o projeto como Ético-político, sem colocar o profissional. Sem o profissional não está completo, não seria o projeto de uma profissão. [...]⁸⁸

⁸⁶ Trecho extraído de depoimento concedido pela professora Dra. Potyara Pereira por meio de questionário encaminhado ao pesquisador em junho de 2010.

⁸⁷ Questões relativas ao Projeto Ético-Político Profissional, como direção social estratégica (nos dizeres de PAULO NETTO, 2009), serão retomadas a partir da página 140.

⁸⁸ Trecho extraído da entrevista concedida para esta pesquisa pela professora Doutora Ozanira Silva e Silva (dezembro de 2008).

[...] o Serviço Social que enfrenta essa conjuntura difícil. É um Serviço Social que amadureceu, que alcançou maturidade teórica, alcançou maturidade política, que tem nível organizativo invejável, uma profissão bem articulada, bem organizada, que tem presença política. Com todas as dificuldades que existem o Serviço Social é ainda umas das profissões que tem essa presença política [...]”⁸⁹

O Serviço Social no Brasil contemporâneo, apesar de todas as suas contradições, tem se construído como uma profissão bastante inquieta no contexto da sociedade brasileira e que tem levado a categoria a uma constante reafirmação de um projeto ético-político. Essa inquietação é claramente visível na efervescência do debate atual, tanto na crítica dos fundamentos da sociedade capitalista (afirmação da teoria social de Marx), quanto no intenso debate sobre a questão do trabalho, além da discussão em torno da política social, especialmente em direção à resistência ao processo de desinstitucionalização das políticas públicas. Também é visível na dinamicidade de sua organização política, através de seus órgãos representativos e na sua inserção nos órgãos de ciência e tecnologia. Essa marca, que estou chamando aqui de inquietação, tanto diferencia o Serviço Social das demais profissões, como demonstra suas potencialidades para o seu próprio desenvolvimento e para uma inserção política conseqüente no âmbito da sociedade brasileira. [...]”⁹⁰

Marilda Iamamoto, por sua vez, também destaca a particularidade do Serviço Social brasileiro no contexto latino-americano, ressaltando que a profissão ocupou propositivamente a universidade formatada pela autocracia burguesa e formulou um Projeto Ético-Político Profissional de resistência em tempos de “abertura democrática”. Essa tendência, segundo a autora, uma peculiaridade mundial (observação absolutamente pertinente considerando o perfil predominantemente tecnocrático do Serviço Social em quase todos os países), sintonizou-se criticamente com as transformações sociais em curso e objetivou, no campo profissional, uma proposta que a colocou em uma posição privilegiada também em relação às Ciências Humanas e Sociais (imersas, até hoje, no geral, em modismos extremamente dóceis à ordem monopólica e flexível em curso).

O Brasil teve a década de 1980 neste processo que foi muito importante em função da particularidade da história brasileira, também em função da nossa capacidade de ter uma sintonia com os processos históricos que estavam ocorrendo no final dos anos 1970, anos 1980. Eu acho que o Serviço Social brasileiro toma um rumo absolutamente particular, no sentido histórico no contexto latino-americano. O professor Zé Paulo Netto e várias outras análises feitas mostram como nos anos 1970,

⁸⁹ Trecho extraído da entrevista concedida para esta pesquisa pela professora Doutora Carmelita Yazbek (agosto de 2009)

⁹⁰ Trecho extraído de depoimento concedido pela professora Doutora Regina Miotto por meio de questionário encaminhado ao pesquisador em junho de 2010.

contraditoriamente, nós ingressamos nas universidades, na universidade da ditadura e, apesar disso, o Serviço Social fez da universidade o abrigo da reflexão crítica. Isso foi muito importante na abertura política, na recepção dos colegas que haviam sofrido alguma forma de punição pela sua presença política. Então, veja, eu acho que nesse processo o Serviço Social entra na academia, o Serviço Social seculariza e o Serviço Social brasileiro avança num projeto crítico de resistência. Eu acho que isso é muito particular do Serviço Social brasileiro, eu diria no cenário mundial. [...]. Não estou "dando pílulas de ilusão", mas eu acho que nós somos uma profissão que não perdeu a capacidade de indignação. Não deixamos que a naturalização da pobreza nos contaminasse, a naturalização da desigualdade. [...] Eu acho que é nesse contexto que eu penso que o Serviço Social brasileiro ele é profundamente fecundo e eu estou falando como sujeito destes 30 anos também. Por que ele é fecundo? Eu acho que é fecundo no sentido de que ele teve a capacidade de estar sintonizado às mudanças sócio-históricas e mais presente na margem esquerda do processo histórico (e isso é muito difícil). Ele conseguiu se articular no bojo de todo neoliberalismo que desarticula toda a luta dos trabalhadores. O Serviço Social, os assistentes sociais ajudaram a fortalecer essas entidades, fortaleceram a sua capilaridade organizativa e representativa. As Ciências Sociais, nesse processo, foram muito dóceis às influências externas (vamos dizer assim) e o Serviço Social se manteve numa posição de questionamento, de indagação, numa tradição intelectual que tem apoio na tradição marxista, com a preocupação com a historicidade, da totalidade, da contradição. Eu acho que isso nos vitalizou muito e vitaliza muito a nossa produção diante das Ciências Sociais, das Ciências Humanas que entraram. [...] Então eu faço muita questão de preservar esse legado sabe? E eu estou dizendo isso porque eu acho que existem polêmicas hoje (à esquerda e à direita) que colocam em questão esse legado. Nós não podemos colocar em questão esse legado. [...] ⁹¹

Mantidos os aspectos indicados como conquistas efetivadas pela categoria profissional, sobretudo, nos últimos 20 anos, é preciso ter claro que o momento atual é extremamente delicado. O modelo de acumulação flexível necessário para o aprofundamento da ordem monopólica e de suas expressões particulares no Brasil (mais intensamente sentidas na segunda metade dos anos 1990) se chocou com o projeto profissional construído nessa mesma época. Essa tensão, certamente complexa e composta por múltiplos aspectos, repôs desafios de ordem teórico-prática e ético-política ficando em uma materialidade cada vez adversa para pensar criticamente e objetivar propositivamente alternativas que preservassem e aperfeiçoassem o legado construído, com todos os problemas, a partir da segunda metade dos anos 1980. Basta, para isso, por exemplo, para não ir tão longe, destacar o impacto do aprofundamento do imperialismo do século XXI, seja nas atuais configurações da "questão social", no mercado de trabalho do assistente social

⁹¹ Marilda lamamoto: trecho retirado de entrevista.

(altamente fragmentado e diverso em tempos de flexibilização – colocando-o como um dos gerentes do caos social), seja nas condições para se manter um projeto de formação profissional inspirado no ponto de vista de totalidade.

Em entrevista concedida para essa pesquisa⁹², José Paulo Netto reafirma a importância das conquistas obtidas nas últimas décadas, mas chama a atenção para as inúmeras dificuldades e limitações que têm afrontado o Projeto Ético-Político Profissional mais intensamente a partir do final da segunda metade dos anos 1990.

[...] do ponto de vista do geral, a mim me parece que o chamado sistema CFESS/CRESS tem exercitado essa direção, ou seja, eu vejo com muita simpatia, com muita solidariedade os esforços, pelo menos dos últimos dez, quinze anos do chamado sistema CFESS/CRESS para dar balizas através de seus documentos, cartas, esse negocio todo. Agora, penso que essa direção, na medida em que incorpora os princípios do chamado projeto ético-político, ela está muito vulnerabilizada (nos últimos anos). Se você quer que eu diga com todas as letras, o fato de setores mais combativos das vanguardas terem se recolhido a execução de políticas, minimizando e reduzindo suas proposições, tem enfraquecido bastante esse horizonte do projeto ético-político que então passa a ser objeto na medida em que ele nunca tem uma interpretação unívoca. Ele passa a ser utilizado para justificar qualquer tipo de projeto [...] e aí o tal projeto ético-político passa a ser objeto de interpretações que acabam legitimando qualquer tipo de ação, não é? O que eu quero dizer aqui, e não é novidade nenhuma, já escrevi sobre isso, diria até na animosidade de colegas que eu prezo muito, eu acho que esse projeto está em crise, e ao falar que esse projeto está em crise o que eu estou dizendo é que a hegemonia que ele simbolizou, que ele pretendeu simbolizar, está em risco. Isso afeta diretamente a sua pergunta: “não está se atraindo muita gente para assistência, enquanto a gente precisa reforçar outras áreas?”. Sim, mas você não tem como travar isso, se você não tem uma formação teórico-política que clarifique isso, meu amigo! Eu não vejo alternativa para isso não, ou seja, em curto prazo a minha visão é muito pessimista do quadro profissional. Se a minha amiga Marilda estivesse aqui ela diria que o meu pessimismo leva ao imobilismo⁹³. Eu quero dizer que eu não penso assim, tanto não penso que quero agir e atuar, colaborar, mas o que eu vejo é que você tem aí uma intercorrência de tantos vetores que acabam mesmo vulnerabilizando aquele projeto. [...]

Recuperando o cerne da preocupação de José Paulo Netto e, ao mesmo tempo, reconhecendo e reafirmando a atual direção inspirada em Marx e sua tradição, caberia indagar: quais as condições objetivas para manter a proposta construída pelo Serviço

⁹² Entrevista concedida em agosto de 2009, na cidade de Marília, durante o evento organizado pela UNESP sobre a obra de György Lukács.

⁹³ Nota-se, aqui, que a discussão sobre o “sincretismo indiferenciado”, tratada anteriormente, especificamente entre Paulo Netto e Iamamoto, reafirma-se na atualidade.

Social brasileiro nas três últimas décadas, radicalizando-a sem ceder às armadilhas messiânicas ou a qualquer forma de abstração? Estaria essa “direção estratégica” condenada a esvaziar-se sob o discurso genérico da cidadania e da emancipação política burguesa?

**3. PARTE 2 – SERVIÇO SOCIAL E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: TRABALHO E
FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL**

3.1. Pragmatismo, utilitarismo e decadência teórico-prática no Serviço Social: retomando velhas-novas tensões

As análises realizadas até o presente momento revelaram, com toda a radicalidade, os inúmeros problemas e desafios para estimular a aproximação entre uma determinada teoria social crítica (o marxismo – considerando-se sua diversidade e seus pressupostos) e uma profissão cuja gênese está vinculada ao conservadorismo e ao sincretismo ontologicamente dado pela sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, como uma especialização do trabalho coletivo. A ascensão do Serviço Social como profissão, sob as condições do capitalismo de monopólios na era imperialista (final do século XIX e início do século XX – assunto tratado na primeira parte dessa tese), foi marcada por um campo contraditório e de tensões sociais originadas na irreconciliável relação capital-trabalho. Como se argumentou até aqui, essa sociabilidade se particulariza no continente latino/centro-americano e caribenho (onde se insere o Brasil) sob as condições de um capitalismo hiper-tardio marcado por um legado colonial sustentado, no geral, por uma base econômica comprometida com a grande propriedade, com a escravidão e com a economia agrário-exportadora. Esse polêmico e necessário debate entre a tradição revolucionária marxiana e marxista e o Serviço Social remete a inúmeros cuidados que passam pela necessidade de uma *interlocução refinada, cuidadosa e, portanto, não imediata, pragmática ou utilitarista entre eles (uma tarefa desafiadora considerando-se o legado da profissão, seus desafios contemporâneos e o permanente empobrecimento da razão pós-moderna)*.

Preservados os avanços propiciados pela renovação do Serviço Social a partir da década de 1960, é preciso destacar a heterogeneidade que caracterizou o movimento de reconceituação bem como as inúmeras limitações que o marcaram, independentemente da matriz teórica que o inspirou. O projeto de “intenção de ruptura” (de inspiração marxista) não escapou dessa limitação, ainda que tenha avançado a passos largos no campo ideológico se comparado às outras perspectivas reconceituadas. Paulo Netto (1989), desde o final dos anos 1980, já destacava claramente os problemas para uma interlocução mais refinada entre o Serviço Social e a tradição marxista, mesmo considerando os avanços obtidos nas últimas décadas. Em outras palavras, se por um lado é preciso valorizar as conquistas obtidas, por outro é fundamental reconhecer seus limites objetivos bem como o real impacto da ordem monopólica flexível, no Brasil, na segunda metade dos anos 1990. O

final do século XX impôs aos segmentos progressistas do Serviço Social e ao debate marxista no Serviço Social (diga-se de passagem, não hegemônico), desafios imensos que reafirmaram e aprofundaram velhas-novas tensões: *o pragmatismo, a departamentalização, a fragmentação, o utilitarismo teórico-prático, a gestão da desigualdade social na era da acumulação flexível, a racionalização e a intensa especialização em tempos “pluralistas”, “democráticos” e de “solidariedade cidadã”*.

A riqueza e a complexidade do pensamento de Marx raramente tocaram as cordas do Serviço Social, substituída que foi a documentação primária por intérpretes os mais desiguais [...]. O que ocorreu, a meu juízo, foi uma aproximação enviesada de setores do serviço social à tradição marxista – um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes “clássicas”. [...] Estou convencido de que o recurso à tradição marxista pode nos clarificar criticamente o sentido, a funcionalidade e as limitações do nosso exercício profissional (...) Anima-me porque é um signo incontestado da pertinência contemporânea da interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista, porque atesta que ela possui um significado concreto para nós, porque assegura que a sua inserção no debate profissional não é algo artificioso ou aleatório. Mas, igualmente, me preocupa, porque pode induzir à falsa idéia de uma hegemonia da tradição marxista no cenário profissional – e não creio que este seja o quadro real [...] (NETTO, 1989, p. 97, 98, 99 e 100).

Recuperar esse debate, extremamente atual, é condição básica para estimular uma discussão sobre a atualidade da perspectiva de totalidade para a formação e para a atuação do assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais em que esse profissional vem sendo demandado, no sentido de *“consolidar e aprofundar a atual direção estratégica”* (PAULO NETTO, 1996, p. 117). Mais do que isso, *é condição básica para negar qualquer tipo de reducionismo, pragmatismo e utilitarismo no âmbito da profissão, caminho necessário para reafirmar e radicalizar o Projeto Ético-Político Profissional em curso*. É preciso reconhecer, no entanto, que os desafios nessa direção continuam intensos e enriquecidos por determinações que vêm se adensando principalmente a partir da segunda metade dos anos 1990.

A decadência e o pragmatismo teórico-prático e a negação do ponto de vista ontológico e de totalidade que assolam o processo de produção de conhecimentos no âmbito das chamadas “Ciências Sociais” e ou “Sociais Aplicadas” (particularmente no Serviço Social), não podem ser descontextualizados. Esse processo se inscreve em um dado momento sócio-histórico, marcado pela produção e reprodução do capital em escala

ampliada, que repõe – ao mesmo tempo – as condições necessárias para o aprofundamento da sociabilidade burguesa e os elementos que interagem para sua crise (MÉSZÁROS, 2002 e PAULO NETTO, 1991 e 1992). Nesse contexto, têm sido adotados vários e “modernos” mecanismos que permitem a crescente apropriação privada da riqueza socialmente produzida, com ênfase em diferentes estratégias para lidar com a desigualdade social estrutural, que é inseparável do metabolismo do capital (sua produção e reprodução). As consequências disso são claras: 1º) o crescimento do desemprego e dos contratos de trabalho precários (ANTUNES, 1999, 2000 e 2006); 2º) a reorganização dos Estados nacionais (sempre muito fortes para o capital); 3º) um reposicionamento da questão social – ainda que não se trate de uma “nova questão social” (ROSANVALLON, 1995), que deve ser enfrentada com um “*novo contrato social*” (reinventando as formas de solidariedade social e redefinindo o justo e equitativo) ou, nem mesmo, de “metamorfozes da questão social” (CASTEL, 1998), justificada pela ausência de trabalho, pelo enfraquecimento da sociedade salarial e pela “nova questão social”, imersas em lutas sociais que se fragmentam em territórios e comunidades e apelam para inovadoras estratégias de inserção social; 4º) a banalização dos direitos sociais também por meio de programas e de projetos sociais precários que lidam com expressões imediato-singulares da “questão social”, indicando um recrudescimento da desigualdade social com expressões particulares nos espaços urbanos e rurais. Portanto, não há como discutir a formação e o trabalho profissional dos assistentes sociais, sem considerar esse complexo cenário e as condições materiais objetivas determinadas pela economia-política (entendida como a produção e reprodução do ser social na sua totalidade)⁹⁴. Como indica Lukács (1979, p. 22 e 41),

[...] a economia marxiana parte sempre da totalidade do ser social e volta sempre a desembocar nessa totalidade (...) o mundo das formas de consciência e seus conteúdos não é visto como um produto direto da estrutura econômica, mas da totalidade do ser social. A determinação da consciência pelo ser social, portanto, é entendida em seu sentido mais geral [...]

A primeira parte dessa tese perquiriu a trama que constituiu a gênese, a consolidação e a renovação do Serviço Social (particularmente no Brasil). Está claro que o Serviço Social como profissão é impensável fora dos marcos do capitalismo de monopólios, a era imperialista (como “fase superior do capitalismo” – LENINE, 2008), marcado, entre

⁹⁴ Sobre isso consultar Marx (1988, p. 82-83 – 2004. p. 79-90 – e 1984-1985), por exemplo.

outras coisas, por profundas transformações na ordem do capital já no final do século XIX⁹⁵. O padrão de acumulação fordista, de produção e consumo em massa com características mais rígidas, se consolidou e se manteve intacto por quase 70 anos ao longo do século XX, potencializado nos quase “trinta anos de ouro” do pós-segunda guerra mundial (1945-1973).

[...] a consolidação de direitos sociais e trabalhistas e a oferta de serviços sociais públicos, ao mesmo tempo em que foram responsáveis pelo reconhecimento da necessidade de proteção social dos trabalhadores, também possibilitaram o surgimento de ideologias que defendiam a possibilidade de compatibilizar capitalismo, bem-estar e democracia, lastro político da social-democracia – lastro que perdurou durante as “três décadas gloriosas”. E enquanto os países centrais viviam o “pleno emprego” e a expansão da seguridade, garantindo a reprodução da virtuosidade do crescimento econômico com desenvolvimento social, na periferia mundial assistia-se a defesa da modernização e do desenvolvimentismo como meio de integração menos oneroso desses países à ordem econômica mundial. [...] (MOTA, 2008, p. 27-28).

A sociabilidade burguesa, então, metamorfoseia-se ao longo deste período com o objetivo de intensificar a acumulação tendo como referência a fusão grupos industriais (visando a otimização de recursos e a monopolização de mercados). Conta, para isso, com a forte participação do capital financeiro-bancário também por meio dos juros e dos créditos (inclusive manipulando fundos públicos para fins privados). O Estado é capturado como componente orgânico da acumulação favorecendo a drenagem dos recursos públicos acima referidos e atuando na gestão do pauperismo travestido de “questão social” (o que particularmente interessa ao Serviço Social).⁹⁶ Marx, brilhantemente, adiantou esta tendência de financeirização no livro terceiro, tomo I, seção V, capítulo XXI de “O Capital”. Destaca o autor:

O possuidor de dinheiro que quer valorizar seu dinheiro como capital portador de juros aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, torna-o mercadoria como capital; não só como capital para si mesmo, mas também para outros; não é meramente capital para aquele que o aliena, mas é entregue ao terceiro de antemão como capital, como valor que possui valor de uso de criar mais-valia, lucro; como valor que se conserva no movimento

⁹⁵ Desnecessário ressaltar que as lutas operárias a partir da segunda metade do século XIX e a voracidade do capital para capturar e mercantilizar todas as instâncias da vida social foram decisivas para tais alterações.

⁹⁶ Não há dúvida que o perigo dos “vermelhos” atuou nesse contexto e impôs à burguesia – que necessitava reconstruir a Europa do pós-segunda guerra, particularmente sob o mando do capital norte-americano – a necessidade de negociar com os sindicatos e estimular a política de expansão sob a égide de “pleno emprego”, consolidando direitos universais por meio do chamado Welfare State (diga-se de passagem, inexistente em países capitalistas dependentes e hiper-tardios como o Brasil – sem a menor possibilidade de serem construídos nessas localidades – e hoje, inclusive, descaracterizado mundialmente sob o mando da acumulação flexível).

e, depois de ter funcionado, retorna para quem originalmente o despendeu, nesse caso o possuidor de dinheiro; portanto afasta-se dele apenas por um período, passa da posse de seu proprietário apenas temporariamente à posse do capitalista funcionante, não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só é alienado sob as condições, primeiro, de voltar, após determinado prazo, a seu ponto de partida, e, segundo, de voltar como capital realizado, tendo realizado seu valor de uso de produzir mais-valia. [...] (MARX, 1984b, p. 258-259).

Foi nesse terreno sócio-histórico de ampliação dos serviços e constituição das grandes instituições estatais e privadas, racionalização, tecnização e especialização das ações profissionais, com o objetivo de aprimorar e aperfeiçoar as formas de controle das mazelas sociais, que o Serviço Social surgiu como uma profissão privilegiada e socialmente legitimada para lidar com a “questão social”.

A racionalidade burguesa em curso, nas suas diversas e heterogêneas formas de manifestação, tem frequentemente limitado a formação profissional a um leque amplo de informações imediatamente úteis à intervenção profissional que reduzem a teoria a um conglomerado caótico e eclético de referenciais (circunscritos às “ilhas de excelência produtoras do conhecimento”), e a prática a um conjunto de intervenções pontuais e cirúrgicas capazes de produzirem mudanças igualmente localizadas (ditas eficientes). Nesse paradigma, é exatamente a partir dessa diversidade e dessa convivência dita “plural” que os diferentes – todos eles portadores de certa verdade – se completam por meio de uma convivência que se ajusta harmoniosamente, procedimento essencial para uma atuação profissional considerada competente e equilibrada. Obtém-se, assim, o conhecimento amplo, aberto, capaz de “dar conta da realidade”, “sem preconceitos” e eficiente para o enfrentamento dos desafios concretos impostos pela modernidade. Os profissionais, então, encontram uma teoria ajustada à realidade, que responde com maior pertinência às suas angústias como tais e permite que seu “objeto” – razão primeira de sua intervenção científica e de seu reconhecimento social – seja tratado com satisfação. Elabora-se, ao mesmo tempo, uma “teoria e uma metodologia específica do Serviço Social” (discussão que se arrasta há pelo menos 45 anos no Brasil), procedimento necessário para inserir o Serviço Social no campo seguro das Ciências Sociais especializadas (ainda que se reserve a ele, nesse “campo de excelências”, uma dimensão nitidamente interventiva e marginal). As pertinentes preocupações apontadas por Montaño (2007, p. 181) expressam muito bem o pântano movediço a que estão imersos os profissionais submetidos a essa lógica.

[...] por um lado, se a teoria é, para os praticistas, identificada com a sistematização (da prática profissional) e se esta só chega ao nível do diagnóstico, então a pesquisa que o assistente social desenvolve não pode nunca, para ser considerada dentro do processo profissional do serviço Social, superar o mero diagnóstico, a mera sistematização da sua prática. Esta é, para os praticistas, a especificidade da pesquisa “própria” do serviço Social; entendendo, então, a “teoria do serviço Social” como: a) o conhecimento de uma realidade específica, singular, imediata (com a qual se vincula o profissional): diagnóstico ou sistematização da primeira; b) do processo de intervenção que levou da situação inicial à final: controle da prática e do método profissional e c) da realidade transformada depois da ação profissional: avaliação diagnóstica ou sistematização final. Esta concepção, portanto, condena o Serviço Social à subordinação em face das outras disciplinas sociais, condena-o a produzir apenas um saber profissional instrumental: o diagnóstico e a sistematização da “sua” própria prática. [...]

É certo que estamos diante de algo que não é novo, ainda que certamente esteja repleto de componentes que o atualizam sem, todavia, promover qualquer tipo de alteração – por menor que seja – na sua essência. Perde-se, então, o ponto de vista de totalidade, reduz-se e reedita-se um tipo de “saber profissional” restrito à mínima sistematização de assuntos imediatamente impostos à profissão e aos profissionais, como prioridades que justificam a existência do Serviço Social no processo de gerenciamento do pauperismo, bem como lhes oferecem legitimidade e um porto seguro. Como salienta Lukács (1979, p. 23), ao criticar a “ciência” comprometida com a mistificação da realidade,

Nas ciências sociais, são mais raros os casos de “realismo ingênuo”; em geral, as declarações de intenção no sentido de uma fidelidade aos fatos conduzem a reedições vulgares do empirismo onde a aderência pragmática aos fatos imediatamente dados exclui da concepção de conjunto certas conexões efetivamente existentes, mas que se apresentam com menos imediaticidade, com o freqüente resultado de se desembocar numa falsificação objetiva dos fatos fetichisticamente divinizados [...]

No que diz respeito particularmente ao Serviço Social, os problemas relativos à decadência e ao pragmatismo teórico-prático têm sido retomados a partir de modismos requentados e (re) atualizados com o discurso de que existe uma preocupação primeira com os problemas reais enfrentados pelos assistentes sociais (com requintes que reeditam certo tipo de endogenia). Qualquer teoria social que não responda imediatamente às angústias e às demandas imediatamente impostas aos profissionais é *rapidamente descartada e rotulada de inadequada, demasiadamente complexa, “genérica”, “fora da realidade” ou, de forma mais direta, “ineficiente” e “ultrapassada”*. A solução, então, recupera um leque de

conhecimentos ecléticos que reforçam o sincretismo presente na profissão desde sua origem. Esse cenário vem sendo potencializado, no campo da formação profissional, por um processo intenso de precarização do ensino (à distância – em si precário particularmente na graduação – e presencial), que, por caminhos diferentes, destroem a possibilidade de uma formação sustentada na educação integral nos níveis de ensino, pesquisa e extensão. Evidentemente que esse contexto inviabiliza uma discussão séria – ainda que sempre inacabada – acerca das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-instrumental que orientam as diretrizes curriculares em curso. O lúcido depoimento de uma assistente social revela os embates cotidianos por ela vividos, uma resistência solitária marcada pelo desejo de estimular uma abordagem teórico-prática mais profunda e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, pela necessidade de oferecer respostas objetivas e imediatas diante de dramas reais.

Outro fator que, acredito, tem afetado não só meu trabalho, mas grande parte da profissão, é a propagação de “novas teorias” que ignoram os avanços históricos alcançados pelo serviço social tanto do ponto de vista teórico, quanto ético-político. Aproximações preocupantes com estudos da psicologia e com práticas terapêuticas, contrariando as orientações do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), ganham espaço sem reflexão crítica e acabam por retomar, com novas roupagens, práticas controladoras de enquadramento e policiamento de comportamentos. No meu caso temos uma equipe composta por seis assistentes sociais e duas psicólogas, cujas chefias também são assistentes sociais e mesmo assim, o referencial teórico escolhido para formação dos grupos que serão, em sua maioria, desenvolvidos por assistentes sociais, foi buscado em um curso de psicologia, com o aval de todos e sem nenhum questionamento. Os limites estão surgindo dentro da própria profissão e aí fica muito difícil. [...] (Manoela – assistente social).⁹⁷

É importante, nesse momento, fazer uma distinção nada desprezível: uma coisa é reduzir a dimensão teórica à sistematização do empírico-operativo e à sua aplicação capaz de “dar conta” de temas imediatamente demandados ao Serviço Social (e aqui existem diferentes formas para se fazer essa redução praticista – muito bem tratadas por MONTAÑO, 2007); outra, muito diferente, diz respeito ao necessário conhecimento de

⁹⁷ Os depoimentos de profissionais de Serviço Social que serão reproduzidos nessa tese foram obtidos por meio de dois instrumentos básicos: entrevistas e questionários (conforme esclarecido nas considerações introdutórias, páginas 16 e 17). Vale destacar que os nomes adotados, nesse caso, são todos fictícios com o objetivo de preservar a identidade do informante, exceto no caso dos pesquisadores da área de Serviço Social: Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Ozanira Silva e Silva, Regina Mioto, Potyara Pereira e Carmelita Yazbek.

especificidades (como particularidades conectadas a uma totalidade e não como campo específico e segmentado, em si mesmo) que são importantes para que os assistentes sociais operem criticamente (ainda que sempre contraditoriamente) ações e políticas no campo do fazer profissional. Note-se que são movimentos bem diferentes, ambos absolutamente metidos no pantanoso terreno empenhado em gerenciar a pobreza, mas a forma de inserção, o nível de apreensão profissional e, claro, as propostas formuladas podem ser qualitativamente diferentes (ainda que formuladas e implementadas sob os ditames institucionais demandados pelo capital – um dado insuprimível na sociabilidade burguesa). Esse processo, como se discutiu a partir dos estudos de José Paulo Netto (1991 e 1992), é componente demandado pela própria materialidade do Serviço Social, por sua inserção na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO e CARVALHO, 1985), sendo impossível descartá-lo abstratamente, messianicamente. O problema está, objetivamente, não apenas na constatação dos limites que estão ontologicamente dados à profissão e ao profissional, *mas no enrijecimento, na destruição da potência crítica capaz de forcejar negativamente (criticamente) o imediatamente e positivamente dado*. É preciso destacar que a sociabilidade em curso não apenas engessa o profissional nas suas relações de trabalho assalariado-estranhado, mas também, simultaneamente, *endurece sua “alma crítica” (vista como desnecessária), retira dele as condições objetivas para que ele se qualifique mais profundamente, para além do imediatamente posto no cotidiano profissional, submetendo-o a uma esfera meramente operativa*. Nesse cenário, o conhecimento e a “formação permanente” não superam o nível da assessoria esporádica, dos cursos rápidos e fragmentados para dar conta das demandas dos usuários sob o ponto de vista institucional, das palestras pinçadas isoladamente em uma noite qualquer depois de horas de trabalho estranhado e estressante (ouvindo e lidando com dramas pessoais e sociais insolúveis). Certamente que, sob essas condições, as individualidades sociais respondem como podem, de forma heterogênea, ora embrutecendo-se de vez, ora indicando lapsos de consciência.

[...] hoje infelizmente não sou uma pessoa que tenho planejamento e expectativa para aprimorar minha atuação, devido algumas passagens que enfrentei no decorrer da carreira não tenho mais motivação. Simplesmente hoje eu trabalho. [...] (Andréia – assistente social).

A gente tem aqui assessoria, mas eu acho que a formação profissional exige que o profissional tenha formação continuada, sempre. Mas a gente foca muito na prática. Então, de repente, gostamos de falar: “ah vamos

contratar uma assessoria que consiga construir conosco uma metodologia de trabalho com família”. Então, vamos contratar uma assessoria que fale sobre violência, então vamos! Eu acho que é muito focado na prática. Eu acho que a questão da teoria, para mim (tanto que eu tive dificuldade na hora que eu vi isso daqui), que às vezes chegam estudantes e falam assim: “eu posso te entrevistar para o meu trabalho de conclusão de curso? É sobre o PET ou é sobre isso...”. A gente não tem dificuldade nenhuma de falar sobre isso porque é no dia-a-dia, é a nossa prática, está ali todo dia. Mas a hora que a gente tem que pegar um texto atualizado é difícil. Quando a gente estava lá na faculdade a gente tinha tudo aquilo ali que a gente estava lá lendo. Na hora que a gente vai para a prática, e a gente rompe com isso, por mais que a gente estude, a gente leia, são sempre coisas relacionadas com nossa prática. Essa questão teórica acho que a gente deixa ela à parte e isso é muito importante. A gente não acha tempo. [...] Penso que a busca tem que ser um pouco minha também, esta questão da falta de tempo. A gente tem que dar um jeito. Acho que é questão de disciplina. [...] A gente sempre esbarra em entraves burocráticos, porque você vai contratar uma capacitação, mas é muito cara, você tem que cotar três orçamentos, de repente a que tem um orçamento menor não tem a qualidade que a gente gostaria. Então esbarramos nesses entraves burocráticos, do serviço público, mas que eu acho que é super importante a gente sempre estar pensando nisso. [...] (Vanda – assistente social).

[...] eu penso o Serviço Social assim, eu me distanciei um pouco. Eu acho que tem uma coisa que eu fiz nesses últimos anos que foi um distanciamento com a profissão. Desde que eu sai da faculdade eu fui fazendo várias capacitações, participando de vários cursos sempre em outras áreas e nunca em Serviço Social. Eu sou assistente social, mas eu me especializei num monte de coisas que não tinham nada a ver com o Serviço Social e aí quando você pergunta o que é o Serviço Social para mim, eu acho que eu não tenho uma resposta clara e objetiva. [...] (Amanda – assistente social).

A formação profissional generalista e particularizada em nível de Serviço Social (tão necessária e cara aos intelectuais) torna-se uma capacitação fragmentada, por temáticas, nada afeita e útil a uma abordagem de totalidade, portanto incapaz de apanhar as múltiplas e complexas determinações que explicam o exercício profissional do assistente social e a “questão social”. A capacitação, nesses termos, quando existe, serve para instrumentalizar primeiramente demandas institucionais, hoje centradas nos núcleos familiares (em nome da “emancipação” das famílias e de seus membros) e nos programas assistenciais (nas suas diversas formatações). Além desse esvaziamento que *identifica formação com capacitação* por áreas fragmentadas, a própria noção generalista da formação é absolutamente deturpada. Ao generalista, em tese um profissional-intelectual capaz de extrair da realidade, como “concreto-pensado”, suas determinações vinculando-as com os desafios, limites e possibilidades objetivamente dados no espaço profissional, é

atribuída, grosseiramente, a “qualidade” de profissional que “faz tudo”, em contradição ao especialista competente, o “técnico”, que sabe o que quer ao recortar o “seu pedaço” do real e definir, cientificamente, “seu objeto” no campo movediço do multidisciplinar (rebatizado e de “transdisciplinar”)⁹⁸. A “formação profissional”, aqui reduzida à capacitação setorializada, também é banalizada por um processo que prioriza a assimilação acrítica da lei, da política e de suas normas operativas que, devidamente ruminadas, devem servir de base para uma requalificação que gerencie o sistema social, evite transtornos patológicos que impeçam seu adequado funcionamento e promova a “cidadania inclusiva” (?) dos usuários. Claro que, nas condições objetivamente postas – e já tratamos disso anteriormente – não há como eliminar esse componente reformador a que é submetido o Serviço Social (e não só ele) desde sua gênese. O perigo está em tomar, imediatamente, tais espaços como instâncias comprometidas “*com a transformação social em favor de todos, principalmente os excluídos*”, em tempos neoliberais, como uma *evolução gradualista operada pelo viés das ações sociais em curso*. É conhecido, mesmo para os maiores e ferrenhos defensores – no Serviço Social – da atual configuração das políticas sociais, o quanto tais ações sociais são funcionais à era monopolista-flexível. A inexistência da massa crítica enterra, de vez, qualquer possibilidade para se pensar profundamente e agir propositivamente, por mais bem intencionados que sejam os profissionais.

A PNAS, focaliza suas ações na família, mais especificamente na manutenção dos vínculos, mas observando a prática dos assistentes sociais ao longo da minha carreira, foi possível constatar que o técnico carece de formação específica para o atendimento às famílias. Atualmente as ações dos técnicos estão focalizadas na transferência de renda e entrega de benefícios em seus territórios de atuação. Há necessidade de promover capacitação dos profissionais para a execução da PNAS, assim pode gerar possibilidade de autonomia dos profissionais. O processo de implantação do SUAS tem exigido inovações, porém com responsabilidade, organização e conteúdo próprio. [...] (Andréia – assistente social).

O Serviço Social eu acho que ele vem sofrendo uma crise, como todas as profissões, esta questão da formação generalista eu acho que acaba deixando a gente fazer tudo sem fazer nada, tudo o que não é demanda de ninguém é nossa demanda, do Serviço Social. Então eu acho que isso fica um pouco complicado [...] Eu acho que assim, a gente precisa ser generalista porque a gente lida com as expressões da questão social e que não fica só em uma área, você vai trabalhar a questão da fome você vai trabalhar com educação, com saúde, com assistência, com outras questões.

⁹⁸ Essa discussão já foi tratada na parte 1 dessa tese.

Então eu acho que a formação tem que ser generalista, mas a gente precisa se posicionar: “não, isso realmente não cabe a mim, posso colaborar dessa forma, mas tem outros profissionais que podem fazer isso”. Quando eu falo dessa questão da formação generalista aos olhos dos outros profissionais, de outras áreas, eles entendem que não cabe a eles, cabe ao assistente social, ao Serviço Social. Eu acho que tem que ter, sim, essa formação, mas é lógico, por exemplo, se eu trabalhar num CRAS, eu tenho que me especializar na área da assistência e eu acho que de acordo com a atuação. (Sueli – assistente social).

Penso que a atual configuração da assistência social brasileira, assentada sobre os princípios da legislação que permeia a ação dessa política pública, ainda encontra-se em processo de construção. Como tal, é necessário um tempo para que haja a assimilação de toda essa novidade por todos os profissionais envolvidos no trato da questão social. Não se pode deixar de reconhecer que houve avanços sim e que já estamos há anos luz distantes daquela assistência social benevolente, caritativa que possuíamos até 1988. Mas é um processo em construção que, diante da onda ofensiva do projeto neoliberal, tem caminhado a passos muito lentos. Por esta razão, penso que a melhoria do atendimento nos CRAS está acima de tudo na necessidade de constante atualização a respeito do conhecimento e entendimento sobre a legislação da assistência social, bem como o acervo legal que permeia a profissão. Com igual importância, também deve ser tratada o processo de formação profissional que deve ser contínuo. Por fim, acima de tudo, que haja o comprometimento com a transformação social em favor de todos, principalmente os excluídos. [...] (Claudia – assistente social).

Entre as diversas áreas em que o trabalho profissional tem se objetivado nesse início de século XXI⁹⁹, uma delas merece ser citada para demonstrar as preocupações apontadas até o presente momento: a assistência social¹⁰⁰. Se por um lado é necessário reconhecer os avanços relativos contidos nas lutas empreendidas para que fosse possível viabilizar a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (considerando-se a perspectiva assistencialista que predominou na história brasileira marcada pelo capitalismo hiper-tardio e por sua forte presença repressiva e policial – que deixou seus resquícios até os dias atuais – PEREIRA, 2000), por outro lado é preciso destacar a funcionalidade dela para a ordem monopólica-flexível implantada em países como o Brasil. Gestada na segunda metade

⁹⁹ A categoria trabalho tem suscitado inúmeros debates também no âmbito do Serviço Social. Visões diferentes, ambas situadas em campos claramente progressistas, podem ser acessadas nos estudos de Lessa (2007b) e Iamamoto (2007). Faremos, mais adiante, algumas observações sumárias a respeito dessa categoria no Serviço Social.

¹⁰⁰ A escolha dessa área em absoluto elimina a importância e a presença de outras formas de inserção profissional em diversos espaços sócio-ocupacionais particulares, como também não reduz o Serviço Social a ela (MOTA – org. –, 2008). Esse destaque remete à atual importância dela para o Serviço Social e para os estudos do autor vinculados ao tema.

dos anos 1980 e presente na Constituição Federal de 1988 integrando o tripé da Seguridade Social (juntamente com a Saúde e a Previdência Social), a Assistência Social não pode ser considerada universal pelo motivo de destinar-se *“a quem dela necessitar”*. O destino é certo: *o pauperismo e sua gestão em uma época em que a alteração na composição orgânica do capital expulsa trabalho vivo por meio da ampliação do capital constante em detrimento do capital variável*. Não há, aqui, qualquer perspectiva que coloque tais programas sociais como coadjuvantes de uma política maior, mais abrangente, transitória, intersetorial, com mínimas perspectivas emancipatórias, *mas de pura administração de uma miséria estrutural irreversível na ordem monopólica do início do século XXI*. Mesmo o grande trunfo dos que a defendem, qual seja, o avanço inédito em relação ao velho assistencialismo policialesco que predominou durante toda a história brasileira até 1988, *deve ser relativizado*. Destaca-se, para isso, a permanência-convivência do velho e do novo no Brasil também no campo social (uma característica da revolução burguesa brasileira – FERNANDES, 1987), bem como a precariedade da assistência oferecida aos que, por desgraça, se juntam aos quadros do pauperismo. Soma-se a isso a funcionalidade dessa política, operada, sobretudo, por meio de cartões que intermedeiam o acesso dos miseráveis aos recursos obtidos no sistema financeiro pela via dos programas de transferência de renda¹⁰¹. Como destaca Iamamoto, a única política universal no campo da seguridade é a saúde, guardados os problemas que também a afetam: a precarização do atendimento e a convivência com o sistema privado.

[...] a política da assistência não é uma política universal, ainda que a Constituição a defina, ela é universal para os que dela necessitam, ou seja,

¹⁰¹ [...] todo esse processo de atenção à extrema pobreza passa pelo privilégio do setor bancário, claramente. Tem muito dinheiro que você joga no setor bancário todo mês para se reproduzir e as pessoas ingressam via cartão, com todos os recursos (de pagar conta de empréstimo, de estímulo ao cartão bancário, o endividamento). Então eu acho que tem esse viés aí (que de um lado é progressista, os colegas diriam: *“mas nós implantamos isso, você queria o quê, que a gente desse alimento direto?”*). Certamente é muito difícil você fugir a esta lógica da sociedade que você vive, mas você também não precisa ser o agente que vai estimular essa lógica quantitativista do valor no meio da população [...] (Marilda Iamamoto - entrevista). É interessante ressaltar o quanto essa dimensão do uso dos cartões nos programas sociais (seja para os programas de transferência de renda e ou para os demais “benefícios”) é tomada como um dado positivo, de autonomia do usuário inclusive em relação ao assistente social (ainda que, imediatamente, simbolize isso). Uma assistente social destaca: *“[...] é importante que eles tenham este cartão para desvincular qualquer necessidade de prestar conta para a assistente social, ou para o CRAS, de “olha eu estou gastando com isso” ou vir todo mês, de madrugada, para pegar uma senha, para passar pelo assistente social no plantão social para pegar uma cesta básica, e todo mês ainda não recebe porque não tem para todo mundo. [...] Mas eu acho que vem melhorando muito com esta questão do cartão. [...] (Sueli – assistente social).*

ela é universal para as “franjas” miseráveis. Então ela é focalizada, só que é uma focalização quantitativamente ampla, de quantidade (eu não estou falando em pobreza não, estou falando em pauperismo). Eu me refiro aquele segmento que está abaixo da linha da pobreza, quantitativamente nos moldes dos organismos internacionais, é esse segmento que é atendido. O que é política universal? É a aposentadoria do trabalhador rural, esta é universal, ou seja, o cara não tem comprovante do trabalho, chegou uma idade ele vai lá e tem um salário mínimo para qualquer um, esse é universal. A saúde é universal, agora a assistência não é e nem a previdência [...] é uma política que é necessária, acho que ela é absolutamente necessária e eu diria, até posso recorrer lá na “Ideologia Alemã” que mostra que o homem para fazer história tem que comer, tem que dormir, tem que viver, garantir a sobrevivência humana é decisivo. Mas é absolutamente insuficiente! Esses mínimos vitais aí que a assistência, que a gente conseguiu, foi o que a força política permitiu. Olha, eu vou te dizer uma coisa, quando saiu o primeiro debate que teve sobre a assistência, a LOAS, eu fui no CRESS num debate aqui e falei que era a “nova lei dos pobres”, entendeu? Depois disso nunca mais falei sobre a assistência. [...] (Marilda Iamamoto – entrevista).

José Paulo Netto faz observações na mesma direção de Iamamoto, destacando um aspecto importante: o que concretamente reafirma o caráter assistencial da assistência em oposição ao assistencialismo (diga-se de passagem, uma dimensão reformadora implícita nessa modernização) é justamente a sua inserção no campo da seguridade social (legalmente prevista, mas efetivamente inexistente). A fragilidade da seguridade social brasileira como política universal¹⁰², também aviltada pelo aprofundamento do capitalismo monopolista em tempos de flexibilização, esvazia e isola a assistência social que passa a ser uma área pobre para o pauperismo (para os miseráveis, predominantemente), sem perspectivas para uma articulação com o conjunto das outras políticas (inclusive as que se juntam a ela na Seguridade Social – permanentemente aviltadas por condicionalidades e privatizações). A ênfase da assistência social, então, obscurece, camufla “[...] o lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa têm no processo de reprodução social. [...]” (MOTA, 2008, p. 141)

Olha, em sociedades como a nossa a assistência social é uma necessidade, é uma necessidade social. Os níveis de desigualdade, os níveis de pauperismo, as assimetrias sociais numa sociedade como a nossa justificam e legitimam a atividade social. Quer dizer que eu não tenho nada contra a atividade assistencial, acho que nós precisamos de política de assistência, é preciso uma política de assistência. Eu quanto a isso, acho que foi uma conquista, por exemplo, a caracterização, o marco constitucional pós 88, da assistência como um direito não como um favor, benemerência, caridade,

¹⁰² A Previdência Social é contributiva e a Saúde sofre o impacto dos problemas há pouco indicados.

etc., e penso que a LOAS foi um passo importante, (não é a lei ideal, que a gente quer, que a categoria dos assistentes sociais deseja). Acho que ela foi um passo importante. Agora, eu só entendo a legitimidade dessa assistência no marco de uma ampla política de seguridade social [...] o que distingue o traço assistencial de qualquer forma assistencialista é que ela faz parte de uma política muito mais ampla, a política de seguridade social. Ora, isso não existe no Brasil, não existe política de seguridade social, é bastante interessante inclusive, que a discussão acerca da seguridade social se esmaeceu, já não se faz mais. [...] Mas, na medida em que você tem um sistema de seguridade há uma hipertrofia, há uma visibilidade hipertrofiada. Descolada de uma política e de uma concepção ampla de seguridade social, eu não vejo como a política de assistência social possa promover qualquer tipo de processo ou projeto emancipatório, não vejo como, posso estar profundamente enganado. [...] não acho que isso é desimportante não, manter as pessoas vivas eu acho legal, não desprezo isso não, mas acho que é muito pouco para constituir um elemento significativo de um projeto profissional que não quer ser minimalista. [...] (José Paulo Netto – entrevista)

Potyara Pereira mantém o tom crítico em relação à assistência social atualmente executada. Oferece, no entanto, uma leitura própria do atual contexto nacional e mundial, destacando o que denomina de *“desassistencialização da população”* (e não uma assistencialização das políticas sociais – aos moldes propostos, por exemplo, por MOTA, 2008) em um processo em que há o predomínio da focalização sobre a universalização e a absoluta inexistência da intersectorialidade entre diferentes políticas. Por isso crê em uma tendência mundial de laborização por meio da *“ativação do mercado de trabalho”* como forma de substituir a assistência pública. Embora a tese proposta por Potyara seja original no contexto do Serviço Social brasileiro, é preciso destacar que em países como o Brasil – que jamais viveu a experiência do Welfare State europeu – ou mesmo em países do chamado capitalismo central que recentemente reavaliaram o legado do Bem-Estar Social, não tem sido tranquilo o reaquecimento do mercado de trabalho em tempos de acumulação flexível, com a qualidade desejada. A criação de empregos vem sendo acompanhada, simultaneamente, pela diminuição de postos de trabalho mais seguros, pela intensificação de contratos de trabalho mais precários e pelo aumento da superpopulação relativa com trabalhadores mais tempo desempregados e ou permanentemente subempregados e desempregados (nos termos já tratados por ANTUNES, 1999 e 2000). A própria autora reconhece que se trata de um mercado *“altamente flexível e incerto”*. Nesse contexto, em países como o Brasil ou mesmo em países ditos centrais (guardadas as especificidades

dessas nações), têm se intensificado ações assistenciais, com diferentes conotações, destinadas a suprir a precarização ou a ausência de trabalho.

A política de assistência social em curso padece das mesmas limitações das demais políticas sociais brasileiras. Esta política está sofrendo um processo de encolhimento da sua cobertura e de restrição de seu orçamento. Isso, sem falar na pulverização dos seus recursos entre diferentes programas de assistência que pertencem a outras políticas sociais, como saúde e educação. Não há, portanto, a prática da intersectorialidade entre as diferentes políticas que desenvolvem ações similares e se voltam para o mesmo público. Tudo isso indica o predomínio do princípio da focalização sobre o princípio da universalidade na realização das políticas sociais, incluindo a assistência. Por isso venho defendendo a tese de que não está havendo a assistencialização das políticas sociais no Brasil e no mundo, mas a desassistencialização da população. Além disso, a própria política social vem sendo confrontada com uma tendência internacional que é a de substituir a assistência pública por políticas de ativação para o mercado de trabalho, mercado este altamente flexível e incerto. Trata-se do que também venho chamando de laborização (e não assistencialização) das políticas de bem-estar em referência à passagem do *welfare* para o *welfare*, como vem acontecendo até nos países escandinavos, onde as políticas sociais eram mais consistentes e generosas. [...]. (Potyara Pereira – entrevista).

Outras duas importantes pesquisadoras na área, Ozanira Silva e Silva e Maria Carmelita Yazbek, tratam da Política de Assistência Social em curso mantendo certo tom crítico sobre ele sem deixar de destacar o campo de possibilidades que se abriram com ela. Ambas ressaltam ranços do passado assistencialista que ainda assolam a atual política, sobretudo na sua operacionalização (seja nos confins da sociedade brasileira ou mesmo, com outra formatação, nos grandes centros urbanos), bem como apontam os inúmeros desafios a serem suplantados para sua operacionalização. Ozanira destaca que a política atende não apenas os desempregados (o que comprova a funcionalidade da proposta para o atual mercado de trabalho flexibilizado), ainda que reconheça a instabilidade contida no atual “mundo do trabalho”, caracterizando a assistência social como necessária na atualidade (inclusive para satisfazer determinadas demandas daqueles que dela vivem). Yazbek, por sua vez, enfatiza experiências interessantes desenvolvidas nos CRAS e nos CREAS, implantadas a partir da criação do SUAS em 2004, em que pesem os inúmeros problemas e contradições contidos nesse cenário. Há, em ambas, o claro reconhecimento de que a atual política *é funcional à gestão da pobreza*, embora a ênfase esteja na necessidade

– ainda que contraditória – de defendê-la criticamente, como uma conquista, como um legado a ser preservado com observações e ponderações críticas.

Tanto Ozanira quanto Yazbek ressaltam, nessa contradição, a necessidade dessa política para a sobrevivência física e a reprodução de certas carências humanas, bem como o espaço de inserção profissional em que estão inseridos muitos profissionais de Serviço Social. Quanto à necessidade da presente política para a sobrevivência de populações pauperizadas (empregadas ou semiempregadas), não há o que questionar. José Paulo Netto, Marilda Yamamoto e Potyara Pereira também destacaram a existência concreta dessa necessidade. O problema a ser enfrentado é outro: *em que medida o espaço objetivamente dado contém a riqueza possível de ser potencializada por profissionais críticos e criativos? Mais do que isso, os profissionais de Serviço Social possuem, de fato, capacidade para ocupar esse espaço de forma crítica e propositiva? A formação profissional em curso, nas condições concretas em que vem se efetivando, será capaz de qualificar, formar (não apenas capacitar), a massa de trabalhadores sociais inseridos nos cursos de graduação à distância e ou presenciais?* Tais questões são decisivas ainda que sejam incapazes de estancar a clara tendência – ontologicamente dada – do mercado de trabalho para os assistentes sociais e sua íntima relação com a assistência social. Não se trata, portanto, de dizer se temos ou não que enfrentar essa demanda (pois ela está objetivamente posta e não pode ser abstratamente desconsiderada), mas de discutir como ela será tratada, as condições reais que temos para isso e o tipo de inserção que se pretende.

A Política de Assistência Social, como o Serviço Social, vem também sofrendo um grande redimensionamento, sobretudo a partir da Constituição de 1988, como as políticas sociais de um modo geral. A política social na constituição de 1988, como todos nós sabemos, é colocada como uma das políticas da seguridade social. Ela começa a se configurar como uma política pública de direito e não como benesse, favor, como algo instável que hora se tem outra hora não se tem. Portanto, tenta romper com sua própria história. Então ela passa a ser uma política de direito indicada na própria constituição de 1988 como uma política de seguridade social (junto com a previdência social e a saúde). Isso já é um avanço, não é? Aí, tem-se a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) de 1993. Veja que para a construção de 1993 já havia se passado por um longo tempo, lei em que tenta detalhar o conteúdo da Constituição de 1988. E, mais recentemente, a partir de 2004, há a indicação do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS. Então, essa é a história recente da política de

assistência social. Ela parece que vem crescendo na direção de se tornar uma política de direito. Mas, por exemplo, a nossa pesquisa tem revelado que, na prática, na intervenção dessa política na implementação das ações dos programas e projetos, ainda existe um ranço, digamos, uma presença significativa de um viés conservador. A gente fica naquela dúvida: é ou não é direito? Você ainda constata em muitos municípios pequenos no Brasil, em termos da política de assistência social, a presença de benefícios eventuais no gabinete do prefeito. O que é o benefício eventual? O auxílio funeral, ou seja, o prefeito vai dar o caixão para alguém que tem alguma relação política com ele. Quer dizer, então, por que isso é feito no gabinete do prefeito? Tá entendendo? Quer dizer, então esses benefícios eventuais, que são direitos que estão na própria política de assistência social, eles aparecem em alguns municípios e em outros não. Em outros municípios a concessão é política. Ainda, é aquela história da heterogeneidade que a gente falou. Então, tem se avançado. Todavia, a política de assistência social tem sido vista, de certa maneira, como um entrave, um retardamento ao trabalho, ou seja, como uma política que retarda o direito ao trabalho. Então há essa dicotomia entre política de assistência social e política de trabalho. Certamente o cidadão deve ter direito ao trabalho, mas só que numa sociedade capitalista nem todos os cidadãos conseguem ter trabalho. Ainda que tenham o direito ao trabalho, eles não têm acesso ao trabalho. Esse direito não chega a todos. Quando chega, para muitos é o trabalho precário, é o trabalho instável, é o trabalho com salários baixíssimos. A política de assistência social não é direcionada só para quem não trabalha, mas é para quem trabalha e quem também tem essa condição de precariedade. Isso, inclusive, foi lembrado na nossa mesa de debates feita ontem: os próprios beneficiários do programa Bolsa Família, por exemplo, mais de 70% (setenta) trabalham. Mas, que tipo de trabalho? Qual é o salário que eles ganham? Claro que é um trabalho precário, com baixos salários. Então, o segmento dos trabalhadores precarizados, com baixos salários, em vários estados brasileiros, tem crescido neste contexto recente do capitalismo. Então, é lógico que aí tem um espaço para a ampliação da política de assistência social. Agora, como eu coloquei ontem, a política de assistência social, na minha leitura, não está contribuindo para as pessoas não terem acesso ao trabalho, mas ela é funcional nesse momento do capitalismo, em que o trabalho precário e instável se amplia. Então, ela é requisitada considerando a própria situação estrutural. [...] Agora, nós, assistentes sociais, que historicamente temos uma vinculação com a política de assistência social, então agora tem um grupo dizendo: *“era bom não ter a política de assistência social, não sei o que...”*. Eu que faço pesquisa empírica, eu sugiro, por exemplo, que as pessoas façam pesquisa empírica e perguntem para o beneficiário do programa Bolsa Família, o que esse programa significa para eles. A partir daí vamos ver se teremos a coragem de dizer que o programa não deve existir. Eu posso dizer que o programa é funcional à pobreza. E eu digo isso em todos os textos que eu produzo sobre o tema. O programa Bolsa Família, seguramente, não vai acabar com a pobreza. Ele está controlando a pobreza, mantendo a pobreza num dado padrão de controle. Ele serve para legitimar o poder político, mas também atenua a situação de miséria de milhões de famílias. [...] (Ozanira Silva e Silva – entrevista)

[...] a perspectiva neoliberal foi colocada em questão com a crise do capital sob o comando do capital financeiro, não se mexeu no ideário neoliberal que suporta as nossas políticas sociais. Assim, permanece o caráter focalizado, seletivo e “privatizado” para a política social hoje, no mundo inteiro. Não é uma questão brasileira essa parceria público/privado, ela não é um dado apenas da nossa realidade. Ela se encontra em países europeus, na chamada “crise do bem-estar” em que o Estado reduz seus investimentos no campo social. Ele não deixa de investir porque a herança do Estado de bem-estar é muito forte. [...] eu tenho uma hipótese, talvez ambiciosa, de que os CRAS e CREAS vão ter muito da nossa presença. Nós não somos os únicos profissionais (e nem tenho pretensões nesse sentido), mas eu acho que os assistentes sociais estão profundamente envolvidos por este processo, os assistentes sociais e os psicólogos. [...] Nós temos condições de fazer uma tipologia sem ficar preso na parte tecnológica em si mesma. Nós temos condições de definir quais são os serviços mais do que qualquer outro profissional, sobretudo definir serviços naquele território, com aquele grupo onde há uma prevalência de jovens ou onde há uma prevalência famílias chefiadas por mulheres. Essa capacidade de adequar a política à realidade do território de criar estratégias é muito nossa. Ela depende muito da nossa capacidade, daí a importância da capacitação. Eu tenho participado de muitas bancas e de muitas análises de CRAS. É muito interessante constatar como os assistentes sociais podem ser criativos. Temos profissionais que são gestoras e assistentes sociais. É interessante observar como elas buscam alternativas para chegar perto das famílias. [...] Eu tenho visto muitas coisas interessantes. Os trabalhos dos profissionais nos CRAS itinerantes, por exemplo. Eles pegam o veículo vão nas residências, tem muita coisa boa acontecendo, muita coisa boa. E tem muita omissão, também. Tem muitos profissionais sem condições de contrato (ainda não é o contrato por concurso), sem qualificação e que acaba desenvolvendo uma atuação precária. Mas eu vejo esse espaço como um espaço teste, vamos dizer assim, para a gente desenvolver projetos, desenvolver o nosso Projeto, que é maior que o CRAS e o CREAS, saber trabalhar com a realidade. O assistente social é um profissional preparado para trabalhar com a realidade. Ele vai se adaptar a essa realidade, ele tem condição para isso. Então eu sou animada com a política, eu sou uma defensora dessa política, porque ela é muito problemática, eu sei (a história da assistência, a nossa história e a história da assistência elas caminham paralelo, o que nós já fizemos em nome da assistência de benemerência e todas essas coisas), mas eu acho que esse espaço é rico. Nós temos um grupo de assistentes sociais no Brasil inteiro, grupos de vanguarda (embora eu não goste da palavra), grupos de frente, que estão ali ajudando a construir a política. A quantidade de gestores assistentes sociais que têm nesse país, nos municípios, vocês não imaginam. [...] É fácil falar, mas deve ser muito complicado em certas situações. Considero que nesse sentido os CRAS e os CREAS nos colocam diante de uma enorme diversidade. É isso, é tudo, é todo tipo de problemática e todo tipo de recurso. Há experiências muito boas em andamento, há CRAS fazendo trabalhos bons com famílias do programa Bolsa Família e há outros que funcionam como “polícia dos pobres”, a assistente social é meio “polícia”, cobrando as faltas de usuários em reuniões ou as contrapartidas obrigatórias”. Quer dizer, então aí é muito triste não é? Porque eu acho que o projeto e a realização dos valores do Projeto Ético-Político Profissional (que apontam para outra ordem

societária) devem ser trazidos para a concretude daquele campo de trabalho, é o CREAS que é diferente do CRAS não é? No CREAS eu vou lidar com a mulher que é espancada, violência doméstica, com criança, com idoso que apanhou de sua família. Então é com isso que eu vou lidar, é a possibilidade de cumprir o direito, realizar o direito, muitas vezes numa linha de proteção. Antigamente, ninguém falava em proteção e há pessoas que precisam ser protegidas. [...] (Carmelita Yazbek – entrevista)

Não há qualquer dúvida sobre a funcionalidade dos programas sociais e de transferência de renda para as famílias atendidas e seus membros. A própria formatação desses programas impede que o usuário do sistema viva exclusivamente deles, mesmo destacando a importância desses recursos para o orçamento geral do núcleo familiar. Na pior das hipóteses, o “beneficiário” permanece empenhado em procurar uma atividade que ofereça uma contrapartida capaz de melhorar suas condições. Destaca-se que essa condicionalidade é componente central do programa endossado e estimulado pelos principais organismos mundiais de “combate” à pobreza focados no pauperismo, enfatizando a necessidade da contrapartida (determinada pela precariedade e insuficiência do recurso repassado) e o não estímulo à ociosidade (ainda que se reconheça a “excepcionalidade” de um momento “passageiro”, “atípico”, de crise do mercado de trabalho).¹⁰³

Recebo o Bolsa Família e o Renda Cidadã, eu estou recebendo um atrasado do governo, que eles tá me pagando, o governo tá me pagando. Dá R\$106,00 para cada um, só que não dá né, porque a gente tem luz, tem água, tem muita coisa pra pagar, como eu pago imposto daqui né, então tem muita coisa pra pagar. Então eu recebo só isso, R\$130,00 de um e R\$126,00 do outro. [...] Ajuda, papel não dá dinheiro né, eu vivo com o papel também, só que o dinheiro pra eu pagar essas contas não dá, porque é muito caro, então pra mim por comida essas coisas dentro de casa não dá, agora que nós vamos mudar, nós vamos passar a pagar aluguel, eu arrumei uma casa de R\$300,00, então o meu menino vai pagar o aluguel pra mim e nós vamos ficar só nas coisas de comer, assim que nós vamos fazer, pra inteirar, pra ajudar né. [...] (Ana – usuária da assistência social).

É a minha única renda, eu tinha faxinas (as minhas faxinas), agora a minha mão tá quebrada, está sendo a minha única renda. Esse Bolsa Família é a minha cesta básica por mês, e vou no mercado suprir aquilo que está faltando da cesta básica, o leite de segunda, quarta e sexta, reponho uma caixinha de leite e economizo. Agora, como eu já falei pra ela que eu estou desempregada, ela sabe que eu estou desempregada, que ela vai fazer outra renda pra mim, porque ela tá vendendo um serviço pra mim...

¹⁰³ Uma criteriosa análise dos documentos publicados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Banco Mundial sobre a redução da pobreza na América Central, do Sul e no Caribe, revela claramente esta tendência.

reciclagem, também é um vínculo com a assistente social isso, mas eu não posso por causa da mão, tenho que operar a mão primeiro, estou esperando o hospital me chamar, o SUS. [...] (Rosa – usuária da assistência social).

Para os assistentes sociais e gestores da assistência social, os avanços obtidos com a nova legislação são nítidos. Todos os profissionais, de uma forma ou de outra, destacam a validade da PNAS e das possibilidades que se abriram a partir dela (sobretudo as possibilidades de crítica em relação à benesse que predominava, inclusive legalmente, até 1988 – o que é inegável). São reconhecidas, também, inúmeras dificuldades relacionadas com a operacionalização dessa política e a implantação do Sistema Único de Assistência Social (nitidamente inspirado no Sistema Único de Saúde – SUS). Nota-se, no entanto, que as ações de capacitação e as forças da categoria profissional são totalmente capturadas pela implantação e pela operacionalização da PNAS e do SUAS, no sentido – no seu limite – de superar as barreiras assistencialistas utilizando o antídoto do que se convencionou denominar, genericamente, sem muita clareza, de *“autonomia” e de “empoderamento” em defesa de ações “socioeducativas” e a favor da “cidadania” (assunto que trataremos mais intensamente logo à frente)*. Os limites apontados por alguns profissionais de Serviço Social denunciam, em si, obstáculos para a viabilização da legislação e para um maior envolvimento da população nas ações empreendidas (reduzida à *“participação” pelo voto*), bem como a dificuldade para a implantação da rede integrada de serviços na municipalidade. Vejamos alguns depoimentos:

A Política Nacional de Assistência Social, traz no item Gestão Nacional de Assistência Social na Perspectiva do SUAS que um dos eixos estruturantes é a matricialidade sociofamiliar. Ao direcionar o trabalho com foco na família, reconhecem que existem fortes pressões dos processos socioculturais em nossas famílias e com isso acentuam suas fragilidades. Para tanto, há que empoderá-la, fortalecê-la para que possa ser um *“espaço privilegiado de exercício de cidadania”*, segundo Prof. PE. Mário José Filho em sua tese de doutorado. Há obstáculos importantes a serem superados: a cultura das benesses, a falta de participação nas decisões que as envolvem, garantia dos direitos, a acessibilidade a uma política social universalizada, mas para tanto, há que haver um trabalho socioeducativo consistente. O primeiro desafio é trazer as famílias para as nossas reuniões. É difícil, não há manual com caminhos a serem percorridos. Eles têm que ser construídos e só se constroem com participação. [...] Limites desta atuação: podem ser desde institucionais como profissionais. Deverão ser enfrentados como desafio a serem superados para a construção de uma política de assistência social que seja justa, atenda realmente as necessidades das pessoas para a qual são direcionadas e que possam dar respostas às demandas destas famílias e

não que vá atender a interesses de grupos que se sentem no direito de definir como as pessoas devem ou não serem atendidas. Isso tudo deve começar pela nossa classe política, que ainda se acham “todo poderoso” e que estão acima do bem e do mal. O momento que a nossa população entender o poder de decisão que tem através do voto, através da participação em instâncias de controle social, iniciaremos um processo de mudança concreto e sem precedentes neste país. [...] (Giselda – assistente social).

O trabalho desenvolvido tem sido no sentido de consolidar a Assistência Social como Política Pública. Em 2005, quando nos integramos à equipe da SEDHAS, constatamos que grande parte dos servidores desconheciam a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Nossa primeira ação foi estudar e discutir a política, buscando a unidade na compreensão dessa legislação. Durante o processo de estudo, os profissionais foram evidenciando uma série de dificuldades para implementação da assistência social como política pública. Despertar na equipe a importância de identificar alternativas de intervenção, considerando a situação do órgão gestor na época (início de 2005), foi um processo difícil. Adotar uma prática inovadora, rompendo com a postura assistencialista era um grande desafio. A compreensão de uma visão e atuação exigia de nós um acompanhamento permanente e próximo. A então Secretária, pessoa de grande credibilidade e dinamismo, era elemento importante no processo de encorajamento das pessoas e de convencimento de que era possível fazer de forma diferente, criar, buscar, fazer acontecer aquilo que, até então, sempre tinha sido colocado como empecilho ou como problema. [...] Como limites, podemos registrar a dificuldade da administração municipal como um todo e a rede de serviços socioassistenciais, em compreender a Assistência Social como Política Pública. Proceder ao reordenamento e garantir a estruturação adequada de todas as unidades de serviço, tem se constituído num processo moroso. Observar as deliberações das Conferências Municipais de Assistência Social, também tem sido um desafio para nós, trabalhadores da Assistência Social de Franca. Outro entrave está relacionado à questão burocrática que, os órgãos públicos ficam obrigados a se submeter. [...] (Ivonete – assistente social).

Alguns outros assistentes sociais, no entanto, mesmo que submetidos à prioridade da implantação da política (o que é inevitável), são mais lúcidos e destacam temas importantes a serem potencializados: a fragilidade dos programas, o gerenciamento de situações emergenciais, a importância do profissional e do trabalho em equipe para pensar e intervir criticamente, o investimento na intersectorialidade das políticas, os entraves políticos locais, a falta de recursos, o lugar subalterno e precário da assistência social no campo da seguridade social e das políticas sociais, entre outros temas. Tais indicações, mesmo que iniciais, abrem brechas importantes para pôr em movimento duas questões centrais: a natureza da atual política e suas tensões-contradições e, o que não é menos

importante, a necessária não identificação entre o Serviço Social (como profissão) e a Política de Assistência Social. Ou seja, a profissão tem algo a dizer para essa política e não pode, em hipótese alguma, encontrar nela sua razão de ser, reduzir-se a ela.

Então os nossos programas também são paliativos, que a coisa de novo do “apagar incêndio”. Eu acho que a gente teria que trabalhar mais o preventivo, embora eu entenda que a política do CREAS é essa: o CREAS atende situações graves e instauradas, mas existe toda a Secretária que poderia desenvolver todo um trabalho preventivo. Também acredito que a impressão, a cara do trabalho quem dá é o profissional que executa, entendeu? E isso eu acho que é o maior trunfo que a gente tem nas mãos. Por mais que exista uma chefia na equipe que impõe algumas coisas, quando eu estou com o usuário, em grupo e tal, eu é que faço, eu é que trabalho e eu é que dou a característica, a cara para o grupo. Acho que é a mesma coisa de fazer uma busca ativa, vou trabalhar com morador de rua (que é o que ta acontecendo hoje), por exemplo, a gente faz busca ativa, mas nós damos o nosso tom. [...] (Fernanda – assistente social).

Então eu como Secretaria hoje, como gestora da Política da Assistência Social, eu acho que o grande desafio que a gente colocou como meta é no sentido de tá motivando a equipe, acho que para que possamos ter trabalhos mais efetivos, a agente precisa ter uma equipe motivada, tá certo, e para mim é muito importante ter uma equipe motivada. A gente precisa identificar o potencial dos profissionais e colocando no lugar certo, tem um profissional muito bom só que não tem perfil para trabalhar em determinada área e isso pode comprometer tanto o trabalho como o profissional. Então enquanto gestora é um grande desafio, é fazer, montar esse quebra cabeça no sentido assim, da pessoa certa no lugar certo descobrir o potencial de cada um. [...] Os limites sempre vão das limitações de cada um no sentido de que as pessoas têm dificuldades de trabalhar em equipe, mas isso é um processo né, não é uma coisa que vem culturalmente no sentido de uma gestão participativa né, mas a gente tá ciente desses desafios, além de como gestora até mesmo as dificuldades financeiras, dificuldades da questão da máquina pública né, que é muito morosa, então a coisa às vezes depende de uma vontade política, de toda essa engrenagem que é a setor publico que é a máquina, depende de leis, de um monte coisas. Então esse é um limite, mas a gente tem que ter perseverança e tentar. Outro desafio é a questão do trabalho integrado, além de motivação da equipe a gente precisa pensar como integrar os trabalhos como a gente já relatou são vários os desafios, são vários programas e se a gente não tá integrado a gente começa cada um a centrar força numa área, a gente ao invés de somar, a gente se divide, então a gente tá vindo aqui com essa proposta de tá integrando as varias, os vários programas a equipe pra que a gente caminhe no mesmo sentido, some esforços, né, isso é muito difícil essa questão da integração, no sentido assim é ter perspectivas, más é um trabalho difícil, não só integrar as secretarias, os programas da secretarias, mas integrar com as outras políticas sociais também. Na hora que a gente vai discutir o enfretamento da pobreza passa pela questão da Secretaria de Agricultura, que coordena um programa de agricultura familiar, pela questão do desenvolvimento

sustentável pela economia solidária, passa pela questão da educação, passa pela questão da saúde, então essa é a questão da gente tentar integra. [...] (Maria Paula – assistente social e secretária de governo da área social).

Há de se reconhecer os inúmeros problemas relativos, por exemplo, à implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS – responsáveis pela proteção básica) e, ainda mais, dos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS – responsáveis pela proteção especial). No entanto, a existência desses problemas (certamente previsível e inevitável) torna-se preocupante pelos desafios cotidianos para uma atuação profissional inspirada no ponto de vista de totalidade, bem como pelos limites estruturais encontrados – de perfil nitidamente sistêmico (CAPRA, 2002) – na própria Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Entre “os eixos estruturantes e de subsistemas” (BRASIL, 2004, p. 33) estabelecidos na Política Nacional de Assistência Social, dois deles merecem destaque: *a matricialidade sociofamiliar e a descentralização político-administrativa cujo foco principal é o território.*¹⁰⁴

A matricialidade sociofamiliar, prevista na PNAS, está ancorada na premissa da centralidade da família e na superação da focalização (embora na prática ocorra o seu oposto), salientando que para a família “prevenir, proteger, promover e incluir seus membros” (BRASIL, 2004, p.35) é necessário, em primeiro lugar, garantir as suas condições de sustentabilidade. Reconhecendo a existência de fortes impactos dos processos de “exclusão sócio-cultural” nas famílias brasileiras, gerados pela “reconfiguração dos espaços públicos, em termos dos direitos sociais assegurados pelo Estado democrático de um lado e, por outro, dos constrangimentos¹⁰⁵ provenientes da crise econômica e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2004, p. 35), a Política Nacional de Assistência Social destaca a centralidade da família no campo de ações da política de assistência social. Essa atuação deve considerar as “novas feições da família”, “tipologias ou arranjos familiares” (inseridas nas “transformações societárias contemporâneas” – Brasil, 2004, p. 35-36), como também a importância da política de assistência social no “conjunto protetivo da Seguridade Social” por meio de “redes sócio-assistenciais” (BRASIL, 2004, p. 36).

¹⁰⁴ Não é objetivo deste estudo fazer uma avaliação da Política Nacional de Assistência (PNAS), dos programas de enfrentamento à pobreza e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O que se pretende é situar essa discussão para perquirir a preocupação central desta tese: o que se entende por resistência e emancipação no Serviço Social, considerando-se um dos mais importantes espaços de inserção profissional na atualidade e o legado marxista aprimorado, sobretudo, nos últimos 30 anos.

¹⁰⁵ A palavra “constrangimentos” é curiosa. Quais constrangimentos?

Ou seja, a centralidade da família é garantida à medida que na Assistência Social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho universalista, que em conjunto com as transferências de renda em patamares aceitáveis se desenvolva, prioritariamente, em redes sócio-assistenciais que suportem as tarefas cotidianas de cuidado e que valorizem a convivência familiar e comunitária [...] (BRASIL, 2004, p. 36).

A organização político-administrativa e a territorialização estão estruturadas na PNAS em um *“sistema descentralizado e participativo”* (BRASIL, 2004, p. 37), em rede, considerando-se a articulação e a intersectorialidade das políticas setoriais, bem como o envolvimento paritário da sociedade civil e do governo por meio de conselhos e a realização de conferências municipais de assistência social com a participação dos segmentos envolvidos na política (desde os gestores até os usuários). Há, dessa forma, um apelo para que sejam construídas ações *“territoriamente definidas”* (BRASIL, 2004, p. 37) que respeitem a intersectorialidade das políticas, a participação dos segmentos locais envolvidos, identificando os *“problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais”* (BRASIL, 2004, p. 38) valorizando a autonomia em todas as esferas da gestão da política no âmbito local. A PNAS, ao reproduzir as observações feitas por Dirce Koga (BRASIL, 2004, p. 37), destaca textualmente:

É no embate relacional da política pública entre Governo e sociedade que se dará a ratificação ou o combate ao processo de exclusão social em curso. Pensar na política pública a partir do território exige também um exercício de revisita à história, ao cotidiano, ao universo cultural da população que vive nesse território [...]. A perspectiva de totalidade, de integração entre os setores para uma efetiva ação pública [...] vontade política de fazer valer a diversidade e a inter-relação das políticas locais [...]

Ainda que seja necessário observar a importância dos núcleos familiares na esfera da reprodução social, a relevância do Estado e de seus respectivos governos, sua dimensão política e pública e os embates sociais também vivenciados nos territórios, algumas observações devem ser feitas no sentido de precisar as preocupações aqui indicadas sobre esse contexto

Reafirmar a importância das famílias e das ações sociais com elas realizadas, também com apoio no Serviço Social, é algo incontestável. Negar essa dimensão significa negar uma demanda real e importante (mas não central – sob o ponto de vista aqui reivindicado) para a sociabilidade e para a reprodução do ser social. Reconhecer a sua

diversa formatação na sociedade capitalista nesse início do século XXI é algo igualmente necessário e óbvio para qualquer intervenção profissional minimamente respeitosa e competente. Não se trata, portanto, de formular críticas desse nível. Os problemas se adensam, todavia, quando a família é tomada como o *ponto nevrálgico, central e fundante da produção e reprodução social* (quando na verdade é mera coadjuvante – mesmo que importante), ainda que seja para se referir especificamente à política de assistência social. Ora, as famílias e os programas e projetos sociais que as atendem estão inseridos em uma dada sociabilidade que não se “perde no espaço”, no processo histórico (não são a-históricas), ou seja, tais intervenções estão fincadas e são formatadas sob determinadas relações socialmente constituídas. *Isso significa que a família é a família burguesa, que o Estado é o Estado burguês e que os programas e projetos sociais são aqueles constituídos na era monopolista-flexível e funcionais a ela (embora também contemplem certas demandas da população usuária)*. Essa insistência não é uma força de expressão, uma retórica desnecessária à prática profissional, uma abstração teórica demasiadamente geral, inadequada e fora da realidade com a qual os assistentes sociais imediatamente lidam. Ao contrário, trata-se de um componente imprescindível para o trabalho profissional (mesmo que insuficiente). Sem ele, o estranhamento social encontra um terreno fértil para se cristalizar e se reproduzir.

Quando falamos da família como determinação das relações primeiras a serem vivenciadas pelo indivíduo em formação, não podemos nos esquecer de que essa mesma família é por sua vez determinada pelo estágio histórico em que se encontra, sendo, portanto, uma subjetividade já educada. [...] Acontece que aquilo que é visto pelo indivíduo em formação como mundo externo, como objetividade inquestionável, portanto, como realidade, é apenas uma forma particular, historicamente determinada, de se organizarem as relações familiares. [...] A cada passo, o novo ser vai se criando a base sobre a qual estruturará seu psiquismo e sua personalidade, ao mesmo tempo em que se amolda à sociedade da qual está interiorizando as relações e formando, a partir delas, a consciência de si e do mundo. Evidentemente que aquilo que fica interiorizado não são as relações em si, mas seus valores, normas, padrões de conduta e concepções. [...] (IASI, 2007, p. 15, 17-18).

A “centralidade da família”, no entanto, existe sob outras condições e com outros objetivos. Os núcleos familiares são centrais para as modernas ações sociais integrativas cujo eixo central é a rede sistêmica de serviços que racionaliza e torna mais complexa a forma de policiar e capturar os núcleos familiares e seus membros, ainda que

critique o passado assistencialista e policialesco. A política em curso foca, sistemicamente, suas ações nesses núcleos (e não apenas em seus membros individualizados), nas suas relações sistêmicas, por meio de subsistemas (a escola, o trabalho-emprego, igreja, grupos de relacionamento, entre outros), respondendo e modernizando uma velha questão com um viés ideológico importante¹⁰⁶: o seu papel central, como “célula primeira” da sociabilidade (e não apenas como coadjuvante), sem precisar historicamente de qual família se trata (a burguesa), num campo estratégico da reprodução – física, afetiva e valorativa – da força de trabalho, seja para mantê-la ou formá-la (também por meio da criação dos filhos e do repasse de valores sociais – burgueses)¹⁰⁷. Nesse cenário, a participação é formal, a emancipação se reduz à autonomia para sobreviver no circuito mercadológico e a integração passa por ações socioeducativas e por cursos profissionalizantes (diga-se de passagem, um assunto antigo). Não seriam essas algumas das formas contemporâneas, polidas e elaboradas de controle em tempos de “sociedade democrática”? Trata-se, portanto, de ações que não ultrapassam, nem mesmo ameaçam, as fronteiras institucionais, consolidando uma atuação profissional comprometida com a reprodução criativa (quando muito) do formalmente estabelecido.

As famílias e usuários de programas e demais serviços, são mobilizadas a participarem de grupos socioeducativos, reuniões, palestras educativas, datas comemorativas, eventos sociais dentre outras. As atividades absorvem também os encaminhamentos provenientes dos Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais, Ministério Público, Rede Socioassistencial, Intersetorial e demais serviços. Os eixos temáticos ora são indicados pelos usuários e ora identificados pelo técnico, com vista o Programa de Apoio Integral à Família – PAIF, ressaltando que contamos com os profissionais das Universidades locais para desenvolvimento do trabalho. As ações sociais são fundamentadas no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Política Nacional de Assistência Social, NOB-RH/SUAS, LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social,

¹⁰⁶ A palavra ideologia aqui é entendida como uma generalização da parte como sendo o seu todo. Em outras palavras, as visões sociais de mundo – dominantes – generalizam suas concepções, no campo superestrutural, tomando partes do processo como sendo o processo por inteiro, aspectos parciais da dinâmica do real como sendo o real. A ideologia não é, portanto, uma mentira, uma abstração pura, mas uma deturpação da dinâmica do real feita com base no próprio real. Como lembra Marx (1987, p. 72), “[...] As idéias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. [...]”

¹⁰⁷ Destaca-se que, nesse aspecto, os atuais estudos sobre família, no geral, não superam uma “análise” puramente fenomênica ao descrever os “tipos de família” (nuclear, extensa, monoparental, entre outras), com uma perspectiva que, no seu limite, trata a história linearmente. O essencial é que todas essas formas de objetivação e organização dos núcleos familiares, certamente diferentes entre si (e isso beira à obviedade!), são formas particulares burguesas, claramente situadas no campo da reprodução social dessa ordem societária.

do Código de Ética Profissional, dos Estatutos do Idoso, da cidade e da criança e do adolescente, dentre outros, o que tornam as ações fortalecidas para o avanço junto ao usuário. [...] (Joana – assistente social).

O trabalho social com famílias, apreendendo as suas origens, e as possibilidades de enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas por elas contribuindo para sua proteção de forma integral materializando a matricialidade sociofamiliar no âmbito do SUAS. [...] Acredito que sou o facilitador entre a comunidade carente e os órgãos/Programas/Benefícios a que tem direito. Desempenho a minha função dentro dos Princípios Éticos, de retidão e de respeito com a Comunidade, objetivando minimizar as dificuldades e sofrimento em que se encontram. [...] Os problemas vivenciados são consequência de uma sociedade capitalista, globalizada onde a grande maioria das pessoas vivem marginalizadas, sem poder usufruir de bens até mesmo essenciais para a sua sobrevivência. Sabe-se que a concentração de renda prioriza uma minoria, e que fica sem garantia de seus direitos. [...] (Vanessa – assistente social).

[...] centrado na família, você vai ver ali determinado tipo de família, você vai ver uma série de problemas que, embora cada família tenha seu histórico próprio, mas você vê que os problemas são iguais. Então, às vezes, você orientando uma família, na orientação você vai conseguir atacar vários tipos de problemas: problemas de alcoolismo, problemas de drogas, problemas de falta de capacitação de mão de obra, uma série de problemas que através da atuação do profissional de Serviço Social, uma orientação que der, a pessoas acha o rumo. Então coloca o adolescente num programa, Sementes do Amanhã ou no Programa de Ação Jovem, Agente Jovem, ou pega a mãe, ensina costura, ensina panificação, o pai pedreiro eclético ou qualquer outro. Essas orientações sócio-educativas dentro da família, ela tem uma repercussão geral, agora isso buscando o que, buscando a autonomia daquela família, o sentido do programa é esse, que a família busque a sua autonomia, que não fique dependendo. [...] No começo foi entendido muito errado esse programa. A pessoa vai falar assim: eu quero bolsa família porque ele me ajuda a pagar a água, pagar o aluguel. O sentido não é esse, o sentido é de dar sustentação à família para que ela tenha os produtos de primeira necessidade, sejam gradativos, mas que através das reuniões do CRAS ela tenha uma orientação sócio-educativa, ela vai ser educada socialmente para achar o seu caminho, então, por exemplo, nós temos um programa aqui que tem dado uma repercussão muito boa, dentro das famílias, repercussão para o poder público, não com as famílias (Gestor de assistência social).

O trabalho hoje tem como foco a família, observada e respeitada nos seus diferentes modelos e formatos, considerando-a sempre como grupo integrante de um determinado território, onde ela estabelece suas relações sociais, afetivas e de pertencimento. O trabalho busca o desenvolvimento da autonomia, da auto-estima, do indivíduo, procurando trabalhar questões relativas à potencialização do grupo familiar. A família é convidada a elaborar em conjunto com a equipe técnica o seu projeto de vida e o acompanhamento se dá na perspectiva levar a família a buscar e defender os seus direitos sociais. O trabalho desenvolvido pelo Órgão Gestor tem se

dato nessa direção. É a família quem indica o que fazer, quando fazer, onde fazer, e as equipes vão desencadeando uma série de ações que possam contribuir para a concretização dos sonhos e interesses dessa população. [...] (Ivonete – assistente social).

É evidente que, sob o ponto de vista de totalidade, a família jamais pode ser a categoria central para a produção e reprodução do ser social, embora ela faça parte do processo de sociabilização humana, como instância estratégica. Trata-se, portanto, de um complexo social secundário, ou seja, sustentado em outros elementos contidos na sociabilidade burguesa, determinada – não mecanicamente – por essa sociabilidade e por uma importante categoria: *a categoria trabalho* (ainda que sob o mando do capital ela se aliene-estranhe e imponha barreiras sociais à emancipação humana). Há de se denunciar, portanto, o perigo de se re-penalizar os núcleos familiares e seus indivíduos sob o fetiche de que se realiza um trabalho “socioeducativo”, bem como de rechaçar toda e qualquer tendência que “desclassicisa” os núcleos familiares reunificando-os em grupos territoriais que, na melhor das hipóteses, lutam por demandas pessoais e pontuais: “a minha rua”, a “minha calçada”, “a violência no meu bairro”, entre outros aspectos. É preciso ter claro que a “questão social” não será equacionada a partir de sugestões e de encaminhamentos edificadas pelos indivíduos-sociais nos microterritórios (quase sempre perdidos na fragmentação de lutas “por segmento”), nem mesmo será solucionada por meio da interação em rede de serviços sociais – por mais bem articulada que ela seja – empenhada em afirmar direitos localizados e pontuais. Não se trata, aqui, de negar a potência contida nas discussões sobre as demandas imediatamente expostas nos territórios e nos bairros, mas de rejeitar com veemência o tratamento localizado disso, isto é, a impossibilidade de explicar as demandas locais como expressões reais e imediatas de demandas estruturais. Nessa direção, Iamamoto, Netto e Yazbek tecem informações importantes:

Corre-se o risco de cair na pulverização e fragmentação das inúmeras “questões sociais”, atribuindo unilateralmente aos indivíduos e suas famílias a responsabilidade pelas dificuldades vividas. Isso deriva na análise dos “problemas sociais” como problemas do indivíduo isolado e da família (principal alvo dos programas focalizados de combate à fome e à miséria), perdendo-se a dimensão coletiva e o recorte de classe da questão social, isentando a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais. [...] (IAMAMOTO, 2007, p. 164).

Acho que há uma inteira dose de gradualismo. O que eu quero dizer é o seguinte: não há nenhum “maluco” que considere que a via assistencial resolve os problemas, mas eu acho que eles estão convencidos,

honestamente convencidos (senão todos pelo menos maioria), de que o que estão operando é uma via de acesso à cidadania e daí todo o debate da inclusão. É claro que isso remete a algumas questões de fundo: como compreender a cidadania, como entender uma democracia e as suas relações com a participação e qual é o papel dos institutos democráticos e dos direitos de cidadania. São concepções que precedem a elaboração de políticas e implementação de políticas. E aí você fez bem a pergunta “será que isso não estava lá trás?”. Eu diria que se você observar, pelo menos nas manifestações teóricas registradas ou profissionais desde os anos 80, você vai ver aquela grande frente de vanguarda que arejou o Serviço Social, você vai ver que há diferenças teóricas e ideológicas muito substantivas. [...] (José Paulo Netto – entrevista).

Eu fiz essas observações para um grupo de assistentes sociais que estava ligado com as questões do CRAS, CREAS e eu levantei a questão da família, o desafio de trabalhar com famílias. Não de enquadrar as famílias, não de usar violência contra essas famílias, enquadrando, domesticando dentro do sistema. Porque há profissionais (e vocês devem saber disso) que realmente penalizam as famílias: *“ela está nessa situação porque ela fez por merecer”*, quer dizer, você tem isso e isso é doloroso. Então a discussão, a preparação, a politização desse trabalho é fundamental, não esquecendo que essa família pertence a uma classe. As famílias não são a última ou a única instância. Eu acho que a PNAS deixou de lado outra instância que é classe, que é a organização do bairro, fala em comunidade e em outras coisas, mas não pode deixar de considerar que o CRAS está num território. Dependendo do rumo que a gente imprimir a essa forma de trabalhar com famílias, e não é só na assistência, mas na saúde, na habitação, e em outros campos, nós podemos dar um passo à frente na perspectiva de direitos ou podemos retroceder muito, podemos assumir uma postura conservadora, muito preocupante. (Carmelita Yazbek – entrevista).

As ponderações acima descritas aparecem, ainda que dispersamente, nos depoimentos de algumas das assistentes sociais entrevistadas. O que se observa é que o cultivo permanente da “massa crítica”, como crítica da crítica, intensifica e aprofunda a análise sobre a ação profissional realizada, enriquecendo teórica e praticamente o exercício profissional do assistente social. Na esteira que resiste ao estranhamento, a assistente social Manoela não apenas questiona a centralidade da família na política de assistência social, como também chama a atenção para as abordagens conservadoras que têm instrumentalizado a ação profissional no conjunto CRAS-CREAS (genericamente denominadas por ela como de base positivista/funcionalista). Não sossegada com isso, reivindica – maduramente – uma visão de totalidade e reconhece as dificuldades reais para efetivá-la no cotidiano profissional. Desliza e patina, no entanto, ao crer que a estrutura dos CRAS e dos CREAS *“permite olhar o sujeito em sua totalidade, focando a realidade local”*. Ricos em determinações imediatamente expostas, esses espaços não permitem, em si e por

si, *“olhar o sujeito na sua totalidade”*. Em outras palavras, não é a atual organização dos CRAS-CREAS (em tese menos fragmentada) que permite o salto qualitativo da análise operada, *mas a potência analítica da profissional que se apropria criticamente das ricas determinações imediatamente propiciadas (apenas imediatamente) por tais espaços, desconstruindo-as na sua aparência fenomênica*. O que a razão crítica promove é uma desconstrução do imediatamente dado, da ideologia como falsa consciência que atua sob bases reais e promove um “[...] ‘deslocamento’ do significado da questão social, *que se afasta da relação entre pauperização dos trabalhadores e acumulação capitalista, para ser identificada genericamente com as expressões objetivas da pobreza*. [...] (MOTA, 2008, p. 32).

A primeira é que a defesa da “centralidade na família”, expressa pelos atuais programas e projetos, especialmente no âmbito do SUAS, têm trazido, com novas roupagens, velhas concepções com bases positivistas/funcionalistas que colocam “os problemas” no sujeito e na família, ignoram a estrutura social, partindo de uma compreensão fragmentada da sociedade, e acabam por retomar aquele serviço social que enquadra os sujeitos “desviados” na “normalidade” ou seja na ordem vigente. A segunda, e mais positiva na minha concepção, é que a forma como estas políticas e programas estão se organizando, a qual busca acabar com a fragmentação das demandas, (salvo no CREAS que é um caso a parte e continua fragmentado), antes tínhamos uma série de serviços: um para as vítimas de abuso sexual, outro para adolescentes, outro para idosos, outro para mulheres. Enfim, as demandas eram repartidas e catalogadas, o que dificultava e desviava o foco da raiz comum de todas elas: a questão social e tudo que implica este entendimento. Hoje a estrutura CRAS e CREAS permite olhar o sujeito em sua totalidade, focando a realidade local. Pensando por aí a grandes perspectivas para esses programas. Permitir, contudo não é necessariamente acontecer, acredito que a grande questão esta na forma como os profissionais conduzem estas políticas e programas, como compreendem a realidade, enfim com qual intencionalidade desenvolvem suas ações do ponto de vista político e ideológico. Assim, concluo que o foco na família pode ser realizado com diferentes concepções e finalidades, o que observo, infelizmente, é a prevalência e crescimento da primeira forma citada. [...] (Manoela – assistente social).

O endurecimento profissional é criticamente denunciado por outras profissionais, revelando erupções de consciência mesmo que imersas em um inevitável sincretismo implícito na materialidade em que o profissional atua e na sua própria formação profissional eclética (PAULO NETTO, 1992). Os comentários emitidos colocam em cheque, mesmo que de forma inicial, as práticas conservadoras com famílias, as condicionalidades, o corte do “benefício” pelo não cumprimento dessas condicionalidades, as ações

empobrecidas reduzidas a momentos formais (ditas socioeducativas) e a rigidez e o cumprimento formal de metas estatísticas nas municipalidades (por exemplo). Notam-se, aqui, potencialidades para o cultivo do pensar crítico, ainda que imerso na névoa da “vulnerabilidade” (que, ao mesmo tempo, tudo e nada diz) e da intervenção profissional centrada na escuta por si mesma (resquícios de um passado reconceituado voltado à ajuda psicossocial)¹⁰⁸.

Vejo a atuação do assistente social nos programas e projetos que atendem as famílias, ainda muito acanhada, com práticas conservadoras, distantes das teorias e das propostas, com grandes dificuldades de mudança dos paradigmas, impregnada por datas religiosas e preconceitos, ficando na superficialidade e com entraves funcionais – (equipe), tempo, e local adequado – (o que muitos ainda não têm) e falta de disposição interna para resolver questões pessoais, diminuindo ou acabando com a rigidez e aumentando a flexibilidade e aceitação do diferente e do novo. [...] (Marina – assistente social).

Eu fico me perguntando às vezes, por que nós elegemos como prioridades as famílias que estão nos programas de transferência de renda que são as famílias que nos devemos atender. Mas essas famílias querem ser atendidas por nós? Essa é uma questão que eu acho importante de ser colocada, assim eu como profissional tenho o direito de dizer a uma mãe como ela deve educar o filho dela? E aí tem a questão das condicionalidades do programa, como é que a gente trabalha com essa condicionalidades? Hoje a gente elege uma das prioridades de trabalho aqui do CRAS exatamente as famílias que estão em descumprimento de condicionalidades. Agora, a grande questão é assim: o CRAS não é entendido como um espaço em que eu vou lá medir se a pessoa cumpre ou não as condicionalidades, mas eu estou entendendo que a família que está em descumprimento, está em descumprimento por alguma razão, porque a situação dela é de mais vulnerabilidade do que a de outras que estão naquele espaço. Então eu acho que essa é uma questão, é uma linha muito tênue [...] (Amanda – assistente social).

Eu acho que se é outra questão, se é proteção, se é prevenção, se é emancipação, se é efetivação de direitos. Eu acho isso ótimo, a gente está trabalhando na linha certa, mas, infelizmente, [...] você vai trabalhar a família para a criança ir à escola, para a criança não faltar à escola, mas como eu vou trabalhar esta questão da educação? Não é simplesmente eu chegar e falar: “olha, você não vai deixar, vai ser cortado do bolsa família se a criança não for pra escola”. Então eu acho que a gente precisa aprender a trabalhar esta questão. [...] Não é simplesmente reduzir os índices de falta, de descumprimento de condicionalidades, mas é melhorar a condição de vida, a qualidade de vida. [...] Então eu acho que de possibilidade, é essa possibilidade de trabalhar com as famílias, porque elas têm uma abertura, elas têm uma carência e uma necessidade de ouvir... e essas famílias a

¹⁰⁸ Consultar página 68.

gente consegue atingir, essas famílias não são famílias que não aparecem, elas são participativas a gente só precisa estimular essa participação, é um pouco cultural não participar e... Eu acho que a gente tem muita possibilidade e os limites talvez estejam relacionado com esta questão de cumprir meta: “ah, o município está com índice muito alto de famílias em descumprimento”. Então a gente precisa correr atrás disso aí. Então fica nessa questão de cumprir a meta e de melhorar por causa dos recursos, ou das avaliações do município, eu acho que isso é um pouco complicado. [...] (Sueli – assistente social).

Há de se destacar, todavia, outros ingredientes problemáticos contidos na própria redação da Política Nacional de Assistência Social. O processo de luta em defesa da assistência social universal sintetizado, na PNAS, como “embate relacional” entre governo e sociedade (outra terminologia pouco reveladora), carece de precisão. De qual governo se fala? Constituído sob qual Estado? Sob quais condições sócio-históricas? O “embate relacional” é meramente político? O Estado e a sociedade civil não são entes abstratos; estão, ao contrário, metidos na trama sócio-histórica. Trata-se, então, de uma determinada forma de Estado (o burguês) e de uma sociedade civil repleta de tensões de classe que não podem ser resumidas a um *“embate relacional da política pública entre Governo e sociedade”*. O Estado e o governo que o compõe são, para Marx, determinados pelos embates presentes na sociedade civil que se expressam na disputa para ocupar o Estado e assumir o governo. Essa sociedade (a burguesa), por sua vez, é composta por classes sociais antagônicas – no campo da economia-política –, que se (re)organizam permanentemente em favor de seus interesses como classe (MARX, 2005a). Portanto, o uso da palavra pública (ou “ação pública” – no sentido utilizado) também gera confusão ao esvaziar o seu conteúdo classista.

Nota-se que a concepção liberal separa Estado e Sociedade Civil (o “povo”, organizado em instâncias representativas), ou seja, coloca-os como esferas estanques, como se o primeiro não fosse a expressão das lutas sociais, de classe, contidas na sociedade civil. Mais do que isso, a mediação entre eles se faz pela proliferação de instâncias representativas (formais e consultivas – no limite), sobretudo, ainda que não somente, por meio de conselhos de direito organizados por área: infância e juventude, idoso, assistência social, segurança pública, entre outras. A intersetorialidade, então, aparece formalmente como a dimensão articuladora entre tais setores e também aproxima a “sociedade civil organizada” do Estado e do governo que o compõe, harmonizando tensões e aplainando

divergências. Disso também deriva a ideia abstrata (manejada grosseiramente) de que o Estado é o reino da governança, dos equívocos, privilégios e das orgias financeiro-administrativas (como uma névoa fetichizada que absorve e responde às tensões societárias) e que a sociedade civil “organizada” (genericamente caracterizada como espaço público), ao contrário, é o reino da liberdade, da transparência fiscalizadora, da ética em defesa dos interesses democráticos, de todos. A consequência disso é direta: *a contradição fundamental entre capital e trabalho, entre produção social e apropriação privada, entre proprietários e desapropriados, aparece como uma simples e imediata oposição entre Estado-governo e “sociedade civil organizada”*.

Desde a “*Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*”, Marx, ainda transitando pela democracia radical, já destacava e criticava as ilusões hegelianas reconstruídas com base nos debates travados pelos “clássicos” da teoria política¹⁰⁹. Sendo assim, em Hegel existe uma clara fissura entre Estado-governo e sociedade civil, aos moldes da tradição liberal burguesa, sustentando a ideia (no sentido real dessa palavra) de que o Estado é uma instância superior, racional e avançada, como “espírito absoluto”, que soluciona as tensões provocadas pelos interesses privados contidos na sociedade civil, como síntese que, ao mesmo tempo, acomoda e suplanta as lutas sociais socialmente fragmentadas.¹¹⁰ Sob essa perspectiva, o indivíduo é um ente imaginário que vive uma soberania igualmente abstrata, um coletivo genérico expresso num Estado (igualmente abstrato), sem base material real para isso, despojado dela na medida em que universaliza, na abstração estatal, uma situação irreal. Como destaca Iasi (2007, p. 51), “[...] essa cisão é mais que um fenômeno constatável, no caso da sociedade capitalista contemporânea, ela é funcional. Expressa no nível político a pretensão de universalidade de uma classe particular, a burguesia. [...]”, caracterizando uma “inversão”, uma deturpação ideológica.

¹⁰⁹ Esse debate expressou-se, de diferentes formas, nos “conselhos” de Maquiavel ao príncipe, na gestão das “paixões” humanas por meio da renúncia dos direitos individuais em favor de “Estado Leviatã” em Hobbes, na sociedade de “proprietários”, antiabsolutista e parlamentarista de Locke, na reforma das monarquias por meio de uma reorganização dos poderes em Montesquieu, no contrato social sustentado na vontade geral de Rousseau, passando por Hegel, Marx e Gramsci, por exemplo.

¹¹⁰ Tanto em Hegel quanto na tradição burguesa, há uma clara fissura entre Estado-governo e sociedade civil. Todavia, em Hegel o Estado, como expressão máxima da razão absoluta, supera a sociedade civil, soluciona suas tensões. Na tradição liberal, especificamente na sua expressão ultraliberal, a sociedade civil (burguesa) se sobrepõe ao Estado, caracterizando-o como uma esfera desclassificada, fiscalizada pela sociedade civil, um escudo que a protege de tensões contidas, na verdade, na própria constituição da sociabilidade burguesa.

O Estado constitucional é o estado em que o interesse estatal, enquanto interesse real do povo, existe *apenas* formalmente, e existe como uma *forma determinada* ao lado do estado real; o interesse do estado readquiriu aqui, *formalmente*, realidade como interesse do povo, mas ele deve, também, ter apenas essa *realidade formal*. Ele se transfigurou numa *formalidade*, no *haut goût*¹¹¹ da vida do povo, numa *cerimônia*. [...] Estado e governo sempre colocados do mesmo lado, como idênticos; do outro lado, é colocado o povo, dissolvido nas esferas particulares e nos indivíduos. Os estamentos situam-se como órgão *mediador* entre os dois. Os estamentos são o meio em que “o sentido e a disposição do estado e do governo devem se encontrar e se unir com “o sentido e a disposição dos círculos particulares e dos singulares”. [...] os *estamentos* devem, ao mesmo tempo, fazer a mediação “de tal forma que os interesses particulares das comunas, corporações e dos indivíduos” não “se isolem”. Ao contrário, eles fazem a mediação: 1) transigindo com o “interesse do estado”, 2) sendo eles mesmos o “isolamento *político* desses interesses particulares; esse *isolamento como ato político*, já que, por meio dos estamentos, esses “interesses isolados” alcançam o grau de interesse “universal”. Finalmente, os estamentos devem fazer a mediação contra o “*isolamento*” do poder soberano como um “extremo” (que, assim, *apareceria* “como simples poder dominante e como árbitro”). [...] (MARX, 2005a, p. 83, 85-86).

A afirmação de que “*é no embate relacional da política pública entre Governo e sociedade que se dará a ratificação ou o combate ao processo de exclusão social em curso*”, destacado pela PNAS (2004, p. 37) e normatizado pelo conjunto NOB-SUAS, abre brechas e estimula procedimentos altamente flexíveis com relação às responsabilidades do Estado na esfera da afirmação de direitos. Absolutamente coerente com a prestação de serviços sociais sob o mando do capitalismo de monopólios flexibilizado, a “*solidariedade cidadã*” opera sob um tripé fartamente defendido e propagado por Rosanvallon (1995), qual seja: a redução (desresponsabilização) da demanda estatal no campo social (o que ele considera como a “*crise do Estado-Providência*” e a nova “*questão social*”), o reposicionamento da solidariedade de classes e o adensamento de uma maior visibilidade do social por meio de ações voluntárias que cultivem experiências reais solidárias nos espaços locais¹¹². Ainda que a PNAS atribua ao Estado o papel de coordenador das ações assistenciais e negue a possibilidade de a rede socioassistencial substituí-lo, é preciso destacar que isso não elimina a proliferação de serviços assistenciais dos mais variados tipos

¹¹¹ Requite.

¹¹² Uma boa análise desse processo encontra-se disponível no estudo de Montaña, 2002. A imprecisão teórica do conceito de terceiro setor é latente: “[...] *Para alguns, apenas incluem-se as organizações formais, para outros, contam até atividades informais, individuais, ad hoc, para alguns outros, as fundações empresariais seriam excluídas, em outros casos, os sindicatos, os movimentos políticos insurgentes, as seitas etc., ora são consideradas pertencentes, ora são excluídos do conceito. [...]*” (MONTAÑO, 2002, p. 55).

(sustentada na ação de voluntários ou não), que escapam por completo da esfera estatal. Não há, portanto, conflito algum em definir o Estado como o coordenador do processo e flexibilizar sua inserção na rede por meio de parcerias e contrapartidas (humanas, físicas e financeiras) necessárias e bem-vindas sob o ponto de vista aqui criticado. Ao contrário, a organicidade do Estado no gerenciamento do social, sob o mando do capitalismo de monopólios flexibilizado, não pressupõe, necessariamente, a execução direta dos serviços socioassistenciais, mas sua coordenação “democrática”, “parceira” e “corresponsável” com a “sociedade civil organizada”, também por meio dos conselhos de direito.¹¹³ Captura-se, assim, na rede, a força de trabalho voluntária e solidária no campo da reforma moral e social¹¹⁴.

[...] essa reforma social e moral busca, dentro outros objetivos, transformar o cidadão sujeito de direitos num cidadão-consumidor; o trabalhador num empreendedor, o desempregado num cliente da assistência social; a classe trabalhadora em sócia dos grandes negócios e as comunidades em células do “desenvolvimento local”, delas surgindo uma “sociedade solidária e cooperativa. [...] *O que está posto na agenda contemporânea (e, mais largamente, no horizonte sociocultural) são outras formas de conceituar e tratar a questão social, através de uma reforma social e moral conduzida pela burguesia contemporânea.* As tendências em curso chegam ao extremo de imaginar que é bastante ter políticas sociais para suprir “a questão social” ou, como querem outros, que é suficiente que o Estado reconheça o direito de homens e mulheres das classes subalternizadas a atenderem suas necessidades sociais, transformando-os em cidadãos, para que também a questão social seja solucionada – é este, aliás, o substrato do novo contrato social à moda de Rosanvallon [...] refiro-me ao neosolidarismo, à refilantropização, à política dos mínimos sociais, aos projetos de emprego e renda, à emulação do empreendedorismo, ao binômio privatização-assistencialização da seguridade social [...] (MOTA, 2008, p. 32, 50-51).

[...] quem é Rosanvallon? É um conservador francês que discute a falência do Estado Providência. É exatamente o ideário que está por detrás da política de assistência, ou seja, fazer contrapartidas. Então eu acho que tem

¹¹³ O vínculo entre tais propostas e as orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial são inegáveis. Para uma análise minuciosa, consultar os documentos contidos nos seguintes endereços virtuais: <http://www.bancomundial.org/> e <http://www.iadb.org/?lang=pt>

¹¹⁴ José Paulo Netto destaca: “[...] não sou contra o voluntariado. Quero dizer para você que se não fosse o voluntariado, Cuba não teria eliminado o analfabetismo em dois anos: de 1959 a 1961. Eu mesmo assisti em Portugal o PRE (Processo Revolucionário) que, se não tivesse voluntariado, uma série de ações – sobretudo educativas – não teria se realizado. O problema é a direção política! Quando o voluntariado é utilizado para suprir carências que derivam do Estado, direcionar os recursos do orçamento público para benefício de camadas, classes sociais, se a necessidade do voluntariado decorre disso, eu sou contra. Se o apelo voluntário é para “botar” gente trabalhando de graça em função pública eu sou contra. O problema é político! [...]” (José Paulo Netto – entrevista).

essa questão. E tem mais ainda: tem a teoria dos organismos internacionais, especialmente o do Banco Mundial que é a teoria do risco social e das vulnerabilidades, com um novo enfoque do Banco Mundial nos anos 2000, que põe para pensar os modelos de proteção social. É a teoria do risco social e da vulnerabilidade. Então, veja, nesse mix entre liberalismo e conservadorismo, a gente simplesmente reproduz todas essas noções e vê a sociedade nortear trabalho a partir delas, em nome do projeto ético-político. Eu acho que isso é muito complicado. [...] (Marilda Iamamoto – entrevista).

Carmelita Yazbek também vê com cuidados o amplo segmento caracterizado como “terceiro setor” e seu impacto na assistência social. Ressalta, todavia, dois aspectos de fato reais (mas certamente discutíveis): a presença do terceiro setor no gerenciamento compartilhado da assistência social e o envolvimento dos assistentes sociais com essas organizações (inclusive como mercado de trabalho). Embora seja pertinente e necessário destacar esse aspecto, é preciso, ao mesmo tempo, perquiri-lo e criticá-lo. Nesse processo é importante reconhecer sua diversidade e sua absoluta incapacidade para afirmar direitos (inexistentes sem o Estado – entendido aqui não apenas como o “coordenador” dos programas e projetos sociais). Elaborar e objetivar experiências interessantes e criativas na área social com apoio da categoria profissional dos assistentes sociais – diga-se de passagem, uma necessidade imperativa – também não pode servir de base para que se amenizem críticas mais radicais ao processo em curso.

No Brasil observamos a expansão do voluntariado, a expansão do denominado terceiro setor e obviamente há muitos profissionais envolvidos que partilham dessas idéias desse terceiro setor. De um lado eu coloquei a dimensão positiva do assistente social envolvido com a política pública, mas a gente sabe muito bem que este campo vem absorvendo o assistente social, essa visão do cidadão como consumidor, a expansão das ONG's, isso também nos absorveu como mercado (seria preciso uma pesquisa mais substantiva do próprio CFESS talvez para avaliar, por exemplo, quanto o terceiro setor emprega). Claro que tudo indica, e os dados da última pesquisa do CFESS, que o maior empregador do assistente social ainda é o Estado, ainda são as políticas públicas de assistência e saúde. [...] Temos algumas grandes ONGs que têm recursos, fazem um bom trabalho, que você não pode desconsiderar. As ONGs filiadas à ABONG, por exemplo, que são as ONGs que fazem um trabalho político, que defendem direitos. Entendo que o terceiro setor, se constitui de um grupo muito heterogêneo de instituições. Eu tenho agrupado em três sub-grupos: as entidades mais tradicionais; as fundações empresarias (estas em geral tem muitos recursos) e as organizações não governamentais propriamente ditas (esse sub - grupo é também muito heterogêneo: das ONGs que defendem as baleias, dos golfinhos às que trabalham com crianças de rua). Eles têm experiências interessantes em andamento só que não realizam direitos. O

terceiro setor não constrói direito, o direito se constrói na esfera pública. O direito se constrói na relação com o Estado. É o Estado que define os limites. [...] Não é a iniciativa privada que constrói direito. Então eu vejo, com muita preocupação, embora nós não possamos esquecer que isso é mercado de trabalho, isso é emprego de colegas nossos e que fazem o melhor possível. Então você tem presídio terceirizado, é uma coisa impressionante, você tem trabalhos na área da criança e do adolescente, na assistência social, compondo a rede que é uma forma de compor com a política pública e participar do processo de construção dos direitos. Há, nesse contexto tanto trabalhos “privatizados” como municípios onde se articula de fato a rede, as instituições partilham responsabilidades e é possível afirmar que de algumas dessas num acordo com o município. Elas contribuem com a construção do direito. [...] (Carmelita Yazbek - entrevista).

Uma profissional de Serviço Social que atua diretamente com entidades ligadas ao amplo e heterogêneo “terceiro setor” – denominadas como “não governamentais” – faz apontamentos positivos sobre o papel por elas desempenhado na rede socioassistencial. Suas observações ressaltam o envolvimento dessas organizações na rede de atendimento social e no suprimento das responsabilidades do Estado, sem, todavia, indicar qualquer observação crítica a esse processo. Segundo ela, as dificuldades de adequação das entidades à política de assistência social em curso deve-se, sobretudo, à ausência de financiamento adequado. O fato é que, no vasto campo caracterizado como “terceiro setor”, existem organizações afinadas com a “responsabilidade social cidadã”, outras em transição para isso e um terceiro grupo que permanece vinculado às tradicionais ações “caridosas” e pouco afeito à racionalidade organizacional modernizadora.

O terceiro setor surge com tamanha importância que eu particularmente valorizo muito e percebo que essa questão vai sendo esclarecida ao longo dos anos. Ainda hoje a motivação da gestão do terceiro setor está atrelada à questão religiosa. Os dirigentes destas instituições são movidos para uma ação voluntária, sempre despertada pelas religiões. Assumem, muitas vezes, papel do Estado na oferta de diferentes serviços. Dentre esse grupo, percebemos que existem pessoas sérias, competentes e que precisam ir se informando e incorporando diretrizes da política de assistência. Percebemos que a informação deve ser contínua. Penso que as organizações não governamentais não estão ainda melhor estruturadas em razão das dificuldades relacionadas muito mais à questão do financiamento das suas ações do que com o desejo de fazer uma mudança de paradigma. [...] O terceiro setor tem contribuído para a oferta dos serviços de responsabilidade do Estado. [...] (Ivonete – assistente social).

É preciso analisar, ainda, outra terminologia central e fartamente utilizada na atual discussão sobre a Política de Assistência Social e sobre os programas e projetos sociais

atualmente desenvolvidos. Trata-se do que se convencionou denominar de “exclusão social”, mais precisamente, do binômio “exclusão-inclusão social”¹¹⁵. O que se entende por “exclusão social”? Do que se trata? Essa “categorização” não explica – ao contrário, escamoteia – a não satisfação de carências e necessidade humanas dos diversos segmentos que constituem a classe trabalhadora nesse início de século XXI¹¹⁶. Considerando-se o eixo “exclusão-inclusão” (sistemicamente em interação), exclusão de quê para incluir onde? O termo “exclusão-inclusão” é falacioso, pois supõe a “exclusão” como uma distorção possível de ser sanada (ou pelo menos mais bem encaminhada) por uma “inclusão” (sua oposição e solução imediata – diga-se de passagem, abstrata) entendida como inclusão sistêmica sustentada na interação comunicativa da rede e no “trabalho socioeducativo” (também realizado pelos assistentes sociais). Sobre isso basta perguntar: *na ordem burguesa em curso os ditos “excluídos” podem ser “incluídos”?* Quais os parâmetros para que se possa *mensurar se estão ou não incluídos?* Para muito além dessas questões, é preciso perguntar: *existem seres sociais “excluídos” ou permanentemente expropriados*¹¹⁷? É oportuno indagar o que há por detrás das palavras “excluídos” e “usuários”, por exemplo. A homogeneização propiciada por elas não apenas escamoteia inúmeras particularidades que constituem os seres sociais atendidos pelos assistentes sociais no conjunto CRAS-CREAS (em nada desprezíveis), como também são inúteis para descortinar as tramas que envolvem o trabalho alienado-estranhado no âmbito da propriedade privada. Para isso, a principal tendência é associar e identificar a “questão social” com a “exclusão social”, reduzindo a primeira à segunda, ou seja, simplificando pragmaticamente a complexidade da “questão social” a fenômenos singulares caracterizados como “novos problemas sociais” produzidos em uma “nova ordem social” marcada, em si, pela crise do Estado Providência ou da possibilidade de

¹¹⁵ Não são poucos os intelectuais, pesquisadores e porta-vozes da grande mídia, filiados a diferentes concepções, que utilizam do conceito de “exclusão social” para “explicar” o quadro social atual, especificamente para caracterizar um conjunto de “problemas” que marcam a “contemporaneidade”: miséria, desemprego, ausência de acesso à educação, à habitação, à alimentação adequada, entre outros assuntos.

¹¹⁶ Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, Marx (2004) aponta que a satisfação de carências humanas (comer, vestir, dormir, entre outras) é pressuposto, mas não viabiliza, por si só, necessidades humanas. A realização do ser humano-genérico, de suas potencialidades como ser social livre e criativo, conta com a objetivação de necessidades que superam a mera sobrevivência física dos homens. Portanto, a vida produtiva – nela o trabalho – não pode aparecer *“ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física [...]”* (Marx, 2004, p. 84). Por isso, o reino das necessidades requer a superação do capital e de seu modo de (re) produção em escala planetária: o capitalismo.

¹¹⁷ Para tanto, a discussão que efetuamos na primeira parte desta tese, a partir de Marx, acerca da “Lei Geral da Acumulação Capitalista”, é reveladora.

edificá-lo sob as condições do Brasil do século XXI. Os desdobramentos disso são claramente identificáveis nas falas das assistentes sociais: ser criativo para fazer o possível para amenizar processos de “exclusão” em curso e “incluir” os excluídos nos programas e projetos sociais disponíveis. Destaca, providencialmente, Maranhão (2008, p. 95):

Ao resumir a heterogeneidade das teses dos “teóricos da exclusão”, mesmo correndo o risco de generalizações, poderíamos dizer que o que une seu pensamento é a defesa de uma espécie de neocontratualismo. Para eles, a transição de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial ou pós-salarial rompeu com o “contrato social” que vigorou na época do estado de Bem-Estar e isso gerou uma crise filosófica do estado, que, por sua vez, tem como consequência a desagregação dos princípios de solidariedade e coesão social. [...] Com a teoria da “exclusão social”, temos diante de nós um conceito que mais obscurece do que esclarece a totalidade das relações sociais em que o fenômeno está envolvido e, por isso, deixa de apreender as condições concretas que fazem parte do desemprego crescente, e da pauperização ampliada, parte constitutiva da dinâmica social contemporânea. [...]

Ou, nos dizeres de Mota (2008, p. 42 e 51),

*A questão social, desloca o seu enfrentamento para o nível dos epifenômenos a ela conectados*¹¹⁸. [...] questão social como exclusão; questão social como objeto da política social; questão social como ausência de cidadania e direitos sociais; questão social como desemprego [...]

A apreensão e a discussão dos profissionais de Serviço Social sobre a “questão social” são significativamente heterogêneas, muito embora estejam contaminadas pelo conceito atribuído ao eixo “exclusão-inclusão” e pela ênfase nas “vulnerabilidades” expressas em “epifenômenos”, como acima destacado por Mota: o alcoolismo, o desemprego, as tensões familiares, a “deseestruturação” familiar, a violência, entre outros temas – macros e micros, segmentados. O problema, no entanto, não se resume a esse nível, mas na confusão empreendida no campo da atuação profissional que rapidamente identifica a “questão social” (vista como as “tensões derivadas de fatores econômicos externos” que aparecem nos núcleos familiares) como sendo o *objeto* do Serviço Social, cujo antídoto se encontra no fortalecimento da população por meio do seu “empoderamento”. Empoderar tem, nesse caso, o exato sentido de criar as condições para que a família e seus indivíduos tenham condições próprias para lidar com seus problemas (imediatamente vivenciados), cabendo ao assistente social “traduzir”, decodificar essa problemática para os

¹¹⁸ Grifos da autora.

núcleos familiares e “*reduzir as tensões*” geradas nesse processo¹¹⁹. Como destaca Potyara Pereira,

Os assistentes sociais, e não só eles, estão inseridos profissionalmente nesse contexto. A ideologia liberal penetra em todos os redutos da vida humano-social. Até as Universidades, onde a prática da contestação é mais fácil, são atropeladas por ela. Trata-se, no meu ponto de vista, de uma ideologia que não visa e nem pratica uma reforma ou contra-reforma, mas o desmonte mesmo e a destruição de conquistas valiosas da sociedade no campo da cidadania e da democracia. O liberalismo e, conseqüentemente, o novo liberalismo vigente, é contra tudo o que é social, público e universal. Para ele não existe direitos sociais, só os individuais, assim como não existem necessidades e justiças sociais. Da mesma forma, ele rechaça o caráter público das políticas (que é sinônimo de universalidade) para privilegiar o caráter privado e focalista, em todo e qualquer tipo de relação. Enfim, tal ideologia não se pauta pelo direito, mas pelo mérito e pela competição. Os assistentes sociais discutem demais essas mudanças, às vezes com alguns equívocos, não percebendo a profundidade do seu caráter destruidor. Poucos percebem que as políticas sociais da atualidade com a sua linguagem de empreendedorismo, de empoderamento (empowerment), de destruição criativa, de inovação, recuperaram paradigmas, como o schumpeteriano, que reintroduzem o darwinismo social, que desdenha da pobreza. Conhecer melhor essa realidade é condição para o assistente social lutar contra ela e encontrar formas de resistências coletivas. [...] (Potyara Pereira - entrevista).

Não se trata, aqui, de rechaçar o desenvolvimento de habilidades para que as famílias e seus membros possam lidar com temas concretos da vida (aliás, um dado necessário), mas de entender que essa convivência deve ser balizada pela *crítica* e não pelo estímulo à independência por meio do “empoderamento” que fornece as condições para uma *integração passiva e pragmática* às regras de mercado. É preciso ressaltar que esse aspecto não é marginal; ao contrário, *orienta e determina, teórica e praticamente, o sentido do que se entende por socioeducativo*.

Questão Social: vejo como o objeto do Serviço Social, o assistente social trabalha o cotidiano do munícipe, através da teoria-prática, todas as formas de fortalecimento, do empoderamento do munícipe ou comunidades, todo tipo de relação (Política e Social), da identificação, das discriminações, da autonomia, ligado à Ética Profissional. [...] (Eliana – assistente social).

Questão Social: tensões existentes que decorrem de fatores externos, ou seja, adoção de modelos político/econômicos equivocados que ainda mantém parte considerável da população á margem dos avanços e

¹¹⁹ Ora: nada mais velho do que isso!

conquistas intelectuais/materiais da sociedade. E também de fatores internos, ou seja, da família, que além de vivenciar mudanças em sua própria estrutura (com novas formas e arranjos), não consegue suprir as necessidades básicas de seus membros, quer seja no tocante as demandas materiais ou afetivas de seus membros. O assistente social seria basicamente, o profissional com o papel de reconhecer e tentar reduzir essas tensões, através da identificação e leitura (com as famílias) dos principais entraves e das possibilidades de superação dos mesmos. [...] (Hilda – assistente social).

O usuário vem com a autoestima lá embaixo, não vê muitas possibilidades dentro daquilo que ele está vivendo e assim, muito, como eu vou colocar isso, além da questão social, a família, são relações familiares muito comprometidas, pessoas que tem um grande número de filhos e que trocam constantemente de parceiros tem muitos problemas de alcoolismo de droga, então assim, são pessoas que chegam para a gente numa situação muito complexa, tanto social como emocional, pessoal. [...] Para mim a questão social é toda essa gama de relações que eu coloquei antes, que o usuário trás, a questão do trabalho a questão da violência, a questão da família que ele está envolvido e que interfere na vida dele tanto a nível amplo como a micro. [...] (Josie – assistente social).

Outras profissionais manifestam uma compreensão mais abrangente sobre o significado da “questão social”, embora continuem fortemente vinculadas (com maior ou menor intensidade) às suas manifestações imediatas ou a um tipo de associação mecânica entre os determinantes estruturais e suas expressões fenomênicas (presentes, inclusive, no Método de Belo Horizonte – BH – referenciado na primeira parte dessa tese). Nesse contexto, imerso em contradições, reforça-se o *sincretismo e o ecletismo teórico-prático* que atribui à sociabilidade burguesa (identificado como “o capitalismo”) a paternidade das mazelas sociais, resgatando os conceitos de “exclusão-inclusão” e “vulnerabilidades” que atingem “novos usuários” em tempo de “novos conflitos”. Tais noções, como já destacado, são absolutamente incapazes de fornecer mediações necessárias à crítica mais radical e à produção e reprodução da “questão social” na ordem burguesa monopólica-flexível, onde se inserem os programas e projetos sociais de enfrentamento ao pauperismo. Há, todavia, nesses depoimentos, um rico potencial a ser lapidado por meio de uma formação profissional empenhada em formar intelectuais capazes de pensar e agir criticamente no mundo e em suas relações objetivamente constituídas.

A questão social é toda essa situação problema que chega até nós, fica até uma coisa ampla demais. Eu já falei no começo: tudo o que as outras políticas não deram conta, chega para nós e até hoje, o que o Serviço Social faz, a gente engasga na hora de responder, a gente parece que faz tanta

coisa e não resultado de nada dar uma impressão, tudo o que é essa situação problema que chega só que a gente ver os efeitos, a gente atende os efeitos disto tudo, de uma sociedade perversa, deste sistema capitalista perverso que exclui as pessoas, aí a gente atende as conseqüências disso, que é o desemprego, o analfabetismo, a prostituição, então são esses problemas, todas essas situações que chegam até nós que eu chamo de questão social é essas situações problemas que eu não sei explicar direito isso. [...] Como eu posso explicar, não consigo atuar na raiz do problema a gente vai remediando essas conseqüências (Débora – assistente social).

A questão social pode ser entendida como resultante das relações sociais de uma sociedade desigual, com concentração de riquezas, miserabilidade, educação e moradia precária, estreito acesso à informação, formação e capacitação profissional, insuficiente e ineficiente serviço de saúde. A questão social tem que extrapolar do individual para o coletivo, para não ser entendida como um fracasso ou incapacidade pessoal. As famílias são atendidas em suas especificidades, mas o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social devem indicar mecanismos de participação e articulação desta população nas reflexões e decisões inerentes às questões sociais. [...] (Valquíria – assistente social).

Entendida enquanto expressão das desigualdades produzidas pela sociedade capitalista e em constante e rápida transformação. Permanece insolúvel. Vem sendo reforçada, renovada pelos novos conflitos gerados, atingindo novos usuários do Serviço Social. [...] (Tânia – assistente social).

[...] se existe um modelo econômico que cria essa desigualdade social não adianta focar batalhando só individualmente a situação da família, pois existem outras famílias entrando para essa questão da pobreza. Eu sempre faço uma relação, e o pessoal brinca comigo. Eu aprendi com o Pe. Júlio Lancelotti, num encontro com os ex-meninos de rua, que comparou: “às vezes a gente da área social está enxugando o chão e a torneira está aberta”, tem que enxugar o chão, o papel do Serviço Social é atender a situação. Mas a gente tem pensar no sentido de fechar essa torneira, é uma relação causa e efeito se a gente ficar só enxugando o chão, a gente vai só enxugar o chão, enxugar o chão e a torneira aberta é uma coisa que não vai chegar a lugar nenhum [...] Quando você fere direitos eu acho que você faz uma violência, eu coloco assim que em nossa atuação profissional enquanto Serviço Social quando a gente está firme em nossos princípios éticos do nosso código de ética [...] então de repente a gente pode fortalecer essa questão da violência sem às vezes saber. Temos que pensar sobre isso, eu acho que a gente tem que pensar nos nossos princípios éticos da categoria, eu acho que a gente tem o diferencial, a gente tem que saber colocar isso no nosso dia-dia, na hora que começa a discussão da redução da maioria penal a gente tem que pensar se é isso que vai que vai amenizar as coisas. [...] Se a gente quer manter essa situação do jeito que está ou se queremos mudar; se na nossa atuação está mantendo as coisas do jeito que estão, enxugando o chão. Só enxugar o chão é ajudar a manter, entendeu? É preciso pensar como que a gente vai fechar essa torneira [...] (Maria Paula – assistente social e secretária de governo – área social).

[...] a questão social, ela nasce de um determinado período histórico e que tem a ver com o nascimento do capitalismo e aí são todas as decorrências da criação desse modelo de organização social, o sistema capitalista ele produz uma série de exclusões que vão gerar desempregos, que vão gerar violência, que vão gerar uma série de questões e problemas sociais que eu entendo com questão social. E acho que o Serviço Social atua exatamente aí [...] (Amanda – assistente social).

A questão social é indissociável da forma como a sociedade é organizada. Não dá para entender a questão social fora da sociedade capitalista, onde a desigualdade social é nítida. Tem relação com a luta de classes, com a exploração do capitalismo e tudo a ver com o Serviço Social, porque o Serviço Social veio a ser uma profissão quando a questão social foi vista como uma questão que o Estado tinha que estar interferindo. Então o Serviço Social nasceu aí e tem a ver Serviço Social e questão social, apesar de que elas têm muitas formas, como diz Iamamoto. [...] (Vani – assistente social).

É preciso ter claro que a “questão social” é componente inseparável da “Lei Geral de Acumulação Capitalista”, conforme já foi destacado exhaustivamente na primeira parte desta tese. Trata-se de uma determinação estrutural, produzida ao se produzir a riqueza no mundo do capital, que somente será superada por meio da superação do capital e da sociabilidade que o sustenta. A revolução e a emancipação humana *não serão empreendidas pelo Serviço Social ou pelas profissões* (evidentemente), pelo simples fato de que eles não possuem as condições objetivas para tal. Porém, é preciso que aqueles que estejam comprometidos com a emancipação social dos homens propiciem condições para que a crítica adquira “força material” (MARX, 2005b, p. 151) nas mãos daqueles que também se ocupam – no mercado do trabalho – com o gerenciamento do pauperismo. Eles não farão a revolução (uma tarefa das massas conscientes e enfurecidas e, claro, da organização das “classes que vivem do trabalho”), mas poderão ser úteis nesse processo. Nesse estorço de contradições, urge desmistificar a “solidariedade cidadã”, o reformismo modernizador e toda sua ampla gama de conceitos que “explicam” o pauperismo, submetendo-os à crítica radical.

[...] o que eu vejo é um enorme empenho de assistentes sociais sérios, honestos, numa política que tomada segmentarmente (me parece uma política muito ineficiente), é uma política que não oferece alternativa e não é mesmo para essa política oferecer alternativas. Ela precisava estar imbricada num conjunto de políticas, por exemplo, de emprego, não esse papo furado de geração de renda: “bota” meia dúzia de famílias coletando a garrafinha pet e outras coisas mais e acha que isso é inclusão! Eu sempre quero deixar claro que esse negócio de inclusão social não tem nada a ver

com a minha perspectiva analítica, não acho isso... mas é o papo hoje, o papo hoje é inclusão. Tem inclusão digital, visual, “penal”, eu não me ocupo disso, não acho que isso seja sustentável. Mas note que tudo isso acaba por dar um destaque às políticas de assistência. [...] penso que uma orientação de prática profissional isolada de um elenco efetivo de medidas maiores é perfeitamente estéril, não elimina nenhuma das multi-causalidades do que os nossos companheiros chamam de exclusão, nenhuma, não elimina nenhuma. Mantém as pessoas vivas, às vezes com patamar de reprodução fisiológicas até melhor, eu acho isso importante, mas não contribui de forma alguma pra qualquer tipo de transformação social, mesmo as mais adjetivas. [...] (José Paulo Netto - entrevista).

Eu acho que tem um segmento minoritário que tem essa consciência, que inclusive tem uma noção do que é este Projeto Ético-Político Profissional. Mas a grande maioria não sabe nem o que é esse Projeto Ético-Político profissional. Não sabe qual é o conteúdo dele mesmo, o que ele significa, etc. E lá na intervenção deles, na implementação, dos programas que nós vimos, por exemplo, no campo da política de assistência social, estão colocando o povo para fazer bolinho, para fazer crochê, para fazer coisinha de criança (enxoval de criança, não sei o que lá). Quer dizer, é lógico que esse Projeto Ético-Político – que eu acho que tem que ser ampliado no sentido de chegar até a intervenção do Serviço Social -, ainda está distante e muita gente não sabe nem mesmo o que ele é. [...] (Ozanira Silva e Silva - entrevista).

Mesmo com todos os limites presentes nas ações sociais realizadas para manter “as pessoas vivas” (nos dizeres de Paulo Netto), a população que procura os serviços oferecidos pelos Centros de Referência de Assistência Social e pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social avalia positivamente esses espaços. Trata-se, inegavelmente, no geral, de unidades descentralizadas que possuem o potencial de receber e acolher demandas imediatamente individuais (embora não sejam somente individuais). Após o primeiro atendimento e o estudo do contexto apresentado, os profissionais (frequentemente assistentes sociais ou psicólogos) fazem os encaminhamentos “inclusivos” por meios dos programas sociais e outros serviços oferecidos pela “rede socioassistencial” ou pelo próprio conjunto CRAS-CREAS. Há de se reconhecer que ouvir dramas pessoais, propor ações e projetos sociais (mesmo que precarizados), discutir dificuldades familiares (sobretudo envolvendo os filhos), obter estímulos para melhorar a autoestima ou solucionar dificuldades emergenciais (obtenção de passagens, pagamento de contas atrasadas, entre outras questões), em uma sociabilidade pouco afeita a tudo isso (particularmente em relação à pobreza), acaba sendo uma referência altamente significativa para as pessoas que

procuram os centros de atendimento¹²⁰. A população atendida, inclusive, nomeia os profissionais que foram atenciosos na abordagem inicial e que deram continuidade ao atendimento realizado. Esse vínculo é relevante e pode ser fonte para uma aproximação mais sólida (o que é importante), muito embora não deva ser estimulado como uma relação de dependência aos moldes das velhas práticas assistencialistas e personalistas. É necessário que a equipe de trabalho não apenas evite a reprodução de antigas formas de tutela, como também vislumbre ações que suplantem o emergencialmente posto (ainda que a dinâmica cotidiana e a natureza dos programas assistenciais draguem as forças do profissional no sentido oposto).

Porque assim, na minha vida, foi importante, não só o CRAS, o CREAS e o Conselho Tutelar também, porque através do CREAS eu aprendi os direitos que eu tinha (porque você, quando o seu filho vai preso, você acha que você é culpada, a gente e a sociedade, a gente fica no “fundo do poço, fica sozinha”), quem me recebeu bem foi o pessoal do CREAS e me fortaleceu através dali, me encaminharam para eu receber o Bolsa Família, que é no CRAS e inclusive ali, lá eu tenho o antes, o durante e o depois. E através do CRAS também eu comecei a fazer uma oficina e hoje eu trabalho aqui fazendo bolsa através deste projeto. É onde lá a gente trabalha com auto-estima, né? Então hoje eu agradeço por ter participado, se não tivesse esse dois, três lugares eu acho que eu não estaria aqui não. [...] (Julia – pessoa atendida pela assistência social).

Eu acho bom, porque para mim é muito bom, porque ajudou meus meninos, os meus meninos ficaram internados por causa do CREAS, foi lá, nós conversamos, ela, saiu daqui agora a Josefa né, ele veio aqui agora fazer uma visita, que ela faz visita todo mês na minha casa, eu faço lá também, eu também eu vou lá, terça-feira agora eu vou ter que ir lá. Agora nós vamos ter que buscar o menino, ele tem que arrumar passagem, arruma passagem pra eu ir e para eu voltar. É muito bom. [...] (Ana – pessoa atendida pela assistência social).

¹²⁰ Vale destacar que as demandas apresentadas pela população nos CRAS (relacionadas com a proteção básica) são diferenciadas daquelas que se manifestam nos CREAS (de proteção especial). Não é objetivo deste estudo aprofundar-se nisso, ainda que seja relevante oferecer esse destaque. O potencial de acolhimento do conjunto CRA-CREAS só é seguido de perto – ou superado – pelas igrejas: “[...] Ela não me abandona, não é só porque eu estou indo buscar a Palavra, eles não me abandonam, toda hora tão me ligando no meu celular “você está bem? Você acordou bem? Na hora de dormir a gente vai fazer uma oração, fique em paz”. Então eu me apeguei nisso também, eles querem o meu bem, são pessoas que se eu chegar perto deles e a bolsa deles tiver aqui, eles não tiram a bolsa deles de perto de mim, isso me incomoda sabia? [...]” (Rosa – pessoa atendida pela assistência social). Como dizia Marx (2005-3, p. 145), “[...] A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. A religião é o ópio do povo. [...]”

Eu acho bom em tudo, tanto o CAPS como procurar as meninas no CRAS para conversar, porque o CAPS ajuda, eu faço tratamento no CAPS faz uns três meses, faço tratamento com a Dra Maira, tomo bastante remédio controlado, mas, infelizmente a Manoela parou de trabalhar no CAPS, tem outra pessoa no lugar dela, eu não conheci ainda. Então quando eu preciso dela eu vou ter que ir lá no CRAS onde ela trabalha, mas o CAPS é muito importante, não tem como a gente não procurar, dependente químico, um alcoólatra tem que ir, até mesmo quem faz tratamento para depressão. Eu fico lá o dia inteiro, eu almoço lá, sou muito bem tratada, têm grupos fechados, psicólogos, psiquiatra, a gente faz terapia ocupacional, é um tratamento excelente. [...] (Rosa – pessoa atendida pela assistência social).

Para os assistentes sociais, os Centros de Referência de Assistência Social e os Centros Especializados de Assistência Social representam importantes inovações. Há um consenso de que boas possibilidades se abrem no sentido de questionar e superar o clientelismo e o assistencialismo historicamente reinantes na assistência social brasileira, muito embora sejam grandes as dificuldades para a implantação desses centros de atendimento: acúmulo de trabalho (inclusive durante a implantação da proposta); resquícios físicos, materiais, humanos e culturais de práticas anteriormente consolidadas; resistências locais para a implantação das ações e dificuldades para implantar uma atuação intersetorial; natureza predefinida dos programas e projetos sociais governamentais; e dificuldades relacionadas com a organização do sistema de atendimento (sobretudo nos CRAS). Como possibilidades, que também se mesclam com as expectativas dos profissionais no sentido de esclarecerem – para si próprios – seus papéis no conjunto CRAS-CREAS, se destacam as potencialidades dos trabalhos em grupo, a aproximação com o território e com as demandas da população na sua comunidade. Nota-se, portanto, *que todo potencial dos profissionais, seu poder de criação, sua força intelectual, é consumida no sentido de implantar o sistema legalmente previsto apropriando-se de todo seu leque conceitual, qual seja, a matricialidade sociofamiliar, a identificação de situações de vulnerabilidade, a territorialização, a rede de atendimento e o fortalecimento de vínculos*. Em certo sentido, na atual configuração do mercado de trabalho e da própria política de assistência social em curso, não há como desconsiderar certa inevitabilidade do consumo da força de trabalho do assistente social nas atuais condições (negá-lo seria ingenuidade). É preciso, todavia, destacar a absoluta necessidade de não somente implantar, operar e gerenciar o instituído (como algo dado), mas de pensar criticamente sobre sua natureza (sua gênese), sua funcionalidade e sobre o

tipo de inserção profissional desejada pelo profissional e pela categoria profissional dos assistentes sociais¹²¹.

A gente trabalha com o CRAS que é o Centro de Referência da Assistência Social que atua no campo da proteção Social e esse trabalho tem se configurado principalmente no acompanhamento das famílias, que a política trás como eixo estruturante: a Matricialidade Sócio-familiar e o acompanhamento do território. Isso é o básico que a gente faz aqui no CRAS que é o atendimento dessa família e a sua relação com o território [...] Eu entendo que o nosso trabalho aqui no dia-a-dia, no cotidiano é trabalhar essas relações familiares, o fortalecimento dos vínculos de pertencimentos as potencialidades dessas famílias e isso relacionado à comunidade, ao território que ela está inserida, pois muito do histórico dessa família está relacionada com o contexto que ela está inserida, como ela veio aqui, porque ela chegou até aqui se existe ali uma situação de vulnerabilidade, como ela enfrenta isso no seu dia-a-dia, quais pessoas e instituições ela tem como apoio [...] Então é a gente trabalhar esta relação da família com o território fortalecendo estes vínculos, o fortalecimento da identidade dela dentro dessa comunidade. Agora como limite, [...] o que eu vejo hoje essa falta do trabalho articulado entre as políticas setoriais porque a gente fica trabalhando a assistência social no CRAS, a saúde na UBS, a educação na Secretaria da Educação, cada um fazendo o seu papel sozinho. [...] Então assim o benefício por si não resolve, a gente tem que ter estas condições para trabalhar a família e articulado com outras políticas porque a assistência social sozinha não vai conseguir dá conta de auxiliar essa família a superar a condição de vulnerabilidade que ela se encontra. (Érica – assistente social).

Limite é esse acúmulo de trabalho, [...] um acúmulo muito grande, às vezes você tem um projeto que você quer colocar em prática e não consegue, porque não dá. [...] Essa própria questão desses programas que já vêm prontos do governo, Renda Mínima, Renda Cidadã, Bolsa Família, PETI, Ação Jovem, são projetos que já vêm prontinhos com período de permanência da família que ela tem que fica no máximo de um ano a dois anos (a não ser o programa Bolsa Família, que fica um pouco mais). [...] é triste falar isso, é triste ver o pobre do mais pobre, mas acho que isso é desde o início do Serviço Social e por mais que teve uma Reconceitualização, por mais que hoje a gente tenha uma linguagem tão diferente, mas na prática, olha a gente fica muito limitada. Acho também que vai um pouco da pessoa, aquele profissional que tem uma visão mais aberta, que tenha um objetivo mais lá na frente ele vai tentando trabalhar desde agora, embora com as limitações, ele vai tentando fazer alguma coisa para que lá na frente essa situação mude um pouco, mas a gente sabe que não depende só do profissional (há toda uma questão por detrás). [...] Agora as possibilidades, eu vejo muito isso quando eu trabalho com grupos, a gente percebe quando é alguma coisa que a gente leva, que o próprio grupo leva,

¹²¹ O texto “A atuação do assistente social no CRAS”, publicado como “Cadernos do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), 9ª. Região, SP, número 4”, oferece algumas pistas iniciais nessa direção (em que pesem os problemas também aqui presentes).

porque a gente aprende muito com o grupo, e o grupo aprende com eles, entre eles. (Débora – assistente social).

[...] a criação desse serviço acho que é uma coisa interessante. Mas acho que a criação desse serviço, ele não se faz imediatamente, ele se faz num processo, e se faz num processo em que os municípios não têm como “parar a bomba”, “vamos parar e vamos começar a fazer uma nova proposta, vamos trabalhar com uma nova proposta”. Você herda profissionais, você herda estruturas que você precisa modificar e modificar para funcionarem de acordo com o que está proposto, isso envolve capacitação profissional, isso envolve mais recursos financeiros do que a gente tem disponível, ou melhor, do que a gente consegue. [...] Bom, mas eu acho que nós vamos ter com a criação do Centro de Referência da Assistência Social muito mais possibilidades de aproximação com os territórios, aproximação de outros trabalhos com as famílias. [...] (Amanda – assistente social)

Eu acho que os serviços que estão sendo implementados são muito bons, principalmente os do CREAS, porque a gente vê como eles têm uma demanda fechada, eles sabem qual o é o público. [...] Eu acho que a gente está iniciando um trabalho, desta questão do conjunto CRAS-CREAS, a gente está organizando a questão dos encaminhamentos, quem é referência, quem é contra-referência de qual caso. [...] eu acho que vem melhorando, o SUAS ainda é novo, está em processo de implantação. Eu acho que o eu está mais atrasado mesmo é a questão do CRAS, eu acho que os serviços dos CRAS precisam ser organizados. [...] Os CRAS, eu acho que a gente vem tendo um ranço dos centros comunitários, então antes era o centro comunitário virou CRAS, então já tinha de alguma forma uma metodologia de serviço já criada, e a população já tinha acostumado com isso. Então eu acho que a gente precisa na verdade é desmontar toda aquela forma de atendimento, trabalhar com a população essa nova metodologia, essa nova sistemática da política pra trabalhar a implantação aqui. Diferente de você começar, a gente tem que desmontar e começar de novo, entendeu? [...] (Sueli – assistente social).

As confusões conceituais e teóricas presentes nos profissionais de Serviço Social e estimuladas pelo sincretismo que compõe sua inserção no mercado de trabalho, também estão contidas na própria Política de Assistência Social. Tomemos, por exemplo, a seguinte frase: “[...] a perspectiva de totalidade, de integração entre os setores para uma efetiva ação pública [...]” (BRASIL, 2004, p. 37). Totalidade, integração ou, de forma um pouco mais elaborada, interação das partes? Há, aqui, uma confusão teórica e conceitual importante. Ou será que o ecletismo – regado de certo tipo de utilitarismo – é o caminho adotado? Esses sérios problemas de entendimento desembocam na simplificação de importantes categorias de análise: trabalho, emancipação, questão social, cidadania,

solidariedade, igualdade, entre outras¹²². Além disso, se adensa e se aprofunda o abismo entre as diferentes esferas de atuação profissional e os polos que, em tese, produzem ou deveriam produzir conhecimentos¹²³. Ainda que a categoria profissional, com maior ou menor intensidade, envolvendo um ou outro segmento, tenha avançado significativamente na fundamentação teórico-metodológica, sócio-histórica e ético-política, mais especificamente a partir do processo de reconceituação, esse avanço ainda vem se mostrando *insuficiente* para enfrentar o intenso processo de fragmentação (e ou banalização) teórico-prática estimulada, fomentada e endossada pela sociabilidade burguesa em curso. Trata-se de um movimento que impõe determinadas condições objetivas que independem dos profissionais que lidam com elas, mas que, ao mesmo tempo, não eliminam a intervenção da massa crítica desses mesmos profissionais (ainda que seja sempre uma atuação relativa). Em artigo publicado em 1996, sobre os possíveis caminhos do Serviço Social brasileiro a partir da segunda metade dos anos 1990, José Paulo Netto tece importantes anotações:

[...] a desqualificação começa a ganhar corpo: o racionalismo dialético é posto sumariamente no mesmo nível da razão miserável positivista, e ambos, são inapelavelmente impugnados como ‘paradigmas’ anacrônicos; o humanismo marxista é acoimado de ‘eurocêntrico’; a perspectiva de totalidade (bem como a análise sistemática que é seu corolário) é equalizada à ‘vontade totalitária’; a preocupação com a dinâmica histórica é informada pela atenção às ‘continuidades profundas’; a ênfase na macroscopia social é catalogada como discurso generalizante... [...] Pois bem: na minha ótica, no curto prazo (digamos: nos próximos quatro ou cinco anos), o debate mais determinante no campo do Serviço Social será travado em torno da direção social estratégica que se afirmou na passagem dos anos oitenta aos noventa – *o que estará no centro da polêmica profissional será a seguinte questão: manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la ou revertê-la*¹²⁴. As perspectivas imediatas do desenvolvimento profissional estarão diretamente vinculadas aos desdobramentos desse debate que, é óbvio, marcará a agudização da luta ídeo-política no campo do Serviço Social. [...] (NETTO, 1996, p. 114 e 117)

¹²² Sobre isso, as observações de Lessa (2007a) são absolutamente pertinentes. Retomaremos essa discussão mais adiante analisando outra importante categoria: a emancipação.

¹²³ É importante destacar aqui que o motivo desse distanciamento não está, unicamente, na ausência de discussões teóricas que partam das demandas imediatamente enfrentadas pelos assistentes sociais e retornem a elas. Embora esse aspecto não possa ser desconsiderado, essa discussão – como nos alerta Montañó, 2007 - não pode ser reduzida a isso.

¹²⁴ Grifos do autor.

Embora possamos e devamos considerar que toda política é tecida quase sempre com muitas dificuldades, por “várias mãos”, e sob embates de classe nem sempre assumidos (ainda que reais), é preciso reconhecer que os problemas acima indicados (entre outros) têm refletido concretamente no cotidiano profissional dos assistentes sociais na operacionalização do SUAS e da NOB-SUAS e na constituição do conjunto CRAS-CREAS. As questões pontuadas ajudam a pensar como estão sendo construídos tais espaços e o que os assistentes sociais estão ou não fazendo neles.

Preservados os múltiplos esforços para aprimorar o atendimento assistencial brasileiro historicamente marcado pelo eixo assistencialismo-repressão (e isso não é pouco ou desprezível), é preciso reconhecer, com toda clareza, *a fundamentação sistêmica contida na PNAS* e o *distanciamento dela de qualquer alternativa que se inspire na perspectiva de totalidade*. Mesmo reconhecendo que existem diferentes momentos de elaboração textual que são formulados e redigidos também com base nos limites sócio-históricos, nas condições objetivas de uma época e com determinadas finalidades (portanto, repleto de história e de historicidade), é necessário ter claro que na “prática a teoria não pode ser outra” (ou pelo menos não deveria ser), ainda que isso não elimine, em absoluto, inúmeros desafios que impeçam a reprodução prática do inicialmente projetado (e isso é inevitável também no âmbito da sociedade burguesa). Em outras palavras, considerando-se as imensas tensões e contradições para a reconstrução do real como “concreto pensado” (MARX, 1989, p. 410) e os embates e obstáculos para que sejam materializadas alternativas e propostas em uma dada historicidade, é preciso ter o cuidado para não misturar perspectivas teóricas claramente antagônicas.

Embora essa afirmação pareça óbvia para os mais avisados, é fato que a confusão é imensa não somente no âmbito do cotidiano profissional. A própria redação da PNAS fica imersa em terminologias confusas (e sincréticas) que mesclam a noção de rede sistêmica (para negar a fragmentação e o isolamento) e um linguajar que poderia confundir os mais desavisados¹²⁵. *O que se propõe na PNAS, claramente, é a noção de um todo articulado, sustentado em uma rede de serviços que se comunica para lidar de forma mais abrangente com o eixo “exclusão-inclusão” (com base na intersetorialidade)*. O isolamento

¹²⁵ Refiro-me às terminologias “dialeticamente condicionadas”, “mundo do trabalho” e “totalidade” (BRASIL, 2004, p. 35 e 37), por exemplo.

das partes causado pela ausência de integração-interação gera a falência do todo (do corpo social) e a decadência da política assistencial, impedindo um “equilíbrio dinâmico” capaz de lidar com as tensões imersas no sistema e desdobradas nos subsistemas. Na perspectiva de CAPRA (2002, p. 260 e 264),

Os sistemas são totalidades integradas, cujas propriedades não podem ser reduzidas às unidades menores. Em vez de se concentrar nos elementos ou substâncias básicas, a abordagem sistêmica enfatiza princípios básicos de organização [...]. A estabilidade de sistemas auto-organizados é profundamente dinâmica e não deve ser confundida com equilíbrio. Consiste em manter a mesma estrutura global apesar de mudanças e substituições contínuas de seus componentes [...]

A rede de serviços real (cotidianamente tecida com apoio dos assistentes sociais) nem de longe reproduz a rede de serviços ideal comprometida com a interação e a comunicação sistêmica dos subsistemas. E o motivo para isso é relativamente simples: *ela não é capaz, ontologicamente, de dar conta das imensas contradições a que se propõe solucionar – ou pelo menos lidar – já que essas contradições constituem geneticamente a própria sociabilidade burguesa*; ou, em outras palavras, os arranjos sistêmicos comprometidos “em manter a mesma estrutura global apesar de mudanças e substituições contínuas de seus componentes” (CAPRA, 2002, p. 264) são insuficientes para lidarem com tensões de ordem estrutural e promoverem o tão esperado “equilíbrio dinâmico”. Seria oportuno, então, indagar: não estaríamos lidando, aqui, com um marco teórico abstrato, inadequado ou desatualizado para iluminar a análise dos desafios teórico-práticos diariamente enfrentados pelos assistentes sociais?

[...] acho que a questão da assistência me preocupa em dois níveis fundamentais: primeiro é o ideário conservador que atravessa a acumulação da política, formulador, conservador na leitura da sociedade, conservador em que? Conservador do ponto de vista da família como célula básica da sociedade... Isso aí está, é a NOB-SUAS. Qualquer estudo sobre o pensamento conservador da sociologia vai com isso: você substitui a mercadoria, a contradição, as classes e põe a família, porque a família tem importância, mas ela não é a célula básica da sociedade. Foi no passado. Então qual é a lógica? A família, porque a família é o campo de atendimento, mas essa família ela não é reinterpretada, ela não é articulada com classe, nada disso e aí você territorializa e pronto; e, aí se você for ver esses fundamentos você vai ver que tem resquícios do “homem meio”, aquela coisa da Mary Richmond que mantém isso nessas formulações. Isso é uma grande questão. Eu acho também que nós temos a responsabilidade, pois nós não trabalhamos uma releitura da família trabalhadora nestes últimos períodos. Então as pessoas não têm outra

alternativa a não ser buscar as terapias familiares ou coisa parecida para lidar com a família. [...] (Marilda lamamoto – entrevista).

Evidentemente que toda crítica radical que pretenda se debruçar sobre o mundo e propor alternativas para influir em uma dada realidade terá que considerar estratégias contidas dentro da ordem (e isso é inevitável e insuperável nas condições objetivamente dadas – onde se inserem também as profissões). No entanto, é preciso destacar que esse processo pode e deve ser orientado por um espectro teórico que seja capaz de iluminar (não mecanicamente) as determinações estruturais que sustentam as formas particulares de desigualdade na ordem burguesa madura e a relação disso com o Serviço Social. Afirmar esse aspecto e não perdê-lo de vista não é uma retórica abstrata; *ao contrário, é componente fundamental e necessário para negar abstrações e ilusões quanto às possibilidades de superação da questão social e de suas múltiplas expressões sob o mando do capital.*

Posto que a apropriação do real como “concreto pensado”, que a crítica radical (para além da imediaticidade dos fatos) e a abordagem sócio-histórica não se colocam como retóricas, é preciso, sim, considerá-las como componentes essenciais para qualificar e tornar mais competente o exercício profissional do assistente social. Por mais que se possa reconhecer o esforço honesto para se criar mecanismos reais para melhorar a vida dos seres sociais e se aproximar de suas demandas ontológicas (sobretudo por meio da defesa e da afirmação de direitos – o que não é pouco em países como o Brasil), é necessário perquirir essa trama, desvelá-la, apontar suas armadilhas e contradições.

O que interessa afirmar, aqui, com toda a radicalidade, no campo do trabalho e da formação profissional, é que os estragos e equívocos são imensos. Além do manejo indiscriminado de tendências genericamente caracterizadas como “sistêmicas”, inclusive sem o cuidado merecido por essa tradição (vulgarizada em diversos cursinhos preparatórios de “terapia familiar” para atuar com núcleos familiares e seus indivíduos), o que impera é um discurso genérico a favor da cidadania e da “inclusão socioeducativa (?)” dos usuários (tudo isso “abençoado” – discursivamente – pelo Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social!), proposta essa que se mostra absolutamente incapaz de viabilizar os próprios pressupostos sistêmicos idealmente comprometidos com a comunicação-interação entre as partes e a sólida articulação entre elas visando um “equilíbrio dinâmico”. As confusões se

completam à medida que os profissionais acreditam que estão viabilizando direitos sociais e emancipando socialmente os usuários (sem terem muito claro do que se trata isso) e que a questão social - causada por um “desarranjo sistêmico” – pode ser, enfim, equacionada por meio de uma eficiente rede de atendimento.

3.2 Serviço Social: de qual emancipação se fala?

A discussão sobre processos emancipatórios e de resistência no Serviço Social brasileiro remete aos debates travados principalmente na década de 1990 (mais intensamente na sua segunda metade). Nesse contexto, as vanguardas vinculadas ao projeto de “intenção de ruptura” (organizadas e influentes na profissão na era pós-reconceituada – conforme analisado anteriormente) exerceram um papel central para compor o que se convencionou denominar de “*Projeto Ético-Político Profissional*” (como *direção social*). Os projetos profissionais não devem ser confundidos com projetos individuais (embora suponham e busquem adesões de indivíduos), muito menos podem ser identificados com projetos societários de maior envergadura e amplitude. Porém, todo projeto profissional, de uma categoria profissional, articula-se com projetos societários, ou seja, com projetos coletivos, macroscópicos, de classe, com teleologia e valores definidos (direcionados a determinados objetivos, metas e fins)¹²⁶. Tais projetos, por isso, envolvem posições políticas, relações de poder, ainda que não se igualem à política partidária. Inscritos e vinculados a projetos coletivos e como estruturas dinâmicas (compostas por forças heterogêneas, plurais, mas não ecléticas),

Os projetos profissionais *apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus*

¹²⁶ Sobre o Projeto Ético-Político como direção social, lamamoto lembra que [...] quando, em 1993, foram discutidos esses princípios (igualdade, liberdade, democracia, justiça e emancipação) foram discutidos dentro de uma tradição intelectual, dentro de uma perspectiva marxista, com uma ontologia, enfim, e dentro inclusive de um debate dentro da tradição marxista. Eu me lembro do debate entre Carlos Nelson Coutinho e Zé Paulo Netto, não é? Tem um debate aí, mas isso aqui não vem de um lastro liberal da igualdade, da liberdade, da equidade, do interesse privado, lá que o Marx coloca muito bem no Capital, não... Vem de um outro lastro político-intelectual. [...] Agora, a gente precisa ver aquilo que eu sempre busquei e o Carlos Nelson me sugere umas coisas nesse sentido: que a igualdade, que esses valores só podem existir na sociedade enquanto projeto, porque é uma sociedade da desigualdade, uma sociedade em que a igualdade convive com a desigualdade, uma sociedade da injustiça, é uma liberdade que não é liberdade de todos, mas uma liberdade individual, uma liberdade mercantil do livre proprietário da propriedade privada. Então, esse ideário ele funciona como norte, mas norte que vai se construindo enquanto história. Eu acho que é isso a classe para si, ela nunca está pronta. [...] (Marilda lamamoto - entrevista).

objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). [...] (PAULO NETTO, 2010, p. 4).

O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, como *direção social estratégica*, possui três pilares centrais: a *Lei de Regulamentação da Profissão*, o *Código de Ética profissional* (aprofundado em 1986 e maturado em 1993) e as *diretrizes curriculares* amplamente discutidas e aprovadas pelo MEC (com cortes) na segunda metade dos anos 1990. Elegendo a *liberdade* como valor central – explicada como a possibilidade de escolha entre alternativas reais-concretas –, o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social afirma seu compromisso com *a autonomia, com a emancipação e com o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais*. Para tanto, destaca a necessidade da construção de outra ordem societária sem exploração e dominação de classe, gênero e etnia (PAULO NETTO, 2010, p.15).

Como princípios gerais, tal projeto reafirma o compromisso com a equidade, com a justiça social, com a universalização de bens e serviços, com a ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos civis, políticos e sociais da classe trabalhadora, bem como com uma ampla e radical democratização entendida como socialização da riqueza socialmente produzida. No campo da formação profissional, há uma clara defesa do aperfeiçoamento *intelectual* entendido como (auto)formação acadêmica qualificada, permanente e investigativa. O projeto estabelece, ainda, uma relação diferenciada com as pessoas atendidas, endossando o compromisso com o serviço prestado à população e com uma ampla publicidade e participação dos usuários atendidos.

As análises expostas até aqui (particularmente no item 3.1) demonstraram as inúmeras dificuldades para a afirmação desse projeto profissional, nos dias atuais, como direção social. Diga-se de passagem, um projeto, uma direção social, composta por forças heterogêneas que, desde as discussões iniciais sobre essa direção estratégica, não tinham um consenso sobre o significado de algumas importantes categorias: liberdade, emancipação, autonomia, entre outras (ainda que houvesse uma tendência dessa heterogênea vanguarda em sustentar o debate da época em Marx e em parte de sua

tradição). Havia, ainda, a preocupação de não partidizar a profissão, isto é, tratá-la como partido político, bem como não desprezar seus fortes vínculos ontológicos com o conservadorismo e o reformismo. Isso, de alguma forma, demonstrou maior maturidade e cuidado para estabelecer um diálogo entre uma teoria social crítico-revolucionária e uma profissão inserida, contraditoriamente, em processos comprometidos com a restauração da ordem. Marilda lamamoto, protagonista desse período e um dos quadros mais importantes do Serviço Social brasileiro, expõe claramente suas dúvidas e “angústias” sobre a ultrapassagem e a construção da “outra ordem”:

[...] acho que uma das grandes questões disso aí é essa questão de que a profissão é partido político. Tem que limpar muito isso. [...] Nós enquanto cidadãos podemos estar juntos nos debates com os partidos. Nós queremos uma direção de ultrapassagem da sociedade capitalista? Queremos! Agora, e esse tal projeto societário? Que projeto é esse? Eu não sei, eu sei que é um projeto de classe, mas temos inúmeros: você tem um projeto sei lá, do PCB, PC do B, projetos da esquerda PSOL e dentro do PSOL, do PT, um monte de grupos. Enfim, a gente parece que está blindado, ou seja, fala de um projeto societário como se a gente soubesse do que se trata. Você não conhece nem esse Brasil de hoje entendeu? Então, como é que você vai pensar a revolução? Eu estou perseguindo a história da revolução desde que eu sou gente. E pensar na revolução brasileira tem que entender a sociedade brasileira. [...] eu acho que os direitos civis são fundamentais. Os direitos políticos são fundamentais. Quem viveu a eliminação deles sabe o que é isso. O direito de ir e vir. Cara: se você fica seis meses em “cana”, você sabe o que é o direito de ir e vir. Então esses direitos burgueses da emancipação, eles são fundamentais. [...] O Serviço Social é uma profissão que vai batalhar, vai tentar batalhar pelos direitos, direitos sociais universais. Eu acho que é algo muito importante para acumular força, para criar condição: o direito ao trabalho, o direito, enfim, à saúde, direito ao emprego (acho que está tudo aí misturado nessas questões). É lógico que isso aí, vamos dizer assim, é o horizonte máximo e que muita gente diz que “vai ser um capitalismo mais humano” (humanização, se isso é possível, porque eu não sei se é, na minha lógica não é muito). Então, há que superar. Mas eu acho que esse processo de aprofundamento dos direitos leva contraditoriamente ao processo de criação de uma sociabilidade democrática que, para se constituir, impulsiona a ruptura dos limites e barreiras que impedem isso, não é? Então eu acho que aí está a acumulação de forças na direção de ruptura, de uma outra ordem social. Agora, é muita força para acumular companheiro! É muita força para acumular! É muita força para acumular, a não ser que a gente opte por uma estratégia foquista, que já teve a sua história. [...] (Marilda lamamoto – entrevista).

Ozanira Silva e Silva igualmente critica a partidização da profissão, embora reconheça que ela não prescindia de uma dimensão ético-política (a autora já havia insistido,

anteriormente, no uso da terminologia “Projeto Ético-Político *Profissional*”¹²⁷. A mediação da profissão envolve habilidades e estratégias no campo da atuação profissional (o que é verdadeiro e importante), por meio do enfrentamento de desafios concretos impostos à profissão. Sob essas determinações é que o Serviço Social e a categoria profissional dos assistentes sociais devem pensar e objetivar alternativas que possam contribuir com a emancipação humana. A formação da consciência crítica advém de um trabalho educativo (que discute e denuncia a exploração em curso), atividade que deve compor a dimensão socioeducativa do exercício profissional do assistente social e ser cultivada junto à população atendida.

[...] a profissão não pode se confundir com a ação político-partidária. Ao mesmo tempo, a profissão tem uma dimensão política e a gente não pode se esquecer disso. E essa dimensão política, como é que a gente se apropria dela no sentido de contribuir com uma sociedade diferente? Como podemos contribuir? Desenvolvendo uma prática crítica, se contrapondo a uma prática reiterativa de só implementar os programas da forma que vem nos manuais, do jeito que vem as receitas. Como eu disse, repassar os serviços, as ações, seja da assistência social ou de qualquer outra política, mas de maneira crítica, de maneira pensada, de maneira refletida. Eu acho que essa que é a grande contribuição. Eu me lembrava do próprio Gramsci que fala da transformação da sociedade a partir de dois movimentos: a guerra de posição e a guerra de movimento. Então, o que eu acho que é compatível com a prática profissional é a guerra de movimentos, ou seja, aquela guerra que forma consciência política, que contribui com a mudança de mentalidade. Agora nós não podemos colocar no âmbito da profissão a guerra de posição que é a luta armada, pois isso está vinculado aos partidos políticos, aos movimentos revolucionários, etc. Mas, eu acho que a profissão tem uma grande contribuição para oferecer na formação de consciências que se pode chegar à emancipação humana. Porque não somos nós assistentes sociais que vamos emancipar a sociedade. Mas a sociedade consciente e organizada que vai se auto-emancipar. Na nossa prática cotidiana pequena, do dia-a-dia, a gente pode contribuir, sim, nessa direção. Como? Desenvolvendo uma prática pensada ao repassar um serviço, ao discutir com a pessoa que recebe o serviço, ao facilitar e não dificultar o acesso aos direitos, ao mostrar que aquilo ali é um direito, etc. Contribuir nesse campo da formação de consciência, quer dizer, a profissão tem um conteúdo educativo muito grande. É na formação, é no desenvolvimento desse conteúdo educativo que você pode formar uma consciência que direciona para uma crítica à sociedade, porque é lógico que a sociedade que está estabelecida serve aos interesses de uma minoria. E a população com a qual nós trabalhamos, é exatamente quem não é beneficiada por esse interesse da minoria. Então, quer dizer, à medida que essas pessoas forem se incomodando com a injustiça, com o não direito,

¹²⁷ Como foi exposto por Ozanira Silva e Silva no depoimento reproduzido na página 82.

com a exploração, a sociedade pode avançar. Eu acho que é nesse campo que nós podemos contribuir. [...] (Ozanira Silva e Silva – entrevista).

Profissão, certamente, não é partido político. Tratá-la como tal é um equívoco já claramente esclarecido desde os primeiros balanços críticos do “método de Belo Horizonte”. É igualmente oportuno insistir na necessidade de não abstrair e recair na armadilha do idealismo quando se discute, por exemplo, o significado da revolução e a diversidade desse processo no campo das “esquerdas”. Mais sério, ainda, é ter a radicalidade e a maturidade sócio-histórica, bem como o rigor teórico-prático, para situar uma profissão afinada com uma *direção social que a coloca em contradição consigo própria, com sua gênese*. Embora isso seja possível e necessário para o Serviço Social, é preciso reconhecer que aqui os problemas são inúmeros. Todavia, é importante não vacilar com relação às possibilidades de *humanizar o capital* ou crer que a *sociedade emancipada pode se objetivar sob suas fronteiras* (em que pesem as atuais dificuldades reais para se pensar, hoje, uma importante categoria marxiana: a revolução). Nesse processo, é preciso pensar com cuidado o sentido do que vem sendo denominado como *socioeducativo*, seja para negar a redução dele a ações pontuais e “inclusivas”, seja para atribuir ao Serviço Social um papel que ele, por si só, não pode viabilizar: a consciência das massas e a emancipação humana. O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo tem demonstrado, cada vez mais, a impossibilidade de compor demandas democráticas e afirmar direitos na era monopólio-flexível. Nesse sentido destaca José Paulo Netto:

[...] que tipo de sociedade que a gente quer? No fundo a discussão é a seguinte: é possível uma sociedade emancipada? Eu vou dizer grosseiramente: é possível uma sociedade emancipada num regime do assalariado? Estou convencido de que há companheiros que acreditam nisso sim, e acreditam legitimamente (quem sou eu para discutir as suas convicções?!). Eu estou convencido que, por exemplo, os programas de geração de renda, [...] onde há vários companheiros metidos, quase tudo sob a ótica da chamada economia solidária, os companheiros estão convencidos de que juntando “trinta caras” que foram despedidos de uma empresa de calçado você pode emancipar. Esse negócio aí é de um desconhecimento da dinâmica econômica contemporânea monumental! Desconhecem qualquer coisa de economia-política, mas eles estão ali envolvidos e acham o seguinte: se você garante uma renda mínima (para não falar da Renda Mínima, da política de renda mínima) você tem um processo de inclusão social¹²⁸. Como é que você vai discutir isso

¹²⁸ É preciso reconhecer que não existe identidade entre os programas de transferência de renda (aos moldes do Bolsa Família) e aqueles de propagados como de renda mínima (na perspectiva do que é defendido pelo senador petista Eduardo Suplicy – como imposto de renda negativo, como devolução de renda para todos

seriamente? Porque há aí uma concepção de sociedade, que está no fundo. Eu acho que nós temos diferenças profundas, profundas. É interessante que você vê muito pouco falando de socialismo hoje (esse “troço”). Ninguém fala hoje em luta de classes. Ora, alguém fala hoje na dominação do grande capital enquanto está discutindo isso? A noção das parcerias. [...] (José Paulo Netto – entrevista).

Já na segunda metade dos anos 1990, quando se organizava com maior consistência o Projeto Ético-Político Profissional (avançando, com todos os problemas e limites, em um dos seus pilares centrais: a formação profissional expressa nas diretrizes curriculares nacionalmente aprovadas), as tensões começaram a se adensar e a se explicitar com maior clareza¹²⁹. O aprofundamento do paradigma monopolista-flexível no Brasil e sua intensa objetivação a partir da segunda metade dos anos 1990 impactaram a materialidade do Serviço Social, impuseram profundas alterações nas condições da classe trabalhadora, nas suas organizações e no próprio mercado de trabalho do assistente social (conforme já destacamos). O “golpe de misericórdia” viria em 2003 com a eleição de Lula para presidente do Brasil e a captura definitiva de vários quadros de vanguarda do Serviço Social para a esfera governamental, tendência que já vinha em curso em diversas prefeituras petistas conquistadas com base no novo arco de alianças nacionalmente expresso, em junho 2002, na conhecida “Carta ao Povo Brasileiro”¹³⁰. José Paulo Netto confirma, com todas as letras, essa tendência.

[...] muita gente por causa de um artigo meu lá de 1999/2000, naquele curso a distância, onde me coube falar sobre esse projeto, acha que eu sou

de acordo com sua condição socioeconômica e não apenas para “quem dela necessitar”). É preciso destacar, no entanto, que ambos estão plenamente inseridos no circuito mercadológico e são funcionais ao gerenciamento da pobreza e à manutenção da propriedade privada.

¹²⁹ José Paulo Netto (1996 e 2010, por exemplo) preanunciava isso no momento em que as discussões sobre o projeto Ético-Político Profissional e a afirmação de sua direção social estavam sendo mais intensamente expostos e analisados com a categoria profissional dos assistentes sociais.

¹³⁰ É importante lembrar alguns trechos dessa carta: “[...] O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político. [...] Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos. Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados. [...] Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social. [...]” Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva>

o pai dessa idéia. Eu quero aproveitar para dizer que não! Já escrevi sobre isso. Eu fui apresentado a esse rótulo, lá no Congresso de Goiânia em 1998. Eu prefiro falar em direção social, mas já que o tal projeto ético-político virou uma denominação, não sou eu que vou brigar contra ela. Eu estou convencido de duas coisas: que o que se chama de projeto ético-político, ou seja, três instrumentos de natureza legal-institucional, o Código de Ética de 1993, a Lei de regulamentação da profissão e as Diretrizes curriculares um pouco depois 1996 [...], um dos elementos do projeto ético-político foi inteiramente vulnerabilizado pela Lei de Diretrizes e Bases: a questão da formação. Lembra que o currículo mínimo foi substituído pelas diretrizes que o MEC adotou (aproveitando as orientações da ABEPSS)? Elas são muito liberais – um dos feitos do governo Fernando Henrique e do seu ministro da educação Paulo Renato –, na medida em que você liberalizou de tal maneira a educação superior. Embora as diretrizes sejam uma referência, elas perderam qualquer caráter interativo. Então, eu estou convencido que o quadro da formação é hoje um quadro caótico do Brasil, caótico. [...] O outro, que é a Lei de regulamentação formalmente está aí, mas você tem formas de empregabilidade dos assistentes sociais que são bárbaras: contratos a termo, contratos por projetos, tempo parcial, uma terceirização que acaba precarizando o exercício profissional. Outro giro foi dado a partir de 2003, quando as nossas vanguardas deixaram de ser só vanguardas profissionais, elas também passam a ter responsabilidades governamentais, de gestão. Eu acho que isso por um lado é uma conquista, agora, por outro lado, tornam os assistentes sociais defensores de políticas de governo. Eu acho isso muito complicado. [...] Eu acho complicado essa condição, é uma condição muito difícil e entendo a condição em que vivem esses companheiros. Não é uma coisa simples não. O meu juízo não é um juízo moral, até porque acho que moralmente todos são figuras exemplares. Para mim o problema é de outra ordem, não é nem um problema técnico-profissional é um problema político, de orientação política [...]. (José Paulo Netto – entrevista).

Analisar como os assistentes sociais estão lidando com este terreno pantanoso *que limita ao extremo a emancipação política dos pobres (centrada precariamente na satisfação de algumas carências humanas), também considerando que esta forma de emancipação – ainda que relevante – não é, em absoluto, suficiente para a emancipação humana*, é um aspecto crucial para discutir o sentido da ação socioeducativa no Serviço Social.

Marx, nos seus estudos de juventude, criticando a produção de Bruno Bauer sobre a Questão Judaica (MARX, 2009a), já expressava os limites da emancipação política e suas diferenças em relação à emancipação humana¹³¹. Reconhecendo a sua importância e

¹³¹ Como destaca Iasi (2007, p. 48), “[...] Para Bauer, a busca da emancipação dos judeus esbarraria no fato de que, no caso da Alemanha, ninguém seria politicamente emancipado. Portanto, a luta específica por emancipação do judeu deveria de fato se expressar como luta geral pela emancipação política dos alemães.

sua necessidade histórica – efetivada com participação do Estado – e sem oferecer qualquer trégua à feudalidade que antecedeu a ordem burguesa, o autor é claro ao expressar os limites e as possibilidades da emancipação política:

[...] A liberdade do egoísta e o reconhecimento desta liberdade é porém, antes, o reconhecimento do movimento *desenfreado*¹³² dos elementos espirituais e materiais que formam seu conteúdo de vida. O homem não foi, portanto, libertado da religião; recebeu a liberdade de religião. Não foi libertado da propriedade. Recebeu a liberdade de propriedade. Não foi libertado do egoísmo do ofício [*Gewerbe*], recebeu a liberdade de ofício [...] O homem real só é reconhecido na figura indivíduo *egoísta*, e o homem *verdadeiro*, só [é reconhecido] na figura do *citoyen* abstrato. [...] *Toda* emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade civil, a indivíduo *egoísta independente*; por outro, a *cidadão*, a pessoa moral. [...] (MARX, 2009a, p. 70-71).

A emancipação humana, por outro lado, ainda que não prescindida da emancipação política, surge da superação de seus limites e se realiza através da negação do cidadão burguês, abstrato, submetido à sociedade de classes e à propriedade privada. A força política dos homens não se destaca das forças sociais necessárias à revolução. Criam-se, portanto, as condições para a realização do humano-genérico, ou seja, de um devir sustentado na realização das potencialidades humanas de um homem pleno e verdadeiramente livre também em sua individualidade. A emancipação humana, portanto, não se reduz à emancipação política, pois ela exige que os sujeitos assumam, ainda que determinados pela história (portanto, sempre relativamente), “[...] *o controle consciente de sua existência, superando as mediações que impedem a percepção de sua história como fruto da ação humana. [...]*” (IASI, 2007, p. 69). Marx nega, evidentemente, a abstração idealista de que os homens são sujeitos absolutos da história, como manifestação de uma essência humana autorealizadora, afirmando o ser humano como sujeito histórico (sempre possível, relativo e historicamente determinado) capaz de projetar previamente e conscientemente, com base nas suas condições materiais de uma dada época, um devir por meio de um determinado pôr teleológico.

Só quando o homem individual retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais –, se tornou ser genérico; só quando o homem

[...] Marx vai além da crítica de Bauer, afirmando que não basta perguntar quem seria emancipado, mas ‘que espécie de emancipação está em jogo’. [...]”

¹³² Grifos do autor.

reconheceu e organizou as suas “forces propres” [forças próprias] como forças sociais e, portanto, não separa mais si a força social na figura da força política – [é] só então [que] está consumada a emancipação humana. [...] (MARX, 2009a, p. 71-72).

O ideário burguês afirma que o reino da liberdade se circunscreve à emancipação política, ou seja, ao cidadão abstrato, sob os ditames do capital, inserido no circuito mercadológico, sendo seu potencializador e consumidor. Sob essa ótica a desigualdade é entendida, no seu limite, como falta de igualdade de oportunidades para que os indivíduos, “livremente”, a partir de seus dotes pessoais, “democraticamente” se emancipem na “livre” concorrência. Todo este processo, evidentemente, é esvaziado de seu conteúdo de classe. *A desigualdade, então, é naturalizada sob o argumento do mérito que valoriza os mais capazes, criativos e preparados (os mais fortes)*. São criados, assim, os paradigmas necessários à inserção dos indivíduos que, segundo esse espectro ideológico, não estão suficientemente capacitados para lidarem com as regras naturalmente estabelecidas pela sociedade de mercado.

Os diversos programas e projetos sociais que administram o pauperismo lidam, de uma forma ou de outra, com este contexto. O eixo “exclusão/inclusão” social, frequentemente tomado como jargão, conforme já tratado anteriormente, reproduz o discurso do cidadão abstrato que, no caso brasileiro, sob a ordem do capital abrazeirada, aprofunda-se como precário e minimalista. Esse aspecto precisa ser analisado com cuidado para que seja possível explorar ao máximo os limites e as possibilidades das ações assistenciais e os mais recentes desafios que se colocam com a implantação, por exemplo, dos Centros de Referência de Assistência Social (o complexo CRAS/CREAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Evidentemente, esse é um componente da política em curso, insuprimível dela, mas a profissão e os profissionais não podem se reduzir a isso e nivelar “por baixo” o campo de atuação profissional. É preciso ter claro que os indivíduos sociais “excluídos” não se situam “fora” do modelo econômico, social, político e cultural vigente e que, portanto, o pauperismo é um complexo social que não se destaca do processo de reprodução do capital na era monopólica-flexível. Para Marx, como foi abordado na “Lei Geral da Acumulação Capitalista”, tratada na primeira parte desta tese, “[...] *acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado. [...]*” (MARX, 1984a, p. 183). O “moderno excluído” faz parte deste circuito produtivo (mesmo como desempregado ou como

subempregado), e a desigualdade social intrínseca à sociabilidade burguesa – embora discursivamente se diga exatamente o contrário – impõe um nível de vida precário aos pobres. Em países como o Brasil, com a atual política em curso, a própria emancipação política é precária (já que as ações são, com muita frequência, pontuais, focais e minimalistas). O problema se agrava quando se crê que o aprofundamento dessa forma de “cidadania possível” para países latino-americanos que fizeram sua revolução burguesa pela via hiper-tardia e colonial, desembocará, automaticamente, na emancipação humana. Neste sentido, as provocações de LESSA (2007) são importantes:

Somente podemos pensar que a emancipação política é uma etapa histórica no caminho da emancipação humana no preciso sentido de que o comunismo apenas pode vir a ser a partir do patamar do desenvolvimento das forças produtivas possibilitado pelo capitalismo. Mas não há qualquer sentido, nos termos colocados por Marx, considerar que a radicalização da emancipação política possa realizar o milagre de convertê-la em mediação para a emancipação humana [...]. (LESSA, 2007a, p.47).

A reflexão apresentada por Lessa é ainda mais provocativa quando são consideradas as ações precárias que permeiam as políticas sociais brasileiras (com especial destaque à política assistencial). O que dizer, por exemplo, do valor legal de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo para determinar o acesso aos benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), por mais importante que possa significar o repasse desses recursos e a luta que foi empreendida para que eles se efetivassem legalmente? Como considerar, hoje, o Programa Bolsa Família ou os inúmeros programas de transferência de renda (em nível, municipal, estadual ou federal), como espaços para a realização da emancipação política (ainda que seja a “emancipação política” propiciada pelo capital – no Brasil – nas condições históricas deste início de século)? Como discutir, neste “esterco de contradições”, a emancipação humana? Essas são questões que não podem ser descaracterizadas como reflexões “teóricas descabidas”, desconectadas do “possível” ou “contra os pobres” (como se não existissem outras alternativas). Elas não significam paralisia diante da incontestável e insuprimível realidade, mas, ao contrário, questionam a qualidade e a pertinência do que vem sendo concretamente realizado, *bem como com qual direção político-ideológica este processo vem sendo conduzido (inclusive pelos assistentes sociais)*. Trata-se de um exercício absolutamente essencial para, no mínimo, desestabilizar consensos que naturalizam ações como sendo as únicas possíveis. Contribuí, ainda, para que os profissionais que atuam na área social

repensem as complexas relações cotidianamente estabelecidas e por eles vivenciadas na relação direta com a desigualdade social propiciada estruturalmente pelo mundo do capital (em suas múltiplas expressões particulares) e os programas e projetos sociais que também estão sendo gerenciados por assistentes sociais.

Embora o capital se reproduza em ditaduras ou em democracias supondo, inclusive, compatibilidades entre “[...] *cidadania e miséria, cidadania e exploração do trabalho pelo capital, cidadania e desemprego [...]*” (LESSA, 2007a, p. 48), é preciso frisar que as lutas travadas em conjunturas marcadas por regimes totalitários de direita (e parte da esquerda latino-americana conhece bem isso) não ocorrem da mesma forma se comparadas, por exemplo, com as democracias liberais. As estratégias para manter ou questionar a ordem não são as mesmas nas ditaduras e nas democracias, *ainda que a emancipação humana seja a referência insubstituível para negar os limites da emancipação política*. Equivocam-se aqueles que se rendem às democracias oficiais – sejam elas liberais ou pautadas nos resquícios do Welfare State – e às suas inúmeras “seduções” parlamentar-representativas que limitam as lutas à esfera única do Estado (burguês) e acreditam no gradualismo delas (hoje claramente assumido como “o possível” por setores da esquerda)¹³³. Por outro lado, no campo das lutas sociais e das condições objetivamente dadas, abandonar a esfera do Estado e entregá-la aos “urubus” – inclusive o gerenciamento de direitos funcionais, sim, à reprodução do capital – pode se configurar como perda de espaço de luta e ampliação da violência estrutural contra as camadas pobres da população. Parece que esse limite também precisa ser pensado com criticidade por aqueles que sabiamente teimam em reafirmar, na era do capital, a radicalidade da emancipação humana. É preciso, portanto, saber com qual direção esta defesa de direitos deve ser feita.

Não se trata, está claro, se devemos ou não lutar contra a abolição dos direitos criados e mantidos “*por meio do Estado*”, já que esta é uma imposição histórica da qual os revolucionários, os “emancipadores humanos” não têm como se furtar. A questão é outra: como devemos travar esta luta, de qual perspectiva devemos defender os direitos ameaçados dos trabalhadores para que consigamos acumular força tendo em vista a emancipação humana [...]. (LESSA, 2007a, p. 55).

¹³³ Além daqueles que, definitivamente, abandonaram os parâmetros da emancipação humana. Neste caso seria importante perguntar: será que, alguma vez, nesses casos, a emancipação humana foi realmente referência?

O indivíduo, nesse contexto de *crise estrutural do capital* (MÉSZAROS, 2002 e ANTUNES, 1999 e 2000), não é uma simples “ameba” desprezível diante do movimento geral da sociedade (um telespectador funcionalmente moldado sem resistências ou conformismos – anulado como sujeito histórico possível), bem como não é um ser perdido em uma fragmentação absoluta imersa em um “mar” de subjetividades explicativas da “verdade”. O indivíduo é, como sujeito e objeto de e em processos sociais complexos e contraditórios, a pessoa (com sua subjetividade que expressa carências e necessidades humanas) e o genérico (o ser que contém as determinações universais). Estas dimensões são inseparáveis e recolocam múltiplas possibilidades de intervenção. Sob estas condições os homens tomam decisões, formulam e implementam ações, tendo por base um legado histórico e as condições históricas objetivamente dadas.

O Serviço Social ocupou, desde sua origem, uma posição de “gerente” das tensões – imediatamente manifestadas nos indivíduos sociais – advindas da contradição estrutural entre capital e trabalho. A “questão social” e suas particulares expressões sempre desafiaram o cotidiano profissional dos assistentes sociais, independentemente de ela ser reconhecida ou não como tal, por eles próprios. Não é possível, portanto, como já foi intensamente analisado, negar o caráter funcional das políticas sociais (situadas, quando muito, no âmbito da emancipação política) e dos diversos tipos de intervenção profissional que, a partir delas, foram se configurando.

Quando indagados sobre *o significado do Serviço Social como profissão* e a relação dele com o que se entende por emancipação (tendo como “pano de fundo” o Projeto Ético-Político Profissional), as respostas dos assistentes sociais são extremamente confusas e diversas. Todos os profissionais, de uma forma ou de outra, por estarem vinculados à assistência social, oferecem um entendimento do Serviço Social necessariamente articulado a essa área. Todavia, o problema não está nesse vínculo (inevitável e concreto, sobretudo para quem atua nessa área), mas na *clara redução do significado da profissão à assistência social*. Em outras palavras, uma coisa é explicar o significado da profissão tendo como referência básica a assistência social; outra, bem diferente, limitá-lo e ou identificá-lo a um espaço sócio-ocupacional e às suas demandas imediatamente postas na era da acumulação flexível. Essa associação reducionista revela determinados valores sociais (“mais *dignidade*”, “*promoção* e garantia de direitos”,

“acolhimento”, “escuta qualificada”, “inclusão”, “articulação de serviços”, “fortalecimento de redes”, entre outros) que, de uma forma ou de outra, associam-se a uma direção social nem sempre clara para o próprio assistente social. O Projeto Ético-Político Profissional, então, é visto como o compromisso para materializar esses valores (nada desprezíveis como valores em si, claro), mas sempre submetidos a um contexto que os captura e os coloca sob a nuvem ideológica da assistência social na atualidade (já discutida e criticada anteriormente) e sob a sombra de um passado profissional inscrito no “Serviço Social tradicional”, reeditado em alguns traços existentes nas matrizes reconceituadas (PAULO NETTO, 1991 e 1992).

É a promoção dos direitos sociais, direcionado politicamente pela LOAS. O atendimento contempla procedimentos com os usuários, suas famílias e a coletividade em que está inserido. [...] (Andréia – assistente social).

É o meio pelo qual a comunidade, em situação de vulnerabilidade, social é orientada e encaminhada para participar e usufruir dos seus direitos garantidos nas Políticas Públicas, com o objetivo de garantir que todos exerçam os seus direitos sociais e vivam com mais dignidade. Assegurado pelo SUAS – Sistema Único de Assistência Social. [...] (Vanessa – assistente social).

Procuro sempre orientar minha ação profissional nos princípios defendidos pelo projeto-ético político profissional da profissão que trabalha pela defesa da pessoa humana. Acredito que somente uma ação permeada pelo valor à pessoa humana terá condição de prosseguir em frente e superar a realidade vigente que, em nome da acumulação injusta da riqueza produzida por todos, oprime e avilta os valores fundamentais à vida. [...] (Claudia – assistente social).

O Serviço Social é o trabalho prestado, desenvolvido, executado, para as pessoas que dele necessitam¹³⁴, nas suas diversas formas de viver, conviver e sobreviver na sociedade. [...] O usuário é toda pessoa que me procura, para uma simples informação, orientação, para ser ouvida e acolhida, para solicitar inclusão em algum programa de benefício e para encaminhamentos. [...] A forma como a cidade é administrada, mantém-se conservadora e assistencialista, dificultando o avanço e estabelecimento da Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado. [...] Há escassez de equipamentos sociais públicos e privados para atuarem neste setor da cidade, que vem crescendo de forma rápida e visível, em todos os sentidos, bons e ruins. [...] (Marina – assistente social).

Os programas e projetos voltados efetivamente para os aspectos sociais, remetem à dignidade humana, pois promovem o núcleo familiar, no sentido de seus membros serem os protagonistas de sua autonomia e

¹³⁴ Nota-se, aqui, uma associação – identificação – direta entre profissão e assistência social: “para as pessoas que dele necessitam”. A mística do servir é aqui resgatada com toda a sua força.

emancipação social, dentre outras conquistas pessoais (cursos para profissionalização e geração de renda). [...] O serviço social oferece uma gama de serviços com a possibilidade de acolher a família, exatamente no processo de exclusão e desproteção social. Os encaminhamentos favorecem o acesso a rede socioassistencial e demais políticas públicas, contribuem e favorecem para o exercício da cidadania, buscando a promoção humana com dignidade, com vista de o usuário ser o protagonista de sua história de vida. [...] (Joana).

É uma profissão que nos remete a inquietações constantes, nos permite o exercício profissional na lógica da garantia de direitos. É uma profissão de caráter sócio-político, interventivo. Tem um projeto ético-político forte. Trabalha nas diversas manifestações da questão social. Sou assistente social por opção. Aposto na participação dos usuários como forma de mudança e acredito nas ações propostas pelo SUAS, nas formas de pactuação dos serviços e nas instâncias de controle social. E neste processo, há espaço para profissionais que estejam comprometidos com a garantia de direitos e profissionais que fazem a diferença. [...] (Giselda – assistente social).

As atividades profissionais consistem numa referência das políticas públicas de assistência social de proteção básica para as famílias daquele território, ou seja, são procedimentos técnicos para a inclusão social das famílias em serviços e programas da rede socioassistencial, através de entrevistas individuais, reuniões, encontros, visitas domiciliares, encaminhamento, contra referência, acompanhamento e discussão interdisciplinar. O princípio básico para a atuação profissional é disponibilizar elementos reflexivos que possibilitem ao indivíduo a sua autonomia e apropriação de informações que incentivem a participação e a atuação familiar e comunitária, com o objetivo de apropriação dos mecanismos de seu efetivo exercício de cidadania e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. [...] Luta para diminuição das desigualdades sociais, fornecendo elementos reflexivos para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais, referenciando e informando os mecanismos de inclusão social, articulando e incentivando a participação efetiva da população nas políticas públicas, visando o empoderamento e o desenvolvimento das potencialidades. (Valquíria – assistente social).

Há situações, ainda, em que o trabalho “socioeducativo” com famílias se reduz a um “acompanhamento” para “discutir” os critérios estabelecidos pelos programas (especificamente o programa Bolsa Família). Como é possível “discutir” critérios, se o programa os tem previamente definidos? Qual usuário vai efetivamente discutir os critérios, se são eles que determinam a inserção ou não do núcleo familiar no programa? Os encontros “socioeducativos”, na verdade, informam e cobram os critérios! Isso significa “afirmar direitos” com base no Projeto Ético-Político, tendo o profissional como mediador. Todo encaminhamento cumpre um ritual por etapas que culmina na “inclusão” do usuário

do sistema. Nesse pântano movediço, pensar, criticar, analisar, perquirir e explicar se revelam procedimentos estanhos, lentos, desnecessários e disfuncionais.

Neste acolhimento se faz através da escuta qualificada e, posteriormente, frente à realidade social utilizo os recursos necessários e para a defesa e garantia de direitos dos usuários e também encaminhamento para recursos ou entidade não governamental. Em outras palavras, preencho os dos programas sociais, como por exemplo: Bolsa Família, Renda Cidadã, Programa de Apoio Alimentar (PAA), Ação Jovem. É também neste espaço é que discutido a questão dos direitos e a importância da documentação civil, ocasionando encaminhamento para o Poupa tempo, cartório de registro civil e cartório eleitoral. [...] *O programa Federal Bolsa Família o assistente social é o profissional que possibilita os usuários conhecerem os critérios e através do cadastro inseri-lo. Dessa forma, o assistente social é o mediador para a garantia de inclusão do benefício. Tendo como ressalva, que o profissional apenas encaminha para o governo federal, mas é este que inclui o usuário. Assim o profissional não tem com clareza junto ao usuário para esclarecer quando e como será sua inclusão. Neste programa eu realizo junto às famílias beneficiárias que estão em descumprimento aos critérios do programa, como de frequência escolar e saúde, reuniões socioeducativas com discutindo a questão dos critérios e também sobre a educação e escola*¹³⁵. Uma crítica a esse programa é que a listagem só é disponível a cada três meses e sempre com atraso. Com isso, o trabalho fica um pouco prejudicado. Em suma, está atividade está apresentando com resultado positivo no Bairro [...], que pode ser constatado com a diminuição de famílias que se encontram em descumprimento dos critérios. [...] Faço reuniões socioeducativas mensalmente que possibilita a criação de vínculos e por fim, busca ativa para saber os motivos de seu não comparecimento. (Isabela – assistente social).

É uma profissão que: instrumentaliza direitos para o cidadão brasileiro. É mediador de recursos capazes de *modificar/alterar positivamente o projeto de vida do indivíduo e ou da família em condições vulneráveis*¹³⁶. [...] Acompanhamento entendido como: atendimento individual, procura espontânea da população ou quando solicitada a comparecer para cadastramento, visita e entrevista domiciliar, visita institucional para ações em rede se necessário e/ou possível, reuniões com grupos de famílias vinculadas nos Programas, prioritariamente, as vinculadas ao Bolsa Família. Executo meu trabalho vinculado às normas burocráticas e à precariedade dos recursos existentes. Entendo meu trabalho como espaço privilegiado para viabilizar direitos sociais (e não somente viabilizar Programas Sociais) e de produzir indicadores para definição de políticas sociais. Entretanto, não observo esse movimento na atual conjuntura. É muito distante o grupo que “pensa”, que “define”, do grupo de base que executa. Tento nortear minhas ações pelos princípios de equidade, transparência e justiça social. (Tânia – assistente social).

¹³⁵ Grifos do autor.

¹³⁶ Do que se trata isso?

O depoimento de um gestor da política de assistência social de uma municipalidade identifica o Serviço Social como uma técnica preparada para “questionar”, racionalmente e cientificamente a família. O assistente social, segundo ele, detém a habilidade para aproximar-se dos núcleos familiares e encontrar uma “saída” racional, planejada, para os problemas apresentados pelos usuários. Esse procedimento é denominado de “científico”, devendo a pobreza ser “combatida profissionalmente”, com apoio das universidades que ensinam (ou deveriam ensinar) essa “técnica social” para enfrentar os diferentes níveis de pauperismo (seja de acordo com ele, na faixa da pobreza, abaixo dela ou excluído). O “poder público” e seu leque de “profissionais-científicos”, então, podem orientar o usuário de forma “eficiente” e “responsável”. O pauperismo, assim, é algo inevitável, uma patologia que sempre acometeu a sociedade, um desequilíbrio possível de ser enfrentado cientificamente. O assistente social é parte dessa engrenagem comprometida com a “cura social” em tempos de assistência social como “direito”, em tempos de superação do assistencialismo e da repressão. O empobrecimento analítico e o grau de controle e violência aqui operados são *monstruosos*.

[...] as assistentes sociais, e eu vejo que a técnica, aquilo que ela faz, como que ela questiona a família, como que ela faz as perguntas, tem uma técnica, atrás dessa técnica, atrás desse contato com as famílias ela já está bolando aqui na cabeça dela como vai ser a saída. Então eu vejo que é um serviço extremamente científico. Isso é que vai causar o resultado positivo lá na frente, a pobreza vai ser combatida profissionalmente, cientificamente através desses profissionais, porque eles passam perto, de estudo, de universidade e aprendem isso como lidar com essas mazelas sociais, como enfrentar a pobreza. [...] Então eu vejo o usuário da assistência, estando ele na faixa de pobreza ou abaixo da faixa de pobreza ou completamente excluído, eu vejo como momentânea essa dificuldade e o poder público através de seus agentes pode contribuir e muito. Então, às vezes, você pega uma pessoa dessa e numa orientação profissional, eficiente, responsável, às vezes a pessoa sai. (Gestor da assistência social).

Os pobres atendidos nem sempre aceitam essas “respeitosas” incursões. Oscilando entre momentos de resistência e de conformismo, alguns usuários do serviço fazem críticas às atitudes de profissionais que “pegam no pé”, que comandam suas vidas e ameaçam “excluí-los” dos programas ou distanciá-los dos filhos (as). A crítica, mesmo que direcionada inicialmente a profissionais “mal-educados”, “grosseiros”, “estressados” e que “cobram emprego” – como se fosse uma questão meramente pessoal – revela um claro tom de resistência diante de valores e de procedimentos que, na verdade, fazem parte da

sociabilidade em curso e orientam os programas e projetos sociais e os profissionais que neles atuam (ainda que, formalmente, a PNAS expresse o seu oposto). Uma usuária, após formular duras e lúcidas críticas, sugere que a profissional descanse e se afaste de suas atividades, ainda que ela relute em participar de um abaixo-assinado contra a assistente social.

[...] eu vou falar a verdade pra vocês, meu gênio acho que não se dá com ela, ela pega muito no pé, eu não gosto, você entendeu? Eu não gosto que pega no meu pé, eu sou mineiro, eu não gosto que pega no meu pé, eu trabalho, mas não gosto que pega no meu pé 'ah, faz aquilo, faz aquilo outro e tudo mais', pra mim não gosto, eu já cato o meu papel pra ninguém mandar em mim, agora, essa B., ela quer comandar eu, não gosto que comanda eu. [...] Eu acho que eles deveriam mais é, ajudar mais, não ficar falando as coisas, ameaçando a gente com esse negócio de menino, porque se eu não quisesse criança eu não tinha arrumado, eu só não tenho a vida boa porque catar papel, igual a minha mulher falou, dá, mas para comer, dá melhor para as crianças não tem jeito. Pra comer, tratar deles, tem jeito, agora para comprar roupa, remédios, essas coisas é difícil. É o que eu falei, a gente ganha, mas para falar dos assistente sociais, reclamar deles não [...] (Carlos – usuário da assistência social).

[...] eu não procuro ela, eu te falei, uma assistente social do meu bairro, eu não de dou com ela, não gosto dela. Ela é mal educada, ela é grossa e iam fazer um abaixo assinado pra tirar ela do bairro, só que ela é uma pessoa que faz muitos anos que é assistente social. Só que eu acho que o assistente social, quando ele está estressado, já tá cansado, tá com problema familiar, pessoal, tem muita gente pra atender, eu acho que a pessoa tem que se afastar um tempo. Eu não me dou com ela mesmo e não sou só eu não, mais pessoas do bairro iam fazer o abaixo assinado pra tirar ela, pra não causar conflito. Eu não quero isso, jamais tirar ela do cargo dela, porque se fizer um abaixo assinado complica pro lado dela, e eu não, da minha parte não, eu não assino e não chamo as pessoas pra virem junto comigo nisso, eu não. [...] Ela acha que eu sou acomodada, ela quis dizer, e eu não sou acomodada, por isso que eu não me dou com a Luciana, 'para de pedir cesta básica, vai trabalhar', ela fala: 'você só vem aqui, é só problema, problema, só escuto problema da sua boca, não escuto nunca coisa boa'. Mas se eu estou procurando ela é porque eu estou precisando de ajuda, se não eu não procuraria ela. Você acha que é bom eu sentar na mesa dela, na frente dela e expor os meus problemas pra ela? Ela é uma estranha pra mim, ela não é nada minha, eu queria muito falar assim pra ela: "eu arrumei um emprego e eu nunca mais vou te procurar". Que bom seria isso! "Pode passar meu bolsa família pro outro que precisa" [...] é porque eu preciso de ajuda, aí ela chega a falar assim: "não, eu cansei, você nunca tem uma notícia boa pra me dar". Ela fala nesses termos que eu estou te falando: "você nunca tem uma notícia boa pra me dar, nunca arruma emprego, sempre pedindo cesta básica, não, você tem que se virar". Então não é assim, é isso que eu quis dizer entendeu? (Rosa – usuária da assistência social).

Enquanto que para um grupo de assistentes sociais e de gestores a atuação profissional deve reproduzir e potencializar ações policiais e repressivas (ainda que se diga o contrário com uma roupagem humana e científica – analisada há pouco), para outro segmento – igualmente heterogêneo e comprometido com os princípios contidos no Projeto Ético-Político Profissional – a afirmação de direitos (também pela via assistencial) é passo importante para a autonomia e para a emancipação das pessoas que usufruem do atendimento social. Nesses casos, os profissionais valorizam a necessidade de encaminhar mais criativamente as demandas apresentadas pelas pessoas por meio da “rede sócio-assistencial” disponível, mas, ao mesmo tempo, visualizam suas limitações e vislumbram outras atividades a serem potencializadas: uma abordagem menos fragmentada, a articulação de serviços, a desburocratização das ações, uma maior qualificação e acompanhamento dos profissionais que atuam na área e uma ação mais consistente e respeitosa junto às famílias. Nota-se, aqui, a preocupação dos profissionais em oferecerem um atendimento respeitoso e ampliarem as possibilidades e os recursos do atendimento social para além dos programas de transferência de renda. Essas iniciativas, no entanto, absolutamente necessárias e legítimas, inclusive como alternativa às velhas práticas preconceituosas e domesticadoras e suas expressões mais modernas, enfrentam dois desafios concretos quase sempre desconsiderados: o primeiro deles, anteriormente tratado, diz respeito à *precariedade dos programas e dos projetos oferecidos*, centrados unicamente na mera sobrevivência física dos atendidos (considerando a ampla visibilidade e, ao mesmo tempo, a fragilidade da assistência social na seguridade social em tempos de acumulação flexível), o que reduz sensivelmente o impacto de uma atuação profissional mais abrangente; o segundo aspecto recupera um problema mais profundo, relacionado às *incertezas sobre a direção social empreendida* (embora a maioria dos profissionais não tenha consciência profunda sobre isso), que desemboca na crença em uma espécie de *gradualismo*, ou seja, na defesa de pequenas ações afirmativas de direitos que, somadas e potencializadas (inclusive não se limitando à assistência social), estariam atuando a favor da construção do que genericamente se entende por “outra sociedade emancipada”.

A gente está iniciando este trabalho aqui, que eu já tinha colocado. Começamos com a saúde, a gente está com um espaço (até por causa desta questão dos índices, das avaliações, o pessoal não está indo pesar as crianças, tudo...). Então a gente iniciou este trabalho com a saúde não só até pensando no Bolsa Família, mas um trabalho de facilitar o nosso

serviço, nosso trabalho na questão dos encaminhamentos. Então a gente está fazendo troca de experiências, apresentando o que é o CRAS, eles estão apresentando as unidades de saúde (porque aqui a gente trabalha muito com isso) e aí a gente está tentando organizar esse serviço. Então como a gente pode colaborar junto no atendimento. Inclusive as visitas, às vezes, a gente faz aqui em conjunto pra atendimentos de alguns casos de acamados, pessoas que não tem condições de vir aqui, famílias. Com a educação a gente ainda não conseguiu firmar. Nós até combinamos que a fecharemos com a saúde e organizaremos juntos para chamar para chamar as outras áreas. Chamar a educação e as entidades que têm aqui no bairro, as ONG's para organizar, para apresentar, porque eu acho que primeiro a gente precisa apresentar e se conhecer. Tem gente aqui que não sabe qual que é o papel do CRAS. Tem gente, tem entidade, tem profissional que não sabe e cabe a nós ir lá e divulgar. [...] (Sueli – assistente social).

Eu acho que existe uma diferença entre o que eu considero a minha função é o que eu estou fazendo efetivamente hoje. Eu acho que como coordenadora da proteção básica eu tenho a função de fazer a articulação dentro dos serviços que a gente tem de proteção social básica para garantir que aqueles objetivos que nós propusemos sejam cumpridos. Hoje eu acho que eu tenho um papel que é muito mais de correr atrás de algumas coisas burocráticas. Eu tenho perdido um pouco de espaço. Tem, por exemplo, a questão da supervisão do assistente social (uma preocupação que eu tenho nesse momento) que é meu papel. É que eu não estou dando conta de chegar lá, eu acho não é? Então hoje o que eu faço? Todo o processo burocrático de contratação de pessoas para trabalhar nos nossos espaços passa por mim, toda a organização de pessoal (férias, quem vai para qual lugar) são coisas que passam por mim. Eu fico responsável pelas reuniões com os assistentes sociais, pelas reuniões com os supervisores, pelos estagiários, por um monte de gente e todas as ações que acontecem dentro do espaço. Nós temos um problema, eu acho, de organização que tem a ver com a questão da estrutura que a Secretaria tinha e do que ela teve que se adequar agora. Eu acho que a gente ainda está no processo de transição em que o velho vive junto com o novo, e que não é um processo muito simples, não é um processo muito fácil e que acaba implicando nessa minha função de assumir algumas coisas para mim que na verdade não são coisas que eu deveria estar fazendo. [...] (Amanda – assistente social).

Outro depoimento identifica, diretamente, emancipação política, luta e efetivação de direitos com os objetivos genericamente almejados: a autonomia e a emancipação. Na mesma linha das duas falas anteriores, o rompimento de ações isoladas, a implantação de uma rede socioassistencial consistente (integrada e articulada) é o caminho para extirpar a angústia dos profissionais (da categoria profissional).

Penso que o trabalho desenvolvido pela Assistência ainda está distante da concretização da autonomia e da emancipação no sentido de potencializar toda a população que, em diferentes momentos, busca a assistência social. A dificuldade de articulação das Políticas Públicas e da execução de ações integradas e complementares voltadas para o mesmo público, ainda se dá

de forma pontual. Embora todos os trabalhadores das diferentes políticas públicas, sejam eles de organismos governamentais ou não, reconheçam a necessidade dessa ação mais ampliada e complementar, as atividades ainda se dão de forma bastante fragmentadas e setorizadas. Os serviços disponíveis para a população ainda não estão garantindo a autonomia desejada e perseguida por nós. Ainda é necessário percorrer um grande caminho nesse sentido. [...] Penso que isso talvez se constitua numa angústia profissional de grande parte da classe¹³⁷, porque essa questão da emancipação a gente sabe que só a assistência não garante e que todos os serviços deveriam estar voltados para atender as necessidades das pessoas. Para poder de fato contribuir no desenvolvimento da autonomia, é preciso buscar uma ação articulada e complementar com toda a rede prestadora de serviços. Romper as ações isoladas é um desafio e nós temos feito alguns exercícios nesse sentido. Não sei avaliar se os profissionais inseridos em outras políticas públicas têm, a respeito do assunto, a mesma visão. (Ivonete – assistente social).

Carmelita Yazbek reconhece que as categorias autonomia e emancipação humana, nos moldes marxianos, têm sido muito mal compreendidas e utilizadas no âmbito da profissão. Reivindica, também, a necessidade de retomar – a partir das condições do Serviço Social – outra importante categoria que compõe a totalidade: a mediação¹³⁸. Ressalta, todavia, que essas limitações não são tão problemáticas, pois *“o que está por trás, apesar dos equívocos, é uma ideia de ruptura com uma condição que se vive hoje, desse ponto de vista é bom”*. Não há dúvida de que a reconceituação, as lutas empreendidas a partir do final dos anos 1970 e a construção do Projeto Ético-Político Profissional deixaram um legado importante para a categoria profissional dos assistentes sociais: uma tendência geral, no conjunto da profissão, a favor da liberdade, do bem-estar social, do respeito, do compromisso com a justiça social e com uma maior autonomia das pessoas atendidas pelos assistentes sociais (em que pesem algumas aberrações reacionárias localizadas e desprezíveis). Uma assistente social ressalta:

Tenho como princípios de vida não pactuar com a mentira, em nenhuma de suas formas e em nenhum nível, ser responsável, justa e fiel, cumprir o que é combinado, ter respeito e ética, seguir instruções superiores, não ser omissa e nem arrogante, me colocar no lugar do outro, fazer o melhor que posso, ser honesta, prudente e transparente, me atualizar sempre que

¹³⁷ Entendida como categoria profissional.

¹³⁸ Vale destacar, diga-se de passagem, que qualquer redução dessas importantes e complexas categorias marxianas ao estreito espaço do Serviço Social, constituiria em um reducionismo espantoso. Como dizia certo aluno em sala de aula (popularmente conhecido como “Cidão”), *“não dá para colocar uma jamanta dentro de um fusquinha!”*. Isso, certamente, não é mérito ou demérito de ambos, mas apenas uma constatação real de que não se reduz uma teoria social do porte do marxismo a uma profissão, a seus limites ontologicamente dados.

possível e procurar não julgar. Estes princípios norteiam a minha vida em todas as áreas, incluindo, a atuação como assistente social. [...] No exercício profissional tenho a oportunidade e o dever de ouvir, acolher, orientar, encaminhar e até aconselhar as pessoas que me procuram com os mais diferentes problemas de saúde, trabalho, educação, justiça, financeiro, habitacional, ambiental, familiar e outros, tendo em mente que a profissão me permite, ao mesmo tempo, uma visão mais ampla e próxima da realidade das pessoas, abrindo um espaço na vida delas, onde atuo como acionadora de pontos reflexivos e como facilitadora para o entendimento e a descoberta de ser cidadão, com seus direitos e deveres, os quais interferem em pouco ou muito, a própria vida, a vida da comunidade e até a vida do planeta. [...] (Marina – assistente social).

É preciso, no entanto, reconhecer com firmeza que essa base heterogênea que sustentou o Projeto Ético-Político Profissional, ainda na segunda metade dos anos 1990, está ruindo, potencializada por imprecisões teóricas quanto a importantes categorias que hoje são cruciais para que se tenha maior clareza sobre os problemas e os desafios que concretamente o Serviço Social tem enfrentado no âmbito do mercado de trabalho (onde se insere a assistência social) e no campo da formação profissional (principalmente, mas não unicamente). Não enfrentar isso significará, ao menos, flexibilizar as propostas contidas na “direção social” construída nos anos 1990 e reforçará crenças abstratas de que *o capital pode ser humanizado em tempos de absoluta desumanização monopólica-flexibilizada*. Há certamente, por isso, uma crise do Projeto Ético-Político Profissional, crise essa que não deve desembocar no reformismo e na amenização dos pressupostos que o constituíram, mas, ao contrário, na *radicalização dessa direção social* construída ao longo dos anos 1990. Para isso, a crítica radical da ordem burguesa e de seus pressupostos (a propriedade privada, a apropriação privada da riqueza socialmente produzida, o trabalho estranhado, os amplos e complexos processos de alienação-estranhamento, entre outros), precisa ser feita com firmeza e clareza teórico-prática. Para tanto, como lembra Paulo Netto (1989, p. 101), “[...] *Sem Marx, e a tradição marxista, o serviço social tende a empobrecer-se [...]*”.

Vejamos as ponderações feitas por Yazbek.

O direito, o direito que a gente consegue construir ele é funcional a essa ordem, ele é uma conquista da ordem liberal burguesa. Existem autores que dizem que nós ainda não tivemos uma “revolução francesa” no Brasil, ou seja, nem a revolução burguesa nós conseguimos fazer com o objetivo de garantir o respeito ao direito pleno da cidadania. Então, claro, sem ter a ingenuidade de achar que o direito em si mesmo resolve, eu acho que há uma categoria que a gente tem trabalhado muito pouco no Serviço Social é

a mediação. Quer dizer, o que são as mediações para uma profissão (nós estamos falando de uma profissão) contribuir, colaborar nesse processo mais amplo de construção de direitos, de construção da cidadania, democracia e dessa forma apontar para a construção de outra ordem societária onde possa ocorrer emancipação humana? Eu tenho observado um total desconhecimento do significado da categoria emancipação humana do ponto de vista marxiano. Todos falam da emancipação. Mas eu não acho ruim, não acho ruim porque o que está por trás, apesar dos equívocos, é uma idéia de ruptura com uma condição que se vive hoje, desse ponto de vista é bom. Tem gente que fica batendo pesado, afirma que a pessoa está falando de emancipação e não sabe o que é. Tem muita gente que fala de autonomia, autonomização da população, também não sabe muito bem o que é isso. Mas o que tem por trás (e eu acho que essas coisas são importantes) é uma perspectiva de romper com determinada condição que hoje essa população vive e com a qual nós trabalhamos... Quando você fala em autonomia de um usuário em relação ao recurso, a renda que ele recebe pelo programa de transferência, o Bolsa Família e de repente ela dispensa, não precisa, não precisa mais, conseguiu um trabalho melhor, então ela está autônoma em relação (e isso não é nenhuma revolução), em relação aquela dependência do Estado para poder se manter. Então, quando o assistente social defende essa autonomia o profissional está defendendo que ela consiga por si própria, pelo seu esforço, pela sua capacidade, sobreviver com dignidade. Claro que quando se fala de emancipação política eu acho que se dá um passo além. Na perspectiva marxiana e no pensamento de Gramsci, em termos de poder de uma classe, se essa classe com seu apoio conseguir colocar na agenda os seus interesses, os interesses das classes subalternas, conseguir uma hegemonia dos seus interesses, politicamente falando, conseguir lugar, conseguir disputar o poder, conseguir ter poder, eu acho que já é muita coisa, e nesse nível a gente pode contribuir também. Mas isso está muito longe, do miudinho, naquele miudinho do CRAS, do CREAS. Você vai lá, Dona Maria, está com um problema desse tamanho e isso é vital para ela, tem um filho que está começando a se aproximar do mundo das drogas. Marilda afirma e eu lembro o tempo todo dessa afirmação: “a profissão é socialmente determinada”. Entre as determinações colocadas ao exercício dessa profissão estão essas condições que eu estou me referindo aqui. Isso deixa o assistente social “esquizofrênico”, porque ele vai ao CBAS, por exemplo, e discute a vida política, a emancipação humana (que já é outra ordem societária) é socialismo ou barbárie (não é assim que o Zé Paulo termina a fala?), e aí ele chega lá em seu cotidiano e ele tem que atender a dona Maria, que tem o filho freqüentando um lugar de drogas e ela está morrendo de medo, e o que ela faz? E ela precisa conversar, e precisa de uma orientação, aí o assistente social pensa: “Bom, eu não sei nada disso, vou buscar o enfoque sistêmico”. Existe algum erro nosso, dos que não são sistêmicos, que gera essa questão e que não dá nenhuma resposta. [...] (Carmelita Yazbek - entrevista).

Em que pesem as boas reflexões indicadas por Yazbek (sobretudo em relação à necessidade de fundamentar os assistentes sociais que vivem a dureza do cotidiano profissional), é preciso ressaltar que crer em uma revolução burguesa no Brasil que garanta

“o respeito pleno da cidadania”, aos moldes da revolução industrial e francesa européia, é uma *ilusão*. Além das condições atuais em que a afirmação de direitos democráticos é, cada vez mais, negação da ordem do capital como luta anticapitalista na era monopolista-flexível (com suas características já conhecidas), é preciso lembrar que a revolução burguesa *já se objetivou no Brasil nas condições hiper-tardias e pela via colonial* (conforme tratado na primeira parte dessa tese). Não existe outra revolução burguesa por se realizar; o que existe, ontologicamente, é a revolução burguesa concretamente realizada nas condições particulares do Brasil, e o que vier depois recuperará esse legado. A não apreensão correta desse processo pode gerar equívocos interpretativos importantes que justificariam uma atitude *gradualista* ou de crença de uma revolução burguesa brasileira ainda por ser feita. Ela, de fato, é inconclusa, mas por sua natureza (permitindo a convivência entre velho e o novo, o arcaico e o moderno), ou seja, o é por suas características determinadas pela inserção no Brasil no capitalismo internacional. É verdadeira e séria a “esquizofrenia” profissional a que se refere muito pertinentemente Carmelita, recuperando o distanciamento entre as discussões teóricas (particularmente inspiradas em Marx) e as atividades que o assistente social deve executar no espaço de atuação profissional¹³⁹. É preciso, também, ao mesmo tempo, dar visibilidade a outra “esquizofrenia” (essa muito mais grave): aquela que atinge as pessoas atendidas pelos serviços do conjunto CRAS-CREAS. As marcas da história brasileira (do açoite mandonista/patriarcal reproduzido nos troncos próximos às senzalas, às fábricas flexibilizadas e higienizadas pela pouca presença humana – de trabalho vivo) são reais na vida das pessoas atendidas pelo assistente social no âmbito da assistência social. Desconsiderar ou minimizar essa relação com o cotidiano profissional, claro, com suas devidas mediações, é fatal ao exercício profissional crítico do assistente social. Uma tremenda ilusão, logicamente alienada/estranhada.

Eu fui daqui de Franca, só que eu fui criada no Lar São Vicente de Paula, mais criada no Lar. Eu nunca fui criada com a minha mãe, eu fui mais criada com os outros, assim, família de gente rica, essas coisas, morei em São Paulo, com uma mulher, me levou pra lá, me pegou lá no Lar escola, me levou para a casa dela, fiquei muito tempo na casa dela, aí depois eu não

¹³⁹ Embora isso não seja uma exclusividade do marxismo no Serviço Social (ainda que se diga o contrário). Vale lembrar que as terapias familiares de perfil sistêmico, banalizam a própria riqueza das “teorias sistêmicas”, por exemplo. O que existe é uma falsa impressão, altamente estranhada, de que o profissional – ao lançar mão desses recursos –, está seguro no seu campo de atuação profissional, dá conta da malfadada “questão social” ou, pelo menos, lida sem angústias com ela e “faz o possível”. O caminho da emancipação humana está, ao contrário, em tensionar, com bases reais, na direção do “impossível”!

quis ficar lá mais, o menino me batia sabe, chicote de cavalo todo dia, aí eu peguei e falei: “eu não vou ficar aqui apanhando”. Eu fazia de tudo pra ela, fazia até doce eu fazia pra ela, aí ela começou a me bater e aí eu peguei e vim embora pra casa da minha mãe, aí em vim pra casa da minha mãe, minhas irmãs não deixaram eu ficar lá casa da minha mãe, aí o que eu fiz? Eu sai de lá, fui ficar na casa de um parente do vizinho, aí o vizinho, eu costurava sapato, tirava R\$200,00, R\$300,00 de sapato de costura, pra mim poder pagar a pensão que eu ficava na casa da mulher, eu deixava o dinheiro todo com a mulher, nunca peguei dinheiro pra sair, essas coisas, não fui mulher de sair pra forró não, graças a Deus não. Aí depois eu arrumei ele né, nós amigamos, ficamos 8 anos amigados, depois de oito anos nós casamos e tá casado até hoje. [...] (Ana – usuária da assistência social).

Então, eu não saio de lá também, qualquer probleminha eu to lá, elas são ótimas, são pessoas excelente. E a Beth era conselheira do Wendel na época e eu procurei lá pra pedir ajuda, eu queria ir embora de Ribeirão, eu queria um abrigo pra ir embora com o meu filho, por agressões e a Lei Maria da Penha, é bem leiga, é bem devagar, ele ficou preso, já cumpriu, já pagou, só que hoje por conseqüências disso, eu estou desempregada, porque ele quebrou a minha mão, não trabalho, tem a mão quebrada, então dependo desse benefício, dependo de bolsa, cesta básica, dependo da ajuda da Ana Carolina, ela que me ajudou. [...] Horrível né? Ele pôs fogo na casa, perdi tudo, hoje eu não tenho nada, a minha casa eu consegui dar um pintadinha nela, mas eu não tenho móveis, eu não tenho nada, não consegui mais adquirir, o que está lá é doação ou é emprestado, um terço que é doação, e o psicológico, né? Hoje eu consigo falar bem sobre esse assunto, antes eu não falaria, chorava muito, mas hoje eu tomo remédio, tomo três tipos de remédio controlado, não tomei pra vir aqui, porque dá um sono, mas é complicado. [...] Eu sofro violência sexual desde os onze, que eu sou filha adotiva, já fui estuprada duas vezes, parente que não me considera parente e agressão de marido (o segundo). O primeiro marido também me batia muito, hoje ele está preso, traficante. Não era na época porque ele trabalhava num clube, late Clube em Ribeirão. Este que eu estou é bem mais novo do que eu, ele não aceita, quando falo em separação com ele, ele fica louco, possessivo, ele vai todo dia, me procura todo dia. Eu já digo pras meninas que é já uma obsessão, doença. Ele ficou preso um mês por causa da Lei Maria da Penha e me escrevia carta todo dia. Então eu falei pra ele que precisa de tratamento uma pessoa igual a ele, perturbada, porque isso não é amor, isso é doença, porque a gente quando ama não bate [...] (Rosa – usuária da assistência social).

De fato, é preciso reconstruir mediações considerando tais dramas e as particularidades do Serviço Social como profissão. Para isso, afirmar a máxima de Rosa de Luxemburgo “*Socialismo ou Barbárie*” e completá-la com Mészáros (2003, p. 108-109) “*Socialismo e Barbárie [...] se tivermos sorte. [...]*”, é algo *absolutamente essencial*. As mediações somente serão reconstruídas, como “concreto pensado”, como mediações genuinamente humanas, se essa máxima for afirmada na sua radicalidade. Caso contrário, a

“esquizofrenia” do assistente social e da população atendida permanecerá e se aprofundará não pelo “descompasso” entre o que se escuta nos congressos e se vê diariamente na prática, mas pela *dureza* e pelo *aprofundamento* da “questão social” expressa imediatamente em dramas pessoais no cotidiano profissional. José Paulo Netto e Potyara Pereira, ainda que por caminhos diferentes, destacam essa tensão com pertinência:

No seu estágio contemporâneo, no capitalismo dos nossos dias, fica cada vez mais patente, cada vez mais claro, que a relação originária entre ordem do capital e demandas democráticas, que era uma relação de contradição, tem se transformado numa relação de antagonismo. [...] A luta por direitos, velhos e novos – e percam as ilusões aqueles que as têm –, é nesse momento uma luta anticapitalista. [...] (PAULO NETTO, 2004, conferência proferida no XI Congresso Brasileiro).

[...] o Serviço Social como profissão sempre se deparou com diferentes crises capitalistas, que são cíclicas, e quase sempre funcionou como instrumento anticrise, de par com a política social. Mas não devemos esquecer que encarar tanto o Serviço Social como a política social por esse ângulo é deixar de lado uma rica perspectiva analítica e abrir mão de um rico veio político com vista a um Serviço Social e a uma política social não avalizadores da barbárie que o capitalismo, principalmente o contemporâneo, vem impondo. Para tanto é preciso trabalhar, tanto teórica como politicamente, com a categoria “contradição”. Sem isso estaremos tratando do Serviço Social funcionalisticamente. Como diz Mézáros a crise estrutural do capital iniciou-se no segundo pós-guerra e aprofundou-se no início dos anos 1970. Trata-se de fato de uma crise sem precedentes históricos por três razões: pelo seu caráter universal (açambarca todas as dimensões da vida humana e, por isso, é considerada sistêmica); é global (o mundo é o seu espaço) e é permanente (esgota o comportamento cíclico e, portanto, revoluciona as teorias dos ciclos críticos do capital como a de Nicolai kandratieff). Neste caso as estratégias anticíclicas ou reformistas não surtem mais efeito. Este é o grande desafio de nossa profissão. [...] (Potyara Pereira - entrevista).

Se por um lado é preciso defender, sim, conquistas inscritas no âmbito da emancipação política no período pós-autoritário brasileiro, por outro é necessário ter claro que *tais reformas não efetivaram e não efetivarão, por si só, a emancipação humana*. Mais ainda, como já foi dito, *a defesa de uma ação gradualista e etapista não trará, diretamente, por meio de um aprofundamento dos direitos, a emancipação humana*. É fundamental, também, discutir claramente como essas políticas estão sendo elaboradas e implementadas, analisando como o profissional de Serviço Social tem se inserido nesta trama. A questão que se coloca – não somente para os assistentes sociais – é se esse tipo de emancipação política possível de ser objetivada nas condições de reprodução do capital no Brasil deste início de

século (marcado, inevitavelmente, por ações que tendem ao minimalismo) pode ter alguma utilidade à emancipação humana. É crucial analisar, com criticidade, o que não vale a pena insistir e ingenuamente investir potencial profissional precioso (dada a sua disfuncionalidade para a emancipação humana) e, ao contrário, *aqueles aspectos importantes ligados à administração pública e estatal de direitos que jamais devem ser entregues de bandeja aos “bicos carniceiros dos urubus”*. Grande parte dos espaços objetivamente disponíveis aos profissionais de Serviço Social pode ser qualificado e alguns outros, descartados com firmeza (ainda que façam parte da dinâmica do real). Nesse terreno marcado por um “esterco de contradições” e diversas armadilhas (e não há como ser diferente), há de se ressaltar e valorizar, ao mesmo tempo, outros aspectos desconsiderados ou pouco considerados.

O patamar inaugurado por Marilda Iamamoto na década de 80 do século XX (o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo) e suas considerações críticas sobre o messianismo e o fatalismo (IAMOMOTO, 1994, p. 113) são importantes para que não esperemos do Serviço Social *o que ele objetivamente não poderá jamais oferecer: a revolução e a emancipação humana (uma tarefa da práxis social)*. Porém, ao mesmo tempo, *isso impõe à profissão a necessidade dela forcejar nesta direção nos níveis de atuação profissional em que isso é possível – e nem todos eles o são - sem gradualismos e etapismos sustentados na sobrevalorização do papel desempenhado pelos direitos*. Trata-se de um grande desafio posto para aqueles que estão sintonizados com o projeto de intenção de ruptura (PAULO NETTO, 1991). Desconsiderar essa possibilidade significa inscrever as diferentes ações dos profissionais e a profissão – em todos os seus níveis de intervenção – no campo único da reprodução do capital. Isso não apenas “arrebenta” com o Serviço Social como também, simultaneamente, engessa as possibilidades que estão inscritas na correlação de forças (dentro e fora dos espaços institucionais), anulando o profissional como sujeito histórico possível capaz de comprometer-se – ética e politicamente – nas suas pequenas e grandes ações, com a emancipação humana (mesmo sabendo que a sua profissão, em si, não a realizará). Evidentemente que são nulas as possibilidades de o profissional desenvolver ações afinadas com a emancipação humana (no sentido tratado neste artigo), em espaços sócio-ocupacionais restritos à filantropia (ainda muito comuns na rede assistencial) ou às propostas baseadas na “responsabilidade social cidadã”, centrada na “inclusão social” do cidadão como consumidor e na meritocracia de mercado que restringe a

noção de justiça social a zero e naturaliza a desigualdade social. É preciso reconhecer isso com toda clareza e não criar ilusões.

Portanto, a afirmação de direitos não realiza, mesmo que radicalizada, a emancipação humana. O seu empobrecimento e banalização ou, em outras palavras, a sua captura e utilização a partir dos interesses de mercado que restringem e empobrecem as noções de democracia e de cidadania “para os mais fortes”, também são sérios e concretos obstáculos à emancipação humana. Esse contexto se torna ainda mais grave quando tudo isso é desenvolvido tendo por base as conquistas que significaram – pelo menos legalmente – certa emancipação política de importantes segmentos populacionais, bem como quando é executado por profissionais que acreditam que essas ações promovem, por si só, emancipação humana. Isso não significa, em absoluto, que tais espaços não devam ser ocupados e potencializados pelos assistentes sociais, *mas que deve ser feito com clara direção ético-política comprometida com a emancipação humana (ainda que ela não se realize, jamais, nos marcos da profissão)*. Caso contrário, é melhor deixar que os “urubus cuidem do jantar” e demonstrem, com suas “*forces propres*”, seus objetivos e intenções.

Sendo assim, a luta não pode deixar de ocupar espaços oficiais e institucionais (pelo menos aqueles que propiciam a contradição e o debate), ainda que tenhamos claro que essas instâncias são absolutamente insuficientes. Com todas as suas limitações, a atual implantação do conjunto CRAS-CREAS, por exemplo, pode ser desenvolvida de diferentes maneiras. Se por um lado pode significar – inclusive com o apoio dos profissionais de Serviço Social – simples extensão de velhas e novas práticas coercitivas e tuteladoras dos núcleos familiares (hoje priorizados pela maioria dos programas e projetos sociais “socioeducativos”), também, ao contrário, pode ter outros rumos que propiciem e favoreçam boas condições para potencializar capacidades individuais e coletivas de organização e reivindicação (ainda que os limites aqui também se apresentem e sejam insuprimíveis). Para tanto, é preciso, entre outras coisas, formar profissionais capazes de potencializar *múltiplas instâncias que ponham em movimento forças comprometidas com a emancipação humana e, ao mesmo tempo, rechacem aquelas que estão contra isto*. É exatamente nesse sentido que as frases de Iamamoto (2000, p. 21), abaixo descritas, devem ser consideradas:

[...] as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. [...]

Quadros vanguardistas do Serviço Social têm acreditado na importância da defesa dos direitos e participado, com honestidade e dedicação (é preciso dizer isso), do desenvolvimento de propostas governamentais que também foram eleitas a partir de bandeiras populares (como no caso do Partido dos Trabalhadores e do governo Lula). No entanto, as recentes reflexões explicitadas por PAULO NETTO (2004) reforçam as preocupações apontadas nessa tese:

O registro de que estamos nessa hora da verdade, que põe à prova as vanguardas profissionais (das quais representantes respeitáveis estão exercendo funções no aparelho governamental), deve ser feito sem que dele derivem julgamentos de valor acerca do comportamento de protagonistas singulares. Também aqui a questão não se coloca no plano individual ou biográfico: coloca-se coletivamente, como questão para as organizações da categoria em todos os níveis – acadêmico, profissional, etc. E coloca-se exigindo um debate coletivo, um amplo confronto de idéias e posições, com a reiteração dos mesmos procedimentos abertos e democráticos que nos levaram à constituição do projeto ético-político. [...] Salvo melhor juízo, só nos resta, enquanto categoria profissional, preservar, contra ventos e marés, a autonomia para conduzir e aprofundar as exigências do projeto ético-político: preservar a autonomia de nossas organizações (o conjunto CFESS-CRESS, a ABEPSS e, no caso dos estudantes, a ENESSO) em face do governo e do PT (e de todo e qualquer outro partido). [...] (PAULO NETTO, 2004, p. 24).

Mas quais as vantagens propiciadas por uma aproximação entre o Serviço Social e a perspectiva ontológica regida pelo ponto de vista de totalidade e pela centralidade da categoria trabalho? As opções, nesse sentido, devem ser consideradas com todos os cuidados já indicados por José Paulo Netto (1989), na medida em que se estabelece o diálogo entre uma teoria social crítica, macroscópica e revolucionária e uma profissão que surgiu sob as bases do pensamento conservador demandada, desde seus primórdios, para gerenciar tensões sociais oriundas da contraditória e insolúvel relação capital-trabalho. Insistamos nessa direção.

3.3. Reafirmando o debate marxista no Serviço Social

Reafirmar a importância da contribuição marxiana e de sua tradição para o Serviço Social nos dias atuais significa, necessariamente, perquirir e radicalizar a direção

social empreendida por meio do Projeto Ético-Político Profissional, no Brasil, a partir do legado deixado pela perspectiva de “intenção de ruptura” na era pós-reconceituada (formulada, sobretudo, com maior maturidade, na década de 1990), sem deixar de reconhecer as bases conservadoras e reformistas que marcaram a gênese do Serviço Social no mundo e no Brasil (ontologicamente dadas – portanto, insuprimíveis sob a ordem burguesa). Essa afirmação possui o exato sentido de que o legado marxiano e o de parte de sua tradição são essenciais à crítica radical do Serviço Social, desde a sua gênese até os dias atuais, ainda que, como lembra José Paulo Netto (1989, p. 101),

[...] por mais que seja rigorosa, intensa e extensa a interlocução com a tradição marxista, não se constituirá um serviço social “marxista” - enquanto profissão¹⁴⁰, o serviço social sempre contemplará uma tal complexidade que no seu campo se moverão legitimamente profissionais que, incorporando diferentes expressões do pensamento contemporâneo, encontrarão espaços de prática e intervenção diversos e plurais. [...]

Assumir essa direção e reafirmá-la no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo de monopólios no Brasil tem o exato significado de rechaçar toda e qualquer espécie de endogenia (já criticada anteriormente) que se proponha a explicar o Serviço Social a partir de si próprio, como um movimento que se basta e se autoexplica. É preciso reconhecer que essa profissão, como todas as demais, vem sendo tecida na história e sob uma data historicidade, portanto, socialmente determinada, cumprindo funções na divisão internacional do trabalho, determinada pela ordem burguesa monopólica em suas diferentes fases, em seus diversos padrões de acumulação (nas condições particulares em que se deu a revolução burguesa no Brasil). Isso quer dizer que é preciso *reafirmar a atualidade da luta de classes, da centralidade da categoria trabalho como base da sociabilidade humana (ainda que ela assuma, sob o mando do capital, a forma alienada/estranhada); reafirmar que o pauperismo somente será radicalmente criticado se explicado como expressão direta da “lei geral da acumulação capitalista” no atual estágio de desenvolvimento e crise do capital, orientado pelo ponto de vista ontológico e pela perspectiva da totalidade, como guias insubstituíveis para a produção de conhecimentos genuinamente humanos*. A categoria da totalidade não pode ser comicamente confundida com as noções de “tudo”, “todo” ou de “perfeição-exatidão” considerando-se o processo de produção de conhecimentos necessário à explicação de múltiplos complexos sociais (por

¹⁴⁰ Grifos do autor.

exemplo, a “questão social” e suas formas particulares de expressão). Como categoria, ou seja, como “*formas de vida e determinações de existência*” (MARX, 1989, p. 415), que se objetiva com base em um legado sócio-histórico e sob as condições de uma dada historicidade, o ponto de vista de totalidade também se inscreve na vida material orientando a razão que se debruça sobre o real e seu movimento. Os complexos sociais não são “fatos sociais” ou “fenômenos” mesuráveis “neutramente” por cientistas abençoados pelo receituário acadêmico composto por fórmulas que, corretamente aplicadas, garantem um conhecimento seguro da realidade. Os complexos sociais – irrigados por múltiplas mediações (conexões explicativas reais) nada formais ou justapostas – possuem uma existência material imbricada com a vida de seres sociais, com a produção e reprodução deles como seres potencialmente constituídos de gênero humano comprometidos com a emancipação humana (MARX, 2005a), ainda que, sob o mando do capital, haja um estranhamento desse gênero na medida em que ele é reduzido à vida individual e à satisfação de suas carências. Como lembra Marx (2004, p. 84),

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da *vida genérica* apenas um meio de vida individual. Primeiro estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada. Pois primeiramente o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva* mesma aparece ao homem apenas como um *meio* para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. [...] A vida mesma aparece só como *meio de vida*¹⁴¹. [...]

O ponto de vista de totalidade, portanto, não é um ato puro da razão pensante que roda sobre ela mesma e ou submete e manipula o real conforme regras abstratamente estabelecidas pelas “ciências” e por seu “corpo técnico instrumental”, mas uma reconstrução “concreto-pensada” que mescla-separa (portanto, não identifica) o ser social e o mundo em que ele vive, o pensar e o existir (concreto), o conhecer e o ser (real-sensível). A perspectiva de totalidade está empenhada em perquirir a trama que constitui os complexos sociais reconstruindo a “lógica da coisa” (MARX, 2005a, p. 39), suas leis, suas características, suas múltiplas e complexas mediações.

Nas palavras de Lukács (1979, p. 28 e 35),

¹⁴¹ Grifos do autor.

[...] a totalidade não é um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução mental do realmente existente [...]. Do ponto de vista metodológico, é preciso observar desde o início que Marx separa nitidamente dois complexos: o ser social, que existe independentemente do fato de que seja ou não conhecido corretamente; e o método para captá-lo no pensamento, da maneira mais adequada possível [...] (LUKÁCS, 1979, p. 28 e 35).

O primeiro ganho propiciado pelo debate entre Marx, sua tradição e o Serviço Social, já indicado por José Paulo Netto (1989 e 1996) e Marilda Yamamoto (2007), relaciona-se com a possibilidade de o assistente social analisar e explicar as tramas reais e concretas que agem sob as bases sociais que sustentam a sua profissão na divisão social do trabalho, como uma especialização do trabalho coletivo. A sua legitimidade como profissão origina-se justamente disso e não de uma “teoria própria” como forma de obter reconhecimento científico e legitimidade no campo das “Ciências Sociais Aplicadas”. Como salienta Mota (2008, p. 37),

Não se trata mais, nos dias correntes, de procurar identidades, especificidades, teorias ou métodos próprios, mas, de adensar a discussão em torno de temas e questões que permitam particularizar a profissão de Serviço Social no conjunto das práticas sociais da sociedade burguesa, refinando a sua capacidade de conhecer, analisar e transformar o real – e, neste adensamento, o trato *forte* da questão social é um objeto inarredável [...]

O Serviço Social é uma profissão cujos profissionais exercem uma forma particular-especializada de trabalho abstrato-concreto (o primeiro subsumindo o segundo, mas não o eliminando como ato criativo e portador de um valor de uso). Trata-se, portanto, de um trabalho assalariado, predominantemente – mas não somente –, improdutivo (por sua maciça inserção no campo estatal no gerenciamento do social - não gerador direto de mais-valia embora contribua com ela – como trabalho coletivo), que atua na relação homem-homem (e não homem-natureza) no campo das políticas, programas e projetos sociais (portanto, também no campo ideológico, dos valores, do convencimento e da abordagem sobre outros homens).¹⁴² Ao se concentrar no livro 1 de “O Capital”, Lessa (2000, p. 52) nega que o exercício profissional do assistentes social possa se constituir como

¹⁴² Diga-se de passagem, uma discussão que deve ser feita atualmente com cuidado já que as formas de contratação e subcontratação, precarizadas, envolvendo assistentes sociais e espaços gerenciados pelo Estado, são extremamente heterogêneas. Muitos assistentes sociais têm sido contratados para exercerem funções nos CRAS e nos CREAS, não mais como trabalhadores concursados pelas prefeituras, mas por meio de organizações sociais com vínculos e objetivos (de classe) diversos. É preciso investigar esse cenário com maior atenção.

determinada forma de trabalho, na sua forma concreta-abstrata, já que o Serviço Social “*não realiza a transformação da natureza nos bens materiais necessários à reprodução social*”¹⁴³. Ao contrário do que pretende Lessa, Marx é muito claro ao afirmar que o essencial está no fato do *trabalho ser coletivo*, racionalmente organizado por meio de trabalhos individuais, particulares, que desempenham funções específicas no processo de acumulação, independentemente de ele ser realizado pelo engenheiro, pelo técnico ou o operário manual, trabalhando “com as mãos” ou “com a cabeça”.

[...] com o desenvolvimento da *subordinação real do trabalho ao capital ou do modo de produção especificamente capitalista* não é o operário individual que se converte no agente (*Funktionar. Al.*) real do processo de trabalho no seu conjunto mas sim uma capacidade de *trabalho socialmente combinada*; e, como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato de formação de mercadorias, ou melhor, neste caso, de produtos - um trabalha mais com as mãos, outro mais com a cabeça, este como diretor (*manager. Ing.*), engenheiro (*engineer. Ing.*), técnico etc., aquele como capataz (*overlooker. Ing.*), aquele outro como operário manual ou até como simples servente - temos que são cada vez em maior número as *funções da capacidade de trabalho* incluídas no conceito imediato de *trabalho produtivo*, diretamente explorados pelo capital e *subordinados* em geral ao seu processo de valorização e de produção. Se se considerar o *trabalhador coletivo* constituído pela oficina, a sua *atividade combinada* realiza-se *materialmente* e de maneira direta num *produto total* que, simultaneamente, é uma massa total de mercadorias e aqui é absolutamente indiferente que a função deste ou daquele trabalhador, mero elo deste trabalhador coletivo, esteja mais próxima ou mais distantes do trabalho manual direto. Porém, então, a atividade desta capacidade de trabalho coletiva é o seu *consumo direto pelo capital*, ou por outra, o processo de autovalorização do capital, a produção direta de mais-valia e [...] (MARX, 1985a, p. 110).¹⁴⁴

Marx destaca que uma mesma função, um mesmo trabalho realizado, pode ser, em determinadas condições, produtivo ou improdutivo. Para tanto, utiliza os exemplos da cantora e do professor que, cantando ou ensinando diretamente às pessoas, exercem trabalho improdutivo. Por outro lado, se tais profissionais vendem sua força de trabalho ao capitalista, cantando ou ensinando por meio dele, são produtivos, geram mais-valia.

Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário

¹⁴³ Grifos nossos.

¹⁴⁴ Grifos do autor.

(entrepreneur. Fr) que as põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois *produz* diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento (Knowledge mongering institution, Ing.) é um trabalhador produtivo. [...] (MARX, 1985a, p. 115).

O que interessa aqui é que Marx sempre se refere às atividades ora indicadas, sejam elas produtivas ou improdutivas (portanto, todas elas), *como trabalho* inserido, coletivamente, no circuito produtivo de capital. O que está em pauta, então, não é se elas se constituem ou não como trabalho, exercidas por trabalhadores manuais ou intelectuais, mas qual a inserção e a funcionalidade desses trabalhos para a reprodução social, para a produção e reprodução do capital.

Só a tacanhez mental da burguesia, que tem por absoluta a forma capitalista de produção, e que, conseqüentemente, a considera forma natural da produção, pode confundir a questão do *trabalho produtivo e do trabalhador produtivo* do ponto de vista do capital, com a questão do *trabalho produtivo em geral*¹⁴⁵, contentando-se assim com a resposta tautológica de que é produtivo todo o trabalho que produz, em geral, ou que desemboca num produto, ou num valor de uso, em resumo: num resultado. [...] (MARX, 1985a, p. 109)

Vale ressaltar, todavia, para que não parem quaisquer dúvidas, que mesmo no livro 1 – que destaca a relação orgânica homem-natureza e aponta as distorções geradas pelo trabalho alienado-estranhado (do proletariado), objetivado sob as condições impostas pelo capital –, Marx é enfático ao tratar do trabalho (produtivo ou improdutivo) do “mestre-escola” (professor), para além da produção material, gerador ou não de mais-valia. O autor de “O Capital” é, mais uma vez, extremamente claro ao se referir ao *trabalho* executado “fora da esfera da produção material”:

Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de uma fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o

¹⁴⁵ Grifos do autor.

trabalhador como meio direto de valorização do capital. [...] (MARX, 1984a, p 105-106).

É preciso, portanto, *saturar de história e de historicidade* a discussão sobre o trabalho (concreto-abstrato, produtivo e improdutivo, sob o mundo do capital), recuperando a obra marxiana na sua totalidade (particularmente os capítulos 1, 5, 13, 14, 15, 16 e 22 e o capítulo VI inédito). Lukács (mimeo, s.d – tradução de Ivo Tonet) também contribui com essa discussão, por exemplo, no manuscrito sobre “*O Trabalho*” (parte da Ontologia do Ser Social - ainda não traduzido oficialmente ao português), ao destacar a teleologia como finalidade-causalidade de primeira ordem (sustentada na relação homem-natureza) e de segunda ordem (baseada na relação homem-homem). Evidentemente que as formas de trabalho sustentadas na teleologia de segunda ordem se justificam e se organizam, necessariamente, a partir da teleologia de primeira ordem cuja base é a relação orgânica homem-natureza.

Assim sendo, o Serviço Social é uma profissão cujos profissionais desenvolvem determinada forma de trabalho concreto (portador de valor de uso por meio dos serviços prestados), porém subsumido pelo trabalho abstrato (como parte do trabalho social coletivo e médio), funcional à reprodução do capital. Sobre isso, as recentes considerações de lamamoto (2007, p. 214) são relevantes:

[...] parte-se do suposto de que a identificação da *particularidade dessa atividade profissional na divisão social e técnica do trabalho social não se esgota na indicação do valor de uso dos serviços prestados, da qualidade do trabalho realizado*. Isso porque ela é também portadora de trabalho humano indiferenciado, *trabalho humano abstrato, analisado na óptica de sua quantidade, parte do trabalho social médio*, que participa na produção e ou distribuição da mais-valia socialmente produzida e na luta pela hegemonia entre forças sociais. Transitar da análise da *profissão* para o seu efetivo *exercício* agrega um complexo de novas determinações e mediações essenciais para *elucidar o significado social do trabalho do assistente social* – considerado na sua unidade contraditória de trabalho concreto e trabalho abstrato – *enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio de trabalho assalariado alienado [...]*¹⁴⁶

Os desdobramentos que surgem desta interlocução são altamente positivos para a categoria profissional dos assistentes sociais, pois oferecem elementos – situados para

¹⁴⁶ Grifos da autora.

além da profissão – que explicam seu significado social e impedem a retomada de qualquer tipo de postura sistêmica e endógena. Mais do que isso, exigem que o profissional, como sujeito histórico possível, reconhecendo os limites intrínsecos das profissões (e seus próprios limites como profissional), mergulhe na trama particular em que está inserido seu trabalho profissional no sentido de pensar criticamente e agir propositivamente. Ou seja, embora a profissão não possa, pela sua própria natureza, emancipar humanamente os “usuários” (uma tarefa impensável sem a revolução), certamente *pode e deve imprimir outra direção social e contribuir com esse processo*. O impacto disso nos espaços de inserção profissional é claro: um profissional empenhado em qualificar-se teórica e praticamente (ou pelo menos intencionado nessa direção), perquirindo diversas categorias concretamente e diariamente enfrentadas pelos assistentes sociais. As indagações, nesse sentido, são certas: de qual emancipação se fala? Como ocupar propositivamente espaços próximos ao campo da emancipação política e da afirmação de direitos, reconhecendo as contradições intrínsecas dessa empreitada? Qual o lugar da assistência social no campo da seguridade social e na reprodução da ordem do capital? É possível pensar o conjunto CRAS-CREAS não apenas a partir do instituído legalmente, oficialmente, sistemicamente e hegemonicamente? O que significa socioeducativo? Quais os aspectos perversos que consomem as preciosas forças dos assistentes sociais na esfera da vida cotidiana, impedindo que outros caminhos sejam trilhados e potencializados? O que significa “incluir socialmente”, considerando o intenso processo de mundialização do capital e seus impactos no trabalho e na vida humana?

Para responder tais perguntas (boa parte delas já analisadas exhaustivamente ao longo dessa tese), é necessário insistir em uma perspectiva ontológica e de totalidade em todo processo teórico-prático que sustenta o trabalho profissional dos assistentes sociais (formação, intervenção e produção de conhecimentos). É preciso considerar as contraditórias demandas sociais impostas pelo capital e por sua sociabilidade ao Serviço Social (como profissão), *negando-as na sua imediaticidade, afirmando-as como problemas genuinamente humanos, sob o ponto de vista do trabalho (e dos trabalhadores – considerando os inúmeros problemas que afetam a classe)*. Sem uma abordagem ontológica e de totalidade, sem a inspiração delas (em que pesem os limites da profissão), o exercício profissional do assistente social se limitará a reproduzir procedimentos de cunho psicossocial-interpessoal, no nível das relações de ajuda, de perfil sistêmico (nas suas

diversas formas e variações – no seu limite), restringindo a ação socioeducativa a formas mais ou menos sofisticadas de controle e de coerção (ainda que tomadas como “novas formas de atuação”, discursivamente negadoras do passado profissional).

Os assistentes sociais lidam, cotidianamente, com desdobramentos particulares da questão social imediatamente e frequentemente visíveis como problemas e demandas unicamente pessoais que dizem respeito prioritariamente à esfera individual da vida social ou, por um viés um pouco mais abrangente, como problemas resolvidos por meio de ações sustentadas em princípios sistêmicos empenhados em articular os subsistemas que interagem com o “usuário” e influem na sua “inclusão socioeducativa”. É nesse contexto que a dita “centralidade da família” e a importância das ações sentidas e encaminhadas no âmbito do território, na articulação global-sistêmica da rede, que os “dramas pessoais” (como se fossem apenas pessoais) são priorizados e enfrentados. É nesse contexto que a rede sistêmica (de serviços) deve funcionar eficiente e eficazmente, ainda que esteja muito longe disso e, como já foi dito, não tenha condições objetivas de solucionar os problemas a que se propõe (mesmo que em pleno funcionamento e interação). Não se trata, aqui, de descaracterizar a importância das famílias e das demandas imediatamente expressas no âmbito do território (considerando-se a descentralização administrativa, o papel dos conselhos de direito ou o efeito evolutivo e humanizador da afirmação de direitos na sociedade burguesa, por exemplo), *mas de discutir os limites concretos desses espaços e sua funcionalidade diante das contradições estruturais*¹⁴⁷. Vale destacar, nesse contexto, que as ditas individualidades estão inseridas em uma dada sociabilidade (a burguesa) e que essa lógica oferece o terreno e as regras do jogo por onde as individualidades-sociais buscam acomodar suas demandas.

Com base nisso, é possível explicar o significado social do Serviço Social como profissão e com qual direção ético-política o trabalho profissional dos assistentes sociais tem se materializado nos espaços em que é requisitado. Nesse contexto é plenamente saudável e necessário discutir e redimensionar o sentido da atuação socioeducativa como uma ação que – embora seja sempre limitada e insuficiente – precisa estar contaminada, desde os

¹⁴⁷ Se por um lado é preciso reconhecer os recentes avanços propiciados pelo conjunto LOAS-PNAS-SUAS (se comparados com o entulho repressivo-assistencialista que existia antes de 1988), por outro é necessário destacar que esse avanço possui o exato sentido de modernizar a política assistencial (e não poderia realizar mais do que isso). Isso precisa ser ressaltado, ainda que seja uma obviedade espantosa.

pequenos gestos aos mais complexos, pela crítica permanente das contradições ontológicas que constituem geneticamente a ordem burguesa. Nesse sentido, a realização de direitos pode ser útil à emancipação humana *se as tensões implícitas na composição desse tipo de emancipação política (seus limites e possibilidades) forem forcejadas nas suas próprias contradições como direitos abstratos (não reais – MARX, 2005a)*. Assim, a emancipação humana não será alcançada pela simples afirmação de direitos (abstratos e legalmente inscritos – muito comum em países latino-americanos). Ao contrário, poderá se desenvolver por meio de atitudes e ações permanentes que demonstrem as contradições não apenas entre o que está previsto em lei e sua incoerência prática, mas, sobretudo, *contradições que revelam a incapacidade e a impossibilidade destes direitos romperem com o criadouro da violência estrutural: a apropriação privada da produção social (a propriedade privada – nas condições em que ela se apresenta na atualidade)*. Evidentemente, essa não é uma tarefa de uma profissão, ou das profissões, já que elas estão limitadas por sua própria natureza e alcance. Exigir delas essa tarefa é, no mínimo, insano. Porém, sem qualquer concessão ao idealismo, é preciso sintonizá-las na direção da emancipação humana que, por sua vez, evidentemente, extrapola os marcos das profissões (SILVA, 2008, p. 46). Trata-se, então, de forcejar no sentido de valorizar a *dimensão negativa da política, a crítica radical da política em curso e de suas inerentes contradições, agindo política e negativamente contra os limites da emancipação política, orientado pela crítica radical propiciada pela economia-política*.

Do ponto de vista teórico é fundamental uma formação teórico-crítica que abra para o estudante e para o profissional essa força heurístico-analítica de Marx. Do ponto de vista operativo é mais complicado (estou pensando, por exemplo, nos alunos que estão lá na graduação, como é que isso vai rebater na prática profissional de um cara que está lá no CRAS). Eu acho que nós devemos evitar duas implicações dessa formação: [...] essa concepção teórica não pode ser um impeditivo da ação profissional, correto? Agora, ela não pode ser também – na medida em que a gente interdita cancela esse papel “militantista” do assistente social – não pode também levá-lo ao burocratismo: “já que essa porcaria aqui não muda nada vamos tocar aqui, preencher formulários, administrar o serviço, fazer a triagem e vigiar”. Ela tem que ser um elemento que permita (veja que eu quero precisar bem isso) que ele opere tensionando, mas opere nos marcos funcionais dessa agência terminal de política social que é o CRAS, está claro? Mas que ele tenha clareza, a máxima clareza possível, do significado social da sua ação. Resumindo: uma formação teórica que permita compreender a negatividade ontológica do político. Do ponto de vista teórico-ideológico, ela é importantíssima, porque ela vai permitir o cara apreender o sentido social da sua intervenção e, portanto, sinalizar para ele seus limites, suas possibilidades de empurrar esses limites mediante os

arcos de aliança, proposições de projetos, identificação de aliados, de adversários, de inimigos, estabelecimento de alianças com sujeitos coletivos. Um CRAS desse permite vinculações a sujeitos coletivos lá existentes, não tem porque individualizar as políticas à prestação de serviços. Isso eu estou dizendo do horizonte contraditório para isso. Mas para fazer isso você tem que ter essa formação política. [...] (José Paulo Netto – entrevista).

As ponderações de José Paulo Netto, pronunciadas no estrito sentido de oferecer uma contribuição ao Serviço Social, sem superestimá-lo ou subestimá-lo, reportam diretamente a um dos pilares da direção social construída na década de 1990, hoje seriamente aviltado: a formação profissional entendida, aqui, como a *composição de um acúmulo crítico que atue insistentemente na direção da práxis profissional*. Nesse nível, os problemas são concretos e imensos. Eles vão desde o absoluto abismo entre a academia e os mais remotos confins da intervenção profissional (no geral, muito distantes entre si), passam pela perversa e irresponsável expansão das unidades de ensino (que se configuram em cursos precários também vulgarizados pelo ensino à distância) e desembocam em problemas relacionados com a superficialidade e com o ecletismo teórico e uma errônea visão sobre o significado do pluralismo profissional. A unidade diversa entre teoria e prática no âmbito da profissão, a práxis profissional, deve ser evidentemente plural, mas no sentido de incorporar e superar, criticamente, sem eliminar o necessário debate, orientações distintas. Precisa, ainda, ter uma direção coletiva (hegemônica) assumida pela categoria profissional. O assistente social deve estar voltado à reconstrução da dinâmica do real como “concreto-pensado”, movimento este que não está circunscrito à sua cabeça, à sua lógica (a lógica pensada), mas à lógica da realidade (da coisa em si – Marx, 2005b, p. 39) que o provoca e exige dele posições e ações materiais. Sobre isso Yazbek (2005) e Simionatto (2005) tecem observações reais:

Esse descompasso se pode observar também na pesquisa que, muitas vezes, não consegue trabalhar a universalidade contida no singular, que não faz os vínculos e as passagens de nossa compreensão teórico-metodológica da realidade para situações singulares que configuram nosso exercício profissional cotidiano. É tarefa de a pesquisa evidenciar os processos sociais e históricos de um tempo e lugar, em suas múltiplas dimensões, nos mostrando como a realidade se tece e se move pela ação de sujeitos sociais. [...] (YAZBEK, 2005, p. 155-156)

Consideradas as particularidades das ações investigativas e interventivas, verifica-se um deslocamento da produção de conhecimentos dos objetos reais da profissão para o movimento geral da sociedade, sem efetuar-se o

“caminho de volta”. Evidencia-se a dificuldade tanto em passar do geral ao particular, de categorias mais abstratas para situações mais concretas, quanto em relação ao procedimento inverso, realizando um movimento de superação crítica. Trata-se de compreender de que forma as complexas determinações sociais das novas condições históricas se materializam em situações e problemas sociais específicos ao campo profissional, que não poderão ser captados somente pelo domínio da “razão teórica” deslocada do real, ou inversamente, de um real que se esgota em si mesmo. [...] (SIMIONATTO, 2005, p. 58)

É preciso reconhecer que há, de fato, a necessidade de pensar as determinações e desafios atuais enfrentados pelo Serviço Social e pelos assistentes sociais no cotidiano profissional. É verdade, também, que nem sempre as mediações necessárias são reconstruídas na sua concretude. Não reconhecer isso significa aprofundar o abismo provocado pela racionalidade instrumental burguesa já suficientemente criticada ao longo dessa tese. Por outro lado, é necessário analisar esse processo com o máximo de cuidado para não crer que contribuições teóricas que não tratam diretamente do Serviço Social *não tenham valor ou tenham um valor menor para o processo de formação do assistente social*. Afirmar que é preciso apanhar as determinações que atingem concretamente os profissionais e as atividades por eles desenvolvidas (por meio de múltiplas mediações) não significa, em hipótese alguma, *limitar, priorizar e reconhecer, somente, aquelas pesquisas que respondam mais diretamente ao Serviço Social*. Existem muitos estudos (marxistas ou não), que não tratam imediatamente do Serviço Social, mas que, nem por isso, deixam de ser essenciais para os assistentes sociais e para suas ações. Se isso não for verdade, então será preciso reconhecer que as contribuições de Marx-Engels, Lenin, Lukács, Gramsci, Mézáros, Caio Prado, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, para não ir mais longe e limitando-se a Marx e à sua tradição, tais produções seriam insignificantes para o Serviço Social. Claro: é preciso reconstruir as particularidades da profissão, indicar suas potencialidades e limitações, por meio de múltiplas e complexas mediações. Todavia, sem uma abordagem macroscópica (que não se encerra em si mesma), contida na formação continuada do assistente social, não será possível reconstruir mediações concretas, mas apenas epifenômenos incompreensíveis, imersos nas fragmentações eternas, sem as suas determinações universais que se objetivam particularmente nas singularidades imediatamente postas.

Sobre as dificuldades atuais no campo da formação profissional Marilda lamamoto é bastante clara. Elas ocupam todos os níveis da formação, da graduação à pós passando pelas esferas intermediárias, do ensino presencial à distância, reproduzindo, no geral, uma precarização que desemboca, inevitavelmente, em uma “*decadência ideológica*” das “*condições gerais da pesquisa científica*” (LUKÁCS, 1981, p. 109).

A gente está vivendo um processo, vamos dizer assim, no geral, de certa superficialidade, certa decadência mesmo do ensino universitário, ou seja, da função mesmo da universidade, a política de educação superior está aí. Agora, como prioridade do Serviço Social eu destaco duas coisas na graduação. Em primeiro lugar, a privatização do ensino amplíssima, que a gente não chegou a pensar (a ABPESS à medida que defende o ensino público, educação pública de qualidade). Acho que a gente investiu muito pouco na compreensão de como está de fato o ensino superior privado que é a maioria na nossa área. Acho que a gente conhece muito pouco isso, são poucas as pesquisas sobre isso. Então eu acho que tem essa degradação pela linha da privatização que ainda não é à distância. E você tem, em segundo lugar, a potenciação dessa lógica da lucratividade que subordina a qualidade do ensino à rentabilidade. Para o capital você tem isso potenciado no campo do ensino à distância. Para mim é uma potenciação dessa lógica, essa captura da educação como campo de acumulação capitalista, de investimento, de negócio. Eu acho que aí está a massificação do ensino, da superficialização do ensino, a perda. Esse processo da privatização gera o rebaixamento na qualidade do ensino e também torna a crítica muito rarefeita. Então eu acho que esse é um entrave importante na linha do projeto, na linha da continuidade desse patrimônio que a gente vem construindo historicamente. Eu acho que aí tem outra saída, que é a questão do ensino universitário, o ensino da pós-graduação. Eu acho que ainda vem aí nesse ensino à distância, esse mestrado profissional (mestrado profissionalizante) que certamente vem vindo. [...] Com muito mais força. Como prioridade, é prioridade mesmo do plano nacional de educação. Eles estão dizendo o seguinte: a instrução da CAPES hoje, a CAPES até fez uma nova regulamentação do mestrado profissional. Se você forma docente, professor e pesquisador é mestrado acadêmico; se os egressos, os alunos do mestrado vão para o mercado de trabalho, políticas públicas, então a preocupação deve ser mais profissionalizante. Nós bloqueamos isso no Serviço Social (até agora), não temos nem ficha de avaliação. Porque tem que existir dois mestrados: acadêmico e profissional. Nós não temos isso ainda, porque bloqueamos. Fizemos uma discussão política com todos os coordenadores, inclusive fechando que não iríamos apresentar. Só que agora essas iniciativas podem vir também das residências. Então, por exemplo, residência médica na área de saúde pode fazer uma proposta de mestrado profissional, porque o mestrado profissional incorpora profissionais de larga experiência e que não são necessariamente mestres-doutores, mas que tem algo a trazer. Então fura um pouco o bloqueio para além, a questão do serviço, no treinamento serviço entra também. Então eu acho que é uma coisa muito ligada ao mercado, à transferência de um linguajar, da adequação da pós ao mercado. E para o capital isso é

maravilhoso. Nem precisa fazer universidade corporativa mais. É só com dinheiro público. [...] Eu não quero deixar passar nenhuma visão monolítica aqui. Eu acho que tudo tem alternativa na sociedade contraditória. Não é porque a CAPES, o governo da CAPES define um rumo, que esse rumo vai ser seguido. É lógico que existem forças que estão colocando esse rumo como caminho, mas existe resistência no processo. Então eu acho que essa tensão ela é fundamental. [...] (Marilda lamamoto – entrevista).

lamamoto valoriza o legado construído pelo Serviço Social brasileiro e seu impacto na atualidade, fato que permitiu um acúmulo crítico que trouxe um diferencial em relação às disciplinas especializadas que fazem parte das chamadas “Ciências Humanas e Sociais” (o que é fato). Nesse processo de acumulação crítica, humano-social, o humano potencializa o social, faz parte dele, embora não se identifique com ele. O social, por sua vez, compõe o humano, ajuda a formá-lo como ser humanizado. Por isso: ser social.

[...] eu acho que hoje nós estamos contraditoriamente com todas essas dificuldades numa situação absolutamente privilegiada. Olha que interessante. Sabe por quê? Porque, veja, se você ver, quando você vê as Ciências Sociais, quando você vê a Psicologia, estão todos sufocadinhos, cada um tem o seu nicho, tem o seu cantinho. Aquilo que para a gente era um estigma o fato do Serviço Social estar, do assistente social estar em todos os campos, não estar em nenhum. Cadê o meu pedaço? Cadê a minha especificidade? Cadê a minha identidade? Eu acho que isso hoje, esse caminho nosso da não especialização é a nossa grande conquista, nosso grande patrimônio. Isso nós estamos muito bem, porque nós somos capazes de fazer vínculos de relações que os especialistas não conseguem. Então eu acho que a gente tem uma possibilidade de ter um faro, uma sintonia com a discussão da totalidade, da compreensão da processualidade histórica, das contradições, das tensões e um diálogo muito privilegiado e muito à vontade com as diferentes áreas do conhecimento. Vamos dizer “áreas” entre aspas, das diferentes gavetinhas que o conhecimento foi aprisionado. Eu acho que isso é uma coisa muito interessante. [...] (Marilda lamamoto - entrevista).

Potyara Pereira e Carmelita Yazbek igualmente destacam os problemas relativos à mercantilização do ensino que reduzem a *formação* à *informação* para operar acriticamente, burocraticamente, ações, programas e projetos previamente determinados. Tais problemas, hoje um desafio insano a ser enfrentado, se apresentam nos níveis de graduação e de pós-graduação, estimulados não apenas pelo setor privado, mas também pela esfera público-estatal, pelos principais órgãos de fomento à pesquisa (como acima apontado por lamamoto). O reducionismo aqui é inevitável, minando abordagens coletivas, fragmentando e engavetando os conhecimentos em departamentos e estimulando um manuseio grosseiro de informações.

No que tange à *formação profissional*, deve ficar claro que esta é um processo que não se resume à transmissão de competências intelectuais e operativas, pois deve também visar à formação de *atores sociais*. Em outras palavras isso quer dizer que a formação do assistente social só será qualitativamente relevante se – parafraseando José de Sousa Martins (1978) - os Cursos de Serviço Social se transformarem em fontes criadoras de *tipos humanos* que, além da capacidade de compreender adequadamente a realidade e atenderem com eficiência os reclamos sociais a eles dirigidos, possam estabelecer compromisso indiscutível com valores que não têm preço. Sendo assim, há que se fazer distinção entre *formação*, cujo objetivo é gerar profissionais capazes de criar além das restritas ou nulas possibilidades que lhe são oferecidas (idem, pp.33) e *adestramento*, de acordo com o qual os Cursos de Serviço Social seriam moldados pelas demandas do mercado e pelos imperativos do poder estabelecido. Se guiados pelos propósitos da *formação*, os Cursos de Serviço Social se identificarão com os objetivos e sentidos originais de uma Universidade que são os de desenvolver funções criadoras por meio de seus diplomados; mas, se guiados pelo *adestramento*, tais Cursos assumirão a feição de treinamentos técnicos ajustados a fins definidos externamente e sem a sua participação. [...] A formação em Serviço Social está também sob a mira e ingerência da mercantilização. Não é à toa a expansão dos cursos de caráter privado e das modalidades de ensino a distância, aligeirados e de escasso aprofundamento. O próprio governo, com o seu Programa de reforma denominado REUNI parece avalizar essa tendência. Manter cursos de graduação e de pós-graduação de qualidade está sendo difícil. Isso é um campo propício ao reducionismo teórico no Serviço Social e à legitimação do domínio de poucas cabeças pensantes. (Potyara Pereira – entrevista).

Quanto à formação temos dois grandes desafios: um que é a questão da formação à distância, e da precarização do ensino de um modo geral. Sabemos que há um ensino presencial muito precário, muito precário. Eu tive no último encontro da ABEPSS aqui em São Paulo e observei que a condição de trabalho do professor de algumas universidades privadas ou escolas particulares é muito precária (o professor tem cinco, seis, sete disciplinas sem uma hora para a preparação, É o professor hora/aula, sem condições de se qualificar. E mesmo assim (isso que é admirável nessa profissão) fazendo doutorado escondido não é? Nós temos alunos aqui, fazendo doutorado, que esconderam das universidades onde eles trabalham, pois se a universidade souber, ele é demitido, eles não querem profissionais mais qualificados, que teriam que receber um pouco mais¹⁴⁸. Então a formação ela é um desafio permanente, o ensino à distância, a mercantilização. [...] (Carmelita Yazbek - entrevista).

José Paulo Netto chama a atenção para a urgência de viabilizar o que denomina de “*formação pós-universitária*”, que não se confunde com formação em nível de pós-graduação. Ressalta, como exemplo, a importância dos cursos à distância coordenados pelos CFESS-CRESS e outras possíveis modalidades, bem como o cuidado que deve ser dado

¹⁴⁸ Essa observação de Yazbek, sobre o descarte dos professores doutores ou da omissão da titulação no currículo do candidato, é uma triste constatação.

à formação de base na graduação (aquela que é exigida como patamar mínimo para a atuação profissional – destinada a todos). Isso põe em pauta uma estratégia central: a necessidade de combater todo nível de precarização formativa no âmbito básico da graduação (e, evidentemente, nos outros níveis), negando, inclusive, o ensino à distância nesse momento e cuidando dos cursos presenciais (uma tarefa necessária, fundamental, ainda que pesada e difícil nas atuais condições). Todavia, a formação pós-universitária deve ser enfrentada de todas as formas possíveis, desde que a organização e as estratégias utilizadas estejam comprometidas com um projeto de formação voltado à qualificação intelectual, como espaço de socialização de produções e de conhecimentos (relacionadas ou não, diretamente, ao Serviço Social) que contribuam para isso.

Eu acho que nos é fundamental, fundamental, encontrar sistemas, meios, modos de promover o acesso da massa dos profissionais do Serviço Social a momentos de formação pós-universitária. Não é a pós-graduada, mas, sim, a pós-universitária. Aquele curso que o CFESS patrocinou, vai fazer de novo, eu acho que isso é absolutamente importante em todos os níveis. Os CRESS têm que fazer isso, as universidades têm que abrir para os supervisores de campo. Esse é o único jeito que eu vejo de socializar informações produzidas pelas vanguardas de forma a torná-las mais acessíveis aos assistentes sociais. Eu não sou contra educação à distância, não. Eu sou contra essa educação à distância que está aí. Eu acho que nós temos que valer dos meios tecnológicos, da tele-educação, etc. O problema é como fazer isso não é? Eu estou no Rio de Janeiro desde 1987 e fiquei só dois anos fiquei sem dar aula na graduação. Nesses anos todos eu estou na graduação e na pós. Eu acho muito mais importante o trabalho na graduação. Entre nós: quando se qualifica o professor da graduação logo dizem: “Vamos dar aula na pós”. Eu dou aula, quero dar aula, quero continuar dando aula no primeiro período, ali. Acho que o trabalho na graduação é essencial. A pós é importante? É muito importante, mas é na graduação que você forma o profissional, não e na pós. A pós é para quem vai para pesquisa e para docência. O profissional faz outro tipo de cursos (particularmente as especializações). Mas a graduação é para todos (é a base). Por isso ela é absolutamente importante. E não é importante, é absolutamente importante. Nós devemos jogar todas as nossas fichas, todas, numa boa formação de graduação. [...] (José Paulo Netto - entrevista).

Há, portanto, necessidade de investir profundamente na qualidade da formação profissional, comprometida com a densidade teórico-prática e investigativa dos assistentes sociais, no sentido há pouco reivindicado (diga-se de passagem, uma verdadeira contracorrente na atualidade). No âmbito da formação profissional, em todos os seus níveis (desde a graduação à pós-graduação – dentro e fora do espaço acadêmico), estes são desafios absolutamente essenciais, sem os quais não haverá a menor condição de manter e,

muito menos, radicalizar as proposições contidas no Projeto Ético-Político Profissional (como direção social estratégica). Nisso tudo há um aspecto absolutamente fundamental: *é preciso investir em uma formação profissional densa e sólida empenhada em formar intelectuais que pensem criticamente coisas concretas*. Essa formação, no entanto, vem sendo fortemente questionada – por diferentes tendências – como demasiadamente complexa e desnecessária para uma profissão “prioritariamente prática” em que a dimensão técnico-operativa se sobrepõe às outras dimensões (ainda que frequentemente se diga o contrário). Nesse contexto, por exemplo, há quem defenda uma formação teórico-metodológica submetida aos desafios da prática, seja no sentido de responder diretamente o que “se pede” na prática ou, de forma um pouco mais elaborada, desenvolver estudos mais densos desde que eles estejam circunscritos às demandas práticas e que respondam imediatamente a elas (como também nos alerta, corretamente, MONTAÑO, 2007, p. 161). Todas essas formas, por um ou outro caminho, recaem em uma relação pragmática e utilitarista (da prática sobre a teoria), reduzindo a nada o perfil intelectual aqui reivindicado. O que se pretende é negar a separação entre os “práticos” – como especialistas do fazer – e os “acadêmicos”, isto é, os “iluminados” que pensam e produzem conhecimentos que serão aplicados como receitas e consumidos como mercadorias acadêmicas impostas mecanicamente pelo pragmatismo da prática (e isso vale para todas as formas de utilitarismo, sejam elas mais grotescas ou mais elaboradas).

Para a *eleição de um paradigma alternativo*¹⁴⁹, o Serviço Social deve romper não apenas com o positivismo que já encontrou os seus limites, mas também com o pós-modernismo a ele associado, com sua fluidez analítica, sua visão caleidoscópica do mundo e seus exacerbados relativismo e pragmatismo. Em seu lugar há que se eleger outro paradigma cuja postura teórica e metodológica reconheça que: - há unidade concreta no todo, que é dialeticamente contraditório, e não integradamente holístico ou confusamente caleidoscópico; - perceba diferenças entre realidade e fantasia; não seja expressão de uma cosmovisão conservadora e nem queira recriar o mundo à imagem e semelhança dos poderes estabelecidos; - não encare como natural a desigualdade social e se constitua em pressuposto de pesquisas e políticas que se coloquem a serviço das necessidades humanas e não as do capital. [...] (Potyara Pereira - entrevista).

Potyara utiliza a terminologia “*paradigma alternativo*” para denominar uma orientação capaz de se contrapor dialeticamente à racionalidade em curso que beneficia o

¹⁴⁹ Grifos da autora.

capital em detrimento das necessidades humanas (uma afirmação incontestável). Entretanto, caberia, aqui, uma pergunta: qual outra tendência poderia estimular essa direção senão aquela que endossa o ponto de vista de totalidade, a crítica radical do trabalho na sua forma alienada/abstrata e o claro compromisso com a superação da ordem burguesa na direção de uma sociedade emancipada? Essa tendência tem nome e direção social: teoria social de Marx. Se só com ela não é possível ir tão longe (nesses mais de 150 anos de marxismo), sem ela não apenas não se sai do lugar como também se fixa cada vez mais nele, perpetuando aquilo com o qual o Serviço Social se defronta: a “questão social”. Não existe, portanto, qualquer possibilidade de adotar uma perspectiva ontológica e de totalidade, no campo em que se insere o Serviço Social, sem qualificar os assistentes sociais, que são os sujeitos privilegiados que põem em movimento as possibilidades concretamente inseridas na realidade. Uma apropriação empobrecida da dinâmica do mundo material tem impactos reducionistas na atuação profissional e na explicação da trama social e institucional. Isso, ao mesmo tempo, desqualifica a profissão e o profissional reduzindo-os à esfera operativa da vida social. É preciso investir em uma inserção profissional que estimule a resistência aos procedimentos e regras que têm inibido níveis crescentes de emancipação (ainda que esses níveis não superem, sob o mundo do capital, a afirmação de direitos – a emancipação política nos dizeres de MARX, 2005a, p. 42). Isso certamente levará o trabalho profissional (obviamente assalariado-abstrato – mas que não elimina sua face concreta) aos limites mais distantes (forcejando ao máximo as possibilidades existentes), sem reforçar certo tipo de ingenuidade de que tais ações serão capazes de viabilizar transformações estruturais sob as condições da sociabilidade burguesa. Os profissionais reconhecem, então, que as profissões possuem uma funcionalidade para o capital (e isso é insuprimível), mas que, também, podem se constituir como instâncias de contra-hegemonia na trama tensa e contraditória que sustenta as relações sociais burguesas.

Disso tudo há uma única certeza: embora seja absolutamente fundamental insistir nessa direção no sentido de *“manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica”* (PAULO NETTO, 1996, p. 117), os desafios na área da formação profissional são imensos (quase insanos!). Ao mesmo tempo, a profissão jamais poderá superar – sob o mando do capital –, suas determinações ontológicas, reais e concretas, comprometidas

(ainda que não somente) com a gestão de tensões sociais oriundas da mercantilização contínua das relações humanas intrínsecas à sociabilidade burguesa.

Outro aspecto central e diretamente vinculado à formação, nos termos aqui reivindicados (na medida em que também é potencializado e qualificado por ela), diz respeito à *forma como os assistentes sociais estão ocupando os múltiplos espaços e respondendo às diversas demandas que imediatamente lhes são apresentadas*. Embora tais demandas caoticamente e imediatamente se expressem no cotidiano profissional (com uma existência material incontestável que não pode ser simplesmente ignorada), isso não significa que a profissão e os profissionais devam assumir prestativamente, altruisticamente e acriticamente, da forma como inicialmente são encaminhadas, as solicitações e desafios. É preciso lembrar, por exemplo, que muitas conquistas do período pós-ditatorial brasileiro (certamente situadas no campo da emancipação política) têm sido competentemente capturadas e empobrecidas a favor do retrocesso e do conservadorismo burguês deste início de século. É comum, hoje, por exemplo, a convivência de um defensor do “extinto” Código de Menores com o Estatuto da Criança e do Adolescente, sem grandes incompatibilidades e até com certa coerência. O mesmo ocorre, por exemplo, com defensores e colaboradores de regimes autoritários que, tranquilamente, se dizem representantes da sociedade civil nos Conselhos de Direito ou se proclamam autodefensores das crianças e dos jovens nos Conselhos Tutelares¹⁵⁰.

Alguns assistentes sociais reconhecem clara e criticamente – com diferentes níveis – os limites que enfrentam no cotidiano profissional. Essa clareza é, na verdade, o primeiro passo necessário à negação do instituído, à crítica da política em curso, à “negatividade ontológica do político” (nos dizeres de José Paulo Netto), ainda que restrito à esfera profissional, revelando uma visão densa dos limites instituídos e do alcance dos programas e projetos sociais gerenciados. Nota-se que esse primeiro passo na direção de uma crítica mais radical carece de dois elementos cruciais sem os quais não existe a possibilidade desse salto qualitativo: 1. a base formativa (não limitada à esfera operativa, mas saturada de economia-política e tensionada pelo ponto de vista de totalidade) que ofereça uma estrutura teórica que subsidie o pensar concreto; 2. a própria dureza e

¹⁵⁰ Diga-se de passagem, o próprio ECA e a proliferação de conselhos abrem brechas nesta direção ao sacralizarem e nivelarem a “sociedade civil”.

concretude da vida material/profissional cotidiana sobre a qual o pensar concreto recolhe e analisa os dados empíricos (em si e por si sem valor), constata as dificuldades práticas e põe em movimento as possibilidades inscritas na realidade (sempre limitadas). Todavia, o que está claro nos depoimentos é que as ações sociais funcionais para o capitalismo monopolista em tempos de acumulação flexível, cada vez mais *dragam as forças críticas daqueles que a possuem, ocupam mecanicamente seu tempo, atribuem aos assistentes sociais a função de gerenciar o ingerenciável, o caos, sem oferecer a eles as condições objetivas para uma abordagem que supere ações paliativas e puramente focais*. O criativo, aqui, por mais que o seja, move-se em um lamaçal composto por dramas socioindividuais e programas e projetos sociais com um alcance limitadíssimo, que precisam ser viabilizados para que as pessoas atendidas possam lidar com determinadas carências humanas necessárias à sobrevivência. O que se vê, então, nesses casos, é um profissional que pensa criticamente, mas não visualiza perspectivas para viabilizar alternativas que operem para além da gestão de “situações terminais”, mesmo que aponte caminhos a serem percorridos e potencializados: “fazer junto com a população”, “com os outros profissionais”.

O Serviço Social é um fenômeno típico da sociedade capitalista em seu estágio monopolista. É esta que apresenta as condições histórico-sociais que constituem espaço para o surgimento do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho a partir da demanda do capital por profissionais que possam “tratar” da questão social. A profissão emerge e se consolida como mecanismo de reformas que visam à manutenção da ordem burguesa, reproduz-se como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente necessário: produz serviços que atendem às necessidades sociais, isto é tem uma utilidade social. Ao longo de sua história conseguiu repensar-se assumindo novas posições como a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Continua sendo uma profissão permeada de contradições por estar inserida no centro do conflito capital/trabalho e pode tanto contribuir para o partilhamento do poder e sua democratização, quanto reforçar a manutenção da ordem estabelecida. [...] Acredito que o primeiro grande limite para atuação é justamente a precariedade da condição de vida da população atendida, a dificuldade de acesso a direitos sociais e a precariedade das políticas públicas, em sua maioria paliativas, focalistas e fragmentadas. Em meu trabalho, de modo geral, a população atendida vive em condições quase subumanas, tem baixa escolaridade e dificuldades que restringem em muito a possibilidade de autonomia, uma vez que na maioria das vezes não possuem acesso nem mesmo a transporte ou a uma alimentação satisfatória. Assim, vejo minha ação, em alguns momentos, restrita a provisão de pequenos recursos que auxiliem esse sujeito a minimizar esta condição, de forma emergencial e paliativa, como a concessão de benefícios temporários de auxílio financeiro (em valor irrisório), vale-transportes e cestas básicas. Apesar de entender a ineficácia

destes benefícios, que acabam inclusive por reforçar a condição de subalternidade dos sujeitos, não vejo, no momento, vistas as condições das políticas sociais no município, possibilidade de prescindir destas ações, já que também não é possível ao sujeito avançar se não tiver, ainda que precariamente, satisfeitas suas necessidades elementares. [...] Outras limitações estão no âmbito institucional, na forma como o serviço é organizado, que dificulta ações que visem o coletivo e que poderiam potencializar o enfrentamento destas demandas coletivamente, já que são demandas comuns da população local. Há uma exigência de individualização do atendimento e a única proposta permitida é a realização de atendimento em grupos e mesmo assim com atividades já direcionadas, com foco em questões individuais e familiares. Então como exemplifiquei acima, o que nos resta de possibilidade, no que tange a busca pela efetivação dos direitos, é o encaminhamento das “situações” ao judiciário, o que entendo como uma forma de “judicialização” da questão social, restrição da atividade profissional a elaboração de laudos e pareceres técnicos [...] (Manoela – assistente social).

Eu acho que os programas burocraticamente eles exigem muito da gente: vem aquele número x de vagas, que a gente tem que preencher, então é um número muito grande para o número de profissionais que tem aqui. Isso toma muito o tempo da gente, se a pessoa está dentro dos critérios e aí vem uma outra lista, “Oh! Surgiu tantas vagas”. E aí a gente fica muito envolvida com a questão da triagem e com questões burocráticas que você tem que conferir lista, aí quem está fora da lista e operar os dados, e assim, toma muito tempo da gente. Como eu posso lidar com isso? Nós não encontramos ainda e também não é uma coisa que depende só da gente como equipe, mas depende de outras coisas. Nós não encontramos uma forma que tome menos tempo da gente, porque hoje em dia é o que toma mais tempo, essa questão da inclusão, de excluir, que está dentro dos critérios, aí você faz entrevista, você senta para fazer triagem. N[os queríamos que isso fosse, mas rápido, mas ágil, queríamos encontrar uma forma para fazer o resto do trabalho com mais qualidade. [...] (Josie – assistente social).

Você precisa ter um conhecimento, ter uma formação básica, e ela vai se aprimorando no contato com a realidade. É importante que o profissional conheça aonde ele vai atuar, se ele vai atuar em um determinado CRAS de uma determinada região ele precisa conhecer qual é a dinâmica daquela região, quais são as características, qual é a demanda daquela região. Então essa questão do conhecimento e do diagnóstico é muito importante, você precisa ter uma referência teórica anterior e interagindo com essa realidade, você precisa conhecer essa realidade. O outro ingrediente é no sentido de não fazer pela consciência, a tendência natural no sentido de fazer, não é? Eu acho que o profissional tem que fazer junto, porque a gente se soma, não é? O profissional vem com o seu preparo, com a sua formação e a comunidade tem que sentir essa experiência. Então é importante fazer junto com a população. Então esse é um ingrediente muito importante sempre com espírito de equipe. Enquanto assistente social eu fico muito preocupada com essa questão, como eu disse, eu acho que o profissional, ele tem um papel de articulação com os outros profissionais, pela formação do próprio assistente social. Ele tem uma visão

mais ampla das coisas. Então ele pode ser o articulador junto a outros profissionais de outras áreas, no sentido da questão da intervenção. Esse é um ingrediente importante [...] (Maria Paula – assistente social e gestora da assistência social).

José Paulo Netto, igualmente, destaca a tendência atual de reduzir o Serviço Social à assistência social (fartamente criticada ao longo desta tese), bem como de, cada vez mais, atribuir aos assistentes sociais a tarefa de lidar com o pauperismo e gerenciar a barbárie com instrumentos muito limitados. Valoriza, entretanto, os espaços contraditórios e o tratamento crítico deles, como instâncias de confronto em oposição à harmonia e à paz social pretendida em nome da “superação” da pobreza. Fora desse contexto, é impossível pensar um Serviço Social que seja capaz de reconhecer suas limitações, forcejar seus limites, buscar caminhos não trilhados, enfrentar o desconhecido, cultivar a “massa crítica” e desconfiar do imediatamente dado.

Para o Serviço Social isso põe questões seríssimas. Primeiro, e não é uma coisa única, em nosso campo profissional vemos um cenário cortado por tendências, por distintas concepções de profissão, porque há no nosso campo distintas concepções de sociedade, de história, etc. Isso é extremamente natural, isso se expressa nas práticas do Serviço Social não é?! Penso que há uma tendência forte a levar o Serviço Social a ser um dos coadjuvantes na administração da barbárie, da miséria, da contenção da miséria em face da barbárie, etc. Penso que isso está muito nítido e não só no Brasil: vê-se isso na Europa claramente, vê-se na América Latina. Essa é uma tendência forte. Estou convencido que isso tem muito a ver com a redução do campo profissional às atividades assistenciais (quero deixar claro que eu penso que a assistência é um campo legítimo do Serviço Social, importante, mas penso que reduzir o Serviço Social à assistência é uma redução que estreita largamente o campo de intervenção societária dos assistentes sociais). Acho que também dentro do Serviço Social brasileiro, há correntes que tem uma visão crítica da conjuntura, do quadro histórico que atravessamos e que procuram formas de atuação, que tragam em si elementos emancipadores, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista humano. Então, neste sentido eu vejo o Serviço Social como um campo de confrontos, e penso que por causa disso o investimento na pesquisa, na formação teórica, na formação das novas gerações dos assistentes sociais é absolutamente importante para que eles tenham clareza de que o seu âmbito profissional é também um campo de confronto de colisão e não só de “vamos nos dar as mãos em face do futuro”. [...] (José Paulo Netto – entrevista).

Antes, porém, é preciso que os assistentes sociais rompam com o ranço colonialista da profissão; é preciso, sem demora, estabelecer estratégias que ataquem pelo menos três frentes: a *formação profissional*; a *eleição de um paradigma alternativo* tanto ao empirismo positivista, ainda influente, quanto à atual onda pós-modernista que atinge a profissão; e o

estreitamento dos nexos entre prática profissional, pesquisa, teoria, valendo-se, inclusive, da autonomia relativa que o assistente social, como profissional, possui [...] (Potyara Pereira - entrevista).

O sentido socioeducativo, então, adquire outra direção: não se limita a repassar informações formais aos pobres por meio de atividades individuais, grupais e comunitárias, muito menos reproduzir velhas e “novas” formas de controle quase sempre utilizadas em nome da “participação democrática”. Ele também não se confunde com perspectivas messiânicas que creem que o trabalhador social conduz, por si mesmo, endogenamente, um processo dito de “transformação” e de “conscientização”, privilegiando um politicismo que desconsidera as condições objetivas para realizá-las. *O que nasce aqui é outro tipo de trabalho socioeducativo fundado na realidade dos seres sociais atendidos, no sentido de valorizar um denso processo que unifica sem identificar pensamento e realidade, ontologia e gnosiologia, teoria e prática, o imediatamente visível e sua complexidade mediata, carências-necessidades e possibilidades reais de satisfazê-las por meio de programas e projetos sociais, demandas apresentadas e formas de encaminhá-las mais amplamente com o apoio do trabalho profissional.* Trata-se, assim, de um trabalho socioeducativo edificado a partir de bases ontológicas, *contaminado de economia-política, levado às suas fronteiras mais distantes e forcejado em suas contradições teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas.* Isso impõe ao assistente social a necessidade de uma articulação pessoal e profissional com instâncias localizadas para além dos limites da esfera profissional: movimentos sociais e outros grupos comprometidos com certo tipo de crítica à ordem burguesa.

Eu compartilho da ideia, que me parece que quem formulou com mais precisão foi a Marilda, de que o assistente social é um profissional que goza de alguma autonomia no seu fazer. Marilda não fala “alguma”, Marilda fala em “relativa autonomia”. Acho que essa ideia dela é muito boa, é operativa e instrumental, ou seja, o assistente social. Mas para mim essa autonomia é uma autonomia que tem que ser muito precisada. Isso significa que mesmo em um campo, em uma área, o nome que você queira dar, na execução de políticas como as que estão aí, não me parece que o sujeito profissional é um ser passivo. O que eu quero dizer é o seguinte: eu acho que nesta área de atuação as coisas não estão pré-determinadas não é? A execução destas políticas passa por injunções municipais, passa por injunções locais, isso dá ao agente profissional uma margem de manobra que não o torna um mero reprodutor, um mero “fazedor”. O que eu quero dizer com isso? Eu acho que se ele desempenhar as atividades profissionais visando algo mais do que a reprodução do que aí está. Estou convencido de que isso é possível. Para isso são necessárias duas condições fundamentais: primeiro, que se

trate de um agente, de um sujeito técnico, de um assistente social com uma sólida formação teórico-política. Sem isso é inviável, sem isso ele será, mais um “arruela” desse motor, não é? Mas não basta só isso, é preciso também que ele encontre, saiba encontrar – o que também é derivação da sua formação, da sua qualificação – que ele encontre aliados no plano institucional, no plano dos usuários, etc. Com isso eu quero dizer que a política de assistência, mesmo essa que está aí, ela não determina automática, necessária e diretamente efeitos de mero controle, e acho que isso pode permitir tensioná-la, mas sabendo dos limites desse tensionamento. Segundo aspecto: eu estou convencido de que essa política que está aí vai continuar no próximo governo, independentemente de quem seja o presidente da república. Pode mudar os seus operadores, pode mudar centralmente os seus gestores, mas esse formato é o formato que corresponde a essa orientação econômico-financeira que está aí. [...] (José Paulo Netto - entrevista).

A recomposição do socioeducativo, aqui, alimenta-se da contradição, da “autonomia relativa” (nos dizeres de Yamamoto), do “ser não passivo” enriquecido por uma formação profissional densa (“teórico-política”, ou seja, consistente teoricamente e intencionada politicamente pela emancipação humana), que se objetiva a partir das condições concretamente dadas, uma autonomia real que, todavia, não se contenta com aquela imediatamente, institucionalmente, atribuída (nos moldes indicados por José Paulo Netto). O que se pretende, aqui, é estimular uma atuação profissional radicalmente comprometida com *o tensionamento permanente dos limites da profissão* sem que isso assumam um procedimento de pura *negação paralisante e nihilista* ou, ao contrário, idealisticamente endosse um messianismo obreiro incapaz de decodificar as determinações reais da profissão. Isso significa, verdadeiramente, exercitar o sentido ontológico negativo da política, que não abre mão da crítica-crítica, que cria e recria ações e propostas fomentadoras do respeito e do acolhimento dos que procuram o serviço sem que, com isso, se objetive uma prática restrita de autoajuda “inclusiva” como oposição à “exclusão social”. Não há dúvida de que a dureza do espaço propício à gestão terminal do pauperismo exigirá uma abordagem que ouça atenciosamente, que favoreça o desabafo, o desafogo das mágoas pessoais e o cultivo de programas e projetos que permitam que as pessoas não morram fisicamente. Negar isso, hoje, nas condições concretamente estabelecidas, é ilusão. Mas é preciso ter claro que esses procedimentos são, apenas, básicos, iniciais, estritamente óbvios para que se possa incentivar outras esferas necessárias a níveis crescentes e certos de emancipação.

É preciso explorar a riqueza cotidiana em que os CRAS e os CREAS estão imersos, dar vida ao “território”, revelá-lo na sua complexidade, explicá-lo como espaço particular, não isolado e insuficiente por si mesmo. Isso deve ser feito não apenas para levantar recursos responsáveis pela “rede cidadã e solidária de serviços” (hoje a meta social da ordem burguesa madura, centrada na ideia abstrata de que é possível solucionar ou equacionar corretamente e racionalmente a “questão social”), mas para forcejar seus limites e contribuir com a concentração de forças populares, comunitárias e regionais (forças genuinamente sociais). Isso exige, necessariamente, conversar com o povo, falar e decodificar sua língua, seus códigos, pensar criticamente com eles, favorecer o florescimento da potência individual-coletiva contida neles e em suas vidas e histórias desumanizadas. É fundamental, também, manter o vínculo com as instâncias organizativas dos trabalhadores (particularmente os sindicatos), as diferentes organizações de bairro e outras dimensões organizativas relevantes, estabelecendo uma interlocução (crítica) com eles, nas suas diferentes expressões, fortalecendo as organizações que ainda teimam defender a “falecida” classe social tecida na luta de classes. Em tempos duros de fragmentação, é primordial atuar reunindo forças comprometidas com aqueles que “vivem do trabalho”. Socializar as informações e angústias vividas pelos assistentes sociais no conjunto CRAS-CREAS, discutir os limites do instituído com outras instâncias que atuem junto aos trabalhadores é passo crucial para congregar forças e exercitar a crítica negativa da política junto às massas.

Urge, então, pensar não apenas em como pôr em movimento as demandas instituídas, legalmente previstas no âmbito da gestão terminal da pobreza, mas, principalmente, *pensar no significado delas, fazer a crítica política da política em curso e indicar o que não está sendo feito, que precisa ser feito e que merece ocupar a nossa reflexão*. É necessário que isso consuma parte do tempo do assistente social, ocupe contraditoriamente seu cotidiano profissional, dinamize a sua “autonomia relativa”, seja o celeiro que forneça a matéria prima da criação. Não há dúvida de que tudo isso conta com outro aspecto central: a luta por condições dignas de trabalho, onde se inserem a recente conquista nacional da jornada de trabalho de 30 horas semanais e a luta por um piso salarial digno (ainda em curso).

Acho que seria uma atuação profissional com essa consciência, com a consciência de, digamos assim, desfazer o estabelecido. Porque se você ficar só repassando os serviços, repassando benefícios sem questionamentos (nos CRAS, nos CREAS ou em outros espaços profissionais), você estará desenvolvendo uma atuação profissional meramente reiterativa. De manutenção das coisas como estão. [...] O que eu acho fundamental é que os assistentes sociais são trabalhadores como qualquer outro trabalhador, muito explorados. E se você fala do contexto da assistência social, da política de assistência social, por exemplo, no contexto dos CRAS e os CREAS, onde eles atuam no âmbito da política de assistência social, as condições de trabalho são precárias. Se um médico é contratado para ir para o interior ele ganha R\$10.000,00 (dez mil reais), R\$15.000,00 (quinze mil reais). Querem que o assistente social vá para o interior ganhando R\$1.000,00 (mil reais)! Quer dizer, os assistentes sociais fazem parte de uma categoria profissional muito explorada, daí porque nós encontramos, por exemplo, assistentes sociais que passam dois dias num município, dois dias em outro município e às vezes trabalha em dois, três municípios, passando alguns dias, alguns expedientes num município, depois em outro, depois em outro, para poder ter dois ou três salários, porque um só não é suficiente. Quer dizer, então a gente tem que exigir condições de trabalho. Qual é o tempo, qual é a condição que esses profissionais têm inclusive para estar atualizados, porque a formação de uma consciência crítica com um embasamento teórico-metodológico para orientar uma prática profissional exige investimento. Investimento de dinheiro, investimento de tempo também. Então os profissionais às vezes entram nessa rotina porque fazem parte de uma categoria de profissional muito explorada. [...] (Ozanira Silva e Silva - entrevista).

O primeiro é reafirmar o nosso Projeto Ético-Político, é efetivamente dar corpo, visibilidade, construir o Projeto. Porque o Serviço Social que enfrenta essa conjuntura difícil, é um Serviço Social que amadureceu, que alcançou maturidade teórica, alcançou maturidade política, que tem nível organizativo invejável, uma profissão bem articulada, bem organizada, que tem presença política. [...] O segundo é a formação que abordo sob dois ângulos: a necessária formação continuada do profissional. Não é porque termina sua graduação, seu mestrado, seu doutorado, seu pós-doutorado, a formação ela é contínua, as nossas entidades têm que dar conta disso, criar possibilidades dessa formação. [...] No mercado de trabalho, a defesa das condições de trabalho (porque a crise do trabalho alcança o assistente social, nossa precarização), o contrato terceirizado, o contrato por projeto. A defesa das condições que as nossas entidades estão fazendo, que é outra questão importante. [...] O último desafio desse contexto aqui é inserir a profissão nos processos mais amplos de construção da sociedade democrática, entendendo isso como uma mediação, entendendo que a construção de direitos, a participação democrática, a construção da democracia, da cidadania são mediações para essa profissão alcançar naquilo que ela se propõe no seu Código, nos seus objetivos. Então é mais ou menos isso que eu estou falando, ou seja, construir o político na política social, que também é uma coisa que me preocupa muitíssimo, que eu acho que toda essa discussão das políticas, da assistência, isso está profundamente despolitizado. É preciso deixar claro qual o horizonte, qual a perspectiva. [...] (Carmelita Yazbek - entrevista).

Na esteira do que vem sendo tratado, vale destacar, também, o atual distanciamento do Serviço Social e dos assistentes sociais com relação aos movimentos sociais e aos trabalhos populares (mesmo com toda crise que também os afeta). Não se deseja, com isto, ressuscitar velhas fórmulas de conscientização pautadas no “catecismo sectário” de perfil autoritário-dogmático, mas, ao contrário, *revitalizar um importante espaço que sintoniza a profissão com outras instâncias absolutamente necessárias à práxis social*. Isso significa que é importante retomar a “conversa com o povo”, conhecer suas necessidades e demandas atuais, abandonar o isolamento técnico-institucional e o *posto unicamente gerencial*, criando melhores condições para enriquecer os espaços oficiais exatamente com aquilo que eles não possuem: *potência contestatória*. Essa oxigenação vem sendo absolutamente rompida seja pela cooptação de lideranças (já indicada anteriormente), seja pelo proposital desprestígio e isolamento destes espaços (encarados, no máximo, como esferas a serem manejadas e manobradas por interesses partidários e de cúpula). Ao mesmo tempo, o trabalho profissional dos assistentes sociais pode contribuir para que as lutas empreendidas pelos diversos movimentos locais, regionais e nacionais não se resumam a reivindicações pontuais e desarticuladas entre si (um sério problema que afeta os diversos movimentos e a sua própria sobrevivência). Portanto, revitalizar o vínculo com os movimentos sociais e qualificar o trabalho popular é caminho necessário para estabelecer importantes contatos entre a “academia”, a esfera de atuação profissional que se situa fora dela, os movimentos e as demandas sociais.¹⁵¹ É nesse rico celeiro que devemos concentrar nossas forças produtoras de conhecimento e de atuação profissional, ainda que, também aqui, os problemas sejam muitos. O trabalho popular é, assim, importante espaço para qualificar esta relação no sentido de perseguir a práxis social sem desqualificar e ou reluzi-la à práxis profissional e às importantes conquistas no campo da emancipação política (com todas as suas limitações). Mais ainda, oxigena o trabalho profissional no campo institucional e exige dele ações no mínimo diferenciadas.

Onde eu acho que nós pecamos muito? É na questão da prevenção, a coisa da reivindicação, aquela coisa bem do Serviço Social (que a gente trabalha em grupo), nos bairros, como quando eu comecei trabalhando lá em 1990, que eu fazia muito isso. Nós nos reuníamos com as comunidades. Eu vejo que hoje isso está meio perdido nesse emaranhado de coisas e acho que isso é um ponto essencial da nossa atuação. É o que a gente está tentando

¹⁵¹ Diga-se de passagem, um tema que mereceria um resgate refinado.

resgatar agora que é começando os trabalhos de articulação nos bairros (que o CREAS tem esse papel articulador). [...] (Fernanda – assistente social).

Mas o que é imediatamente fundamental aos que sofrem da “doença terminal” do pauperismo? Aqui, também, a contradição está presente mesclando a concretude da vida material necessária à satisfação de algumas carências humanas e o suspiro da consciência em si, alienada/estranhada, repleta de complexos sociais ricos para a consciência emancipada: à consciência para si.

Fundamental? Fundamental pra viver com melhores condições é amar, é um ter amor pelo outro, em primeiro lugar. E segundo, eu acho que a gente ter um trabalho digno né, porque eu acho que o sonho de todo ser humano, eu como uma pessoa de baixa renda, e que tenho meus filhos é ter a sua casa própria também. [...] (Júlia – usuária da assistência social).

O meu sonho, vou dizer a verdade pra você, é ter a minha casa, minha mesmo, dos meus filhos, meu marido. A casa minha é isso aqui, mas isso não é casa, isso aqui é uma favela, meu sonho é isso. Eu tento mandar uma cartinha pra ver se eles me ajudam. A gente manda pro Silvio Santos, pro Gugu. Mas graças a Deus até hoje não apareceu hoje aqui não, vamos ver né? Eu quero ter uma casinha, porque eu vou morrer um dia, e os meus filhos levam, mas agora aqui isso não é só meu, eu não posso sonhar que isso aqui é meu. Eu tenho que sonhar que eu quero uma casa pra mim mesmo, pra por no meu nome e no nome das crianças, porque no meu nome não vai adiantar nada, porque vai sair briga. Então o sonho meu é esse. É esse que eu penso, eu penso no meu sonho pra eles. [...] (Ana – usuária da assistência social).

O caminho a percorrer é longo. Nele, certamente, a densidade e a grandeza da história não podem ser reduzidas à finitude mortal de cada um de nós, à nossa historicidade finita. Fundamental é deixar registrado nessa história nossas marcas como indivíduos-sociais, como seres sociais que a tecem como podem, conscientemente, ao mesmo tempo em que são tecidos por ela. O tempo é propício para um acúmulo de forças que resista firmemente ancorado em um “marxismo impenitente” (PAULO NETTO, 2004), tempos duros e sombrios em que urge “*resistir ao estranhamento enquanto preparamos a emancipação*” (IASI, 2010, p. 80).

[...] Mas, poderiam argumentar alguns mais pragmáticos, uma vez que não estão dadas as condições de uma ruptura revolucionária, o que deveríamos fazer? Com o risco de parecer cético, responderia: se não estão dadas as condições de uma ruptura revolucionária, nem objetiva (embora acredite que cada vez mais estas se apresentem mais desenvolvidas), nem subjetivamente, cabe a nós, naquilo que nos compete, desenvolver ações

que possam preparar a necessária ruptura e, enquanto isso, resistir ao estranhamento e à exploração. Negar-se a encontrar formas que tornem as relações alienadas mais aceitáveis aos explorados e ao gênero humano subsumido ao estranhamento. Em poucas palavras, resistir ao estranhamento enquanto preparamos a emancipação. [...] (IASI, 2010, p. 79-80)

4. COMENTÁRIOS FINAIS

A voracidade do capital impede, cada vez mais, a realização de níveis crescentes de emancipação (inclusive aqueles mais restritos à emancipação política e à afirmação de direitos - SILVA, 2009 e SILVA e SANT'ANA, 2009). Isso tem redefinido a relação entre as demandas democráticas e as possibilidades objetivas para que se viabilizem propostas capazes de lidar com inúmeras contradições recriadas – e insuperáveis – entre capital e trabalho. Esse processo repõe as condições de reprodução ampliada do capital em escala planetária e, ao mesmo tempo, suas insolúveis contradições que impactam as condições necessárias para a reprodução da vida humana na sua plenitude (recolocam barreiras sociais à realização do humano-genérico). Reorganiza, inevitavelmente, o próprio trabalho profissional dos assistentes sociais e suas condições particulares como trabalhadores assalariados. Nesse contexto, os assistentes sociais lidam cotidianamente com situações cada vez mais complexas e insolúveis (que misturam dramas pessoais e graves situações sociais), ao mesmo tempo que suas condições objetivas para lidar teórica e praticamente com esse contexto se tornam cada vez mais restritas (expressão, também, da debilidade das “políticas sociais”, dos programas e dos projetos sociais atualmente adotados).

[...] eu diria que no último meio século, pelo menos, se esgotaram, se exauriram, chegaram ao fim essas possibilidades de compatibilizar desenvolvimento capitalista, desenvolvimento no marco da regência do capital e conquistas civilizatórias. Ainda digo mais: não se trata de que o capitalismo não permita mais ampliar direitos (direitos sociais, direitos civis, direitos políticos). Não! Nesses últimos 50 anos indicaram claramente que o capitalismo contemporâneo torna-se incompatível, inclusive com aqueles direitos que foram constituídos ao longo da sua história. Então, neste sentido, e essa é uma velha formulação do movimento socialista (não tem nenhuma novidade nisso), mas eu creio que há um dado novo: a disjuntiva entre desenvolvimento capitalista e princípios civilizatórios mínimos. Essa disjuntiva se torna extremamente atual. Se você observa os últimos 30 anos, o desenvolvimento da xenofobia, o desenvolvimento do racismo, o desenvolvimento de um tipo de individualismo (que já era muito conhecido, mas que agora ganha uma intensidade), um individualismo possessivo. Esses traços põem a barbárie não como uma possibilidade remota, como uma possibilidade contemporânea, não apenas a barbárie do ponto de vista da mera reprodução fisiológica da humanidade. [...] É um cenário, e eu estou convencido disso, que não é um quadro de uma crise, mas do exaurimento das possibilidades civilizatórias sob o capitalismo. Se essa análise tem procedência, e eu estou convencido que tem, o que a ordem do capital tem a oferecer daqui para frente é uma polarização cada vez maior entre riqueza e pauperismo, de insegurança (insegurança ao longo da vida), de uma violência generalizada que não é apenas a violência que você, por

exemplo, já estudou¹⁵². Também não é, apenas, a violência chamada simbólica. É a violência como constitutivo ineliminável, uma violência sob todas as suas formas, não é? Como um constitutivo ineliminável da vida cotidiana, ela já não é mais uma excepcionalidade, ela não é uma excepcionalidade, ela passa a ser um elemento constitutivo donde inclusive a facilidade de ser naturalizada. Ou seja, insegurança, violência e, ao mesmo tempo, uma produção exponenciada de riqueza o que é um escândalo aparente de tudo isso, pauperização relativa, absoluta ou generalizada. É uma concentração de riqueza como nunca a história da humanidade viu, seja na sua magnitude, seja na sua diferença, na sua assimetria. [...] (José Paulo Netto - entrevista).

A sobrevivência da crítica radical no âmbito do Serviço Social depende de uma aproximação privilegiada, qualificada e responsável com a produção marxiana e com parte de sua diversificada tradição (particularmente com Lenin, Lukács e Gramsci e sua expressão no Brasil – Caio Prado, Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodr e, Oct avio Ianni, entre outros), ainda que isso não elimine – em hipótese alguma – um debate plural-crítico com outros autores marxistas, com setores libertários não marxistas e com aqueles segmentos antimarxistas comprometidos – na sua diversidade – com a reprodu o da sociedade burguesa. Nesse processo, a produ o de conhecimentos carece de uma perspectiva radicalmente ontológica e de totalidade, por isso, no caso do Serviço Social, comprometida com a análise radical dos desafios concretamente e cotidianamente demandados para os assistentes sociais (o que não significa, em hipótese alguma, uma defesa de um conhecimento escravizado aos limites do Serviço Social). Ou seja, as investiga es devem considerar o cotidiano profissional inserido em uma dada sociabilidade – a burguesa – não para deixar que as experiências práticas e os desafios imediatos falem por si próprios e consumam as forças dos assistentes sociais com a es imediatistas e meramente reiterativas da ordem. Mais do que isso, a ontologia marxiana impõe   profissão e aos profissionais a nega o absoluta de qualquer perspectiva endógena do Serviço Social exigindo, ao mesmo tempo, a explica o macroscópica dos mecanismos de produ o e reprodu o da sociabilidade em que se insere o Serviço Social (e “seus usuários”) e as particularidades dessa profissão (suas contradi es). Mais do que isso, exige a formula o de alternativas (ainda que relativas) que contribuam com as a es profissionais (inclusive nos seus estreitos espaços).

¹⁵² José Paulo Netto se refere, aqui, ao estudo de doutorado do autor publicado no livro intitulado “*Justiceiros e Violência urbana*” (SILVA, J. F. da, 2004).

Ainda que a vida cotidiana seja a esfera privilegiada onde se materializa e se objetiva o trabalho profissional e toda a vida humana, transcendê-la é uma tarefa fundamental à emancipação humana e à realização do humano-genérico. É preciso ressaltar, então, que a formação e a produção de conhecimentos em Serviço Social devem ter por objetivo enriquecer a apropriação crítica dos assistentes sociais para além de demandas imediatas; ou seja, *urge combater o utilitarismo-pragmatismo no uso de “conhecimentos” diante das demandas práticas (e vice-versa), valorizando aquele tipo de produção que enriqueça a “massa crítica”, o debate crítico, fincado na explicação dos mecanismos de produção e de reprodução da sociabilidade burguesa e, nela, as particularidades do Serviço Social. Essa contribuição pode ser feita tanto por meio de estudos que respondam mais diretamente às demandas práticas, como pelo envolvimento de conhecimentos sobre o real que não estão necessariamente relacionados com as demandas imediatamente apresentadas aos assistentes sociais.* O que se pretende é estimular uma leitura mais densa sobre a trama por onde se desenrola o trabalho profissional e, nesse sentido, oferecer um retorno real – não imediato - à profissão e à atuação do profissional do assistente social.

É necessário, portanto, cultivar uma interlocução realista, sólida e rigorosa entre a esfera particular da atuação profissional e a ampla esfera revolucionária – onde se localiza Marx e sua diversificada tradição –, reconhecendo as contradições estabelecidas entre elas. Caso isso não aconteça, teremos um empobrecimento teórico-prático (já existente) do acúmulo crítico dos assistentes sociais (inclusive dos pesquisadores), comprometendo definitivamente e unicamente o Serviço Social com a reprodução do metabolismo do capital. Considerar-se-á, então, o Serviço Social como uma especialidade técnica das “Ciências Sociais Aplicadas” que “responsavelmente”, em nome da cidadania e “abençoada” por uma leitura equivocada do Projeto Ético-Político Profissional, administra e minimiza tensões sociais insuperáveis no capitalismo, particularmente no campo da coerção e do consenso (IAMAMOTO, 1994). Simultaneamente, os movimentos sociais comprometidos com a revolução e com a emancipação humana (que também passam por duros tempos) perderão a possibilidade de dialogar com profissionais que, como poucos, lidam diariamente e conhecem – de uma forma ou de outra, conscientes ou não – as conseqüências nefastas causadas pela reprodução ampliada do capital.

O constante debate com Marx e com sua tradição incita, no mínimo, os assistentes sociais a uma permanente rebeldia que deve contaminar o trabalho profissional com todos os seus limites. Para isso, é importante que *não caiamos no “canto da sereia” de que é possível humanizar o capital e harmonizar suas contradições em tempos de “solidariedade cidadã”, de fragmentação e de empobrecimento da vida social e das “ciências” que se debruçam sobre ela.* É importante lembrar que a permanente angústia vivida e reclamada por diversos assistentes sociais ao lidarem com a questão social não tem como causa o debate estabelecido entre o Serviço Social, Marx e sua tradição (que remete à falsa ideia de que esse diálogo é inadequado, impertinente e gera confusões). *A verdadeira causa dessa angústia é ontológica, ou seja, está relacionada com a vida real dos seres sociais com os quais nós, assistentes sociais, trabalhamos e com nossa própria condição real como trabalhadores assalariados, alienado-estranhados, cenário esse reforçado pela desigualdade social estrutural que constitui a natureza da ordem burguesa em curso.* O que propicia a leitura ontológica e de totalidade em Marx? A possibilidade de desvelar esse contexto! E teria que ser diferente para que o Serviço Social e os assistentes sociais fossem mais competentes e comprometidos com os problemas genuinamente humanos?

Evidentemente são insuprimíveis as tensões entre uma profissão que surgiu claramente atrelada às bases do pensamento conservador católico para administrar tensões oriundas da relação capital-trabalho, e uma teoria social crítica estruturalmente comprometida com a superação da ordem burguesa e com a emancipação humana: a teoria social de Marx. Por outro lado, esse vínculo conservador do Serviço Social não se impõe como uma determinação fatalista que impede a reconstrução do exercício profissional do assistente social como um espaço que pode, ainda que sob o campo da emancipação política e dos limites intrínsecos de uma profissão, sintonizar-se com a emancipação humana. Isto, portanto, não pode se objetivar a partir de posições e iniciativas que atribuam para a emancipação política e para a profissão, aquilo que elas, por si sós, não oferecerão. A interlocução entre o Serviço Social e a produção crítica sustentada em Marx e em sua tradição não é apenas útil para a ampliação do capital cultural dos profissionais de Serviço Social e para a qualificação das reflexões e das alternativas edificadas a partir do “concreto pensado”. *Trata-se de uma relação crucial para forcejar e criticar ao máximo as relações historicamente estabelecidas, na era dos direitos, entre o pensamento conservador (nas suas*

diversas expressões) e o exercício profissional dos assistentes sociais, frequentemente marcado por ações tuteladoras e reiteradoras da ordem hoje hegemônica em escala planetária: a burguesa. Por outro lado, o marxismo pode, na contemporaneidade, apropriar-se criticamente de inúmeros temas de altíssima relevância social através do Serviço Social. Esta base empírica advinda do exercício profissional é de extrema riqueza, ainda que careça, inegavelmente, de reconstrução crítica.

Embora seja inadequado afirmar a possibilidade de se constituir um “Serviço Social marxista”, é absolutamente legítimo e necessário valorizar uma aproximação qualificada entre eles. Como lembra José Paulo Netto (1989, p. 101), *“Sem Marx, e a tradição marxista, o Serviço Social tende a empobrecer-se”*. Ao desqualificar a contribuição oferecida por Marx e por sua tradição, o Serviço Social perde boas condições para sintonizar a profissão com o significado radical contido na noção marxiana de emancipação humana. Empobrece, por conseqüência, sua inserção crítica no campo da emancipação política e expõe o profissional a maiores riscos para perpetuar, na sua própria ação, a violência implícita no processo de reprodução do capital neste início de século.

Se a barbárie reinará definitivamente e, com ela, múltiplas e profundas formas de violência recrudescerão, não sabemos. É certo, no entanto, que os atuais desdobramentos provocados pela sociabilidade burguesa preocupam e que os futuros caminhos já estão sendo definidos pela prática social dos homens, por seus embates e lutas, ainda que esses mesmos homens não controlem plenamente e coletivamente as condições objetivas por onde fazem e refazem a história e a si próprios. Sobre um aspecto não pairam dúvidas: se o trabalho não retomar sua potência no sentido de fomentar a emancipação humana, não será o capital que o fará.

[...] Más de una mano en lo oscuro me conforta y más de un paso siento marchar conmigo, pero si no tuviera, no importa: sé que hay muertos que alumbran los caminos. [...] *Música - La Vergüenza - Silvio Rodríguez*

5 REFERÊNCIAS

ABESS. CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, ed. esp., p. 58-76, 1997.

_____. Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS**, São Paulo, v. 7, ed. esp., p. 15-57, 1997.

ALMEIDA, Ana Augusta. **Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

_____. Reflexões sobre a construção do Serviço Social a partir de uma abordagem de compreensão, ou seja, interpretação fenomenológica do estudo científico do Serviço Social. **Teorização do Serviço Social – Documentos**. 2. ed. Rio de Janeiro, Agir, 183-193, 1986.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

_____. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social – fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social – volume 2)

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. Brasília: MDS, setembro de 2004.

CADERNOS ABESS: o processo da formação profissional do assistente social. São Paulo: Cortez, v. 1, 1986. 87 p.

CADERNOS ABESS: ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. São Paulo: Cortez, v. 4, 1991. 147 p.

CADERNOS ABESS: a produção do conhecimento e o Serviço Social. São Paulo: Cortez, v. 5, 1992. 136 p.

CADERNOS ABESS: produção científica e formação profissional. São Paulo: Cortez, v. 6, 1993. 196 p.

CADERNOS ABESS: diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social. São Paulo: Cortez, v. 8, 1998. 117 p.

CBCISS, Teorização do Serviço Social: documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CAPALBO, Creusa. Algumas considerações sobre a fenomenologia que podem interessar ao Serviço Social. In **CBCISS, Teorização do Serviço Social: documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré.** Rio de Janeiro: Agir, 173-182, 1986.

_____. Fenomenologia: tendências históricas e atuais. **Caderno ABESS: ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional.** São Paulo, Cortez, v. 4, 23-36, 1991.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK-JQ.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a

_____. **La construcción de conocimientos.** México: Era, 1977b

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **A questão da transformação e o trabalho social.** São Paulo: Cortez, 1986.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário.* Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** 3. ed. São Paulo: Cortez/Celats, 1989.

CAPRA, Fritjof. Teorias sistêmicas. In **A teia da vida.** São Paulo: Cultrix, 46-55, 2002.

CBCISS. Teorização do Serviço Social: documentos: Araxá, Teresópolis e Sumaré. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio.** São Paulo: Ciências Humanas, 1978. 663p.

Conselho Regional de Serviço Social (CRESS – 9ª. Região). **A atuação do assistente social no CRAS.** São Paulo: CRESS, 2009. (Cadernos CRESS número 4)

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** 2. ed. São Paulo: Global, 1988.

FERNANDES, Florestan. **Nova república?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. (Brasil os anos de autoritarismo)

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx. As origens da ontologia do ser social.** São Paulo: Cortez, 1995

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1995.

JUNQUEIRA, Helena Iracy. Quase duas décadas de reconceituação do Serviço Social: uma abordagem crítica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 2, v. 4, p. 1-38, dez. de 1980.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX. In **Condição pós-moderna.** 12. ed. São Paulo: Loyola, 115-184, 2003.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBBSBAWN, E. J. **A era dos impérios (1875-1914).** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

_____. **A era das revoluções (1789-1848).** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

_____. **A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A era do capital (1848-1875).** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** São Paulo: Cortez : CELATS, 1994.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez Editora, 2007.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

IANNI, Octávio. A cultura da violência. In **Capitalismo, violência e terrorismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 165-184, 2004.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Trabalho: emancipação e estranhamento? In LOURENÇO, E. A. S.; et al. (Org.). **Avesso ao trabalho II – trabalho, precarização e saúde do trabalhador.** São Paulo: Expressão Popular, 59-81, 2010.

JUNQUEIRA, Helena Iracy. Quase duas décadas de reconceituação do Serviço Social: uma

abordagem crítica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano 2, v. 1, p. 1-138, dez, 1980.

LABICA, Georges. **As “teses sobre Feuerbach” de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

LENINE, V. I. **O imperialismo – fase superior do capitalismo**. Tradução de Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

LESSA, Sérgio. A emancipação política e a defesa de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano 28, v. 90, p. 35-57, jun. 2007^a

_____. Serviço Social e trabalho: do que se trata? **Temporalis**, Brasília, ano 1, n.2, p. 35-58, jul./dez. 2000.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez Editora, 2007b

LOPES, Josefa Batista. **Objeto e especificidade do Serviço Social: o pensamento latino-americano**. São Paulo: Cortez, 1979.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Editora Busca Vida, 1988.

_____. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LOURENÇO, E. A. S.; NAVARRO, Vera; BERTANI, I. F.; SILVA, J. F. S. da; SANT’ANA, R. S. (Organizadores). **Aveso ao trabalho II – trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, György. **LUKÁCS**. Organizado por José Paulo Netto. São Paulo: Ática, 1981. (Grandes cientistas sociais)

_____. **Introdução a uma estética marxista**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Ontologia do ser social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a

_____. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b

_____. **Ontologia do ser social: o trabalho**. Tradução de Ivo Tonet (mimeo, s.d.)

MACEDO, Myrtes de Aguiar. **Reconceituação do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: **O mito da assistência social: ensaios sobre estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 93-129, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social identidade e alienação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França (1848-1850)**. São Paulo: Global, 1986.

_____. **Capítulo Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Editora Moraes, 1985a.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005a

_____. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 145-156, 2005b

_____. **Grundrisse - leneamientos fundamentales para la crítica de la economía política – 1857-1858**. Tradução de Wescslao Roces, México: Fondo de Cultura Económica, 1985b. (Obras fundamentales, 6)

_____. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/08/07.htm> (acesso 14/04/2009b.)

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O capital: crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.1. l.1. t.1.

_____. **O capital – Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. v.1. l.1. t.2.

_____. **O capital – Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984b. v.3. l.3. t.1.

_____. **O capital – Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril S/A Cultural, volume III, livro 3, tomo 2, 1985c. v.3. l.3. t.2.

_____. **O dezoito brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Moraes, 1987.

_____. Infra-estrutura e superestrutura – O “prefácio” da Contribuição à Crítica da Economia Política. In IANNI, Octávio (Org). **Marx – sociologia**. 6 ed. São Paulo: Ática, 82-83, 1988. (Grandes cientistas sociais)

_____. O método da economia política. In FERNANDES, Florestan (Org). In: **Marx e Engels – História**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1989. (Textos originais de Marx e Engels)

_____. **Para a questão judaica**. São Paulo: expressão Popular, 2009a

_____; ENGELS F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. **O manifesto do partido comunista**. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.

MÉSZÁROS. István. Crise estrutural do sistema do capital. In: **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 605-980, 2002.

_____. *O século XXI – socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução.** São Paulo: Cortez Editora, 2007.

_____. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elisabete da. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa.** São Paulo: Cortez, 1985.

MOTA, Ana Elisabete (Org.). **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O mito da assistência social: ensaios sobre estado, Política e Sociedade.** São Paulo: Cortez, 2008.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate.** São Paulo: Cortez, 2004. (Questões de Nossa Época v. 109)

PAULO NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf (acesso em 12-09-2010)

_____. A crítica conservadora à reconceituação. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, ano 2, v. 5, p. 59-75, 1981.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).** Brasília, n.3, p. 41-49, jan/jul. 2001.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas.** São Paulo: Cortez Editora, 2004.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 30, p. 89-102, abr. 1989.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

PAULO NETTO, José & DALLARI, Dalmo de Abreu. A construção e consolidação de direitos. **Conferência proferida no XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – Fortaleza CE**. São Paulo: Instituto de Vídeo e Com. Ltda, 2004. 1 DVD

_____; FALEIROS, Vicente de Paula. Teoria, método e história na formação profissional. In: **Cadernos ABESS número 1 – Processo de formação profissional do assistente social**. São Paulo: Cortez, 43-72, 1986.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução**. São Paulo: Cortez, 2006. (biblioteca básica de Serviço Social; v.1)

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro)

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira In **Estudo de Sociologia e História**. São Paulo: Anhembi Limitada, 1957.

ROSANVALLON, Pierre. **La nueva cuestión social: repensando el Estado Providência**. Buenos Aires: Manantial, 1995.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Justiceiros e violência urbana**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Servicio Social: trabajo profesional y producción de conocimientos. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE TRABAJO SOCIAL, **Anais**. Guayaquil: CELATS, 2009.

_____. Violência e desigualdade social: desafios contemporâneos para o Serviço Social. **Ser Social**, Brasília, n. 19, p. 31-58, 2008.

_____. Violência e Serviço Social: notas críticas. **Revista katálysis**, 11, n.2, p. 265-273, 2008. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000200012

_____; SANT'ANA, Raquel Santos. Notas críticas para un debate latinoamericano sobre formación y trabajo profesional en Servicio Social. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE TRABAJO SOCIAL, **Anais**. Guayaquil: CELATS, 2009.

SILVA, J. F. S. da; SILVA, M. I. da. Reprodução do capital, trabalho estranhado e violência. In LOURENÇO, E. A. S. et al. (Org.). In: **Avesso ao trabalho II – trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 108-134, 2010.

SILVA, Maria Izabel da. **A centralidade da categoria trabalho e o trabalho docente voluntário na UFSC**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de.; YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimentos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SIMIONATTO, Ivete. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. **Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, ano 5, número 9 (jan/jun), 51-62, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1989.

TEMPORALIS: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, DF: ABEPSS, ano 1, n. 1, jan./jul. 2000. 183p

TEMPORALIS: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, DF: ABEPSS, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001. 88p

TEMPORALIS: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, DF: ABEPSS, ano 2, n. 4, jul./dez. 2001. 128p

TEMPORALIS: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, DF: ABEPSS, ano 3, n. 6, jul./dez. 2002. 171p

TEMPORALIS: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, DF: ABEPSS, ano 3, supl., nov. 2002. 149p

YAZBEK, Maria Carmelita. A escola de Serviço Social no período de 1936 a 1945. In: **Caderno PUC**. São Paulo: EDUC, Cortez Editora, n.6, 1980.

_____. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social. **Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, ano V, número 9 (jan/jun), 147-159, 2005.